

# Historia de Dom Pedro II

1825 - 1891

2063

## OBRAS DO AUTOR

ENSAIOS DIPLOMATICOS, Monteiro Lobato & Cia., Editores, São Paulo, 1922.

ARQUIVO DIPLOMATICO DA INDEPENDENCIA (6 volumes, em colaboração com os srs. Mario de Barros e Vasconcelos Zacarias de Góes Carvalho, Osvaldo Corrêa e Hildebrando Accioly). Lit-Tip. Fluminense, Rio de Janeiro, 1922.

HISTORIA DE DOM PEDRO II — 1.º Volume — “ASCENÇÃO” — 1825-1870 — nesta serie Vol. 133 “Brasiliana” — HISTORIA DE DOM PEDRO II — 2.º volume — “FASTIGIO” — 1870-1880 — Vol. 133-A — São Paulo, 1939.

*No Prelo:*

HISTORIA DE DOM PEDRO II — 3.º Volume — “DECLINIO” — 1880-1889.

*Em preparo:*

HISTORIA DIPLOMATICA E POLITICA INTERNACIONAL.

Serie 5.<sup>a</sup>

BRASILIANA

Vol. 133-A

BIBLIOTECA

PEDAGÓGICA

BRASILEIRA

---

HEITOR LYRA

# Historia de Dom Pedro II

1825-1891

VOLUME 2.º

FASTIGIO

1870 - 1880

Com 14 ilustrações fóra do texto



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio — Recife — Porto Alegre

1939

*Este volume é o segundo de uma serie de três, sobre a vida do imperador Dom Pedro II. Abrange o periodo que vai de 1870 a 1880, isto é, do fim da guerra do Paraguai á votação da eleição diréta. Succede ao primeiro volume, já publicado (ASCENÇÃO, 1825-1870), e precede ao terceiro e ultimo, a sair brevemente (DECLINIO, 1880 - 1891).*



# INDICE DAS MATERIAS

## DO VOLUME II

### CAPITULO I

#### APOGEU DO IMPERIO

PAGS.

Idade de ouro da Monarquia — O visconde do Rio-Branco — O orador e o homem de Estado — Seus serviços ao paiz — Sentimento progressista do Imperador — Colonisação — Vias de comunicação — Espirito individualista do Brasileiro — Um conceito de Pedro Lessa — O <i>dezembargadorismo</i> do Imperador — O Imperador e Mauá — O verdadeiro Mauá — Nacionalismo e centralisação — Os presidentes de Provincia — Os politicos — Os estadistas — Os officiais generais — Literatos e artistas .....	3
--	---

### CAPITULO II

#### A VIDA NA CÔRTE

Folimento dos costumes — A sociedade elegante — Os salões — As senhoras — As moças — Costureiros e cabeleireiros — Alfaiates — Os pontos de reunião — A confeitaria Carceler — Aspêto colonial do Rio — Nomenclatura das ruas —	
---	--

As residencias da gente bôa — Comercio que desapareceu — Os titulos de nobreza — Os collegios — Os hotéis — Cafés e restaurantes — Os jornais — Os teatros .....	42
--	----

### CAPITULO III

#### OS PAÇOS E A FAMILIA IMPERIAL

Situação social da familia imperial — Seu modo de proceder — Simplicidade de costumes — O Paço da Cidade — O Paço de São Cristóvão — A vida interior dos Paços — Condições de fortuna do Imperador — Recepções nos Paços — Grande gala e pequena gala — O conde de Gobineau — Os domingos de São Cristóvão — O Imperador A Imperatriz — A Princeza Imperial — O conde d'Eu — As recepções no Palacio Isabel — Vida diaria do Imperador — A familia imperial em Petropolis .....	72
---	----

### CAPITULO IV

#### REI QUE GOVERNA

Completa-se a evolução fisica e moral do Imperador — Impertinencias dos Ministros — <i>Monarca indormido</i> — Suas intervenções no Governo — As audiencias de São Cristóvão — Visitas aos estabelecimentos públicos — A instrução e as escolas — O Imperador e os jornais — Liberdade de imprensa — Despacho com os Ministros — O Imperador e os presidentes do Conselho — Suas	
--	--

relações com os Ministros — Sua vigilância — Sua tenacidade — A vontade imperial .....	118
---	-----

## CAPITULO V

### OS SABIOS

O Imperador não era um sábio — O homem erudito — O poeta — O poliglôta — O Instituto Historico e Geográfico — Artistas e homens de letras — Os pensionistas do Imperador — Carlos Gomes e Pedro Américo — Golçalves Dias e o Imperador — Domingos José Gonçalves de Magalhães — Ale- xandre Herculano e a <i>Confederação dos Tamoios</i> — Varnhagen — Araujo Porto-Alegre — Os es- trangeiros — Contribuições do Imperador — Ale- xandre Herculano e a Ordem da Rosa — Traba- lhos literarios e científicos do Imperador — O ambiente desanimador do Rio — Seu desejo de atrair os estrangeiros — Wagner — Edison — Longfellow — Agassiz .....	171
---	-----

## CAPITULO VI

### EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS — LEI DO VENTRE LIVRE

O Imperador decide encaminhar a questão da eman- cipação — Verdadeiro motivo dessa decisão — Idéias abolicionistas do Imperador — Os projé- tos de São Vicente — Atitude de Olinda — Men- sagem da Junta Franceza de Emancipação — Resposta do Imperador — Sua repercussão no	
--	--

meio politico — A Emancipação e a guerra do Paraguai — Demissão de Olinda e chamada de Zacarias — A emancipação no Conselho do Estado — Retirada de Zacarias — Gabinete Itaboraí — Gabinete São Vicente — Gabinete Rio-Branco — Novas diretrizes á questão da Emancipação — Partida do Imperador para a Europa — Primeira regencia da Princeza Isabel — Lei do Ventre-Livre .....

233

## CAPITULO VII

### PELA PRIMEIRA VEZ NA EUROPA

Gôsto do Imperador pelas viagens — *Sua Majestade itinerante* — Repercussão no paiz da noticia da viagem do Imperador — Apreensões dos politicos e do Ministerio — Razões dessa viagem — Chegada do Imperador a Lisboa — Quarentena no Lazareto — Acorrem os *sabios* — Primeira entrevista com Alexandre Herculano — Madrid — Passagem pela França e visita á Inglaterra — A Escossia e Walter Scott — Alemanha — Madame de Schleinitz e Ricardo Wagner — Viena e o Imperador Francisco-José — Milão — Visita a Manzoni — O Egito — Noticia da promulgação da lei do Ventre-livre — Expansões efusivas do Imperador — Volta á Italia — Roma e Pio IX — Perugia e o futuro Leão XIII — O Imperador e o nosso hino — Paris — O companheiro Bom-Retiro — Gobineau e os *sabios* — As recepções no Grande Hotel — Diplomas scientificos e literarios — Visita a Pasteur — Pelo sul da França — Entrevista com Mistral — A Côte d'Azur —

Gladstone e Afonso Karr — Montpellier — Espanha e Portugal — Porto — Visita a Camilo Castello Branco — Coimbra — Lisboa — Visita a Alexandre Herculano — Partida para o Brasil e chegada á Côrte ..... 264

## CAPITULO VIII

### A QUESTÃO DOS BISPOS

Impetuosidade de um jovem prelado — Propósitos de paz de João Alfredo — Intransigencia de Dom Vital — A culpa da Santa Sé — Atitude do Internuncio no Rio — O erro do Gabinete — Conflito de jurisdição — Politica intransigente e inoportuna — *Ultimatum* á Santa Sé — Reponsabilidade do Imperador — Sua intolerancia e teimosia — Explicação dessa attitude — Seu regalismo — Sentimentos catolicos do Imperador — Seu apregoado anti-clericalismo — Como entendia a função dos padres — Poder do Estado e poder da Igreja — Conselhos á Princeza Isabel — As ordens religiosas — As irmãs de caridade — O ensino religioso — Retirada de Rio-Branco e chamada de Caxias — Senso politico do General — Necessidade de uma anistia — Intransigencia do Imperador — E' vencido, mas não convencido 330

## CAPITULO IX

### SEGUNDA VIAGEM AO ESTRANGEIRO

Preparativos de viagem — Programa assentado com o ministro da Austria — Despedidas em Petropo-

lis — Chegada a Nova York — Na Exposição de Filadelfia — Visita a Longfellow — Passagem pela Inglaterra — Gastein — Dom Pedro II e Guilherme I — Bayreuth — Na Scandinavia — Gobineau, ministro em Stockholmo -- Através a Russia — Grecia — Palestina — Impressões de Jerusalem — Egito — Italia — O cardial de Hohenlohe e a Vila d'Este — Florença e o atelier de Pedro Américo — Viena e Berlim — Paris — Os museus e as academias — Os sabios . . . Visitas a Vitor Hugo — As cartas dos pedintes — *His-Excellency Dom Pedro, Emperor* — Londres. Gladstone — Baile em Buckingham — Oxford — Hollanda e Suissa — Portugal — Camilo Castelo Branco — Volta ao Brasil .....

363

## CAPITULO X

### REFORMA ELEITORAL

Gênese da eleição diréta — Apoio de liberaes e conservadores — Cepticismo do Imperador — A oportunidade da Reforma — Exoneração de Caxias — Volta dos liberaes ao poder — Chamada de Sinimbú e afastamento de Nabuco de Araujo — A explicação disso — O espirito de moralidade do Imperador — No campo dos politicos — Na diplomacia — Na magistratura — Na escolha dos Senadores — O caso de José de Alencar — Prevenção do Imperador contra Nabuco — Uma opinião desairosa de Caxias — Quem era o visconde de Sinimbú — Seu pensamento sobre a Reforma — A questão da revisão constitucional —

Razões do Imperador — Oposição dos Senadores  
— Exoneração do Ministerio — O conselheiro Saraiva — Condições de sua entrada para o Governo — Aprovação da lei da Reforma eleitoral — O Imperador dá-se por vencido — Seu liberalismo 416

CAPITULO XI

O CLIMA POLITICO

Entusiasmo pela reforma eleitoral — Seus resultados — Falta de educação politica do povo — As eleições — Compressão eleitoral — *Camara de servís* — O Imperador e a liberdade eleitoral — Sua luta com os Ministros — O Imperador e os partidos — Historia dos partidos constitucionais — O jôgo dos partidos — Liberais e conservadores — Partido do Governo e partido da opposição — O *poder pessoal* — O poder moderador na Constituição de 1824 — *O Rei reina, governa e administra* — O sorites de Nabuco de Araujo — Feitio absorvente do Imperador — O *imperialismo* — Insinceridade dos politicos — Os exemplos: José de Alencar, Saraiva, Paraná, Nabuco de Araujo, Zacarias ..... 479

## CRONOLOGIA DO VOLUME II

(1870-1880)

1870 — 1.º março	Morte de Lopez e fim da guerra do Paraguai.
7 junho	Falecimento no Rio do marquez de Olinda.
29 setembro	Gabinete São Vicente.
3 dezembro	Manifesto dos liberais republicanos.
1871 — 7 fevereiro	Falecimento em Viena da princeza Dona Leopoldina, duqueza de Saxe.
7 março	Gabinete Rio-Branco.
25 maio	Partida do Imperador para a Europa.
28 "	Passagem pela Baía.
30 "	Passagem pelo Recife.
12 junho	Chegada a Lisboa.
18 "	Primeira entrevista com Alexandre Herculano.
22 "	Passagem por Madrid.
26 "	Chegada a Hendaya e encontro com Gobineau.
28 "	Passagem por Paris. Encontro com Thiers em Versalhes.
29 "	St. Maló. Encontro com os duques d'Aquila e partida para a Inglaterra.



4 julho	Entrevista com a rainha Vitoria em Windsor.
18 "	Hospede da rainha Vitoria em Osborne, na ilha de Wight.
22 "	Visita á Universidade de Oxford.
24 "	Edimburgo.
1.º agosto	Visita á casa de Walter Scott (Abbotsford).
11 "	Volta a Londres e partida para a Belgica.
15 "	Bruxelas. Entrevista com o rei Leopoldo II.
18 "	Liège. Partida para a Alemanha.
20 "	Colonia.
22 "	Hamburgo.
23 "	Berlim. Encontro com Ricardo Wagner. Entrevista em Potsdam com o imperador Guilherme I.
5 setembro	Karlsbad.
25 "	Munich.
29 "	Promulgação da lei do Ventre-Livre.
1.º outubro	Viena. Entrevista com o imperador Francisco-José I em Schoenbrunn.
12 "	Veneza.
17 "	Milão.
18 "	Entrevista com Alexandre Manzoni
24 "	em Brusuglio.
28 "	Partida de Brindisi para a Asia Menor, Palestina e Egito.
..	
10 novembro	Alexandria. O Imperador recebe a noticia da promulgação da lei do Ventre-livre.
15 "	Cairo.

	23 novembro	Napoles. Volta á Europa.
	— "	Roma. Entrevista com Vitor Manuel II e Pio IX.
	Nov.-Dez.	Perugia. Entrevista com o cardial Pecci, futuro Leão XIII.
	15 dezembro	Florença. Pisa. Genova. Turim. Aix-les-Bains. Genebra.
1872 —	8 janeiro	Paris. Novo encontro com Gobineau
	9 fevereiro	Falecimento no Rio do visconde de Itaboraí.
	11 "	Marselha. Entrevista com Frederico Mistral.
	— "	Cannes. Entrevista com Gladstone.
	29 "	Bayonna. Partida para a Espanha.
	1.º março	Madrid. Partida para Portugal.
	4 "	Porto. Visita a Camilo Castelo Branco.
	7 "	Coimbra.
	13 "	Lisboa. Visita a Alexandre Herculano.
	30 "	Partida para o Brasil.
1873 —	5 janeiro	Chegada ao Rio de Janeiro.
	26 "	Início da campanha de Dom Vital contra as irmandades religiosas.
	27 "	Falecimento em Lisboa da duqueza de Bragança, ex-imperatriz Dona Amelia.
1874 —	2 janeiro	Processo contra os Bispos do norte.
	21 "	Prisão dos Bispos.
	22 junho	Inauguração do telégrafo submarino entre o Brasil e a Europa.
1875 —	25 junho	2.º Gabinete Caxias.
	17 setembro	Anistia aos Bispos.

15 outubro	Nascimento do primeiro neto do Imperador e herdeiro presuntivo do trôno, Dom Pedro, príncipe do Grão-Pará.
1876 — 26 março	Partida do Imperador para os Estados Unidos e a Europa.
15 abril	Chegada a Nova York.
16 "	Filadelfia.
26 "	São Francisco.
7 maio	Washington.
14 "	São Luiz.
24 "	Nova Orleans.
2 junho	Washington.
6 "	Montreal.
8 "	Boston. Primeiro encontro com Alexandre Bell, o inventor do telefone.
12 "	Cambridge. Visita a Longfellow.
20 "	Filadelfia. Revelação da invenção do telefone.
12 julho	Nova York. Partida para a Europa.
— "	Francforte. Heidelberg. Karlsruhe. Munich.
7 agosto	Gastein. Entrevista com o imperador Guilherme I.
— "	Bayreuth. Trilogia de Wagner.
17 "	Copenhague.
20 "	Stokholmo. Encontro com Gobineau.
26 "	Helsingfors (Helsinki), Finlândia.
Agosto e setembro	São Petersburgo (Leningrado). Moscou. Kiev. Odessa. Sebastopol. Livadia. Entrevista com o imperador Alexandre II.

Outubro a dezembro	Grecia e Asia Menor. Palestina e Egipto.
1877 — janeiro	Napoles. Roma. Entrevista com Pio IX. Vila d'Este. Visita ao cardinal de Hohenlohe.
27 fevereiro	Florença. Visita ao atelier de Pedro Américo.
— "	Siena. Veneza. Milão.
20 março	Viena.
3 abril	Berlim.
19 "	Chegada a Paris.
22 maio	Paris. Primeira visita a Vitor Hugo.
29 "	Paris. Segunda visita a Vitor Hugo.
13 junho	Partida para Londres.
29 "	Londres.
1.º julho	Partida para a Escossia e a Irlanda.
13 "	Volta a Londres. Partida para a Holanda e a Suissa.
17 "	Haia.
4 agosto	Berna.
18 "	Partida para Portugal.
1.º setembro	Entrevista com Alexandre Herculano.
8 "	Partida para o Brasil.
26 "	Chegada ao Rio de Janeiro.
12 dezembro	Falecimento no Rio de José de Alencar.
28 "	Falecimento no Rio de Zacarias de Goes.
1878 — 5 janeiro	Subida dos liberais com o gabinete Sinimbú.
19 março	Falecimento no Rio de Nabuco de Araujo.

	29 junho	Falecimento em Viena de Varnhagen, visconde de Porto-Seguro.
	5 julho	Falecimento em Paris de Dom Vital.
	28 setembro	Partida do Imperador para S. Paulo
	31 outubro	Volta do Imperador á Côrte.
1879 —	4 outubro	Falecimento no Rio do general Osorio, marquez do Herval.
	30 dezembro	Falecimento em Lisboa de Araujo Porto-Alegre.
1880 —	1.º janeiro	Desordens e mortes no Rio, em virtude do imposto do vintem.
	28 março	1.º gabinete Saraiva.
	7 maio	Falecimento em Santa Monica do duque de Caxias.
	17 "	Partida do Imperador para o Paraná.
	7 junho	Volta do Imperador á Côrte.
	1.º novembro	Falecimento no Rio do visconde do Rio-Branco.
1881 —	9 janeiro	Lei da reforma eleitoral (eleição diréta).

**HISTORIA DE  
DOM PEDRO II**



## CAPITULO I

### APOGEU DO IMPERIO

*Idade de ouro da Monarquia — O visconde do Rio-Branco — O orador e o homem de Estado — Seus serviços ao paiz — Sentimento progressista do Imperador — Colonisação — Vias de comunicação — Espirito individualista do Brasileiro — Um conceito de Pedro Lessa — O “dezebargadorismo” do Imperador — O Imperador e Mauá — O verdadeiro Mauá — Nacionalismo e centralisação — Os presidentes de Provincia — Os politicos — Os estadistas — Os generais — Literatos e artistas.*

#### I

A terminação da guerra do Paraguai marca o apogeu do regime imperial no Brasil. E' a *idade de ouro* da Monarquia. O Imperio, pode-se dizer, alcança a sua plena madureza.

Depois de quasi cincoenta anos de convulsões internas e de intervenções armadas no Prata, o paiz entrava definitivamente no regime da ordem e da paz. Os alicerces da nação, tão duramente abalados nos primeiros anos



de sua adolescencia, adquiriam, enfim, uma solidez que nunca haviam tido nem teriam mais tarde. As Provincias todas, as mais visinhas como as mais distantes da capital do Imperio, se congregavam num só pensamento, numa só aspiração, em torno do governo central do Imperador. A unidade nacional, tantas vezes ameaçada, no norte em 24, no sul em 35, no centro em 42, apparecia agora definitivamente assegurada. O Brasil era, realmente, uma só e unica nação.

Firmavamos, no exterior, um conceito que jamais tivemos. A estabilidade de nossas instituições, sua natureza conservadora, a paz interna e externa, a justa nomeada de nossos estadistas, o requinte de nossa sociedade e, sobretudo, a personalidade inconfundivel, frisante, respeitavel sob todos os sentidos do nosso Imperador, tudo concorria para emprestar-nos lá fóra uma reputação que, excepção dos Estados Unidos, a nenhum outro paiz da America era dado gosar.

No Continente, a nossa vitoria sobre os Paraguaioes, e mais do que essa vitoria, o cavalheirismo com que tratámos os nossos inimigos derrotados, destruindo, assim, a accusação que se nos faziam de conquistas territoriais, dava ao Imperio, junto ás Republicas hispano-americanas, sobretudo ás do Prata, nossas aliadas na guerra, um prestigio que só muito mais tarde, em virtude de varios fatores, é que nos seria arrebatado. Elizalde, ministro de Estrangeiros da Argentina, no governo de Mitre, declarava-se disposto a não se separar do Governo Imperial, no qual confiava, por ser "um Governo

sério, presidido por um Soberano de grande merecimento”. E Andrés Lamas, ministro de Estrangeiros do Uruguai, dizia: “Deposito uma fé cega, uma confiança sem limites na intelligencia e lealdade desse Soberano”. (1)

Na capital do Imperio iniciava, nessa época, sua longa administração, o mais fecundo, talvez, e certamente o mais brilhante de todos os Ministerios da Monarquia. Presidia-o, com uma serenidade e uma elevação só comparaveis á dos estadistas da velha escola parlamentar britanica, o preclaro visconde do Rio-Branco.

## II

Rio-Branco era um veterano da politica. Mas só agora, na presidencia do Conselho de Ministros, é que se revelava o mais completo dos nossos estadistas. De todos os outros, o unico que teria podido, até certo ponto, emparelhar com êle, teria sido o marquez de Paraná, morto prematuramente havia quinze anos. Mas Paraná, mesmo, não possuira nem a serenidade, nem a maleabilidade politica, nem a visão objetiva de Rio-Branco. Se o espirito de decisão em ambos era notavel, faltara contudo a Paraná o senso pratico das coisas, no gráo elevado em que o possuia Rio-Branco.

Em politica, não vence sempre aquele que se mostra mais ardiloso, que sabe melhor contornar situações difi-

---

(1) Referencias citadas por Alberto de Faria, *Mauá*.

ceis e embaraçosas. Como o general, o politico precisa tambem, por vezcs, saber aproveitar da confusão e da indecisão do adversario, para dar-lhe o golpe pronto e certo, que o inutilizará para sempre. Rio-Branco era desses. Tinha ousadia e presteza nos golpes como raros. “Tenho-me na conta de um valente”, dizia êle a Cotegipe, quando este o acusava de timidez, perguntando, ao mesmo tempo, se Cotegipe acaso não confundia timidez com prudencia — “que é a minha balda”, acrescentava.

Rio-Branco era o homem de Estado por excelencia. Aliava a uma soma bem rara de qualidades pessoais, os mais solidos predicados de cultura e de visão politica. Todos o respeitavam pelos seus conhecimentos em administração publica, sobretudo em ciencias administrativas, em finanças e em economia politica, disciplinas sem a posse das quais ninguem pode aspirar conscienciosamente o titulo de estadista. Seus adversarios os mais exaltados jamais deixaram de lhe tributar um respeito, que se não tem sempre na vida politica do Brasil. Parecia repetirem a frase de Robert Peel, em pleno parlamento da Inglaterra, com relação a Palmerston, seu grande adversario: “Nós todos aqui nos sentimos orgulhosos dele”.

Como orador parlamentar, era sem duvida dos maiores do seu tempo. Os estudos de engenheria que fizera, quer dizer, o trato com as matematicas (Rio-Branco era engenheiro militar), dava-lhe aquela admiravel força de argumentação, concisa, clara, incisiva, que raramente oferecia uma brécha por onde pudesse penetrar a contestação do adversario, e que o tornava, por isso, na tri-

buna do Parlamento, um orador realmente invulneravel. Tinha dessas eloquencias perigosas — perigosas porque parecem estar sempre com a razão. Para esse orador tão completo não havia, a bem dizer, terreno falso. Todos eram igualmente transponiveis, graças á habilidade, aos artificios, aos manejos, ao equilibrio do seu brilhante talento de tribuno.

Meticuloso em tudo, no que revelava ainda um aspecto do homem de ciencia pura, tinha o cuidado, em seus discursos como em suas explanações á mesa dos Ministros ou do Conselho de Estado, de proferir sempre a frase exata, apropriada, bem torneada, não caindo jamais em certos descuidos, tão comuns entre nós na linguagem falada.

Aprendera esse habito com o marquez de Abrantes, com o qual, aliás, tinha muitos pontos afins, e que êle procurava, até certo ponto, imitar.

— Nada ha que eduque um orador, dizia êle ao visconde de Taunay, como esse cuidado e essa atenção até nas locuções mais triviais. Nem o Sr. imagina quanto o velho Marquez era cauteloso em seu modo de dizer (2).

### III

Quando Rio-Branco subia á tribuna, não se impunha somente pelo aticismo de seus discursos, pelo emprego sempre apropriado neles das expressões, pelo tom

---

(2) Visconde de Taunay, *O visconde do Rio-Branco*.

claro e incisivo da voz: tambem se fazia respeitar pela distinção de toda a sua pessôa, pela compostura de suas atitudes, pela sobriedade de seus gestos.

Todos admiravam-lhe a estatura elevada, o corpo bem proporcionado, esguio, de linhas elegantes, encimada pela mais bela cabeça do Parlamento do Imperio. Sua calva larga, ligeiramente arqueada, muito luzidia, dava-lhe um ar de impecavel distinção, que ainda mais se acentuava quando êle começava a falar, e um leve rubor lhe tingia a fronte. “Nunca peço a palavra sem que fique com as mãos frias e o coração apertado”, dizia, após quarenta anos de ininterrupta vida parlamentar, esse enamorado da tribuna. A frase fazia lembrar a de outro grande orador do Reinado, José Bonifacio o moço, que dizia: “Quando tenho a hora de falar nesta augusta casa, meu coração passeia pelos meus labios”.

Rio-Branco nunca se apresentava á Camara que não fôsse vestido de preto; trajava casaca, na qual se via, colocada discretamente, a grande placa da Ordem do Cruzeiro. Tinha por habito sentar-se na primeira fila. De longe todos os reconheciam pela altivez do porte, o brilho da calva, e a maneira graciosa de descancar a cabeça, levemente tombada para o lado. Quando se erguia, e pronunciava, com a voz clara e bem sonante, a frase tradicional — *Sr. presidente, peço a palavra!* — a casa toda se recolhia, num só movimento, como se obedecêsse a uma ordem geral de silencio.

“Falando bem de frente — conta o visconde de Tau-nay — e dirigindo-se de continuo, conforme a bôa pra-

tica e até a ficção parlamentar, ao presidente da Camara, e como que alheio aos deputados presentes, êle estendia com frequencia ora o braço esquerdo ora o direito, puxando de vez em quando os punhos, ou então levantando ao ar o dedo indicador da mão direita fechada" (3).

Ficou tradicional, e era motivo de glosa para os seus adversarios, esse gesto caracteristico de erguer o braço direito, tendo o indicador levantado ao ar.

*Embainha, ó Rio-Branco, esse teu dedo!*

exclamava Joaquim Serra, em seus celebres folhetins em verso. O proprio Rio-Branco, aliás, era dos que mais se divertiam com a bulha em que o metiam por causa desse dedo espetado. "Quando a idéia não fala por si bastante alta, dizia, suspendo-a na ponta do dedo; faço como o Taiti".

Esse Taiti era um famoso tenor, que tivera um momento de popularidade. Certa ocasião o Imperador, que apesar de seu exterior austero gostava de provocar de vez em quando o espirito dos outros, perguntou ao Marquez de Abrantes que tal achava o Taiti. — "Excelente, respondeu-lhe o Marquez; quando êle não pode alcançar a nota que tem de dar, fisga-a na ponta do dedo e mostra-a ao publico".

---

(3) *Op. cit.*

## IV

Como muitos dos atuais chefes conservadores, Rio-Branco era um antigo liberal. Iniciara nas fileiras desse partido a sua carreira politica. Essa evolução é, aliás, da essencia dos regimens representativos, e não reflete senão a maleabilidade que preside sempre os programas politicos nesses sistemas de governo. A historia do governo representativo na Inglaterra, que procuravamos copiar no Brasil, estava cheia dos mesmos exemplos. Não raro era vêr-se alí um politico iniciar sua carreira nas hostes dos Tories, para terminá-la anos depois, no partido dos Whigs. O mesmo se dava em sentido contrario. Para não citar sinão os astros de primeira grandeza, podia-se referir os nomes de lord Russel, de origem conservadora e, no entanto, um dos chefes, mais tarde, do partido liberal; de Palmerston, conservador sob as ordens de Canning e liberal depois de 1830. Disraeli fôra liberal até 1848, o que não o impediu de vir a ser, no fim de sua carreira, quando feito lord Beconsfield, o chefe todo poderoso do partido conservador. O contrario era Gladstone, seu grande antagonista, conservador com lord Peel e depois chefe do partido liberal.

No Imperio verificavam-se identicas evoluções partidarias. Zacarias, Nabuco e Saraiva fôra a trindade conservadora que se passara, em 1862, para a facção progressista do partido liberal, logo imitados por Sinimbú, Paranaguá e Sousa Franco. Olinda, que era agora o che-

fe mais autorizado do partido liberal, não fôra Ministro conservador em 1848? Outro liberal antigo conservador era Ferraz, barão de Uruguaiana. Evoluindo em sentimento contrario podiam-se citar, entre outros, os nomes de Abacté e Bom-Retiro.

Mas apesar de um dos chefes do partido conservador, Rio-Branco era, talvez, por suas atitudes, por seus atos de homem publico, pela finalidade de sua politica como por toda a sua vida de parlamentar, um autentico liberal. Era desses conservadores á moda de Disraeli, que costumava dizer: sou conservador para conservar o que é são e radical para suprimir o que é máo. O liberalismo, no sentido exato da palavra, sempre fôra o fundamento de sua natureza. Ele foi mesmo, possivelmente, um dos mais liberais dos nossos homens politicos, pelo menos tão liberal quanto os que mais o foram, como Saraiva, como Dantas, e indubitavelmente muito mais que Olinda, que Zacarias, que Sousa Franco, chefes consagrados do partido liberal.

Seu Ministerio, o mais longo da Monarquia, que devia manter-se no poder durante mais de quatro anos, quando a média de existencia, para os demais, não passava de um ano, marcava agora o grande sulco na historia do regime imperial no Brasil. Era, realmente, um Gabinete digno desse periodo aureo do Reinado. Dava ao paiz um surto novo, que ficaria como um traço inapagavel, marcando o limite devisorio de duas épocas e duas mentalidades distintas. O Imperio até 1871 fôra uma coisa; de 1871 em diante será outra bem diferente, por



sua evolução, por suas finalidades, pelas novas exigências da nação, pela própria mentalidade dos estadistas que a dirigem. Como acontece, aliás, na historia de outros povos, é a guerra externa que marca a divisa entre esses dois periodos distintos, cimentada logo em seguida pela administração do ministerio Rio-Branco.

## V

*Demolidor e construtor* a um tempo, é como o define Euclides da Cunha. De fato êle enfrentava, com um espirito de decisão bem raro entre nós, os problemas mais complexos da administração imperial. Nada o detinha em seu proposito de tudo renovar. E' preciso considerar o que fôra o Reinado nos trinta primeiros anos de sua existencia, e o que será depois da administração Rio-Branco, para julgar o que foi essa obra formidavel de renovação.

Um de seus primeiros atos, politicamente o mais importante, pelo menos o de maiores consequencias para toda a evolução da nacionalidade, foi o golpe na instituição da escravidão, ferida de morte pela lei chamada do *Ventre-livre*. Desde então podia-se dizer que historicamente o Brasil entrava no rol das nações de homens livres. Ao mesmo tempo substituia-se a justiça reacionaria de 1841, o chamado *codigo russo*, pela justiça liberal da lei de 20 de setembro de 71, que ampliava o *habeas corpus*, instituia a fiança provisoria e regulava definitivamente a prisão preventiva.

Outros atos, de larga envergadura, que fixariam toda uma época, marcavam igualmente a passagem do Ministerio pelo poder: a politica ferroviaria, com a ligação do Rio a São Paulo, chave, por assim dizer, de todo o futuro desenvolvimento economico dessa região; o primeiro recenseamento geral do Imperio; o fomento da imigração estrangeira, com a qual se pretendia substituir o braço escravo, que se tentava agora suprimir; o estabelecimento do primeiro cabo submarino entre o Brasil e a Europa, o que aproximava de poucos minutos a civilização européa de nós, levando o Brasil ao ambito das nações cultas; a introdução, na circulação monetaria, das moedas de níquel, em substituição aos pesados *patações* de cobre, herança da época colonial; finalmente, a remodelação geral do Rio de Janeiro, que se praticava agora pela primeira vez em larga escala, tirando-lhe os caracteristicos de velha cidade dos Vice-reis.

O desenvolvimento geral do paiz sofria, assim, o seu primeiro grande impulso. Havia como que um renascimento geral. O Brasil entrava bravamente no caminho largo e arejado do progresso. Sem que repetissemos o caso dos Estados Unidos, onde se começava a processar a mais formidável transformação material que já se vira (e nem nos fôra possível imitá-los, tão profundo era o fôssco que nos separava), davamos, contudo, o exemplo de um paiz desejoso de adaptar-se o mais prontamente possível, dentro das condições especiais que eram as nossas, ao temperamento propulsor da época.

Vinte e quatro anos, apenas, depois da primeira linha de caminhos de ferro do mundo, quando esse meio de transporte era ainda combatido por homens de Estado europeus dos mais eminentes, corria já no Brasil a primeira locomotiva; não a conheciam ainda grande parte dos paizes civilizados da Europa. O navio a vapor, tivemos-lo quasi concomitantemente com as primeiras linhas inglezas para o Canadá. O telegrafo submarino, que nos ligava espiritualmente á Europa, suprimindo, por assim dizer, o largo fôssô do Oceano que nos separava, era agora estabelecido immediatamente depois do lançamento do cabo que unia os Estados Unidos á Inglaterra. A iluminação a gaz, o serviço de bondes, dois fatores que revolucionaram profundamente a vida do Rio, o telegrafo, como mais tarde o telefone, em suma, as principais invenções do seculo, não duvidavamos em adotar, assim nos permitiam os nossos recursos e as condições especiais em que nos encontravamos. O Brasil era, de facto, a primeira nação da America latina. Essa hegemonia o Imperio a conservaria zelosamente até a sua quêda.

## VI

Tudo isso vinha mostrar — e é o que nos interessa — que o Imperador, apesar do seu espirito especulativo, estava longe de ser um inimigo do progresso material do paiz. Ele nada tinha, é certo, de um homem audaz. A intrepidez nunca fôra uma de suas virtudes, a não ser quando se tratava de defender o patrimonio nacio-

nal, a moralidade da administração e da justiça, a honestidade politica e todos os direitos publicos. Mas não se diga, por isso, que fôsse avêso ás tendencias progressistas do tempo, nem que procurasse, de qualquer modo, impedir ou estorvar a ação dos Ministros, no sentido de uma maior expansão agricola, industrial e commercial do Imperio. Tanto assim que, logo que appareceu um estadista de vistas realmente largas, compenetrado das verdadeiras necessidades do paiz, como Rio-Branco, e — o que era essencial — disposto a realisá-las, encontrou no Monarca todo o apoio e interesse de que necessitava. “E’ devéras um homem de ação e de vontade, dizia o Imperador a Itaúna, referindo-se ao presidente do Conselho, no qual deposito hoje a mais completa e decidida confiança; sua missão não está acabada, e ainda vai longe”. “E’ o meu homem, acrescentava depois, em que deposito toda a confiança e esperança que posso ter, nutrindo a crença de que êle não me abandonará no muito que temos a fazer... Cada dia tenho maior razão de erer no homem que tantos e tão grandes serviços me prestou, e ao paiz, no Paraguai” (4).

O Imperador bem que tinha compreensão exata dos problemas economicos, das exigencias materiais que o Imperio reclamava dentro do espirito progressista do seculo. O que lhe faltava, a esse respeito, não era propriamente uma mentalidade aberta ás necessidades ma-

---

(4) Cartas de Itaúna a Rio-Branco, de Alexandria, 28 de setembro de 1871, no arquivo do Itamarati.

teriais do paiz, mas talvez uma dose mais forte de ousadia, um maior espirito de iniciativa. Podiam-se-lhe aplicar as palavras de Julio Cambon com relação a Luiz XV: *Il eut souvent le sens des vrais intérêts de l'État, mais il avait les intentions plutôt que les volontés.*

“A agricultura, escrevia êle, com uma visão, que se não pode dizer fôsse errada, antes, de todo oportuna, de um dos principais problemas brasileiros — a agricultura reclama toda a atenção dos poderes do Estado, carecendo principalmente de vias de comunicação. Alguns melhoramentos se podem generalisar na cultura das terras, e a criação de escolas praticas, facilitando ao mesmo tempo aos fazendeiros, em mais adequadas circumstancias, a aquisição de agricultores entendidos no emprego dos mais uteis processos, assim como dos instrumentos precisos, terá esse benéfico resultado” (5).

Sobre colonisação, êle reconhecia a *urgente necessidade* de intensificar a estrangeira, sobretudo depois que se começou a cuidar seriamente do problema escravo. “O sistema a seguir, dizia, não pode ser unico, convindo cuidar sobretudo do progresso dos nucleos coloniais existentes, e estabelecimento de novos, perto das povoações e á margem de estradas ou de rios navegaveis”. Quanto á colonisação nacional e portugueza, êle preferia vê-la encaminhada de preferencia para as regiões abandona-

---

(5) Notas, datadas de 31 de dezembro de 1861, no arquivo da familia imperial.

das do Amazonas, cujas margens, acrescentava, *urge povoar*. (6).

Gobineau, que lhe conhecia as verdadeiras intenções a respeito, escrevia-lhe de França, chamando a atenção para a emigração cada vez maior que se verificava na Baviera, no Wurtemberg, no Baden e nas margens do Rheno; perguntava se o Brasil não teria interesse muito diréto e urgente em tomar certas medidas para atrair a si essa gente de catolicos. *Il aurait là, acrescentava, un coup de partie à jouer qui pourrait, s'il était mené convenablement, tirer le Brésil de son grand isolement au point de vue de l'émigration générale, c'est-à-dire, des colons agricoles. Je verrais là le corolaire très heureux du grand travail d'émancipation qui occupe si justement les pensées de l'Empereur.* (7)

A filha, a Princeza Imperial, em vésperas de assumir pela segunda vez a Regencia, êle recomendava: "Julgo que pouco se fará a bem da colonisação enquanto esse serviço não fôr cometido a uma companhia dotada de grandes meios; contudo, é urgente ir comprando terras á margem das estradas de ferro para estabelecer aí colonias. Escuso observar que as estradas são o mais importante melhoramento material" (8).

---

(6) Idem.

(7) Carta de Trye, 2 de agosto de 1870, no arquivo citado.

(8) A realisação pratica da Estrada de Ferro Dom Pedro II, atual Central do Brasil, deve muito ao Imperador, conforme salientou o Sr. Pedro Calmon (*O Imperador e o Segundo Reinado*). "O Imperador quer que a questão se re-

## VII

Era, de fato, um outro problema básico para a nossa nacionalidade: o de vias de comunicação. Quem conhecia tão bem o Brasil, como o Imperador, e lhe trilhara grande parte das Províncias, para o grande andarilho que êle era, a questão dos transportes, num paiz da vastidão do nosso, não podia deixar de provocar-lhe todo o interesse. E a animação que sempre dera a toda iniciativa no sentido de resolvê-la, era a prova disso. (9).

Ele chamava sobretudo a atenção da filha para a necessidade de iniciar-se desde logo a construção de uma estrada de ferro para Mato Grosso, que ligasse o litoral atlântico ás nossas fronteiras abandonadas do oeste e, futuramente, através a Bolívia, ás margens do Pacífico. Dava tamanha importância a essa estrada, acrescentava — “que não posso deixar de recomendar que se cuide de sua melhor direção e construção, embora lenta, conforme o permitem os meios do Tesouro. O estado deste exige muita economia, isto é, gastar com o maior proveito” (10).

Neste ponto é que a sua natureza precavida se antepunha, como um tropeço, ás intenções progressistas

---

solva seja como fôr”, dizia o nosso ministro em Londres, quando ali trabalhava para contratar a respectiva empreitada.

(9) Notas á Dona Isabel, no mesmo arquivo.

(10) Notas citadas.

do espirito: a preocupação da economia, o terror ao *deficit*, a superstição do equilibrio orçamentario — como se fôsse razoavel aspirá-lo num paiz como o Brasil, em plena formação, em plena crise de crescimento, cada vez mais exigente em suas necessidade de expansão de riqueza, de vias de comunicação, de braços, de portos, de aproveitamento do solo, de um sem numero de soluções, que se não conseguem sem dinheiro, sem o emprego de grandes capitais. É nesta pequena nota, colhida ao azar, no seu arquivo, que se refléte o lado de sua natureza precavida, a timidez de seu feitio, que lhe inutilisava, por vezes, as melhores intenções objetivas: “Enquanto não tivermos certeza de extinguir o *deficit*, não se devem conceder favores pecuniarios a novas empresas, e mesmo ás existentes só excepcionalmente, depois de muito sério exame” (11).

Seja, porém, como fôr, se êle não se mostrava mais arrojado do que os Ministros, é de justiça reconhecer que não lhes ficava tambem atraz, quando mesmo não os antecedia, levando-os de vencida, em seus preconceitos e prevenções, ou lutando por libertá-los das malhas absorventes da politica partidaria, que os esterilizavam e os consumiam. “Somente êle, dirá José Verissimo, talvez cuidou de outra coisa que não fôsse eleições, intrigas politicas, nomeações de funcionarios e quejandos assuntos”.

É preciso atentar na tradicional negligencia dos nossos homens publicos pelos grandes problemas nacionais,

---

11) Arquivo citado.



na falta de continuidade de suas politicas, na ignorancia de uns e indiferença ou cepticismo de outros, na indolencia de muitos, para julgar da soma de esforços precisos para tocá-los pelo bom caminho e chamá-los ás verdadeiras realidades do paiz. “Ha anos que se poderia ter feito tudo isso — acrescentava o Imperador, referindo-se aos problemas acima citados; mas tudo marcha entre nós de modo desanimador, apesar de eu empregar todos os esforços que posso na minha posição de Monarca constitucional” (12).

Ele lutava, sobretudo, contra o nosso estreito espirito individualista. O Brasileiro é, de fato, um dos povos mais terrivelmente individualistas que se conhece, tomando o individualismo no sentido exato da palavra. Não tem o sentimento do interesse geral. Temos vivido sempre em choque com a coletividade, num eterno desentendido entre a nação e o cidadão, entre governos e governados, atritos que, á força de repetir-se, acabaram por tornar-se o estado normal do nosso *habitat* politico.

“A falta de zêlo, a falta de cumprimento do dever, é o nosso primeiro defeito moral”, lamentava o Imperador. E num dos raros momentos de desalento, escrevia em seu diario, á data de 10 de janeiro de 1861: “Nada. Só muita tristeza, ainda que seja preciso mostrar cara alegre. Muitas coisas me desgostam; mas não posso remediá-las e isso me aflige profundamente. Se, ao menos, eu pudesse fazer constar geralmente como penso! Mas, para que, se tão poucos acreditariam nos embara-

---

(12) Notas avulsas, idem.

ços que encontro para que se faça o que eu julgo acertado! Ha muita falta de zêlo, e o amôr á patria só é uma palavra para a maior parte! Vêr onde está o bem e não poder concorrer para êle sinão lentamente, burlando-se muitas vezes os proprios esforços, é um verdadeiro tormento de Tantaló para o Soberano que tem consciencia; mas a resignação é indispensavel, para que a influencia do Soberano vá produzindo, sem abalos, sempre máos, seus efeitos desinteressados do que não seja bem publico — alvo necessario do Monarca constitucional” (13).

### VIII

Pedro Lessa dizia que o Imperador não tinha a *envergadura de homem de Estado*. É certo, muito embora fôsse provavel que se tivesse por tal. Apesar de modesto, por natureza, sentia-se que êle se tinha na conta de superior, como homem de governo, a seus Ministros, e daí o fundo de despeito e a hostilidade latente que havia sempre nestes. A frase é de Madelin, com relação a Luiz Felipe de França, com o qual, aliás, o Imperador tinha tantos pontos de contato; mas adapta-se perfeitamente a êle: *Il se tenait pour un homme d'État, et par lá, il a toujours été pour la plupart de ses ministres, un souverain incommode, car, par principe, il se tenait pour supérieur.*

---

(13) Arquivo da familia imperial.

Vicente Quesada, ministro da Argentina do Rio, nos ultimos anos do Reinado, um dos estrangeiros que melhor compreenderam Dom Pedro II, dizia que este não havia nascido homem de Estado, e que a distancia que o separava de um Bismarck, por exemplo, nesse assunto, era um abismo imenso. “Como governante, não tinha vocação de estadista”.

Se lhe faltava, contudo, a envergadura de homem de Estado, como queria Pedro Lessa, no que este não tinha positivamente razão era em classificá-lo como um tipo á parte da comunhão brasileira de seu tempo, no sentido de que êle representava entre nós “o tipo ancestral da metropol portugueza, o *dezembargador*, a ocupar-se embebecidamente com traduções do grego e do hebraico, com as mais puras nugas a que se pode prestar o estudo do arabe ou do sanskritto, com a presidencia de soporificos cenaculos literarios e a composição de uns versinhos de poéta de outeiro” (14).

Ora, esse tipo de *dezembargador* não era apanagio de Dom Pedro II. Este não era nem menos nem mais *dezembargador* do que grande parte dos estadistas do Imperio, os quais, se não tinham inclinação pelo sanskritto ou pelo arabe, não empregavam menos seus lazeres no cultivo de problemas abstratos, na interpretação de sistema ou teorias de direito publico e na composição (e aí o mal era e é essencialmente brasileiro), de *poesias de outeiro* — quando não se limitavam ao circulo aca-

---

(14) Discurso na Academia Brasileira.

nhado da politicagem, vendo e interpretando tudo pelo que Guizot chamava *perspectiva de partido*.

Para examinarmos hoje esse aspecto da personalidade do Imperador, será preciso que nos coloquemos dentro da mentalidade de sua época — e mais, dentro desse seculo de humanistas que foi o seculo XIX, sem o que todo e qualquer julgamento se tornará falso. O *dezembargadorismo* de Dom Pedro II, tomando-o na excepção em que o queria Pedro Lessa, e dando, para argumentar, que assinalasse, de fato, um dos aspectos de sua personalidade, não era privilegio dêle, nem nosso, nem mesmo de criação portugueza, mas o tipo classico do burguez culto daquêle tempo, com o qual o Imperador tinha, realmente, muitas afinidades, produto da filosofia social do fim do seculo XVIII, esse homem médio, que se encontrava um pouco em toda a parte, tanto nos paizes de formação e tradição aristocraticas, como nas nações essencialmente burguezas e democraticas, filhas ou perfilhadas da Revolução Franceza.

Se o Imperador não tinha a envergadura de homem de Estado, era apenas neste sentido: que êle não percebia muita além das grandes necessidades de seu tempo. A visão que possuia das coisas presentes — para repetirmos uma apreciação já feita — era mais ou menos exata; faltava-lhe, entretanto, a intuição das coisas futuras. Ora, *gouverner c'est prévoir*, dizia Thiers.

Mas o grande serviço que êle nos prestava, não era tanto o de preparar um Brasil de amanhã, mas sobretudo o de consolidar o Brasil do presente, o Brasil do seu

tempo; dar-lhe uma estrutura politica e social bastante resistente, para que as gerações vindouras pudessem construir o grande edificio que seria o Brasil do futuro, sem receio de vê-lo um dia por terra. Ele era, neste particular, um dos grandes consolidadores dos alicerces da nossa nacionalidade, que uma politica colonial sem metodo e sem finalidade e um Primeiro Reinado turbulento, nos legara incompletos e já abalados. Era essa a tarefa civilisadora, a grande obra que consciente ou inconscientemente nos prestava o Imperador.

## IX

Analisando, ainda, esse aspecto da sua personalidade, diremos que se não lhe faltava, como já se viu, o sentido exato das necessidades presentes de um paiz como o Brasil, em pleno desenvolvimento, o seu constante escrupulo, porém, possivelmente um tanto exagerado, o levava a desconfiar de toda iniciativa por demais arrojada: não por ela mesma, mas pelo que pudesse conter, em seu bojo, de appetites imoderados de fortuna rapida, quasi sempre inconfessaveis.

Um homem como êle, avêssô ao luxo, inimigo do superfluo, arredio a toda preocupação de grandeza, que tinha o maior desprezo pelo dinheiro, viesse de onde viesse, fôsse qual fôsse seu modo de aquisição, e com mais forte razão se illicita — que admiração, mesmo que simpatia podia nutrir pelos fazedores de fortuna rapida,

que são em geral os homens de grandes negocios, os iniciadores de grandes empreendimentos praticos?

Não estará aí a explicação do seu pouco entusiasmo pelos projétoes grandiosos do visconde de Mauá? Não ha uma prova de que o Imperador movesse guerra a Mauá. Mas, indiscutivelmente, não o tinha em grande admiração. Dizer que alimentasse *ciumes* do banqueiro, como se escreveu, por que este recebera, em 1859, uma grande manifestação na Baía, quando o Imperador, que por alí passara pouco antes, fôra acolhido com menos entusiasmo, é desconhecer completamente o espirito despido de toda ambição popular de Dom Pedro II. A accusação é pueril. O Imperador era um homem que mostrava sempre a maior indiferença pela popularidade, a *populacidade*, como dizia José de Alencar. O que se chama *delirio das multidões*, era coisa que jamais o sensibilisara. Em sua alma de céptico, êle nutria completo desprezo pelo entusiasmo popular, pelos aplausos das *massas*, o mais precario, aliás, dos sentimentos coletivos. Dom Pedro II não sería nunca, como Luiz Felipe, um *roi de la canaille*.

O Imperador temia, provavelmente, os arrojos de Mauá; não lhe inspiravam confiança. Eis tudo. Mas nisto, como em tantas outras coisas, êle não estava só, nem no seu Reinado, nem no seu seculo. Preconceitos pelas grandes empresas industriais, pelas empreitadas de largo vulto, que marcavam a evolução material do seculo, tiveram-nos os homens mais eminentes dos paizes

cultos da Europa. O marquez de Paraná, um dos nossos maiores estadistas, dos mais ousados, não duvidou menos do que o Imperador dos empreendimentos de Mauá. Sem falar em muitos outros políticos, como Itaboraí, como Zacarias, como o velho Nabuco, como Ouro-Preto, que manifestaram identicas prevenções. Pode-se dizer que, em rigor, o unico que confiou realmente em Mauá, que compreendeu Mauá, foi Rio-Branco, o homem de maior visão objetiva que já governou o Brasil.

Deve-se ainda buscar a explicação do retraimento do Imperador para com Mauá em certas atitudes politicas deste, que não podiam deixar de chocar o espirito visceralmente patriota do Monarca, sobretudo o seu sentimento de grandeza da patria, inseparavel, para êle, da unidade e do socco do paiz.

Ora, Mauá não escondera, como se sabe, suas simpatias pelo movimento separatista do Rio Grando do Sul, na segunda fase da revolta dos Farrapos. Conspirara, então, quasi que abertamente, contra a integridade do Brasil, trabalhando em favor da formação de uma republica no sul. Socorrera os muitos revolucionarios vindos prisioneiros para a Côrte, e dera mesmo asilo em sua casa de Santa Tereza — chamada por isso o *quilombo rio-grandense* — a um certo numero dêles. (15).

---

(15) Vide Alberto de Faria, *Mauá*.

## X

Bastava um motivo desta ordem para indispor quem quer que fôsse com o Imperador. Outros, porém de natureza diversa, o iriam divorciar ainda mais de Mauá.

Por ocasião da questão Christie, em 1862, que tão profundamente ferira o patriotismo do Imperador e dos Brasileiros e, como se sabe, por um triz não levava o Imperio á guerra com a Inglaterra, Mauá se metera a mediador, sem audiencia nem ciencia do Monarca. Andara em entendimentos secretos com o insolente diplomata inglez, e teria arrastado consigo a Abrantes se não fôra a intervenção pronta e energica do Imperador, no sentido do ministro de Estrangeiros *cumprir o seu dever, repellido* — são as expressões textuais do Imperador — *a intervenção intempestiva de Mauá* (16).

Pouco depois Mauá se levantou contra a politica de intervenção no Uruguai, a qual se tornou, como se sabe, para o Governo Imperial, uma questão de honra nacional, e, consequentemente, contra a guerra do Paraguai, em que se empenhara todo o patriotismo da nação. O que sobretudo devia ter escandalizado o espirito visceralmente honesto do Monarca foi o motivo, mais que suspeito, que ditou a attitude de Mauá na questão chamada *uruguaia*. De fato, não era segredo para ninguem que, defendendo o partido e o governo dos *blancos*, con-

---

(16) Vide o capitulo *Christie* — *Casamento das Princesas*, no volume I desta *História*.



tra os quais se levantara o Imperio, e indo, assim, de encontro não somente á opinião de sua Provincia natal, o Rio Grande do Sul, que o elegera para a Camara dos deputados, mas tambem contra a opinião publica do paiz, Mauá tivera, sobretudo, o intuito de defender os seus *milhões* e o seu proprio prestigio de banqueiro internacional, grandemente *comprometidos* — é a expressão de que usa — no Uruguai (17).

Mas não ficavam ainda aí os motivos de desconfiança do Imperador contra Mauá. Outros havia, como certos processos deste, de verdadeiro suborno, que punha em pratica sempre que pretendia interessar os Gabinetes no successo de suas emprezas, e receber, assim, do Estado, favores que outros meios possivelmente não lhe dariam. Neste particular, e apezar dos reais serviços prestados por

---

(17) O Sr. E. de Castro Rebelo, em seu livro *Mauá*, põe nos justos limites o papel deste ao tempo da questão uruguaia, e mostra que toda a sua attitude em prol da pacificação do paiz e apoio ao governo *blanco*, não teve, sobretudo, outro intuito senão o de defender os interesses de sua casa comercial, empenhados largamente no Uruguai. Mauá acabara, justamente, de emprestar ao governo que o Imperio combatia ali, a elevada soma de seis milhões de pesos, que serviram, naturalmente, para custeio da guerra civil contra os colorados de Flores, entre os quais, como se sabe, combatiam centenas de compatriotas nossos, do Rio Grande do Sul. Estava, como êle mesmo o confessa, *comprometido* com os *blancos*: “Estou demasiado comprometido, arrastado por sentimentos generosos e ardentes, porém, irrefletidos, que me levaram a pôr em movimento todos os meus recursos para sustentar a ordem legal nesta Republica”, dizia êle em carta a Herrera, seu amigo, e um dos chefes do partido *blanco*. Os interesses financeiros de Mauá empenhados no Uruguai eram de tal ordem que, pode-se dizer, neles está a origem de toda a sua ruidosa falencia.

Mauá ao desenvolvimento economico do Brasil, êle aparece, entre nós, como um elemento altamente nocivo. Não se pode dizer que o tenha inaugurado, mas foi, em todo o caso, o grande animador do péssimo sistema, que tanto proliferou depois, de interessar os homens publicos, direta ou indiretamente, em emprezas que dependiam, para viver, dos favores do Governo.

Assim, ao fundar no Rio a casa bancaria Mauá, Mac Gregor & Cia., em 1854, é para os parentes proximos do marquez de Paraná, presidente do Conselho, que êle se volta, interessando-os na sociedade recém-formada: ao filho de Paraná dá cinco quinhões da sociedade, ao genro três, e ao pai deste outros cinco. Dois anos depois, é a “duas eminencias da politica”, Monte Alegre e Pimenta Bueno( São Vicente) que êle recorre para figurarem, de parceria com o seu nome, na concessão para a construção da estrada de ferro de Santos a Jundiáí (18).

Seus processos no Uruguai não diferem destes. Quando organisava o serviço de iluminação a gaz de Montevideo, o homem que êle logo põe-lhe á frente é Herrera, politico e diplomata, um dos mais influentes esteios da gente *blanca*, então no poder. E ao formar a companhia telegrafica entre o Uruguai e a Argentina, seu primeiro cuidado é chamar para a sua direção a um filho de Andrés Lamas. “Sabe como os negocios se fazem, dirá o Sr. Castro Rebelo, nêles se vai metendo com a gente poderosa do paiz”.

---

(18) Castro Rebelo, *op. cit.*

Por tudo isso, Mauá e o Imperador eram dois homens colocados em pólos diametralmente opostos. Não se compreendiam, nem podiam, de modo algum, se compreender. O que os separava, de uma maneira tão frizante, não era uma questão de ciumes, sentimento que o Imperador jamais teve, mas um antagonismo visceral de temperamento, de mentalidade, de educação, de processos, de ideais, de percepção das coisas. *O homme d'affaires*, o banqueiro, que foi sempre e sobretudo o visconde de Mauá, e o espirito idealista, romantico, como muito bem o define o Sr. Fernando Magalhães, desprendido de toda ambição de dinheiro de Dom Pedro II, repeliam-se naturalmente.

## XI

Quer-se apresentar hoje Mauá como um dos grandes consolidadores da unidade nacional. Sem duvida, certas de suas emprezas, não visando embora esse fim, são eminentemente nacionais. Mas Mauá era antes de tudo um espirito comopolita, em que peze a atitute regionalista que assumiu ao tempo da revolta dos Farrapos, obra, sobretudo, de sua irrefletida mocidade. O nacionalismo nunca fôra uma de suas virtudes — ou de seus defeitos. O conceito de patria era para êle uma coisa muito relativa, como o é, aliás, em geral, para todos esses homens de grandes negocios. O carater internacional de muitas de suas atividades o prova. Mais do que um Brasileiro, êle foi um Americano, um grande Americano, se quizerem.

E ainda aí sua mentalidade chocava-se com a do Imperador, cujo nacionalismo, uma das formas de seu patriotismo, tinha quasi os exageros de jacobinismo, tal como é entendido entre nós. Era esse nacionalismo que o punha em luta constante com o nosso estreito, espiritito regionalista, fruto, em grande parte, da divisão administrativa defeituosa e absurda, que herdamos do tempo colonial, e da qual nunca não nos foi possível libertar. A divisão territorial do Brasil, com excepção das duas Provincias do Amazonas e do Paraná, que o Governo Imperial desmembrara de outras, era a mesma, então como ainda hoje, do tempo de Dom João III, antiga, portanto, de trezentos annos.

Aos estadistas que fizeram a Independencia cabe, em grande parte, entre outros erros, como a manutenção integral, o trafico inclusive, do regime escravocrata, o de não terem querido aproveitar a oportunidade unica que se lhes oferecia, para destruir a péssima divisão administrativa que Portugal nos déra. Não souberam imitar os homens da Revolução franceza, que coroaram a obra dos grandes Reis modernos acabando com o regionalismo feudal da França, com as semi-patrias da Normandia, da Borgonha, da Provença, e sobrepondo a todas, unida fisica e espiritualmente, a *nação franceza*.

Infelizmente não os imitamos nesse exemplo. Em 1822 havíamos proclamado, não a independencia dos Brasileiros, mas a dos Baianos, dos Pernambucanos, dos Paulistas, dos Rio-Grandenses, dos Paraenses, etc. Deixámos subexistir essas *patrias*, territorialmente grandes,

que eram as principais Províncias, mas de espirito acanhado; e, ao lado delas, outras *patrias* menores, que eram as Províncias secundarias, pequenas em espirito e em territorio, patrias raquiticas e estereis, vivendo parasitalmente á sombra das maiores, e, por isso, abastardadas, resmungando um eterno e insofrido despeito.

A nossa sorte foi o regime de centralisação imperial, instituido pela Constituição de 1824, justamente o que os republicanos da propaganda, imbuidos do sectarismo positivista, e partidarios, por isso, das *pequenas patrias*, iriam combater com tanto calor nas vésperas de 1889. Era, no entanto, graças a essa centralisação que podiamos contrabalançar o espirito regionalista das Províncias, abafar-lhes as explosões, no Rio Grande como em São Paulo, em Minas como em Pernambuco, e mantermos a patria unida e forte. O Imperador, pela função de seu cargo, pela serenidade de suas atitudes, pelo seu alto senso patriotico foi o agente propulsor dessa centralisação, quer dizer, da unidade nacional, solidificada pela espada e pelo bom senso de Caxias, aquele bom senso que Cotegipe tanto exaltava.

A consolidação da nossa unidade politica foi uma empreza gigantesca, e nela coooperaram todos quantos compreenderam os recursos inestimaveis que nos dera, para esse fim, o regime da Constituição de 24. Veja-se, por exemplo, os presidentes de Provincia, esses proconsules do Governo Imperial: foram, possivelmente, os agentes mais poderosos da união e articulação das Pro-

vincias. E' esse, aliás, um aspecto de nossa evolução historica, que não foi ainda devidamente apreciado.

O Governo Imperial poude dispôr, geralmente, de uma numerosa *équipe* de homens publicos, que independentemente de quaisquer preocupações regionalistas, eram despachados para administrar as varias Provincias do Imperio, levando, cada qual, não o facciosismo de campanario ou os interesses de clan, mas a mentalidade do governo central do Imperio, quer dizer, do governo da nação.

Sem duvida, êles eram criaturas dos Gabinetes, órgãos politicos eminentemente partidarios. Mas os Gabinetes imperiais eram os instrumentos menos regionais que tinhamos sob a Monarquia. Se não exprimiam a vontade da opinião publica do paiz, porque essa opinião publica não chegara a educar-se para tanto conseguir, tambem é certo que não refletiam os interesses de tais ou quais Provincias, segundo os estadistas que os presidiam, porque esses homens, quando eram chamados á presidencia do Conselho, abstraíam logo de si toda e qualquer preocupação de politica regional. Tornavam-se instrumentos exclusivamente nacionais. A politica, que êles faziam no poder, ou melhor, que predominava em seus governos não era uma politica de Provincia, que interessasse exclusivamente ou quasi exclusivamente essa ou aquela determinada circunscrição do Imperio, mas uma politica mais elevada, de horisontes mais largos, de interesse coletivo e nacional.

Veja-se, por exemplo, o Gabinete de 7 de março de 1871: acaso a presença, em sua chefia, do visconde do Rio-Branco, politico originario da Baía, dava-lhe o caráter de um *governo baiano*? Teriam sido, igualmente, *baianos*, os governos de Saraiva e de Cotegipe, que mais do que Rio-Branco, estavam ligados, por uma larga tradição politica, aos interesses e aspirações de sua Provincia? E foram *pernambucanos*, os quatro governos presididos pelo marquez de Olinda, ou o que João Alfredo irá presidir em 1888? Será *mineiro* o ultimo da Monarquia, formado por Ouro-Preto? Não. Foram todos, antes de tudo, *governos imperiais*.

## XII

Eis porque os presidentes de Provincia, criaturas politicas e administrativas desses Gabinetes, não se identificavam nunca com o espirito regional das circunscrições que governavam. Aliás, êles eram em regra despachados para outras Provincias que não as de seu nascimento, e isso era já uma garantia, sinão de completa imparcialidade, ao menos de que ficariam acima e fóra, portanto, das paixões estritamente locais. São Paulo, por exemplo, foi governado seguidamente por politicos de fóra de suas fronteiras, como Nabuco, como Saraiva, como Monte Alegre, todos baianos; como Itaúna, fluminense; como João Alfredo, pernambucano. Rio Grande do Sul, a mais regionalista, talvez das Provincias do Im-

perio, teve por Presidentes, entre outros, São Vicente, Sinimbú, Muritiba, Bôa-Vista, Homem de Melo, Barros Pimentel, Figueira de Melo, Lucena, todos politicos originarios de outras Provincias. Nem por isso se soube jamais que êles tivessem podido melindrar os brios dos Gaúchos.

As presidencias de Provincia eram, para esses homens, uma especie de aprendizado politico, de escola preparatoria, que os adestrava para occuparem mais tarde os altos conselhos da Corôa. Raros foram os ministros de Estado que não fizeram antes esse estagio, que não passaram por esse curso preliminar de administração publica. Despachados, indiferentemente, para essa ou aquella Provincia, conforme reclamassem as circumstrancias politicas do momento, êles acabavam aptos, ao fim de alguns anos, senhores que estavam já das necessidades do paiz, a assumir, com pleno rendimento, mercê desse tirocinio preparatorio de administração publica, a direção dos altos departamentos ministeriais. Daí, talvez, a razão por que êles se mostravam geralmente á altura de suas pastas, e brilhavam, com tanto successo, na administração central. Para só citarmos dois dos mais traquejados politicos do Imperio: veja-se, por exemplo, Saraiva, que foi sucessivamente presidente do Piauí, de Pernambuco, de Alagôas e de São Paulo; ou Sinimbú, que presidiu Alagôas, Sergipe, Baía e Rio Grande do Sul. E quando se considera que Saraiva, alem daqueles



cargos de presidente de Provincia, occupou mais seis Ministerios de Estado, quer dizer, quasi todas as pastas ministeriaes, e que Sinimbu occupou cinco delas — Justiça, Estrangeiros, Guerra, Fazenda e Agricultura — é que se pode calcular a soma de praticagem que possuíam esses dois notaveis estadistas.

Havia, entre nós, uma verdadeira *carreira* de presidentes de Provincia, verdadeiro corpo de profissionais, especializados nesse ramo da administração publica, e aos quaes os Gabinetes sempre recorriam. Ninguem melhor do que elles conhecia as necessidades do paiz. Percorrendo o Imperio de alto a baixo, de Provincia a Provincia, varando-lhe as frontciras, transpondo-lhe as serras, penetrando-lhe os rios, êles acabaram por ficar imbuidos de um verdadeiro sentimento nacional, e por ser, indubitavelmente, os mais efficazes agentes da unidade da patria e do Imperio. Homem de Melo, ministro do Imperio no primeiro gabinete Saraiva, administrou successivamente quatro Provincias: Manoel Felizardo, ministro em 48 e 58, presidiu cinco Provincias; o barão de Caçapava, seis; Pires da Mota, sete; Herculano Ferreira Pena, que bateu sem duvida o *record* nesse particular, administrou, successivamente, oito Provincias: Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Baía, Espirito Santo, Minas Gerais e Mato Grosso. Até o fim do regime, se contará por 595, o numero de presidentes de Provincia da Monarquia.

## XIII

Cercava o Imperador, nessa época, coadjuvando-lhe na obra formidavel de consolidar a nossa nacionalidade em formação, uma brilhante e robusta coleção de homens publicos, sem duvida a mais completa que já nos foi dado possuir. Nunca se vira, sem se veria depois no Brasil, como nesse periodo aureo da Monarquia, uma tal galeria de estadistas, notaveis pelo talento, pelo senso da medida, pelo amôr á causa publica, pelo desinteresse pessoal, pela rigidez de costumes, pela austeridade de suas vidas privadas.

Com exceção de alguns, já falecidos, como Bernardo de Vasconcelos, Aureliano (visconde de Sepetiba), Paula Souza, Monte-Alegre, Paraná, Euzebio, Abrantes, Uruguaí, mas cujos exemplos de patriotismo estavam ainda bem vivos na memoria dos presentes, e de Olinda e Furtado, ambos falecidos em 1870, os demais alí estavam ainda em pleno vigor, na posse completa de todas as suas qualidades.

Se Abaeté, São Vicente e Itaboraí haviam já passado os sessenta anos, Sinimbú mal alcançara essa idade. Torres-Homem, visconde de Inhomerim, tinha então cerca de 58 anos, Nabuco de Araujo cerca de 57, Zacarias e Cotegipe cerca de 55. Rio-Branco, chefe do Governo, notavel, já, entre os mais notaveis, completara apenas meio seculo de existencia.

Outros eram ainda mais moços, ostentavam aquela *bienveillante jeunesse* de que nos fala Voltaire, mocidade cheia de entusiasmo e de ambição, idealista e abnegada. Dantas, Martinho Campos, Lafayette, Saraiva, Paranaguá (o segundo), eram homens apenas chegados á madureza. Alguns eram quasi rapazes, máo grado possuirem já uma fé de officio digna de um ancião, como Paulino de Sousa, ex-ministro da Justiça do gabinete Itaboraí, que contava 36 anos, e chefiava agora a dissidência conservadora na Camara; como João Alfredo, que era o ministro do Imperio, com 35 anos apenas; como Afonso Celso, o futuro visconde de Ouro-Preto, ex-ministro da Marinha — e grande Ministro! — na fase mais critica da guerra do Paraguai, que ostentava vaidosamente os seus 33 anos!

Ao lado dos civis figurava o elemento militar, os generais de terra e mar, guerreiros na acepção verdadeira da palavra, homens do seu officio, não maculados em geral pelo acido corrosivo da politica, e gosando, por isso, de todo o prestigio no seio da opinião publica do paiz. Eram homens que se haviam feito nos campos de batalha, conquistado os galões a golpes de bravura, nas guerras da Cisplatina, de Rosas, do Uruguai e do Paraguai. Eram Caxias, filho predilêto da Fortuna, que jamais soffrera um revés, o pacificador do Imperio, um dos grandes obreiros da unidade nacional; Osorio, marquez do Herval, o idolo da tropa, guerreiro *sans peur et sans reproche*; Polidoro, visconde de Santa Teresa; Andrade Neves, barão do Triunfo; Porto-Alegre; Vitorino, barão

de São Borja; Caldwell; Argolo, barão de Itaparica... E os três grandes marinheiros — Tamandaré, Barroso e Inhaúma. Todos esses homens acabavam de voltar dos campos paraguaios, onde se haviam batido pela gloria do Brasil e do mais alto renome do Imperio. Estavam cobertos de glorias, eram quasi legendarios, na imaginação caprichosa do povo. Os que não haviam tombado sob as balas inimigas, como Andrade Neves, voltavam cheios de cicatrizes, quando não ostentavam ainda seus ferimentos abertos.

#### XIV

Na literatura e nas artes o Imperio alcançava igualmente a plena florescencia, devido, sobretudo, ao incentivo que lhe dispensava esse Monarca humanista, amigo dos poétas, dos artistas, dos homens de ciencia, que a todos acolhia com um sorriso animador, encorajando a uns, amparando a outros.

Alvares de Azevedo, cantor das *Primaveras*, falecera havia vinte anos; Casemiro de Abreu seguira-o no tumulo dez anos depois; e Gonçalves Dias, fazia pouco, fôra tragado pelas aguas do Atlantico. Mas Castro Alves estava então na pujança dos seus 23 anos; acabara de publicar as *Espumas flutuantes*, através de cujas estrofes a causa dos escravos iria penetrar definitivamente na imaginação popular. Fagundes Varela e Gonçalves Crespo não tinham ainda trinta anos. Eram jovens, como dirá o Sr. Afranio Peixoto, contaminados de litera-

tura, que padeciam da *Weltschmerz*, que outra coisa não era sinão o *mal do escudo*.

Almeida Seabra, esse delicioso poeta das *Flôres e frutos*, estava em plena voga nos salões das Laranjeiras e do Catete, onde se repetiam os versos famosos da *Moreninha*, nos saráos das noites de inverno:

— *Moreninha, dás-me um beijo?*  
— *E o que me dás, meu senhor?*  
— *Este cravo...*

— *Ora, este cravo!*  
*De que me serve uma flôr?*  
*Ha tantas flôres nos campos!*  
*Hei de agora, meu senhor,*  
*Dar-lhe um beijo por um cravo?*  
*E' barato: guarde a flôr.*

Gonçalves de Magalhães, visconde de Araguaia, que desde 1857 se impuzera como nosso grande épico, com a publicação da *Confederação dos Tamoios*, revelava-se agora um dos nossos mais completos diplomatas, á frente, primeiro da legação em Washington, e depois em Buenos Aires, no critico periodo de após-guerra, quando se liquidava o acervo da Aliança e por um triz o Imperio não se batia pelas armas com a Argentina de Sarmiento. Outro diplomata era Varnhagen, visconde de Porto-Seguro, então nosso ministro em Viena, cuja obra monumental, a *Historia Geral do Brasil*, lhe dera desde muito fóros de grande historiador.

José de Alencar era já, a esse tempo, o mais festejado dos nossos prosadores, e seus romances indianistas, *O Guarany*, publicado havia quatorze anos, e *Iracema*, havia cinco, faziam as delicias de toda uma geração. Ninguém diria que o romancista tão celebrado fôsse aquele homem de pouco mais de quarenta anos, quasi um rapaz, cuja mocidade ainda mais se caracterisava na pequenez da estatura e delicadeza das feições. Outro romancista muito popular era Bernardo Guimarães. De seus livros sobre a vida e costumes sertanejos, aquele que seria tido o melhor, *O Garimpeiro*, publicava-se justamente nessa época. Joaquim Manuel de Macedo completava essa brilhante trindade de prosadores; não chegara ainda aos 50 anos, mas já se impunha por duas obras primas, *A Moreninha* e *O Moço louro*.

Do estrangeiro nos vinha o nome glorificado de Carlos Gomes. Graças ao amparo da bolsa imperial — o bolsinho de Sua Majestade — acabara êle de terminar os estudos na Italia, com o successo, jamais alcançado por outro compositor brasileiro, do *Guarany*, que se cantava pela primeira vez no theatro Scala, de Milão. Carlos Gomes era então um rapaz de trinta anos. Na pintura, outros dois jovens, Pedro Americo e Vitor Meirelles, começavam a fixar na tela os feitos heroicos de nossos soldados na guerra do Paraguai. A seu lado via-se o velho Araujo Porto-Alegre, barão de Santo-Angelo, tradição viva de varias gerações de artistas, que estava agora á frente do Consulado Geral em Lisbôa.

## CAPITULO II

### A VIDA NA CÔRTE

*Polimento dos costumes — A sociedade elegante — Os salões — As senhoras — As moças — Costureiros e cabeleireiros — Alfaiates — Os pontos de reunião — A confeitaria Carceler — Aspéto colonial do Rio — Nomenclatura das ruas — As residencias da gente bôa — Comercio que desapareceu — Os titulos de nobreza — Os collegios — Os hotéis — Cafés e restaurantes — Os jornais — Os teatros.*

#### I

Por todo o Brasil pairava uma atmosfera generosa, cheia de optimismo e de bem estar. Havia como que um renascimento geral. O passado de revoluções, de incertezas e de mal estar ficara definitivamente para traz. Caminhava-se agora por uma nova estrada, larga e desimpedida, com uma alegria geral e espontanea. Havia em todos a esperança de um futuro melhor. A fé nas instituições monarchicas renascia, e os verdadeiros

patriotas sentiam-se orgulhosos ao constatar o prestigio que cercava o Imperio, tanto entre os visinhos da America, como entre as velhas nações cultas da Europa. Os mais observadores ficavam perplexos, vendo aparentemente firmada, no solo americano, a planta exotica de uma corôa imperial, desmentindo com isso os sociologos mais perspicazes, que acenavam com o fracasso tragico de Maximiliano no Mexico.

Nossos costumes se poliam com o refinamento da cultura geral, com uma melhor educação politica e mais perfeito funcionamento do regime representativo, sobretudo com o contacto mais seguido e direto com o ocidente europeu, graças, primeiro, á navegação a vapor, depois ao telegrafo submarino. Com a navegação a vapor encurtara-se extraordinariamente a distancia entre o Brasil e a Europa, que se vencia agora em vinte e poucos dias, em vez de dois mezes ou mais do tempo dos barcos á vela.

A sociedade elegante, que frequentava os teatros, os salões de baile e as festas religiosas, não se distinguindo embora por um luxo ou um trem de vida semelhante ás velhas sociedades do boulevard Saint Germain ou do Mayfair, tinha, contudo, um quê de distincção, de bôas maneiras, de alto requinte, como se não terá visto depois. “Era uma sociedade superiormente distinta e delicada, com habitos de requintada sociabilidade. A galanteria era por tal forma o distintivo da época, que o historiador tem que narrar a cada passo os saráos, as



récitas, os bailes, se quizér pôr os acontecimentos políticos nos seus proprios cenarios" (19).

A casa do marquez de Abrantes, em Botafogo, antigo solar da rainha Carlota Joaquina, fôra, durante os anos que precederam a guerra do Paraguai, o ambiente mais brilhante e faustoso do Segundo Reinado. Alí se respirara o verdadeiro mundanismo, no sentido elegante da palavra, "conjunto de sibaritismo, de arte, de gentileza", como diz o Sr. Pedro Calmon; "salão que foi a moda, o bom gosto e civilisação, onde a palestra se desenvolvia, fascinante, a musica requintava a espiritualidade, os costumes elegantes davam á aristocracia um equilibrio de velha raça prazenteira e dominante e as letras renasciam, como no seu milagroso ambiente" (20).

A dona da casa, a jôvem e espirituosa marqueza de Abrantes, filha dos riquissimos viscondes de Meriti, e pela qual se apaixonara o Marquez, já idoso, no fim de uma fecunda carreira politica, animara aquelles belos salões com uma mocidade viva e inconstante. Mas o velho Marquez morrera havia cinco anos, e o palacete de Botafogo perdera desde então os dias de esplendor. A Marqueza casara-se pela segunda vez com o seu medico assistente, um jôvem Portuguez, o visconde de Silva, e vivia agora uma vida tranquila e retraida.

---

(19) Elisio de Carvalho, *Esplendor e decadencia da sociedade brasileira*.

(20) *O marquez de Abrantes*.

Esse segundo casamento fôra o epilogo de um romance de amôr, que começara ao tempo mesmo do primeiro marido. Contava-se que a Marquiza tudo fizera para que o Imperador concedêsse um Marquezado ao seu novo marido, graças ao qual pudesse conservar, na nobiliarquia imperial, a mesma categoria de antes. Mas Dom Pedro II, intransigente, como era, nesses assuntos, opuzera sempre a mais tenaz resistencia. Quando muito, consentira em ajuntar ao Viscondado portuguez o titulo brasileiro de barão do Catete.

## II

Outros eram agora os salões onde se reunia a sociedade: a casa do conselheiro Diogo Velho, tambem em Botafogo, a casa do conselheiro Nabuco de Araujo, no Flamengo, com recepções ás quarta-feiras; as casas de Belisario de Sousa, do barão de Mesquita e do Conde da Estrela, situadas no Rio Comprido; a casa do barão de Cotegipe, á rua de São Clemente, onde se recebia ás quintas feiras (21); a casa do conselheiro Pereira da Silva, o historiador da fundação do Imperio, o qual não perdera aquele ar romantico, de que se impregnara em Paris, sob a Restauração, ao tempo de seus estudos; a casa do barão de Nova-Friburgo, no Catete, em frente ao largo do Valdetaro, que será muitos anos depois a sé-

---

(21) Cotegipe mudou-se depois para a rua Senador Vergueiro, onde morou nos ultimos anos de vida.

de official do governo da Republica; a casa do visconde de Sousa Franco, cuja mulher, de uma grande formosura, pertencente a uma familia do Pará, era chamada a "estrela do Norte"; a casa do conde de Itamaratí, á rua Larga de São Joaquim, traçada por um famoso architecto francez, que se tornará depois historica nos anais da politica exterior do Brasil.

Era nesses velhos solares que todo o mundo se via, onde todos se encontravam para as conversas, para as danças — os saraus ou as "partidas" — para os jogos e as charadas. Os homens jogavam o gamão, o xadrez, o voltarete, o *whist*; as moças o jogo das prendas, das flôres, do bastão, do amigo ou amiga, do lenço queimado, da barquinha. Dançava-se a valsa, a quadrilha, os lanceiros, o galope, a polka. Faziam furor as duas ultimas valsas chegadas de Viena — *Le beau Danube bleu* — *Où sont les neiges d'antan?*. Suas musicas voluptuosas e languidas arrebatavam os pares, que voltejavam num turbilhão de sensações indescritiveis.

O Casino Fluminense, depois chamado Club dos Diarios, á rua do Passeio, onde se acha hoje instalado o Automel Club do Brasil, era o centro principal dos divertimentos sociais. Pertencer a frequentar o Casino era já um titulo de sociabilidade. Cada ação do Club custava um conto de réis. Presidia-o o visconde de Nogueira da Gama, camarista e futuro mordomo do Imperador. Alí se formavam e se desfaziam amizades, se intrigavam politicas, se ensaiavam nomoros e se assentavam casamentos. Havia em tudo um ambiente sadío e acolhedor. As

bôas maneiras, tradição do seculo XVIII, não excluïam a simplicidade, discreta e cheia de medida, que reinava entre toda essa gente da mesma roda e de uma mesma cultura social.

As grandes damas do tempo, as senhoras casadas, mulheres dos estadistas, dos conselheiros de Estado, dos diplomatas, dos altos funcionarios do Imperio, dos militares, de todos aquelles, em suma, que formavam a classe pensante e dirigente do paiz, é que davam a verdadeira nota de distincção. Seus penteadòs, o brilho e a feitura de suas joias, seus largos vestidos de damasco de sêda ou de gaze de Chambéry, que lhes deixavam núas as espaduas, cobertas negligentemente por longos chales das Indias — todo o conjunto, enfim, dessas *toilettes* do Segundo Imperio francez, transplantadas para a nossa Còrte, emprestavam-lhes um tão grande ar de respeitabilidade e de bom tom, como não se terá visto depois. Joaquim Nabuco, que as conhecera na mocidade, frequentando a casa de seu pai, escreveria mais tarde: “Essas senhoras têm o habito dos cortejos, muitas são damas do Paço, têm ainda o garbo, a mesura, o modo da antiga còrte, as tradições do manto verde; a linha de algumas, como a viscondessa de Nogueira da Gama, é impecavel, não a vêm encostar-se na carruagem nem no camarote” (22).

As solteiras, as formosuras, que os poétas cantavam em versos romanticos, com lamentos á Musset ou exal-

---

(22) *Um estadista do Imperio.*

tações á lord Byron, formavam um grupo de moças cheias de uma vida sadia e buliçosa. Emprestavam a essas reuniões o colorido de sua mocidade, o ruido de sua alegria, a ligeireza de seus corpos esguios, o brilho de seus olhos negros e sonhadores. Eram vistas sentadas em volta dos salões, ao lado de suas mães, com uns ares timidos e inocentes; ou espalhadas, depois, pelo salão, sob as luzes das velas, que refletiam nos cristais dos candelabros, rodopiando nos braços dos cavalheiros, ao som das valsas languidas; ou ainda nas récitas do Pedro II, ás *matinéés* dos domingos, sentadas ao longo da balaustrada dos camarotes, formando como que uma gigantesca guirlanda de rosas. Apontavam-se as mais em voga, a filha dos viscondes de Maranguape, que se dizia pertubara um momento o coração tido como inacessivel do Imperador; a filha dos viscondes de Nogueira da Gama, incensada por José de Alencar, pouco depois condessa de Penamacôr; a filha dos viscondes de Quaraim, a filha dos barões de Amaratim, futura condessa de São Clemente...

Todas essas formosas mulheres vestiam-se nas grandes costureiras do tempo. A moda era das saias amplas e longas, cobrindo pudicamente as pernas, com os largos chales das Indias caindo sobre as espáduas. O chapéo era sempre pequeno, ageitado deliciosamente no alto da cabeça, o que lhes dava, ao lado da amplidão das saias, a silhueta encantadora de umas ânforas.

A voga do Wallerstein e da Lecarriére, na primeira década do Reinado, já havia passado. As grandes cos-

tureiras eram agora a Coimatá, á rua da Quitanda; a Ottiker, “môdista-costureira de Sua Alteza a Princesa Imperial Senhora Condessa d’Eu”; a Guion e a Mme. Gudin, com *ateliers* á rua do Ouvidor. Os artigos de moda eram vendidos nas lojas de Mme. Cretan, á rua do Ouvidor, esquina dos Latoeiros (atualmente Gonçalves Dias), “ponto dos bondes”; de Mme. Dol, do Gustavo Masset, do Chevalier, todas á rua do Ouvidor, onde também se encontravam a *Notre Dame de Paris* e o *Palais Royal*. Salgado Zenha e Gaffré tinham suas lojas á rua da Quitanda. Mme. Charavel, á rua dos Latoeiros, era a coleteira da moda — “coleteira de S. M. a Imperatriz”; ali se encontrava um grande sortimento de coletes, desde 10\$ até 50\$.

Os penteados eram armados por Charles Guignard, estabelecido á rua do Ouvidor, que tinha como aprendiz o Schmitd, tão popular alguns anos mais tarde, á frente da casa que fundaria á rua Gonçalves Dias. Bernardo era outro cabeleireiro em voga — o celebre Bernardo da rua do Ouvidor, “cabeleireiro de Suas Altezas”, como se lia na fachada de sua casa. Bernardo era o mais popular dos comerciantes do Rio, verdadeira instituição. Ali se vendia de tudo. Á sua porta reuniam-se os politicos, e eram vistos num mesmo grupo de estadistas do tempo, Cotegipe, Saraiva, Itaboraí, São Vicente, Rio-Branco, em palestra animada, depois dos debates no Parlamento. Á sombra do Bernardo desapareciam os partidos, esqueciam-se as desavenças, compunham-se os mal entendidos. Os politicos não iam ali somente pa-

ra as palestras; tambem para se munirem de baralhos de cartas e de tentos, para a partida de voltarete logo mais á noite, depois do jantar. Bernardo vendia ainda perfumarias, vendia rapé, vendia charutos — os deliciosos charutos de Havana, de Ramon Alonso ou de Pedro Murias. Caxias era um dos seus frequentes mais assiduos; seus charutos, como os do visconde do Rio-Branco, tornaram-se celebres, e pagava, dizia-se, por cada um, a soma quasi fabulosa, para o tempo, de dois mil réis.

Desmarais era o perfumista em moda, estabelecido á rua do Ouvidor. Nessa rua se concentrava já, pode-se dizer, toda a vida da cidade, *rue des boutiques élégantes, lieu d'où se colportent les nouvelles, but de promenade, prétexte à flâneries...* (23), dizia um diplomata estrangeiro. A rua dos Ourives, que lhe cortava á meia altura, era, como dizia o nome, o quartel general dos artistas desse officio. Brincos, correntões, pulseiras, camaféus, medalhões, guarneciam as vitrinas do Farani, do Boulte, do Moutinho, do Resse. Só nessa rua contavam-se para mais de oitenta joalherias.

Os homens vestiam-se no Raunier, no Baillon, no Amiel, todos com lojas á rua do Ouvidor. Alguns politicos eram apontados pelo talho de suas sobrecasacas ou o tecido de seus colêtes, pelo apuro no trajar, como Zacarias, como Otaviano, como Rio-Branco. Nesses alfaiates vestia-se tambem a mocidade elegante, a chama-

---

(23) Conde d'Ursel, *Sud Amérique*.

da *jeunesse dorée*, á frente da qual estava o filho do presidente do Conselho, Juca Paranhos, que apesar de estroina incorrigivel, frequentador das cervejarias do Rocio e dos bastidores do Alcazar, era já deputado geral por Mato Grosso e um dos mais brilhantes defensores, na Camara, da politica do Gabinete; e o filho do conselheiro Nabuco, que as moças chamavam *Quincas o Belo*, pela elegancia e beleza masculina do corpo, e se fazia vestir pelos modelos de Cumberland Street.

A confeitaria Carceler, tradicional na historia da cidade, á rua Direita, batisada agora 1.º de março, era outro ponto preferido de reuniões, não somente da mocidade do tempo, como também dos politicos e das altas notabilidades. O Imperador tinha o costume, depois de visitar as igrejas na quinta-feira santa, de ir ao Carceler para tomar sorvetes, ali afamados. Estes eram servidos em forma de piramide, nuns pequenos calices, e custava cada um 320 réis, soma elevada, para o tempo, quando um par de botinas de verniz custava apenas oito mil réis. Mas é que não se fabricava ainda gelo no Brasil: importava-se dos Estados Unidos. A primeira maquina de gelo artificial apparecida no Rio, mais ou menos nessa época, ficaria exposta no vestibulo da Escola Central, depois chamada Politecnica, e durante varios dias serviria de alvo da curiosidade publica, que allí se extasiaria, para vêr a *maravilha*.

Foi a Confeitaria Carceler quem inaugurou no Rio a moda de se collocarem mesinhas e cadeiras na calçada, em frente ao estabelecimento, como se fazia nos *boule-*



*vards* parisienses. Foi um sucesso, que logo firmou a popularidade da casa. Datava de então o costume de chamar-se aquele local da rua Direita de *boulevard Carceler*, ou simplesmente *Boulevard*. Ir ao *Boulevard*, marcar um encontro no *Boulevard*, já se sabia, era defronte da Confeitaria Carceler.

Nos agitados dias da questão Christie, o Carceler tornara-se o ponto de reunião predileto dos patriotas exaltados, que ali iam discutir e tramar represalias contra os Inglezes. Naquele local falara mais de uma vez o Imperador ao povo, que o aclamara, da portinhola da carruagem que o conduzia ou trazia do Paço.

Outro ponto de reunião da rapaziada elegante era a charutaria da Cristina, á rua do Ouvidor, esquina da rua da Vala, chamada agora Uruguaiana. Ali se ajuntava ela, após o jantar, fazendo horas para os espetáculos do Eldorado ou do Alcazar. No Alcazar brilhava, por esse tempo, a celebre Mlle. Aimé, interprete das operetas francezas em voga, como a *Grande Duchesse de Gerolstein* ou a *Fille de Madame Angot*, que platéias sucessivas não se cançavam de aplaudir. Mlle. Aimé fazia agora as suas despedidas, depois de encher os corações e esvasiar os bolsos de seus apaixonados admiradores. A *Revista Ilustrada* comemorava a partida da Franceza para a Europa com uma pagina de grande successo, na qual se via numeroso grupo de senhoras da sociedade, reunidas á praia de Botafogo, soltando foguetes e dando expansão á sua alegria, por ocasião da passagem do

paquete que levava, para sempre, barra fóra, em direção ás terras do Velho Mundo, aquela terrível rival.

Uma passagem para a Europa custava então setenta libras esterlinas, o que, ao cambio do dia, importava em cerca de 700\$000. Asseguravam o serviço de passageiros para o Velho Mundo cinco companhias, entre as quais a Companhia Inglesa e as Messageries Maritimes. Os vapores da primeira iam ter a Southampton e os da segunda a Bordéos. A travessia do Atlantico era feita em vinte e poucos dias, tempo curtissimo, em comparação com os dois mezes ou mais de vinte anos atraz, ao tempo dos veleiros. A *United States* fazia a linha da America do Norte, com o pereurso do Rio a Nova York em 28 dias.

#### IV

O Rio de Janeiro guardava ainda o aspecto colonial, com as suas ruas mal calçadas ou não calçadas de todo, uma vala correndo-lhe ao meio, para escoamento das aguas e das imundicies, encharcadas nos dias de aguaceiro, cobertas pelo barro que descia dos morros, com os seus passeios irregulares, sua excessiva iluminação. Mas não deixavam de ter o seu *cachet*, a sua fisionomia propria; não se haviam ainda nivelado com o tipo uniforme e vulgar das monótonas avenidas modernas. O ministerio Rio-Branco, com João Alfredo na pasta do Imperio, emprendia agora a primeira grande transformação da cidade, com a abertura de novas artérias, o alargamento de outras e o ajardinamento das praças. O

belo parque do Campo de Sant'Anna, atual praça da Republica, foi obra iniciada nessa época, traçada pela mão de Glaziou.

A cidade propriamente dita não ia além do Campo de Sant'Ana a oeste e do largo do Machado ao sul. Toda a vida da Côte se passava, pode-se dizer, nessa área limitada. Para lá de um e de outro lado estavam os arrabaldes distantes, ainda relativamente pouco habitados, onde as principais ruas atuais não passavam de estradas ou caminhos irregulares, com as suas grandes charcas, ensombradas por velhas e copadas mangueiras.

Passara já a época das gondolas, das maxambombas, das cadeirinhas e das liteiras; o bonde, de tração animal, inaugurado havia pouco, era agora o principal meio de locomoção, e viera democratizar ainda mais os hábitos da população, misturando, em seus bancos, ricos e pobres, nobreza e populacho. A principal linha de bondes era a do Jardim Botânico — a *Botanical Garden* (24), que ligava o centro da cidade aos arrabaldes distantes, Lorangeiras, Botafogo e Jardim Botânico. Seus carros partiam da esquina da rua do Ouvidor com a rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias). A outra linha, que servia o bairro de São Cristóvão, tinha seu ponto inicial, no Boulevard, em frente ao Carceler, á rua Direita, depois chamada 1.º de Março.

A denominação de *bondes* fôra uma criação popular carioca. Devido ao som característico das campainhas dos animais que puxavam os carros, o povo lhes dera, a

---

(24) *The Botanical Garden Rail Road Company.*

principio, o nome de *vacas de leite*. Mas esse apelido não pegara. E como, na mesma ocasião, apparecessem os primeiros bilhetes (*bonds*, em inglez) do emprestimo municipal emitido pelo ministerio Itaboraí, parecidos com os que se davam aos passageiros dos carros da companhia, em troca do dinheiro das passagens, tomaram esses carros, na linguagem popular, o nome de *bondes*.

A nomenclatura das ruas conservava ainda a tradição colonial, com o pitoresco dos velhos nomes, tão expressivos e tão nossos. A rua da Constituição chamava-se rua dos Ciganos; a rua Viscondê de Inhaúma, rua dos Pescadores; a rua dos Andradas, rua do Fôgo; a rua Evaristo da Veiga, rua dos Barbonos; a rua Estacio de Sá, rua Mataporceos; a rua Gonçalves Dias, rua dos Latoeiros; a rua Teofilo Ottoni, rua das Violas; a rua Senador Euzebio, rua do Aterrado. O arrabalde de Botafogo estava ligado ao bairro do Catete por dois caminhos: o Caminho Velho de Botafogo, que seria a rua Senador Vergueiro, e o Caminho Novo de Botafogo, que seria a rua Marquez de Abrantes.

A influencia da guerra do Paraguai, terminada havia pouco, não podia deixar de fazer-se sentir tambem na nomenclatura das ruas. Assim, os nomes das principais batalhas e dos nossos mais eminentes generais, como as datas de nossas vitorias, iam para as placas das esquinas. A rua Direita passava a ser a rua 1.º de março, data da terminação da guerra; a rua da Vala, a rua da Uru-guaiana, em comemoração ao cêrcõ e subseqüente derrota das forças de Estigarribia; o largo do Machado, praça

Duque de Caxias; a rua do Sabão, rua General Camara, nome do comandante do destacamento que acabara com a vida de Lopez; a rua do Berquó, em Botafogo, passava a ser a rua General Polidoro; a rua da Copacabana, que lhe ficava visinha, rua da Passagem, em comemoração á passagem do Humaitá; o largo do Rocio Pequeno, praça 11 de junho, data da batalha do Riachuelo, cujo nome substituiu a da antiga rua de Matacavalos; a rua Nova de São Joaquim, que ligava a praia de Botafogo á lagôa do Rodrigo, tomava o nome de rua dos Voluntarios da Patria, em memoria de tantos bravos que se haviam batido nos campos paraguaios.

As residencias da gente bôa, dos homens de Estado, dos diplomatas, dos altos funcionarios, dos officiais generais, não estavam mais localisadas nas adjacencias das ruas do Riachuelo e do Rezende, ou para os lados de São Cristóvão, nas visinhanças do Paço da Bôa-Vista, como nos primeiros anos do Reinado. Haviam descido em direção ao sul, por influencia, talvez, da Princeza Imperial, cujo palacio se levantava nas Laraujeiras, e era agora o centro social da Côrte: espalhavam-se por esse bairro, pelo Catete e Botafogo.

## V

Se alguns poucos viviam ainda para os lados de lá, como Caxias, que morava á rua do Andaraí; Osorio á rua do Riachuelo (antiga Matacavalos); Rio-Branco, que tinha residencia á rua do Conde, crismada agora com o seu

nome; Zacarias, que morava á rua do Conde d'Eu, depois chamada Frei Caneca; Bom-Retiro, cuja chacara ficava no Engenho Novo; ou José de Alencar que morava á rua do Rezende, -- a grande maioria se transportara para as imediações do Flamengo, da praia de Botafogo ou das fraldas do Corcovado. Abaeté e Nabuco de Araújo moravam á rua Bela da Princeza, tambem chamada Princeza do Catete e, muito posteriormente, Correia Dutra; Tamandaré e Cotegipe moravam á rua São Clemente; Muritiba e Paraná á rua da Gloria; Itaboraí á rua do Catete; São Vicente á praia do Flamengo; João Alfredo á rua das Laranjeiras; Paulino de Sousa no Caminho Velho de Botafogo, depois rua Senador Vergueiro.

Esses senhores tinham os seus coches, suas tipoiás, suas séges proprias, que os levavam diariamente ao Senado, á Camara, ao Conselho de Estado ou ás Secretarias de Estado. Para o serviço de aluguel havia os tilburís, estacionados nos pontos centrais da cidade, cuja hora custava mil réis, e os carros de cocheira, que cobravam, pelo mesmo tempo, o dôbro desse preço. Não se costumava dizer *saltar* do carro: dizia-se *apear*. Até nisso o tempo evoluiu. Os moveis chamavam-se *trastes*: "carregar os meus trastes", significava mudar-se. Os negociantes de malas eram chamados *bauleiros*, porque não se dizia *mala*, dizia-se *baú*. Os barbeiros tambem se chamavam *sangradores*, porque applicavam ventosas e sanguesugas, quando não eram tambem dentistas, seguindo uma tradição da Idade Média. Os comerciantes em ob-

jetos de igreja e paramentos religiosos, numerosos e sempre procurados, chamavam-se *vestimenteiros*.

Como esse, havia um certo comercio que depois desapareceu de todo. Os "artistas em cabelo", por exemplo, que á força de paciencia e de habilidade armavam cenas bucolicas em pequenos quadros, desenhavam objetos, ornamentavam retratos de entes queridos, tudo com fios de cabelo. Gillet, francez como os principais comerciantes da Côrte, era o mais afamado nesse genero, e se intitulava, numa frase que deixava margem a duas interpretações, "artista desenhador em cabelos da Casa Imperial".

Havia, ainda, o alugador de rêdes, o vendedor de rapé, o alugador de escravos, o armador de *anjos de gala*, para as procissões. Estas, como as demais festas religiosas, eram uma tradição na historia da cidade. Serviam de pretexto, com os seus santos ricamente ornamentados, transportados em andores, sobre os hombros dos fieis, com cavalos ajaezados, com os seus pagens de roupas coloridas, de divertimento para uma população sequiosa dessa especie de cerimônias. O Imperador, como as principais figuras da sociedade e da politica, não deixava nunca de tomar parte nelas.

O conde d'Ursel, diplomata belga que residia a esse tempo entre nós, focalisou o desfile de uma dessas procissões, no momento justo da passagem do Imperador:

*Un escadron de cavalerie, diz êle, précède les chevaux de l'Empercur, tenus en main par des valets de pied en grande livrée vert et or. Ces chevaux sont revêtus d'un capa-*

*raison richement brodé et orné aux quatre coins des armes impériales en argent massif... Vient le Saint Sacrement, porté dévotement par l'évêque de Rio, qui marche sous un dais, dont les six montants sont tenus à droit par l'Empereur, à gauche par le vicomte de Rio-Branco, président du Conseil, et derrière par les Ministres et des grands dignitaires. Je voudrais savoir peindre pour reproduire, d'après l'effet qu'il me fit, ce tableau que j'avais sous les yeux: le souverain en grand uniforme, sans se départir de son air imposant, tient son bâton des deux mains et regarde distraitement la foule qui l'entoure, ou les fenêtres garnies de monde. De l'autre côté, dans la même attitude, son Premier ministre sourit finement du haut de sa grande taille..." (25).*

Todos os anos, a 15 de agosto, o Imperador acompanhava a Imperatriz ás festas religiosas que se realisavam no outeiro da Gloria, tradicionais desde o tempo do Primeiro Reinado; seguia nisso um costume instituido pelo pai. Em vida do visconde de Meriti, o sogro do marquez de Abrantes, era costume descerem os Soberanos depois para assistir ao baile que aquele lhes oferecia em seu palacete situado nas proximidades, no Largo onde se ergueria muito mais tarde o palacio do Arcebispado. O palacete era construido no alto, ao fundo de vastos e belos jardins; dava-lhe acesso uma longa escadaria, que partia do largo da Gloria. Posteriormente, o Visconde fez construir, por assim dizer, um outro palacete, em baixo, confinando com o Largo, diziam que para poupar á Imperatriz, nos dias de baile, o penoso sacrificio de galgar a escadaria que dava acesso ao palacete do alto. Nes-



sa casa funcionou anos depois o Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

## VI

Outra caracteristica do Rio desse tempo eram as casas de banho, muito populares e procuradas. Os Banhos *Dreux*, á rua do Ouvidor, eram famosos por suas duchas. Havia tambem os tradicionais banhos da rua do Carmo, ainda hoje existentes, situados nos fundos da Capela Imperial, onde se pagava mil réis por cada banho quente. Outro estabelecimento desse genero era a chamada *Barca de Banhos*, no cais Pharoux. — *Vá tomar banhos no Pharoux, que é do que o Senhor precisa!* exclamava, da tribuna da Camara, o deputado Fernando Chaves, respondendo, de máo humor, a um aparte do seu colega Nunes Machado. Um comerciante de banhos, estabelecido na chacara de Dona Agueda, á rua de Matacavalos (hoje Riachuelo), anunciava: “Banhos frios de cachoeira corrente, a 200 reis cada um”. Era pitoresco.

Outro comercio que desapareceu com a quéda da Monarquia foi o de desenhar brazões e cartas de nobreza, traçadas geralmente em largas folhas de papel pergaminho, com arabescos e motivos heraldicos em volta. O mais procurado dos desenhadores de brazões era Aleixo Boulanger, um Francez que viera ha muitos anos para o Brasil e fôra professor de primeiras letras do Imperador. Intitulava-se *mestre de escrita e geografia*

*da familia imperial* (26). Oferecia-se para desenhar “cartas de nobreza e fidalguia”, acrescentando que desenhava “conforme os apelidos”; compunha tambem “armas novas”.

Um titulo de nobreza, que se chamava *carta de mercê*, não se obtinha somente por empenhos e amizade com os Ministros. Custava tambem dinheiro, e não pouco, para o tempo. Havia para isso uma tabela, estabelecida pelo Tesouro. O titulo de Duque, que não coube, aliás, a ninguem mais além de Caxias, pagava de selo um conto de reis; o de Marquez, 800\$000; o de Conde, 600\$000; Visconde, com grandeza, 600\$000, sem grandeza, 400\$000. O titulo de Barão custava 300\$000.

Apezar da fonte de renda que representava, para os cofres publicos, a concessão de tais titulos, não era ela feita a granel, como se veio a fazer, por exemplo, com as patentes da Guarda Nacional. Poderá ter havido, no fim do Reinado, um pouco de abuso na distribuição dos titulos de Barão, os quais, todavia, não chegaram ao numero elevado que se diz. Mas o Imperador era geralmente cioso dessas concessões, e não deixava que os Ministros, por amizade ou interesse politico, se excedessem na distribuição dos titulos.

---

(26) Luis Aleixo Boulanger tinha sido “mestre de escrita, primeiras letras e geografia da Familia Imperial”. Em 1862 foi nomeado “Escrivão da Nobreza e Fidalguia”, cargo que exerceu até sua morte, em 1874, quando foi substituido pelo filho, Ernesto, o qual o desempenhou até 1889 (H. Raffard, *Pessoas e cousas do Brasil*).

Para se vêr quanto ha de exagero no que se repete hoje sobre isso, basta considerar o numero de titulares existentes nos ultimos dias do Reinado, depois de quasi setenta anos de Monarquia. Eram em verdade bem pouco numerosos, excepção, talvez, dos Barões, concedidos geralmente a fazendeiros, senhores de engenho ou homens de fortuna das grandes cidades. Assim, em 1889, contavam-se 7 Marquezes, 10 Condes, 54 Viscondes e 316 Barões. Duque, como já se disse, só houve um, foi Caxias, falecido em 1880.

A nobreza imperial era muito ridicularisada, o que não é de admirar, dado o carater irreverente dos Brasileiros. Sales Torres-Homem, ao tempo em que era apenas o panfletario do *Libelo do Povo*, qualificava-a de "aristocracia de chinelos, alimentada pelo orçamento, e cujos brazões heraldicos o povo não podia contemplar sem rir". Ele não deixava de ter sua dóse de razão. Certos titulos, ou por sua origem ou por sua significação, ou ainda pela feitura-dos respectivos brazões, mereciam, de fato, essas criticas. Ao almirante Silveira da Mota, por exêmplo, fôra dado o titulo de Jaceguai porque rimava com Paraguai, em cuja guerra êle se ilustrara. Poderá haver origem mais ridicula? Chamavam ao barão de Paranapiacaba, o poeta Cardoso de Menezes, por causa da extensão do titulo, barão de *Nunca-mais-se-açaba*. Contudo, no que respeita Torres-Homem, resta saber se depois que o Imperador o agraciou com o titulo de visconde de Inhomirim êle ainda dis-

pensava o mesmo desprezo sarcástico á nobreza imperial.

José de Alencar, este, tinha mais autoridade para criticar, porque, ao menos, nunca recebera ou quizera receber titulo nobiliarquico. Em discurso na Camara, sob gargalhadas dos muitos Barões, Viscondes e Marquezes que lá havia, êle classificara os *titulos e as fidalguias* do nosso Imperio de “uma especie de papel-moeda, nota fiduciaria, cujo valor está na razão inversa do valor metalico, isto é, do merecimento que representa”.

E Alencar era conservador. Que se dirá então dos liberais? Estes, sobretudo nos ultimós tempos do Imperio, por influencia, talvez, do espirito republicano, que apesar de relativamente brando começava já a insinuar-se na mentalidade da nação, e um pouco por snobismo, faziam praça de não aceitar titulos nobiliarquicos.

Exceção de Paranaguá, por exemplo, que apesar de Olinda dizer que não se deixava dominar, tinha muito de um aulico, do proprio Olinda, cujo titulo, aliás, aceitara antes de sua evolução para as fileiras do partido liberal, e de poucos mais, como Ouro-Preto, Sinimúbú, Abaeté, este, no entanto, de origem quasi republicana, os demais chefes liberais timbravam em conservar seus proprios apelidos, recusando-se ou desinteressando-se de um titulo de nobreza. Assim fizeram Saraiva, Zacarias, Dantas, Martinho Campos, Lafayette, Nabuco, Silveira Martins e muitos outros.

Vicente Quesada, ministro argentino no Rio nos ultimos tempos do Imperio, chama a nossa nobreza de *caricatura de aristocracia*, no que êle não deixa de ter até certo ponto razão. Acentúa que era uma aristocracia que não podia transmitir titulos aos filhos, nem vinculava tais titulos com propriedades territoriais, cuja renda dêsse brilho aos brazões. De fato, a nobreza era apenas vitalicia. Não tinha, assim, o prestigio social e politico da tradição. O titulo se extinguia com o agraciado. O filho de um titular só se tornava nobre por seus proprios méritos, como foi o caso do filho do visconde do Rio-Branco, José da Silva Paranhos, feito Barão, ou por méra generosidade do Imperador, como se deu com o filho do marquez de Paranaguá, feito Conde. Semelhante criterio dava sem duvida á nobiliarquia imperial um carater acentuadamente democratico, ainda que parecesse contraditoria a convergencia desses dois principios, e foi certamente uma das muitas concessões que o sentimento monarchico dos constituintes de 1823 fez ao espirito liberal e quasi republicano de muitos dos estadistas da época.

Os filhos desses titulares, a criançada do tempo, que seria a geração chamada a ocupar os primeiros postos nos anos que se seguiriam imediatamente á proclamação da Republica, educavam-se ou com professores particulares, como Tautphoeus, Abilio e pouco mais tarde Kopke, ou em collegios, estabelecimentos afamados pela disciplina, pelo rigor dos estudos, pela excelencia dos mestres. Para os meninos havia o celebre *Exter-*

nato Aquino, á rua da Ajuda, hoje 13 de Maio, na chacara chamada da Floresta; havia o *Atheneu Fluminense*, no Rio Comprido, que Raul Pompeia devia mais tarde celebrar. Mas o principal dêles, o mais tradicional, era já o *Colegio Vitorio*, fundado por Vitorio da Costa, em 1840. Estava situado á rua dos Latoeiros (Gonçalves Dias). Começara a funcionar com 5 alunos apenas, e agora, no fim de trinta anos, haviam passado por alí para mais de 10 mil. O externato custava 8\$000 por mez, ou 96\$000 por ano; o internato, 550\$000 anuais.

As meninas se educavam de preferencia no *Colegio de Botafogo*, dirigido por Mrs. Hiteings, ou no colegio da baroneza de Geslin, no Catete. O internato custava 540\$000 no primeiro, e 480\$000 no segundo desses estabelecimentos. Havia ainda o *Colegio da Imaculada Conceição*, dirigido pelas irmãs de São Vicente de Paula, e ainda hoje existente, á praia de Botafogo. Regulava pelo mesmo preço do estabelecimento de Mme. de Geslin.

A educação que se ministrava nesses collegios era sobretudo moral. Havia empenho em fazer das meninas futuras "damas da sociedade". Ao lado do curso classico de humanidades, elas aprendiam tambem trabalhos manuais apropriados a filhas de familia, *proprios de uma senhora*, dizia um prospecto, tais como costura, *crochet*, trançados, bordado branco, matiz, ouro e froco, flôres de papel, de pano e de couro.

## IV

Os hotéis eram então pouco numerosos e geralmente desconfortáveis. O Brasileiro, quando vinha ao Rio, hospedava-se quasi sempre em casas particulares, de parentes ou de amigos. Não se compreendia mesmo que fossem procurar comodos nos hotéis, destinados, de preferencia, aos estrangeiros ou áqueles que não tinham relações na Côrte. Para estes havia, entre outros, o Hotel de França, tradicional, dirigido por Mme. Chabrie, no largo do Paço, afamado por sua excelente cozinha; o Hotel des Frères Provençaux, á rua do Ouvidor, com entrada pela rua dos Latoeiros. Nessa mesma rua havia ainda o Hotel Ravot e o Hotel da Europa, este á esquina da rua do Carmo.

O Hotel dos Estrangeiros era já, porém, dos mais conceituados, situado onde ainda hoje se encontra, “em frente ao largo do Catete”, que é a actual praça José de Alencar. A diária custava ali de seis a doze mil réis “E’ casa recomendavel — anunciava João Mayall, seu proprietario — e gosa de justa nomeada pelas suas magnificas acomodações e excelente serviço. E’ a residencia de alguns membros do Corpo diplomatico estrangeiro. Tem bom piano. O mar fica-lhe proximo. Os bou-des da Companhia Botanical Garden passam pela porta de entrada do estabelecimento”.

Fóra da cidade havia, entre outros, o Hotel Aurora, na Tijuca, “com excelentes banhos frios, de chuva

e de cachoeira”. O quarto custava ali trinta mil réis por mez, dos quais a metade era paga adiantada, “salvo quando a pessoa fôr conhecida ou recomendada”.

Os Cafés abundavam. Havia o Alcazar, havia o Belle Helène, ambos á rua Uruguaiana, onde ficava tambem o imperial, fazendo esquina com a rua do Ouvidor. Havia ainda o Café de la Paix, na antiga rua do Cano, chamada agora 7 de Setembro. Alguns desses Cafés tinham serviço de restaurante. Uma chicara de café custava 60 réis; um copo de refresco, 200 réis; uma garrafa de cerveja, nacional, 400 réis, estrangeira — ingleza ou alemã — 1\$ a 1\$500 réis.

Almoçava-se das 10 ás 11 horas da manhã; jantava-se das 3 para as 4 da tarde. A's 8 horas da noite era servida a ceia, geralmente copiosa, que valia bem os jantares de hoje. Um almoço, nos principais restaurantes, custava 1\$500; um jantar, 2\$000 — “com vinho da lista”. Nos estabelecimentos mais modestos podia-se almoçar por 600 ou 800 réis, e jantar por 800 ou mil réis.

Os principais jornais do tempo eram o *Diario do Rio de Janeiro*, quasi tão antigo quanto o seculo, o *Correio Mercantil*, *A Reforma*, orgão do partido liberal, o *Jornal do Comercio*. Pacificado que fôra definitivamente o paiz, arrefecidas as lutas politicas, passado o periodo das guerras civis, a imprensa perdia tambem aquele tom violento, que a caracterisara no Primeiro Reinado e na Regencia, deixava de ser uma arma estritamente politica, que só servia para excitar e exacerbar os animos. Não eram apenas os homens e os



partidos que agora a interessavam: também as questões sociais, os problemas da nacionalidade, os princípios, as idéias, os assuntos de literatura e de arte, as descobertas e os progressos das ciencias, a vida e os costumes estrangeiros. Sentia-se que a imprensa se humanisava, com a pacificação geral dos espiritos.

Ao lado dos jornais politicos e das folhas de informação, havia as publicações ilustradas, como *A Semana*, onde colaboravam os lapis de Agostini e de Fleiuss; e as revistas literarias, como a *Guanabara*, publicada sob a proteção do Imperador, onde escreviam, entre outros, Porto-Alegre, Macedo, Gonçalves Dias e Joaquim Norberto.

Abundavam as folhas satiricas e caricatas, como o *Ba-ta-clan*, redigido em francez, o *Lobishomem*, o *Mosquito*, o *Mundo da Lua*, o *Jornal da Galhofa*, que se intitulava “papelucho aristocratico”, e era redigido pelo “Dr. Mentira”; a *Palestra das Primiinhas*, “jornal divertido”, o *Pince-nez*, a *Rabéca*, a *Comédia Social*.

As moças e as senhoras tinham também a sua imprensa propria, com o *Conselheiro das Damas*, que era igualmente musical, o *Jornal das Moças*, o *Jornal das Famílias*, o *Colibri* e a *Estrela Fluminense*, ambas dedicadas “ao belo sexo”, sendo a ultima dirigida “por mancebos dedicados ás letras”.

Havia ainda o *Anacoreta*, periodico da sociedade carnavalesca “Estudantes de Heidelberg”; *O Apostolo*, “jornal religioso”; *Bons exemplos*, “periodico da Congregação das Filhas de Maria”; e as folhas sobre

assuntos puramente musicais, como o *Brasil Musical*, a *Lira de Apolo*, “jornal de modinhas, lendas e recitativos”, o *Novo Album de Modinhas*, o *Salão*, o *Sorriso*, de “recitativos e lundús” (27).

## V

A livraria Garnier, á rua do Ouvidor, era já das mais procuradas, e servia de ponto de reunião dos literatos, jornalistas e artistas da época, que alí se avistavam á tarde, para a troca de impressões sobre as novidades literarias e os assuntos mais palpitantes do dia. Na roda dos homens de letras, com o sorriso acolhedor de sempre, lá estava o fundador da casa, o velho Batis-ta Luiz Garnier, cuja firma comercial — B. L. Garnier — o povo traduzia, com um traço de maldade — *Bom Ladrão Garnier*.

Outra livraria conhecida era a dos Irmãos Laem-mert, fundada em 1833, primitivamente á rua da Quitanda, e agora instalada em predio proprio, á rua do Ouvidor.

Os teatros eram relativamente numerosos, para o Rio desse tempo. Os dois principais eram o Pedro II, tambem chamado Lírico da Guarda Velha, a maior sala de espetaculos da Côrte, com lotação para duas mil pes-sôas, e o São Pedro de Alcantara, no largo do Rocio

---

(27) Todas essas folhas publicavam-se no Rio em 1871. Nem todas tiveram vida longa.

(28), onde tanto brilhara João Caetano. Representava agora ali o celebre Vale. Três vezes o fogo destruíra a velha sala e três vezes fôra ela reconstruída. Tinha lotação para cerca de 1.500 pessoas. Um camarote de 1.<sup>a</sup> classe, com cinco lugares, custava 15\$000; uma poltrona, também de primeira, 3\$000.

Havia ainda o São Luiz, á rua do Teatro, ao lado do Ginasio Dramatico, fundado e entretido por Furtado Coelho, com lotação para 600 pessoas; o Ginasio Dramatico fôra fundado em 1832, e reconstruído mais tarde por João Caetano. A Phenix Dramatica, á rua da Ajuda, era uma das salas mais preferidas do publico. Ali representava a celebre Ristori, marquez de Grillo, que o Imperador e a Imperatriz tanto apreciavam; representava também o Vasques, aplaudido por varias gerações de cariocas. Havia ainda o Lírico Fluminense, o antigo Provisorio, de gloriosa memoria nos fastos artisticos da cidade, no campo de Sant'Ana; o Teatro Casino, chamado posteriormente Sant'Ana, á rua do Espirito Santo; o Alcazar Fluminense, onde se exhibiam as artistas francezas, a Delmary, a Rosa Villiot, a Aimé; aí se reunia a mocidade boêmia do tempo. A Filarmónica era o salão preferido para os concertos; nele dera Gottschalk os seus celebres recitais de piano, e levantara platéias com a interpretação caprichosa que soubera dar ao Hino Nacional. O Politeama era agora um circo.

---

(28) Atual Teatro João Caetano.

Apezar do Rio ser uma cidade de, apenas, 400 mil habitantes, e dos habitos caseiros da população, da escassa iluminação das ruas e deficiencia de meios de transporte, os teatros andavam cheios, e as atrizes em voga tinham as suas noites de celebridade. Era moda oferecer-lhes, num dos intervalos da peça, corôas de flôres ou de penas de passaro.

*Ristori... Rainha,  
No palco do mundo`inteiro,*

recitava o Vasques, numa noite de beneficio na Phenix Dramatica, oferecendo á celebre Italiana uma corôa de penas de passarinho. De outra vez, era a baroneza do Rio-Negro que subia ao proscenio, para oferecer-lhe uma corôa formada de peitos de beija-flôr.

Depois do espetaculo, era costume, nos dias de *beneficio*, a mocidade acompanhar a atriz á casa, em alegre *marche aux flambeaux*, com archotes e balões de varias côres, ao som de musicas improvisadas ou do ruido dos foguetes e vivas.

## CAPITULO III

# OS PAÇOS E A FAMILIA IMPERIAL

*Situação social da familia imperial — Seu modo de proceder — Simplicidade de costumes — O Paço da Cidade — O Paço de São Cristóvão — A vida interior dos Paços — Condições de fortuna do Imperador — Recepções nos Paços — Grande gala e pequena gala — O Conde de Gobineau — Os domingos de São Cristóvão — O Imperador — A Imperatriz — A Princesa Imperial — O conde d'Eu — As recepções do Palacio Isabel — Vida diaria do Imperador — A familia imperial em Petropolis.*

### I

A familia imperial se limitava, nessa época, apenas ao Imperador, á Imperatriz, á filha Dona Isabel (29) e ao genro, o conde d'Eu — casados, estes ultimos, havia poucos anos, e cujo primeiro filho, o princi-

---

(29) A outra filha dos Soberanos, Dona Leopoldina, que se casara, como se sabe, com o duque de Saxe, no mesmo anno do casamento de sua irmã mais velha, passara desde algum tempo a residir na Europa. Falecera, de resto,

pe Dom Pedro, só viria a nascer em 1875. Ela era, naturalmente, o centro em torno do qual gravitava toda a vida social da Côrte. Não tinha, é claro, o mesmo prestigio mundano de que gostavam em geral as familias reinantes da Europa. Isso devido sobretudo á grande simplicidade, mesmo ao verdadeiro retraimento em que vivia a familia imperial brasileira, simplicidade que se refletia desde os Paços, isto é, desde a vida palaciana propriamente dita.

Vicente Quesada nos fala dessa simplicidade de vida da familia imperial: "Qualquer enriquecido, personagem improvisado, vive com maior esplendor; e era singular o contraste moral que exercia a carencia de festas, a ausencia de confôrto, com o Imperador, de andar compassado, a tez branca, branco o cabelo e a larga barba, cujo aspecto saía do vulgar, parecendo morar no outro mundo; entre um poderoso que manda por direito hereditario e aquele cenario burguez, modestissimo, no qual o poder era assinalado apenas pela casaca preta e a gravata branca das visitas officiais no palacio sem esplendor" (30). Oliveira Lima dirá que a vida da

---

em Viena, prematuramente, em 1871. Mais tarde, com o nascimento dos filhos dos condes d'Eu, e a vinda para o Brasil dos filhos da duqueza de Saxe, a familia imperial tornar-se-ia mais numerosa. As duas irmãs sobreviventes do Imperador (a rainha Dona Maria II, de Portugal, morrera em Lisbôa em 1853), suas companheiras de infancia, a princeza de Joinville e a condessa d'Aquila, viviam desde muito na Europa. Ambas sobreviveriam ao Imperador.

(30) *Mis memorias diplomaticas.*

familia imperial e da côrte que a cercava nada tinha de sumptuosa — “foi sempre singela, e tão virtuosa quanto pode caber na fragilidade humana, ao ponto de ser modelar” (31).

Se se viam por vezes no Paço as mesmas intriguinhas de todas as côrtes, não passavam contudo de competições de carater meramente individual, que refletiam apenas o feitio e o sentir de cada um. Não tinham nada do que se via nas côrtes em geral, com os seus partidos, suas *côteries*, seus grupos contra grupos, a se esforçar cada qual por conquistar as boas graças ou os favores dos Monarcas. Isto porque sabiam que nem a Imperatriz, e muito menos o Imperador consentiriam jamais em ser manejados por quem quer que fôsse, por nenhum palaciano ávido de mandar por traz dos reposteiros. Todos sabiam que não teriam nunca a exclusiva predileção do Monarca, que sempre detestara essa classe parasitária de cortezãos. “Não tenho tido nem tenho validos”, dizia êle, “caprichando mesmo em evitar qualquer acusação a tal respeito, sobretudo quanto a validos. Dizem que por esse nimio escrúpulo, não poderei criar amigos; melhor, não os terei falsos quando os haja grangeado” (32).

O que se pode dizer de exato nesse particular, é que depois que se extinguiu a chamada *facção aulica*, que outra coisa não foi senão o grupo de Aureliano de

---

(31) *O Imperio Brasileiro*.

(32) *Diario*, no arquivo da familia imperial.

Sousa, visconde de Sepetiba, e Paulo Barbosa, gosando de um certo prestigio logo depois da Maioridade, todos, indistintamente, que privaram mais de perto no Paço, passaram a desfrutar iguais favores do Monarca, as mesmas atenções sem preferencias, as mesmas regalias sem privilegios. O Imperador se mostrara sempre completamente avêso a qualquer espirito de facção, e não tolérara jamais a formação de côrtes dentro de sua própria côrte. Amavel e ao mesmo tempo severo para com todos, tratando sempre os seus servidores immediatos no mesmo pé de igualdade, mesmo com certa benevolencia, êle timbrava contudo em não querer descer a camaradagens, a familiaridades, como fizera e de que abusara o pai, preferindo guardar intacta a respeitabilidade e a dignidade de suas funções soberanas.

Não era diferente a attitude que mantinham a Imperatriz e a Princeza Imperial para com as damas e as criadas do Paço. Tambem ellas não tinham preferidas, nem protegidas, nem válidas. Se cultivavam um circulo restrito de amigas, como as tem aliás todo o mundo, de uma forma meramente pessoal e privada, não lhes faziam, mesmo a estas, outras concessões que não fôsse a de um puro sentimento de amizade — amizade franca e desinteressada, de parte a parte, que se refletia apenas no circulo caseiro do Palacio, sem nenhum alcance lá fóra, na politica ou na administração, mesmo nas dependencias do Paço.

Esse modo de proceder da familia imperial dava-lhe, naturalmente, um grande prestigio moral, inataca-



vel sob qualquer dos aspectos por que se lhe observasse, e ia refletir nas varias camadas da nação, servindo de exemplo a toda essa sociedade em formação, sujeita por isso a ser facilmente desvirtuada tanto na sua evolução como na sua finalidade. Alberto de Faria dirá com razão que a moral privada do Imperador deu força para criar um ambiente de moral privada que purifica todo o Reinado.

Ele era um exemplo raro de Soberano, do qual não se apontava, com provas convincentes, uma amante ou sequer uma *protegida*: vivia, pode-se dizer, exclusivamente para o lar e para o paiz. *Comment gouverner cet homme?* perguntava um dos Ministros de Luiz Felipe: *Il n'a ni maitresse ni confesseur!* Sob o reinado de Dom Pedro II o elemento feminino nunca contou como um fator de ordem publica. Não seria jamais a êle, por exemplo, que se poderia fazer aquella pergunta, lançada pela impertinente e espirituosa duqueza de Borgonha em pleno rosto do velho Luiz XIV, aconchegado ás sedas de Mme. de Maintenon: *Salvez-vous pourquoi les peuples sont plus heureux sous les reines, que sous les rois? C'est que sous les rois ce sont les femmes qui gouvernent et sous les reines, ce sont les hommes.*

Se, todavia, nutrira algum sentimento mais intimo por qualquer senhora da sociedade ou do mundo politico do Imperio, como se mexericava á boca pequena, devia tê-lo feito de uma forma tão rigorosamente discreta, que até esse traço do seu feitio moral, longe de o desabonar, só pode dignificar-lhe ainda mais o carater.

## II

Esse ambiente de simplicidade predominava em qualquer dos aspectos por onde se apreciasse o Paço. O Imperador, por feitio e por educação, timbrava em torna-lo, em suas linhas exteriores, o mais singelo possível. Nada de grandezas. Na sua pouca ou quasi nenhuma propensão pelo luxo ou pelo fausto, êle se privava até de um relativo confôrto material. Exagerava, mesmo, esse seu desprendimento.

Os Paços imperiais — o da Cidade, o de São Cris-tóvão e o de Petropolis, sem falar na casa de moradia da velha fazenda de Santa Cruz — eram indiscutivelmente menos confortaveis do que muita residencia particular do Rio, como, por exemplo, os solares do marquez de Abrantes, do conde de Bomfim, do visconde de Nova-Friburgo ou do visconde de Merití.

O Paço da Cidade fôra a antiga residencia dos Vice-reis. Construiu-a Gomes Freire, conde de Bobadela, ao tempo em que fôra Governador do Rio de Janeiro, no seculo XVIII. Posteriormente residira ali Dom João VI, antes de se passar para a Quinta da Bôa-Vista.

Era um casarão de estilo barroco, com tres andares. Um passadiço, sustentado por tres arcos, o ligava ao antigo Convento do Carmo, que lhe ficava defronte, á rua da Misericordia, e fôra transformado, ao tempo de Dom João VI, em dependencia do Paço. Um outro passadiço, este de ferro, ligava o antigo Convento á Capela

Imperial (atualmente a Catedral), e por êle passava a côrte nos dias de cortejo. Um terceiro passadiço, de madeira, ligara outrôra a ala direita do Paço á antiga Cadeia, depois Camara Municipal e Camara dos Deputados; mas fôra destruido por ocasião da instalação da Assembléa Constituinte. Com exceção do passadiço que ligava o antigo Convento á Capela Imperial, construido no meiado do Reinado, quando se abriu a rua do Cano (atual 7 de setembro), os demais eram obra do tempo de Dom João VI, e sua construção tivera em vista aproveitar os edificios contiguos ao Palacio, para alojamento do numeroso sequito que o Principe Regente trouxera consigo de Portugal.

No andar terreo do Palacio moravam os antigos empregados do Paço, bem como alguns artistas necessitados, como o escultor Pettrich e o pintor francez Biard, que o Imperador sustentava do seu bolso particular.

A entrada principal do Palacio fazia-se pelo pórtico chamado das Damas. Dava num saguão, de onde partiam as escadas para o pavimento superior. Aí se entrava pelo salão chamado dos Archeiros.

Nos primeiros tempo do Reinado, o trono occupava a sala chamada no tempo dos Vice-reis, das Audiencias, porque eram nelas que havia as recepções ordinarias. Foi Dom João VI quem mandou instalar aí o seu trono, quando, depois da morte da Rainha sua mãe, foi elevado á dignidade de rei de Portugal. Desde então a sala das Audiencias passou a chamar-se do Trono. Seu teto soffreu varias decorações sendo a ultima feita por

Araujo Porto-Alegre, por ocasião da coroação de Dom Pedro II. As paredes da sala eram forradas de damasco vermelho, e ornadas com pilastras de capiteies dourados. O aspecto era agradável, e tinha alguma coisa de sumptuoso. Tres janelas abriam-se sobre a fachada principal.

Mas com a má conservação do Palacio, o teto da sala começou a ameaçar ruina. Houve um certo alarma. Passou-se então o trono para a sala chamada Amarela, em virtude da côr do damasco que lhe cobria as paredes. Aí conservou-se êle até o fim do Imperio. Essa sala era decorada com tres grandes quadros, dois relativos á historia portugueza e um apresentando o juramento da Constituição por Dom Pedro I.

Da antiga sala do Trono passava-se para a sala do Docel, forrada de carmezim. Aí existia um grande painel, representando a cena da coroação de Dom Pedro II. Seguiam-se a sala Azul, tambem chamada da Tocha; a sala Encarnada, onde se viam os bustos da familia imperial, obra de Pettrich, e um painel comemorativo do casamento do Imperador com Dona Tereza Cristina; nessa sala celebraram-se, durante muitos anos, as sessões anniversarias do Instituto Historico e da Academia de Medicina (33).

Havia ainda a sala dos Camaristas, a sala das Damas, onde se via um grande retrato da rainha Dona Ma-

---

(33) As sessões ordinarias do Instituto realizaram-se, durante muito tempo, numa sala do antigo Convento do Carmo, contiguo ao Palacio.

ria I, bisavó do Imperador, e a sala chamada do Despacho, onde o Imperador costumava receber e conferenciar com os Ministros; havia aí um belo retrato de seu pai.

Ainda nesse segundo pavimento havia os aposentos do Camarista, do Guarda-roupa, do Veador, do Mordomo, a sala de jantar e as salas ocupadas pela condessa de Barral, dama de honra da Princesa Isabel.

No terceiro pavimento estavam a sala chamada da Imperatriz, o oratorio e os aposentos das Princesas, das Damas de honor, das Açaafatas e das criadas da Casa Imperial. Os aposentos particulares do Imperador, que os ocupava, aliás, raramente, pois ele residia habitualmente em São Cristóvão, ficavam no sobrado superior da fachada principal.

### III

O palacio de São Cristóvão estava situado na Quinta chamada da Bôa-Vista, devido á posição privilegiada que ocupava, no alto de uma pequena colina, dominando as terras circunvisinhas, onde mais tarde se elevaria o bairro de São Cristóvão.

Essa Quinta fôra propriedade do conselheiro Elias Lopes, e dele passara para o Estado, afim de servir de residencia a Dom João VI. Existira alí, austróra, no começo do seculo XVII, uma capela sob a invocação de São Cristóvão, nome que se passou, por extensão, a toda a região. Quando Dom João VI voltou para Portugal, seu filho, o principe do Dom Pedro, ficou residindo na

Quinta. A velha casa de morada de Elias Lopes sofreu grande transformação em 1822, por ocasião da implantação do Imperio, quando Manoel da Cunha (34), arquiteto e decorador afamado no tempo, lhe deu o primeiro aspecto de palacio. Mais tarde sofreria novas e sucessivas modificações, no sentido sempre de ampliá-la, sobretudo nas duas extremidades, onde se achavam os torreões.

O Imperador ali nascera e se criara; e salvo no curto periodo da tutoria de José Bonifacio, residira habitualmente em São Cristóvão. Suas duas filhas, Isabel e Leopoldina, tambem nascidas allí, tinham-lhe feito companhia até a época de seus casamentos, quando cada qual teve uma casa propria, a primeira nas Laranjeiras e a segunda no mesmo bairro de São Cristóvão.

Fóra uma ou outra sala apresentavel, decorada com certo requinte artistico, o Paço da Bôa-Vista nada tinha que se pudesse chamar de luxuoso. Ressentia-se até de um relativo confôrto. "O Palacio não é belo nem suntuoso, escrevia o almirante von Kraemer á sua mulher em abril de 72; é mobiliado pobrementemente e mal conserva-

---

(34) Manoel da Cunha era um pintor fluminense que nascera escravo, e a custa de golpes de talento conseguira impôr-se como um dos melhores artistas do tempo. Entre outros trabalhos, deixou o tétto da capela do Senhor dos Passos, na antiga Capela Imperial; o retrato do conde de Bobadela, que durante longos anos figurou na Camara Municipal; as pinturas da capela contigua á sacristia da igreja de São Francisco de Paula; e o retrato de Santo André Avelino, existente outróra na igreja do Castelo.

do" (35). "Edifício que podia ser um Palácio — observava Vicente Quesada alguns anos mais tarde, mas faltava-lhe o brilho, mais luz á noite, mais aparato monarquico: porque as formas exteriores simbolisam o poder e impressionam o publico" (36). Ferreira Viana (37) contava que na sala onde os Ministros costumavam aguardar a chegada do Imperador, enquanto êle conferenciava com o presidente do Conselho; "não havia nenhum movel para descanso, nem sequer uma cadeira", situação que só se modificaria em 1878, depois de uma reclamação do marechal Osorio, quando ministro da Guerra no gabinete Sinimbú.

Com o correr dos anos, as coisas só fizeram piorar. O pouco que lá havia, de decorações, de moveis, de tapeçarias, foi se gastando sem se renovar, a tal ponto que no fim do Imperio o velho solar seria quasi que uma casa em liquidação, *modeste bâtiment, bourgeoisement meublé*, como o viu Verschuur, *et ressemblant plutôt à un hôtel de Province qu'à la demeure d'un Souverain*. (38).

"Só tinha de grandiosos os jardins", observava ainda Quesada. De fato, estes eram os mais belos do Rio de Janeiro, mesmo depois do ajardinamento do campo de Sant'Ana. A principio nada existira ali alem de um grande terreno por assim dizer abandonado, onde

---

(35) Carta comunicada pelo Sr. Th. da Graça Aranha.

(36) *Op. cit.*

(37) Suetonio, *O antigo regime*.

(38) *Aux antipodes — Voyages etc.*

crescia o mato e se erguiam alguns casebres. Quando o celebre paisagista francez Glaziou chegou da Europa, em 1863, encarregado de reformar o Passeio Publico, o Imperador tomou a si transformar a antiga Quinta do Elias num parque que seria, para o Rio, o que era o Bois de Boulogne para Paris. Glaziou foi o encarregado dessa obra monumental, na qual o Imperador despendeu, de seu proprio bolso, uma verdadeira fortuna.

O Palacio era outróra ligado á entrada da Quinta por um caminho estreito e irregular, chamado rua do Portão da Corôa (39). Glaziou transformou esse caminho numa bela alameda, marginada de frondosas sapucaias, artisticamente alinhadas. Rememorando, no exilio, os dias felizes que passara em São Cristóvão, dirá a Princeza Imperial: "Na minha infancia, o parque era famoso sobretudo pelas aléas ensombradas, feitas de mangueiras, de tamarinceiros e de outras arvores. Havia uma soberba alameda de bambús, sujos cimos se cruzavam tão alto, que formavam uma verdadeira abobada de catedral. Por inspiração de meu Pai, Glaziou traçou a linha plantada de arvores, que vai dar diante da bela fachada do Palacio. Dos andares superiores desta fachada, vê-se ao longe uma parte do mar, do lado do Cajú; das duas outras fachadas descobre-se o esplendido panorama que tem por fundo a Tijuca e Corcovado" (40).

---

(39) Chamou-se depois rua Pedro Ivo e é atualmente a avenida Pedro II.

(40) *Alegrias e tristezas*, manuscrito da Princeza Imperial, no arquivo da familia imperial.



No fim da alameda traçada por Glaziou estava o pórtico, sustentado por graciosas colunas, tendo ao centro um largo portão, coroado pelas armas dos Braganças. Era copia fiel do que existia em Sion House, e viera da Inglaterra no começo do seculo XIX, presente do duque de Northumberland a Dom João VI.

O parque tinha então uma extensão muito maior do que o atual. Parte de seus terrenos seriam sacrificados ás estradas de ferro Central, Auxiliar e Leopoldina, e parte á construção de quartéis e de outros edificios. Sofreria igualmente sua bela e rica arborisação, em parte destruida sob as primeiras decadas republicanas.

Ao tempo do conselheiro Elias, a Quinta estava ligada á cidade unicamente por um caminho estreito e mal conservado, chamado de Mata Porcos, que seria depois, sob o Segundo Reinado, a rua do Conde d'Eu, e é atualmente a rua Frei Caneca. Para maior facilidade do transito por esse caminho, Dom João VI mandou aterrar a longa extensão de mangue, que marginava a pedreira de São Diogo, ligando assim o largo do Rocio Pequeno( atual praça 11 de Junho) á ponta dos Marinheiros, onde hoje está o prolongamento do cais do Porto. Esse melhoramento ficou desde então chamado o *Aterrado*. Por êle vinha o Imperador habitualmente de São Cristóvão á cidade, para suas occupações diarias. Em parte do Aterrado estão hoje a rua Senador Euzebio e a avenida do Mangue.

## VI

A vida que levava a familia imperial era quasi tão modesta quanto o especto de seus palacios. O Imperador nunca fôra o que se chama um homem rico. Dezenas e dezenas de subditos em seu Imperio desfrutavam rendas superiores ás suas. Quando o pai partiu para o exilio, depois da abdicção de 1831, não lhe deixou, a bem dizer, como herança, sinão os encargos de uma corôa cheia de sacrificios: pouco mais do que o estritamente necessario para o sustento de uma familia modesto. Nada de rendas vtuosas, nada de vastas propriedades. O pequeno Imperador ficou numa verdadeira orfanidade, e se a nação não o perfilhasse, êle certamente mal teria o que comer.

Com o correr dos tempos sua situação não melhorou muito. O desprezo que tinha pelo dinheiro nunca lhe consentiu reunir sequer alguns contos de réis. Na sua lista civil, aliás, não havia margem para tanto, apesar do escrupuloso cuidado com que a empregava. E como suas exigencias pessoais eram modestas, não quiz nunca reclamar mais do que lhe dava o Estado. *Com pouco me contento*, dizia.

Sua dotação orçava em cerca do 800 contos anuais, soma que, apesar de relativamente pequena, e das repetidas tentativas do Parlamento para augmentá-la, seria mantida igual durante os cincoenta anos de reinado. "Tenho querido que todas as minhas despesas corram

por conta da dotação — escreveria o Imperador em 1881 — que jamais quiz, desde que ela foi votada, nem quero que seja aumentada. Até parei com as obras do palacio de São Cristóvão; e se tem-se gasto com o jardim, tornando-o um dos mais belos do Rio, é porque desejo que aproveite ao publico, que precisa desse passatempo higienico. Nada devo, e quando contráio uma divida, cuido logo de pagá-la, e a éscrituração de todas as despesas de minha casa pode ser examinada a qualquer hora. Não ajunto dinheiro, e julgo que o que recebo do Tesouro é para gastá-lo *com o Imperador*. Quarenta anos de um tal procedimento devem ter criado habitos que não se mudam facilmente” (41).

Pouco antes êle havia dito: “A casa não tem dividas, a não ser a contraida por gastos de viagem de um ano e meio pelos Estados Unidos e a Europa (42), onde se gastou o que era preciso para aproveitar todo o tempo possivel, entretanto que a maior parte da dotação continuou a ser despendida no Brasil. Todos os mezes se amortiza essa divida, pagando-se os juros ven-

---

(41) *Diario*, 17 de janeiro de 1881, no arquivo da familia imperial.

(42) E’ de salientar que o seu escrupulo, chegava a ponto de não consentir em que a nação lhe pagasse, com verbas extraordinarias, as despesas de suas viagens ao estrangeiro, que corriam por conta de seus *vencimentos*, como êle chamava a dotação, ou de empréstimos de carater particular, para esse fim especialmente contraídos. Esses empréstimos eram feitos ao conde de Mesquita, filho do conde de Bomfim, e o Imperador timbrava sempre em pagá-los pontualmente, tanto o capital como os juros.

cidos, e esta ficará paga com certeza. As contas da casa não estão em atraso e exige-se que se apresentem sem demora. A escrituração está em dia e pode ser examinada a qualquer momento..." (43).

As dotações dos demais membros de sua família eram igualmente modestas, orçando a da Imperatriz em cerca de 98 contos de réis anuais, e a da Princeza Imperial em cerca de 150 contos. Os outros Principes, á medida que nasciam, eram dotados de somas proporcionais a estas. O Gabinete imperial tinha pouco mais de 2 contos de réis anuais!

## V

Com tão limitados recursos, que podia de fato pretender essa família, sinão a vida singela que levava no Rio e em Petropolis? Apesar disso, toda preocupação do Imperador foi sempre para simplifi-cá-la ainda mais. Nos primeiros anos do Reinado, ainda o cercou um certo aparato. Pouco a pouco, porém, êle foi suprimindo tudo quanto lhe pareceu superfluo. Os cargos que entendia serem completamente desnecessarios em seu palacios, e que só existiam por uma tradição da antiga côrte, foram gradualmente cortados. Assim, foi extinta a Guarda imperial de archeiros, criada por Dom Pedro I por ocasião da fundação do Imperio, a qual, por uma des-

---

(43) Notas, no arquivo citado.

sas contradições da historia, seria muito mais tarde restabelecida, já sob o regime republicano, com o nome de Dragões da Independencia. Suprimiu-se depois um grande numero de cargos inuteis da Casa imperial, tais como a de Mordomo-mór, de Camareiro-mór, de Estribeiro-mór e menor, de Sumilher da cortina, de Rei de armas; extinguiu-se ainda a classe efetiva dos guarda roupas do Imperador.

As economias que resultavam de tais supressões, ou as colhidas em outras fontes, não serviam para o pro-veito pessoal do Monarca nem de sua familia. Tinham um emprego muito mais largo e generoso, de carater es-tritamente humanitario. Eram, ou destinadas á nação, como em 1843, quando o Imperador resolveu concorrer com a quarta parte da sua lista civil para melhorar as dificuldades do Tesouro publico, ou como durante a guerra do Paraguai, quando renovou, alargando, o seu gesto de patriotismo — ou iam servir para atenuar os sofrimentos dos pobres, ajudar a instrução dos necessitados, amparar os orfãos, medicar os enfermos, dar assistencia aos invalidos ou a todos quantos recorressem á sua inexgotavel caridade.

Um exemplo entre muitos. Vejamos, ao acaso, o orçamento da Casa Imperial para o ano de 1882. Ele nos dá uma idéia do espirito de filantropia do Imperador. Assim, dos 800 contos de réis recebidos dos cofres publicos, sua dotação daquele ano, cerca de 130 contos são destinados a fins de assistencia aos necessitados:

<i>Mesada do bolsinho imperial</i> .....	36:000\$000
<i>Pensões a estudantes</i> .....	3:300\$000
<i>Donativos diversos a particulares e Pro- vincias</i> .....	15:000\$000
<i>Esmolas ordinarias</i> .....	34:500\$000
<i>Donativos para as urgencias do Estado</i>	32:000\$000
<i>Escola imperial da Quinta</i> .....	8:200\$000 (44)

A caridade, aliás, era um dos traços frisantes do seu carater. Pinto de Campos conta que desde a mocidade, êle recomendava que ao sair lhe entulhassem os bolsos de moedas de prata, afim de poder distribuí-las aos pobres e necessitados que encontrava. Certa vez, o administrador da fazenda de Santa Cruz, propriedade da Corôa, apresentou-lhe um consideravel saldo, fruto de um administração honesta e laboriosa. — *Saldo, não o quero*, observou-lhe o Imperador; *dê de esmola aos pobres, porque não quero que se diga que estou entesourando capitais*.

Os sabados eram os dias que êle reservava para a distribuição de esmolas, que era feita, parte em seu nome e parte em nome da Imperatriz. Quando o Imperio cairá por terra, o Governo provisorio da Republica, assumindo uma attitude que só podia elevar os sentimentos humanitarios do Monarca deposto, o que certamente não estava na intenção do novo regime, não ousará deixar no desamparo os humildes pensionistas do Imperador; manterá as dotações que este destinava aos pobres necessitados de São Cristóvão, *para os quais esse subsidio se tor-*

---

(44) Papeis da Casa imperial, no arquivo do Itamarati.

nara o unico meio de sua existencia e educação — dirá o proprio Governo provisório.

## VI

Dispondo de poucos recursos financeiros, desfalcada a sua já de si modesta lista civil, com as muitas esmolas que distribuia e recusando sistematicamente quaisquer outros auxilios que a nação quizesse acaso oferecer-lhe, o Imperador tinha bem o direito de viver a vida modesta e retraida que escolhera, sem que por isso pudesse ser acusado de estar guardando para si ou seus descendentes o dinheiro que a nação lhe dava, de estar, como elle dizia, *entezourando capitais*.

A não ser um ou outro jantar ao Corpo Diplomatico estrangeiro, e estes mesmo suprimidos nos ultimos tempos do Reinado, ou as recepções estritamente officiais, quando então havia cortejo e beija-mão, bem poucas vezes se abriam os salões dos Paços (45). Baile oferecido pelo Imperador, desde muitos anos não havia.

---

(45) O almirante von Kraemer, finlandez de nascimento, que esteve no Rio no inverno de 1872, comandando a fragata a cujo bordo estava o grão-duque Alexis, filho do imperador Alexandre II da Russia, nos dá o testemunho da vida retraida que levava a familia imperial. Nas cartas que escrevia do Rio á mulher, elle se queixava do quasi completo esquecimento em que ficara o Grão-Duque no Rio, que só fôra distinguido pela familia imperial com um jantar em São Cristóvão. Von Kraemer descreve esse jantar: elle, o Grão-Duque, seus companheiros de bordo e a familia imperial sentados num dos lados da mesa; os Ministros e dignitarios do Paço no outro lado. "Todo o jantar foi pôsto

Vicente Quesada, que representaria a Argentina no Rio na ultima decada da Monarquia, nos dá uma idéa aproximada da simplicidade, para não dizer da indigencia do aspecto interior do Paço, a ponto de lhe parecer uma casa abandonada. Tendo audiencia com o Imperador marcada para cerca de seis horas da tarde, êle se dirige, pouco antes, a São Cristóvão:

“No Palacio nada revela a essa hora uma residencia imperial. E apesar de haver ali estado mais de uma vez, não sabia o caminho, porque a escada, que nada tem de grandiosa, estava mal iluminada, e os porteiros e criados palacianos brilhavam pela ausencia. Parece-me que a falta elementar de etiqueta impressionava desfavoravelmente o

---

sobre a mesa, e servido desordenadamente, frio, por criados mal vestidos; a metade do *menu* não existia, e a comida era má: sorvetes, geléa, soupa, presunto servido ao acaso, como tambem os vinhos. Felizmente que tudo logo terminou, porque no fim de vinte minutos estava findo o jantar. O Imperador propoz um brinde á saúde do Grão-duque, e se levantou tão depressa da mesa que não deu tempo de se responder ao brinde, nem de esvasiar o unico e magro copo de champagne. Saimos da mesa em procissão, esfomeados e indignados, pois tinhamos vindo com a pretensão legitima de tem um jantar delicioso no palacio de Suas Majestades Imperiais do Brasil”. — Von Kraemer não é sempre imparcial em suas cartas, e a sua má vontade para conosco é evidente. Deve-se, por isso, dar o desconto a tudo que descreve. Mas não deixa de ser interessante a cena que êle refere do fim do jantar, depois que a familia imperial e os convidados se passaram para o salão ao lado, quando os dignitarios do Paço, “Ministros inclusive”, voltaram á sala de jantar, “para acabarem com tudo que tinha ficado sobre a mesa. E não apenas as bôcas, tambem os bolsos se encheram do jantar imperial, que certamente não lhes é oferecido muitas vezes” (Carta comunicada pelo Sr. Th. da Graça Aranha).



estrangeiro, que não podia atravessar aquelas galerias apenas aclaradas, não sabendo qual a porta da sala onde devia ter lugar a cerimonia. Não havia meio algum visível para orientar-me no Palacio, que parecia abandonado aquella hora... Afinal entramos num salão, que parece o mesmo em que se recebe o Corpo Diplomatico, forrado de damasco carmenzim, com espelhos e moveis dourados. Naturalmente, com a nossa presença, se acenderam as luzes, não mui abundantes, apesar de havermos chegado á hora oficial fixada para a audiencia. Pela larga galeria aparecem, abrindo-se, parece, alguma porta proxima, os veadores militares, e logo depois o proprio Imperador, cuja elevada estatura se destacava no pequeno grupo..." (46).

As recepções officiais, em datas préviamente estabelecidas, dividiam-se em duas categorias: as chamadas de *grande gala* e as de *pequena* ou *segunda gala*. Não havia um criterio uniforme na escolha das horas e dos locais para essas recepções: umas se realisavam pela manhã, outras ao meio-dia e outras á tarde, em São Cristóvão ou no Paço da Cidade.

As recepções de *grande gala*, que eram, naturalmente, as mais importantes, tinham lugar por ocasião dos anniversarios de um fato ou acontecimento ligado de perto com a vida do Imperio ou da familia imperial (sem falar na do dia 1.º de janeiro, quando o Imperador recebia, á tarde, no palacio de São Cristóvão, os votos de Ano Novo). Eram dias de *grande galas*: 9 de janeiro, anniversario do *Fico*; 14 de março, anniversario da Imperatriz; 25 de março, juramento da Constituição; 7 de

---

(46) *Op. cit.*

abril, elevação ao trono; 23 de julho, Maioridade; 29 de julho, aniversario da Princeza Imperial; 4 de setembro, casamento do Imperador; 7 de setembro, proclamação da Independencia e do Imperio; 15 de outubro, festa de Sta. Tereza; 19 de outubro, festa de São Pedro de Alcantara; e 2 de dezembro, aniversario do Imperador.

Nos dias do aniversario do juramento da Constituição e do nascimento do Imperador, alem do cortejo de grande gala, ao meio-dia, no Paço da Cidade, havia tambem *Te Deum* e beija-mão na Capela imperial, para onde baixava o côrte. 19 de outubro, dia de São Pedro de Alcantara, era de todos o mais festejado: pela manhã, ás 11 horas, grande gala e cortejo no Paço da Cidade; depois, cerimonia na Capela imperial; e á tarde, das 5 ás 7, novamente corteja em São Cristóvão.

Os dias de *pequena gala* eram o dia de Reis, de aniversario dos Príncipes da familia imperial, e os dias da Semana Santa, quando o Imperador baixava á Capela imperial, depois da recepção, pela manhã, no Paço da Cidade. Na quinta-feira santa a côrte devia voltar ao Paço á tarde, para acompanhar o Monarca, na visitação ás igrejas. No dia de *Corpus Christi* êle dava cortejo de pequena gala no Paço da Cidade, baixava depois á Capela imperial, assistia á festa e acompanhava em seguida a procissão.

## VII

Quando a côrte estava de nôjo, por morte de algum parente proximo dos Monarcas, o que se verificava repetidamente, dadas suas ligações de sangue com quasi todas as familias reais da Europa, a grande gala suspendia e a pequena gala aliviava o luto pesado, e ambas suspendiam-no, se o luto era leve.

O uniforme era a regra para o traje dos homens, nessas cerimoniaes do Paço. As senhoras traziam o manto verde. Até 1869, era obrigatorio, para os gentis-homens, veadores, guardas roupas, moços fidalgos e todos os demais empregados de classe do Paço, nos dias de grande e pequena gala, o uso de calça de casemira branca; depois daquela data, porém, atendendo a pedidos dos mesmos, o Imperador consentiu em que se usassem calças azues.

Todas essas recepções, no fundo, nada tinham de attraentes. Eram sempre às mesmas, com o mesmo desfile, mais ou menos os mesmos personagens, os mesmos uniformes e as mesmas conversas banais. Para o Imperador, eram o que havia de mais cançativo; e embora as suportasse heroicamente, como fazia, aliás, com todos os demais encargos que lhe dava a chefia da nação, êle não podia esconder, em sua fisionomia, um certo ar de enfado, sobretudo no fim do Reinado. Quansi cincoenta anos de galas, grandes e pequenas, de cortejos, de beija-mão e de outras tantas cerimoniaes, sempre repetidas e estafantes, não representavam, de fato, pequeno sacrificio.

A tudo isso, o Imperador preferia viver sua vida caseira, nas salas privadas de São Cristóvão, recebendo, apenas, numa intimidade quasi burgueza, as pessoas que tinham o privilegio de gosar de suas relações pessoais. Bem poucos, aliás, podiam ufanar-se disso. Paulo Barbosa, mordomo nos primeiros anos do Reinado, que formava, ao lado de Aureliano, a chamada facção aulica, desfrutou, durante longo tempo, a simpatia do Monarca, de cuja vida familiar participou. Tiveram depois suas entradas privadas no Paço, Sapucaí, que foi seu professor, Itaúna, Nogueira da Gama, que foi seu mordomo nos ultimos anos do Reinado, o segundo Paranaguá, um pouco São Vicente, e, sobretudo, Bom-Retiro, o unico que podia, em rigor, intitular-se *seu amigo*.

Dentre os diplomatas estrangeiros acreditados no Rio de Janeiro, uns poucos, como Schreiner, ministro da Austria de 75 a 82, que êle conhecera no Cairo, em 71, e com o qual viajara de Alexandria a Brindisi; como Matias de Carvalho, ministro de Portugal de 69 a 77; ou como Vicente Quesada, ministro da Argentina nos ultimos anos do Reinado, mantiveram com o Imperador relações um pouco mais que officiais, de caracter estritamente privado. Schreiner fôra mesmo, durante certo tempo, seu professor de arabe.

Mas o unico que entretera relações de verdadeira amizade com o Imperador fôra o conde Arthur de Gobineau, ministro de França, com quem êle se encontrara pela primeira vez numa das audiencias diplomaticas de março de 1869. "Sabe se o Ministro francez conde

de Gobineau veio no vapor de Bordéas? Não li seu nome da lista dos passageiros. Muito desejo falar-lhe, pois o conheço por diversas obras que publicou, e elogios que fazem dêle, de seu talento e instrução. É natural que a legação brasileira em Paris tivesse dito o motivo que impedia Gobineau de vir para o seu posto no Rio de Janeiro" (47). Esse bilhete a Rio-Branco, presidente do Conselho, é de janeiro daquele ano. Reflete bem a ancidade do Imperador em aproximar-se do novo ministro de França. Que melhores credenciais podia trazer o diplomata para a garantia de uma bôa acolhida na côrte de São Cristóvão?

De fato, Gobineau era já considerado, a esse tempo, um dos grandes espiritos da Europa, exceção, possivelmente, da França, onde só mais tarde, muito tempo depois de sua morte, é que seria realmente *descoberto* e elevado á altura da gloria.

Quando êle desembarcou no Rio de Janeiro, nesse verão de 1869, trazia já em sua bagagem literaria a principal, talvez, de suas obras, a que devia torná-lo um dos grandes pensadores da época: *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*. Aí defendia a sua grande tese, de que eram impossiveis ordem e progresso na humanidade sem o predominio das raças fortes sobre as raças fracas. Basta esse enunciado para julgar-se até quando Gobineau devia chocar, com tais idéais, esse seculo imbuído de democratismo e de igualdade, como fôra o seculo XIX.

---

(47) No arquivo do Itamarati.

Gobineau procurava demonstrar que a principio só houvera raças fortes, raças chamadas superiores, seleccionadas, inteiramente puras. Posteriormente é que elas entraram a misturar-se umas com as outras, provocando, com isso, a degenerescencia de todas e, consequentemente, a corrupção e a decadencia dos homens. Assinalava, nesse particular, o caso da raça branca, que minada pelo sangue semitico eriará, entre outros males, o que êle chamava a *utopia moral* da igualdade e da democracia. A raça germanica ainda fôra das que se conservaram por mais tempo imunes; mas, como as demais, acabou por misturar-se com outras raças, perdendo com isso a sua primitiva pureza e, portanto, o vigor.

A consequencia disso era que a humanidade, sob o pretexto de igualdade e de liberdade, mergulhava eada vez mais na anarquia. E onde a salvação? A salvação não era facil, de tal maneira as raças se haviam entrelaçado e degenerado. Em todo o caso, êle não via senão um meio de pôr cobro a essa decadencia geral: a dominação das raças que ainda conservavam uma relativa pureza, e a volta imediata ao regime de uma sociedade ao mesmo tempo autoeratica e aristocratica.

Para esse apaixonado de raças puras e inimigo de todo sangue semitico, o Brasil não devia ser certamente o paiz de eleição. De fato Gobineau nunca nos amou. Desde que chegou ao Rio de Janeiro, passou a nos julgar com todo o rigor de um homem de principios exclusivos. Nada lhe chocou tanto os sentimentos e teorias de seleção, como o caldeamento desordenado e ininterrupto que

se processava entre as muitas raças povoadoras do nosso solo. A mestiçagem brasileira causou-lhe verdadeira repugnancia — *une population jaune, brune, marron, capucine, bismarck, citron*. Na sua ogerisa pela mistura dos sangues, caíu logo no exagero: *Il n'a plus une famille brésilienne qui n'ait du sang nègre et indien dans les veines; il en résulte des natures rachitiques, et sinon toujours repoussantes, au moins toujours désagréables à envisager*. (48).

A severidade com que nos julgava provinha tambem do fato de êle ter sido mandado para o Brasil contra a sua mais decidida vontade. Gobineau era ministro de França em Atenas, quando tivera noticia de que em Paris se tramava para dar-lhe novo posto. Seu desejo era conseguir Constantinopla, que fôra sempre a grande ambição de sua carreira. Como todo diplomata que se preza, tambem êle se julgava o mais indicado para preencher o posto de suas ambições. Constantinopla lhe iria por assim dizer como uma luva. Não conhecia êle perfeitamente bem os Turcos? Não falava, ou pelo menos não comprehendia as principais linguas do Oriente Proximo? Sua residencia na Persia, e depois na Grecia, não o enfronhara nos menores detalhes das complicadas questões politicas orientais? Enfim, com o seu talento, com a sua erudição, com todos os seus predicados, não estava êle naturalmente indicado para tratar e resolver os multiplos problemas que a França sempre tivera no Bos-

---

(48) Faure-Biguet, *Gobineau*.

foro? Quem melhor do que êle, portanto, poderia occupar o posto de Constantinopla?

Ora, em vez de Constantinopla deram-lhe o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro! Como posto diplomatico, era politicamente insignificante, quasi nulo, nada, absolutamente nada para fazer — *il n'y a pas d'affaires à remplir une coque de noix*, dizia. Depois, era um paiz de selvagens, perdido nos confins do Atlantico, povoado de mestiços; e ainda por cima com um clima malsão, infestado de febres, sufocado pelo ambiente asfixiante dos trópicos! Se havia no mundo um posto contrario á sua índole, á sua educação, aos seus sentimentos e theorias, em suma, a toda a sua cultura — era certamente esse Rio de Janeiro.

## IX

Por tudo isso Gobineau não se tornou nunca amigo nosso. Nem pôra, aliás, possivel exigir-lhe tanto, dado sobretudo que êle residira entre nós apenas o curto espaço de pouco mais de um ano. Não tivera portanto tempo sufficiente para conhecer-nos de perto. A febre amarela o alarmara tanto, que um belo dia resolvera deixar inopinadamente o posto, sem licença do seu Governo, mesmo contra a vontade de seus superiores.

Mas, se nunca nos amou, uma circumstancia, porém, o reconciliaria com a nossa terra e a nossa gente: sua amizade com o Imperador.



Entretanto, como assinala Joaquim Nabuco, nenhum outro se conformou mais inteiramente com a politica pessoal do Monarca do que esse mesmo Zacarias, presidente do Gabinete de 3 de agosto de 66. Alijando Angelo Ferraz (Uruguaiana) do Ministerio para dar a Caxias o comando em chefe do Exército, perseguindo a Lopez e fazendo o Conselho de Estado discutir os projéto abolicionistas de São Vicente, Zacarias não fez sinão obedecer á vontade do Imperador, seguir docilmente a politica da Corôa, mesmo quando em desacôrdo com suas proprias convicções, como foi o caso da aposentadoria forçada dos magistrados prevaricadores.

FIM DO VOLUME II

Dom Pedro II foi o traço de união entre esse cerebro de revoltado e a fecunda e generosa terra brasleira. Logo na primeira audiéncia que lhe deu em São Christóvão, o Monarca o encantou. Esse Imperador de puro sangue azul, de olhos claros e cabelos louros; grande, forte, espadaúdo; a tez rosada, as maneiras delicadas, os gestos brandos, a voz suave; sempre cortez, extremamente amavel; que se lhe revelara desde o primeiro instante um homem de erudição, amigo dos classicos, amigo das artes, apaixonado pelas ciencias; e que ainda por cima manifestara desde logo a sua admiração por toda a obra do pensador que era Gobineau, tão mal julgada ou desprezada alhures, sobretudo em sua propria patria — que desejaria mais, de fato, este, para deixar-se docilmente vencer?

Em verdade, êle sentiu-se facilmente conquistado pelo Imperador. Esse Soberano era um achado! Era um verdadeiro raio de sol que lhe iluminava o espirito naquela escuridão estetica que lhe pareceu ser o Brasil. Logo uma sincera e espontanea simpatia, cimentada mais tarde por uma real afeição, uniu essas duas criaturas, tão diferentes, portanto, no fundo.

Para o Imperador, que fóra dos livros, isto é, de suas horas de leitura, no ambiente quiéto da bibliotéca de São Cristóvão, nada mais havia, em materia de distração espiritual, a companhia da personalidade complexa e cheia de surpresas que era Gobineau, fez-lhe o efeito salutar de um tonico num organismo anemico. O espirito humanista do Monarca deixou-se logo conqui-

tar por esse diplomata entusiasta da civilização hele-  
nica, historiador dos Persas, artista, filologo, sociologo,  
amigo de Tocqueville, de Meřimé, de Renan, de Liszt,  
de Wagner — era um encanto!

Os dois homens passaram a se avistar todos os do-  
mingos — aqueles *domingos de São Cristóvão*, quando  
Gobineau subia as escadas do Palacio, para desfrutar lon-  
gas horas de convivio intelectual na bibliotéca privada do  
Imperador. Eles não esqueceriam mais essas horas de  
tão dôces evocações: “*Eu bem queria estar todos os do-  
mingos em São Cristóvão*“ — escreveria Gobineau a  
Dom Pedro II, dez anos mais tarde — “*no meio dos li-  
vros de Vossa Majestade ou no pequeno salão de baixo*”.  
O Imperador, por seu lado, lhe escreveria: “*Como me  
lembro dos nossos domingos de São Cristóvão, e o que  
não teriamos a nos dizer sobre o que se passa na socieda-  
de atual!*” E, quasi nas vespervas da morte de seu amigo,  
ainda recordaria: “*Adeus; escreva-me mais vezes, se is-  
to lhe dá prazer, e fale-me de tudo, como nos nossos do-  
mingos de São Cristóvão*”.

## X

Gobineau e o Imperador não estavam sempre de  
acordo na apreciação dos problemas que agitavam o es-  
pirito dos homens. Apesar de seu entusiasmo pela obra  
do amigo, Dom Pedro II não a quiz jamais aceitar in-  
tegramente, e como um espirito emancipado que era  
nunca deixou de protestar contra o que achava de *trop*

*absolu* nas doutrinas do pensador. O rigorismo científico deste não se casava com o espírito liberal do Imperador, e muito menos as suas idéias exclusivistas sobre as raças humanas. E quando o seu amigo proclamava um sentimento absoluto, completo, absorvente, quasi tirânico pelas artes, por todas as artes, eis que o Imperador de novo protestava contra essa outra espécie de exclusivismo, para proclamar, a seu turno, a superioridade das ciências, pelas quais confessava nutrir o mais fervoroso dos cultos, um entusiasmo, como êle dizia, *quasi poético*.

Tais divergências de concepção, longe de os separar, serviam, ao contrario, para aproximá-los ainda mais. E ainda quando os distanciava, um amor reciproco pela intelligencia humana logo os atria. A cultura era, no fundo, o traço que os unia.

O Imperador, quanto mais conhecia Gobineau, tanto mais lhe apreciava o espirito, a distinção natural de maneiras, sobretudo o encanto incomparavel de sua conversa. Era terrivelmente sedutor, esse Francez que sabia de tudo, que falava de tudo, sempre com a mesma *verve* inexgotavel e surpreendente, com a mesma dose de ironia e a mesma vivacidade de espirito!

Era nesse doce convívio que se passavam os domingos de São Cristóvão. Gobineau lia ao Imperador alguns trechos de seus trabalhos ou traçava-lhe os planos de outros. O Imperador, por sua vez, recitava-lhe algumas de suas poesias, originaes ou traduções; quando não se deixava levar, insensivelmente, longos quartos de hora,

por sua prosa elevada e rica de citações, de pensamentos nobres, de fundas reflexões.

Com aquella voz fina, quasi feminina, que contrastava extranhamente com o seu vulto alto, o Imperador costumava palestrar longas horas a fio, recostado em sua poltrona, no dôce comercio da palavra. D'Alembert dizia que a conversa de Saint-Hilaire tinha no mais alto gráo o verdadeiro mérito que lhe era proprio, o de não se revestir nem do tom nem do carater exclusivo. Podia-se dizer o mesmo da palestra do Imperador. Ele gostava de falar de tudo, mas sempre com simplicidade, com uma acentuada modestia. Se contraditava o interlocutor, ás vezes com vivacidade, nunca o fazia de uma maneira aggressiva ou menos delicada, que o pudesse acaso chocar. Se, falando, dava sempre a impressão de superioridade, pela elevação dos pensamentos e pela nobreza dos propositos, nunca ostentava traços de vaidade pretenciosa e arrogante. Era-lhe completamente extranho esse tom doutrinal e por isso mesmo antipático, tão commum, não raro, entre as pessoas de alta posição social e politica como elle. Renan, que privaria com o Imperador por ocasião de sua primeira viagem á Europa, nos fala da impressão que lhe deixaram *cette chaleur et cette sincerité d'âme, cette élévation d'esprit et de coeur qui respirent tous ses entretiens*. (49)

---

(49) Carta de Paris, 22 de setembro de 1872, no arquivo da familia imperial.

Embora grande falador, êle sabia tambem ouvir, e nisto se acentuava ainda a superioridade de sua pessoa. Ouvia a todos, simples ou poderosos, soberbos ou humildes, sempre com o mesmo interesse concentrado, o mesmo desejo de aprender, se tal fôsse o caso, não assumindo jamais esse ar de altiva indiferença, que estraga por vezes o encanto de uma bôa palestra. (50) *Bien écouter et bien répondre est une des plus grandes perfections qu'on puisse avoir dans les conversation*, dizia La Rochefoucauld.

## XI

A Imperatriz passava geralmente as tardes, ou em casa de sua filha, nas Laranjeiras, onde ia frequentemente com o Imperador, para tomar chá, ou então num pequeno salão dos seus aposentos privados, em São Cristóvão. Como a rainha Catarina de Aragão, que se deixava esquecer longas horas, sentada ao lado de uma janela de Hampton Court, concertando as camisas do marido, aquele voluvel e malvado Henrique VIII, Dona Teresa Cristina distraia-se fazendo *crochet*, recostada num divan, á luz que entrava da varanda que dava sobre o parque da Bôa-Vista.

---

(50) — “Prefiro sem duvida a conversa daqueles que possam instruir-me, dizia êle. Sempre condenei as perguntas de algibeira, e até tenho censurado quando assim se procede em exames e concursos” (Papeis do Imperador, no arquivo cit.).

Aí recebia as amigas mais chegadas. Tinha quasi sempre ao lado uma das suas damas de honor. A viscondessa de Fonseca Costa (Dona Josefina) era das que á Imperatriz mais estimava. Ficar-lhe-á fiel até a quêda do Imperio, quando, apezar de muito idosa e alquebrada, não deixará de acompanhá-la ao exilio.

Ás vezes, quando lhe permitiam os negocios do Estado, ou desejava repousar entre duas leituras, o Imperador ia passar uma bôa meia hora na companhia da Imperatriz e de suas amigas. Vendo-os ali, os dois, na despreocupada intimidade do seu lar — a Imperatriz recostada no divan, simples como uma burgueza da Provincia, sem joias, quasi, sem enfeites, com aquelle singelo vestido negro, quasi sem adornos nem guarnições, a *robe ménagère*, como se dizia; e o Imperador de pé, ao seu lado, ligeiramente apoiado sobre o espaldar do divan onde repousava sua mulher — dir-se-ia que se estava na presença do classico e burguez *couple chez le photographe*, cujos retratos ornavam invariavelmente aquelles grossos albuns de fotografias de familia, objeto indispensavel a todo salão de visitas burguez do seculo passado.

A Princeza Imperial, moça ainda, com cerca de trinta anos apenas, e casada havia pouco, tendo um circulo mais numeroso de amigas, é que gostava de dar de vez em quando a sua festa. Ela representava, na vida do Paço, o elemento mundano.

Nada tinha de uma mulher bonita. Os traços do rosto eram antes comuns. Tinha o corpo demasiado

grosso, e nisto não mentia á filiação bragança, embora a origem germanica do sangue se denunciase no alourado do cabelo e na brancura da tez. Mas era uma mulher simpatica, muito afavel e de natureza lhã e communicativa. Gostava de conversar, como o pai, e embora falasse com muita vivacidade, não perdia jamais e distincção que a caracterisava.

O Conde d'Eu — *o meu Gaston*, como ella o chamava, na intimidade — era antes um belo homem, de estatura alta e esguia, os traços delicados do rosto, as maneiras elegantes dos gestos. Tinha o bigode fino e longo dos Francezes, um pouco caído sobre os labios, e usava uma barbicha á moda do Segundo Imperio. Como sua mulher, era tambem muito conversador. Mas a surdez, defeito tradicional na familia Orléans, tornava um pouco penosa toda conversação com elle. Possuía uma extraordinaria memoria, que ostentava sempre com indifferçavel vaidade, citando nomes e datas já de todos esquecidos. Enfronhava-se de tudo, e tudo dicutia. Apesar de residir entre nós não havia muito tempo, conhecia já a geografia do Brasil melhor do que muitos Brasileiros, bem como os nossos homens, nossos costumes e nossas coisas.



## XII

As recepções da Princesa Imperial tinham lugar em sua casa das Laranjeiras, chamada o Palacio Isabel (hoje crismado Guanabara), construida nas fraldas da montanha. Era um edificio de linhas vulgares, sem nenhuma pretensão de estilo, e não tinha ainda sofrido as modificações que o transformariam depois no mostrengo que hoje é. Situado ao centro de um belo parque, em frente do qual se extendia a rua Sta. Tereza do Catete, depois chamada Paissandú, com a dupla linha de palmeiras imperiais seu aspecto exterior não deixava de ter uma certa imponencia.

Os Principes recebiam quasi sempre á noite. Davam umas três ou quatro grandes recepções por ano, acolhendo o que havia de melhor na sociedade carioca do tempo, na alta adminstração do Estado, na politica e na diplomacia. Dançava-se. E mais frequentemente fazia-se musica, a que ambos os Principes se mostravam sempre afeiçoados. Dona Isabel era mesmo considerada uma eximia pianista. Tambem tocava violino e, nas recepções de carater mais intimo, gostava ainda de cantar as *romances* em voga.

Pairava nas salas um ambiente de alta distincção, que mais se acentuava com a presença invariavel do Imperador e da Imperatriz. Esta se deixava geralmente ficar a um canto do salão principal, sentada numa poltrona, onde a rodeavam as principais damas da côrte.

Para tirar todo o cunho official a essas festas, não se usava ali o uniforme. O Imperador trazia casaca preta, conservando á mão a tradicional cartola — “uma cartola tipica, fóra da moda, o que lhe dava um certo ar de elegante romantico e exotico, á moda de 1830”, observava, alguns anos depois, Vicente Quesada. Como era seu costume, saía a circular com desembaraço pela casa, recebendo os cumprimentos de uns, dirigindo-se espontaneamente a outros, sempre cortêz, muito simples, muito abordavel, cada vez mais despido dos *ouropéis da realza*, sobretudo depois de sua primeira viagem á Europa, quando simplificará consideravelmente as pragmaticas da côrte. Ouvia a todos com a mesma atenção, acatando sempre com respeito a opinião alheia, e não se furtando em desenvolver a sua, para melhor convencer, mesmo ao mais humilde convidado de sua filha.

O exercicio prolongado do poder não lhe dera ainda, como não lhe dará nunca, mesmo depois de quasi cincoenta anos de governo, o desprezo pelos homens. Tinha e terá sempre um profundo sentimento de humanidade. Cumprimentava a todos indistintamente, até com uma certa exuberancia, em todo o caso sem nenhuma attitude artificial, estendendo despretenciosamente a mão pequenina e bem talhada. Ao voltar da Europa, em 1872, abolirá o ato do *beija-mão*; e só muito mais tarde, nos ultimos tempos do Reinado, quando a idade e a modestia já começavam a pezar-lhe sobre os hombros, é que consentirá novamente em que aqueles que lhe eram mais chegados beijassem-lhe as mãos, assim mesmo só

mente fóra do publico. Ele queria a todos altivos e dignos. Uma attitude servil, fôsse mesmo do mais humilde empregado do Paço, longe de o cativar, deixava-o vexado e todo perturbado.

No meio do salão, sua alta figura dominava fartamente as demais. Dava bem, nesses momentos, a idéia que todos nós fazemos de um verdadeiro chefe de Estado. Tudo nêle se impunha. Não tendo chegado ainda aos cincoenta anos, alcançara já todo o vigor da madureza. O Sr. Magalhães de Azeredo focalisou-o num desses momentos:

“A cabeça pujante pousava com energia tranquila sobre os hombros largos. Os cabelos e as barbas fluentes, cêdo encanecidas, de uma finura de sêda e de uma brancura de prata, se harmonisavam com a tez alva, levemente rosada. A boca, de um desenho firme e delicado, era relativa de bondade, e o queixo, assás saliente, denunciava uma vontade tenaz. Sobre a fronte ampla, elevada, um pouco saliente tambem, os olhos, muito azues, brilhavam serenos, um tanto frios; fitavam o interlocutor decididamente, como buscando penetrar-lhe as paixões e os interesses reais através dos meandros da linguagem aulica; mas no silencio facilmente se velavam de uma expressão pensativa, e como alheia ao ambiente. A voz, apenas, desorientava um instante a quem a ouvia pela primeira vez: era delgada, quasi feminina; mas o tom seguro, e a rapidez da dição corrigiam de pronto essa inferioridade” (51).

---

(51) *Dom Pedro II.*

## XIII

Desde criança, êle se acostumara a levantar-se cedo. São conhecidos cartas e bilhetes seus aos Ministros, lembretes sobre assuntos do serviço publico, assinalados alguns — *5 horas da manhã*. Esse excelente habito êle o conservaria até o fim da vida.

Logo pela manhã eram as audiencias com os Ministros, com os altos funcionarios do Estado, com os diplomatas estrangeiros, com os homens politicos, com todos aqueles, em suma, que tinham a tratar com êle de um assunto de certa importancia. Era costume apresentar-se nessas ocasiões de casaca, sendo que os ministros de Estado vestiam os respectivos uniformes, verdes com bordados dourados. Para as audiencias aos diplomatas estrangeiros, o Imperador vestia a farda simples de almirante. De todos os uniformes que tinha de usar, como Soberano, era o que mais lhe agradava, ou melhor, o que menos detestava, pela discreção do córte e dos bordados: uma simples sobrecasaca, com botões dourados e um discreto galão sobre os hombros, no lugar das dragonas.

Terminadas as audiencias matinais serviam-lhe o almoço. O Imperador nada tinha de um *gourmand*, como o avô paterno, que engolia facilmente dois ou mais frangos. A mesa nunca fôra uma de suas fraquezas. Ele gostava bem de galinhas, principalmente em canjas, as celebres *canjas de Sua Majestade*, mas comia, geral-

mente, muito pouco. Pouco e depressa. Engulia. Os empregados do Paço queixavam-se constantemente desse máo habito, que os forçava a acompanhá-lo na mesma medida, de tempo e de quantidade, com risco de passarem até pelo suplicio da fome. O visconde de Itapagipe, seu camarista, obrigado quasi a não comer á mesa, pela pressa com que o Imperador o reclamava sempre para sair, trazia, diziam, nâs algibeiras, algumas provisões supplementares, que muito lhe serviam mais tarde, no correr do dia...

Depois do almoço o Imperador saía para as visitas officiais aos estabelecimentos publicos, quartéis, arsenais, instituições de caridade, escolas, associações de cultura. Utilisava-se para isso, de uma das carruagens do Paço, que era sempre precedida de dois cadetes batedôres. Voltando de Europa, em 1872, fazia batedor o seu neto, Dom Felipe, filho da duqueza de Saxe.

Para não se atrazarem, e estarem sempre prontos á hora da saída do Monarca, esses cadetes tinham tambem de almoçar engolindo, numa precipitação de collegiais em época de exames. Um deles, meio seculo depois, ainda se lamentava disso com uma certa melancolia: "Data desse tempo o máo vesu, que tomei, de comer ás carreiras, e que tanto danos me tem causado na velhice". (52)

---

(52) João do Rego Barros, *Reminiscencias de ha 50 anos.*

O carro do Imperador era geralmente seguido de um regimento, e sua passagem pelas ruas da cidade anunciada pelo som estridente de um clarim. O americano Herbert Smith, que viajava então entre nós, nos dá um flagrante da passagem do carro imperial pela rua do Ouvidor. "Um barulho de rodas e patas de cavalo, e passa rapidamente uma carruagem, seguida de uma escolta de guardas a cavalo. Arreios reluzentes e belas librés. No fundo do carro estava sentado um belo homem, de barbas brancas; trazia a cabeça descoberta" (53). Era o Imperador, na luta diária de velar pelo bem publico e pela bôa marcha da administração imperial. Nesse, como nos demais deveres de chefe de Estado, ninguem o excedia em zêlo ou bôa vontade. O interesse publico era para esse homem o drama de todos os dias.

#### XIV

As recepções solenes, nos dias de festa nacional, os cortejos chamados de *grande gala*, realisavam-se no Paço da Cidade, quando o Imperador comparecia vestido com o primeiro uniforme de marechal do Exercito, sob o peso de suas principais condecorações. A Imperatriz acompanhava-o ao lado. Vinham os dois de São Cristóvão á cidade cercados de grande cerimonia, precedidos dos altos dignatarios do Paço. As carruagens de que se utilisavam nesses dias solenes, escoltadas sempre

---

(53) *Brazil, the Amazon and the Coast.*

por um regimento de cavalaria, eram as mesmas que haviam servido a Dom João VI, esculpidas em madeira, com dourados e pinturas de côres vivas, enormes, pesadas, com suas rodas de dois metros de diametro — “carruagens de vetustas formas e exquisitos arrebiques (proclamava o máu humor de um jornalista republicano), dissonantes com os veiculos em que toda a gente embarca, mas de molde a justificar as librés franjadas e surradas dos seus impavidos cocheiros” (54).

O Imperador era uma personalidade serena, mas faltava-lhe, no fundo, uma certa harmonia. Tinha algumas contradições desconcertantes. Veja-se este caso: êle era, sem duvida, um homem desprovido de vaidade e gostava da simplicidade; mas, sem embargo, quando vinha á cidade nesses dias de grande gala, era cercado de um aparato complicado, numa carruagem que estaria melhor exposta num museu e que o espirito do seculo, sobretudo de um paiz como o Brasil, já não comprehendia nem levava a sério.

Apenas duas vezes no ano êle se apresentava com todas as insignias imperiais, isto é, com o manto, o ceptro, a mão de justiça e a corôa: era por ocasião da abertura e do encerramento das Camaras, quando comparecia á Assembléa Legislativa para lêr a Fala do Trono. O manto imperial, forrado de papos de galos (55), era

---

(54) Francisco Cunha, *Reminiscencias*.

(55) Ha engano em dizer-se que o manto imperial era forrado de papos de tucano. Por uma conta paga ao tempo do Primeiro Reinado, existente no arquivo imperial, verifica-se que se trata de papos de galos da serra.

quasi sempre motivo de glosa, e a opposição servia-se dele, muita vez, como recurso partidario contra a Corôa. “Ainda hontem — voltava o jornalista republicano — de corôa e ceptro em punho, largo e roçagante manto recamado de ouro e perolas, cingido em saio de alva seda e calções da mais apurada gala, penetrou Sua Magestade no recinto da Assembléa Geral, grave e solene, como ingressaria Jupiter no seu Olimpo” (56).

## XV

No verão a familia imperial subia para Petropolis. O Imperador desfrutava ali um socego e uma tranquillidade de espirito que não tinha no Rio. Os Ministros folgavam com isso, porque não ficavam sob a vigilancia diaria e inexoravel do Monarca. “Sua Magestade foi para Petropolis, escrevia Cotegipe, com visivel satisfacção, ao seu compadre Penedo, e estamos agora mais aliviados de trabalho”.

O Imperador teve sempre uma grande predileção por Petropolis, que era, por assim dizer, uma criação sua. A origem da cidade fôra, como se sabe, á antiga fazenda do Corrego Seco, nome de um dos tres rios que a banhavam, e situada num dos pontos mais pitorescos da serra.

---

(56) Francisco da Cunha, *Op. cit.*



O Imperador a herdara do pai. Este a comprara em 1830, a instancias da imperatriz Dona Amelia, que se encantara pelo local quando por ali passara a caminho da fazenda dos Correias, na companhia da enteada Dona Paula, já gravemente doente. Com a partida do primeiro Imperador para a Europa, fôra a fazenda arrendada a uma colonia de Alemães, que ali se estabeleceram, com suas familias, plantações e criações. Foi a origem da futura cidade de Petropolis.

A primeira vez que a familia imperial passou ali o verão foi em 1847. Nesse tempo não estava ainda pronta a casa que seria mais tarde o Palacio Imperial, só terminado em 1856. Foi ela residir em casa do major Koeler, o intendente da colonia alemã. Mas desde então tornou-se praxe a subida anual para Petropolis, durante os mezes de estio, e a proporção que os anos avançavam, esse pequeno recanto tornou-se o refugio predileto da familia imperial.

A viagem do Rio a Petropolis era feita em cerca de quatro horas. Tomava-se a barca a vapor na Praia (57), e com cerca de hora e meia de percurso, alcançava-se o pequeno porto de Mauá, no fundo da baía. Alí tomava-se o trem de ferro, o primeiro que corra sobre trilhos no Brasil, até a Raiz da Serra, onde se fazia a mudança para as diligencias, as quais galgavam a montanha puxadas por duas vigorosas parelhas de animais, e deixavam os viajantes á rua do Imperador,

---

(57) Hoje praça Mauá.

defronte do Hotel Bragança. Pagava-se do Rio a Petropolis, pelas tres seções da viagem, a soma relativamente elevada nessa época, de dez mil réis.

Rememorando esses bons tempos, anos depois, escreverá a Princeza Imperial no exilio: “Durante o verão iamós para Petropolis. Embarcados no Arsenal de Marinha, na galeota a vapor de meu Pai, navegavamos durante cerca de uma hora, através as ilhas verdejantes, até Mauá. Em Mauá tomavamos o trem, e em duas horas nos achavamos em Petropolis (havia o trajeto de carro, de uma hora e meia). Antigamente não se ia assim tão facilmente a Petropolis. Houve um tempo, na minha infancia, que se dormia no caminho, na fabrica de Polvora. Servia-se então de carros puxados por cavalos ou mulas, ou então, de liteiras” (58).

Salvo nos dias em que tinha de descer ao Rio, para dar audiencia aos Ministros, o resto da semana o Imperador se deixava ficar na serra, entretido com o estudo dos negocios do Estado ou com a leitura de seus autores prediletos. Duas vezes ao dia fazia uma longa caminhada a pé pelas ruas dá pequena cidade, acompanhado em geral de um de seus camaristas, parando aqui ou alí para comprar um objeto, para saudar e dar dois dedos de prosa com um conhecido, e não raro fazer uma visita.

---

(58) Vêr o capitulo *Primeiras afirmações de autoridade*, no volume I desta *Historia*.

---

Nos ultimos anos do Reinado, Petropolis tornar-se-á, pode-se dizer, a sua residencia habitual. Alí passará a grandé parte do ano, num silencio e num recolhimento que tão bem se casavam com a sua natureza reservada. E ficará de tal forma integrado na bela cidade da serra, que não se compreenderá Petropolis sem a figura popular de seu criador.

## CAPITULO IV

### REI QUE GOVERNA

*Completa-se a evolução física e moral do Imperador — Impertinências dos Ministros — “Monarca indormido” — Suas intervenções no Governo — As audiências de São Cristóvão — Visitas aos estabelecimentos publicos — A instrução e as escolas — O Imperador e os jornais — Liberdade de imprensa — Despacho com os Ministros — O Imperador e os presidentes do Conselho — Suas relações com os Ministros — Sua vigilância — Sua tenacidade — A vontade imperial.*

#### 1

Quando terminou a guerra com o Paraguai, o Imperador contava 45 anos. Sua fisionomia parecia bastante envelhecida. Os cabelos, aqueles belos cabelos louros, começavam a ser entremeados de fios de prata, e a sua longa barba parecia antes a de um ancião.

Mas êle estava então em pleno viço. Completara-se a evolução física e moral de sua pessoa. Todo o homem,

sua mentalidade, sua estampa, se fixara definitivamente para a Historia. Pouco antes dessa época o tinha visto Agassiz: “A fisionomia palida e cheia de nobreza. A expressão de seus traços, um pouco severa ao repouso, anima-se e adoça-se quando êle fala; e as suas maneiras cortezes têm uma afabilidade sedutora” (59).

Não tinha mais aquela timidez de antes, dos primeiros tempos do Reinado, que o levava, muitas vezes, a agir caprichosamente, para não passar, aos olhos do grande publico e dos politicos, por um pupilo de seus Ministros, *para que não o reputassem fraco*, como êle proprio o confessaria mais tarde.

Desde cerca de 1850, que a natureza de suas intervenções no Governo era outra. Não recia mais que o tomassem por um boneco dos estadistas. Estes já o sabiam obstinado, por vezes mesmo teimoso, em todo o caso muito seguro de si mesmo, com opinião e vontade proprias. Tinha já a consciencia exata do papel que o destino lhe reservara no ambiente social e politico do Brasil no seculo XIX. Firmara o conhecimento, que se irá sempre aperfeiçoando, das coisas e dos homens do paiz. Sua ingerencia nos negocios publicos visava mais alto, tinha um raio de ação mais largo e mais generoso. Já em 1853 é o *pensamento augusto* do Monarca que decide o Marquez de Paraná a tentar a conciliação dos partidos politicos, permitindo ao paiz, com essa trégua, depois da agitação do primeiro Reinado e do periodo

---

(59) L. Agassiz, *Voyage au Brésil*.

revolucionario da Regencia. o primeiro avanço no caminho do progresso, o verdadeiro inicio da fase industrial na vida brasileira.

Agora êle se afirmava o verdadeiro chefe, o primeiro dentre todos. Acima dos homens, pela realeza; acima dos partidos, pela natureza de seu cargo. Pairando bem alto, constitucionalmente inacessivel e inviolavel, sua personalidade ainda mais se impunha ao paiz pelas excelsas qualidades morais de sua pessoa. Entendia ser, e era realmente o *Monarca*. A serenidade, que sabia guardar deante de qualquer ataque mais brusco, que pretendesse atingí-lo, longe de o diminuir ou o depreciar no conceito de seus concidadãos, ainda mais o elevava e o impunha.

Os politicos, os Ministros, mesmo aqueles mais chegados á sua pessoa; os militares, o alto funcionalismo do Estado; as classes conservadoras, os particulares, todos, enfim, que o privavam de perto, encontravam-no sempre cortez, sempre atencioso, delicado, simples, ás vezes mesmo cordial. Mas tambem sempre em seu lugar, cheio de dignidade e de compostura. Não se rebaixava nunca a familiaridades, como o pai. *Aucun prince ne fût à la fois plus abordable et plus inaccessible*, podia dizer dêle Etienne Lamy. Oliveira Lima nos fala dessa elevação moral do Imperador, da respeitabilidade que sabia guardar, e com ela a dignidade de suas funções soberanas. O que era, sobretudo, notavel, era que sabia se impôr a todos sem gestos ou frases de arrogancia, sem ostentação, sem excessos, simplesmente, naturalmente.

Essa simplicidade era, aliás, um dos aspétos de sua tolerancia. Ele a manteria sempre no trato diario dos negocios publicos. Governava, pode-se dizer, quasi com a humildade de um funcionario, honesto e laborioso, e nunca com imposições, com decisões bruscas, que pudessem chocar, de qualquer modo, as susceptibilidades, muitas vezes excessivas, de seus Ministros. Como confessaria Saraiva, “não entrava em seus habitos contranger ou querer contranger quem quer que fôsse”.

*Não leio pasquins, Senhor!* fôra a frase que êle ouvira calado, certa ocasião, de João Alfredo, quando aconselhava ao chefe conservador a leitura de um artigo contra o Governo, num jornal da opposição. De outra feita foi com Silveira Martins. Agastado com uma observação do Monarca, lançou-lhe estas palavras impertinentes, com tanto menos oportunidade quanto Silveira Martins aí se enganava redondamente, de vez que pela Constituição o Imperador tinha bem o direito de nomear e demitir livremente os Ministros, os quais eram, assim, criaturas da Corôa: “Lembre-se Vossa Majestade que sou ministro de Estado, e não ministro de Vossa Majestade”.

Durante o periodo mais critico da guerra do Paraguai êle escreveu, certa vez, um bilhete ao ministro da Marinha, que era então Afonso Celso, futuro visconde de Ouro-Preto. Lembrava a remessa de uns objéto que Tamandaré, chefe da Esquadra, reclamava insistentemente do sul. Respondeu-lhe o Ministro: “Senhor. — Os objéto pedidos pelo Almirante seguiram hontem.

Fique Vossa Majestade tranquilo, certo da minha vigilancia no pronto cumprimento de todos os meus deveres, mesmo quando não m'os lembram". Esta resposta era quasi uma impertinencia. Todo outro homem menos ponderado não se furtaria a pedir ao Ministro um pouco mais de *bonne grâce*, sobretudo quando esse Ministro era então um rapazola de 30 anos, que apenas estreava na alta administração do Imperio. O Imperador, não. Replicou quasi se desculpando. Dir-se-ia até que os papeis estavam invertidos: "Sr. Celso. — Sei que a sua vigilancia patriótica é tão grande quanto a minha. Mas, nesta quadra de dificuldades e preocupações, devemos todos, mais do que nunca, ajudar-nos uns aos outros".

A verdade é que essas e outras impertinencias de seus Ministros, êle aprendera a ouvir sem molestar-se. Guardava nessas ocasiões uma dignidade, uma reserva, uma compostura, que só o fazia elevar ainda mais no conceito de seus concidãos. Jamais passou-lhe pela cabeça a idéia de um gesto ou um ato qualquer de represalia por isso. E bem sabia êle a que ponto eram susceptíveis alguns de seus Ministros, que impertinencias se permitiam fazer-lhe, a ponto de chegarem alguns ao limite do desrespeito. Itaboraí, Zacarias, Ferreira Vianna, Caxias, Martinho Campos, Cotegipe, São Vicente, Alencar, (60), além dos já citados, podiam ser incluídos nesse numero.

---

(60) Cita-se como de José de Alencar uma frase impertinente, que êle teria dito ao Imperador, a uma observa-



## II

Oliveira Lima dirá que por ser discrêta, não era a intervenção do Imperador menos obstinada. “Ninguém o dissuadia jamais do que uma vez empreendia como um dever, do que considerava sua tarefa” (61).

*Desobrigar-se de sua tarefa*, — eis, em verdade, a preocupação moral que desde cêdo o dominou na função de chefe de Estado, e da qual nunca se apartaria, durante os cincoenta anos de reinado. Era um dever que entendia não ceder a quem quer que fôsse. Nisto, sim, era de uma obstinação invencível. Zelar pela causa publica, estimular a atividade ás vezes sonolenta dos Ministros, ouvir as queixas de fóra, defender os interesses dos fracos, reparar direitos lesados — eis uma especie de atividade em que nenhum outro chefe de Estado foi mais solícito, mais cuidadoso nem mais constante. *Monarca indormido*, é como o chama o Sr. Pedro Calmon. Joaquim Nabuco dirá que o povo, durante cincoenta anos, o encontrou sempre de pé, na galeria de São Cristóvão, ou no Paço da Cidade, ouvindo a todos sem enganar a ninguém; “a sua porta esteve sem-

---

ção deste sobre a candidatura de Alencar á senatoria cearense. E’ pura fantasia. Mesmo porque as restrições que o Imperador fez á candidatura senatorial de Alencar não tinham relação nenhuma com a pouca idade deste; a suposta frase perdia, portanto, a sua razão de ser. Vêr sobre isso o Capitulo *Reforma eleitoral*, neste volume.

(61) *O Imperio brasileiro*.

pre mais franca do que qualquer outra no paiz; e quando se deixava de tratar com êle, para falar aos poderosos, todos sentiam que a vaidade da posição começava abaixo do tronço" (62).

Sua atividade era sobretudo infatigavel quando se tratava do interesse do povo, dos desprotegidos, dos humildes. Então era realmente inveniçivel. Era inexgotavel. Em seus Palacios, no da Cidade, no antigo largo do Paço (63), como no do campo, na quinta da Bôa-Vista, atendia a todo o mundo, ouvia todas as queixas, mesmo as mais banais, mesmo as mais infantis. Nada mais facil para o solicitante do que ir procurá-lo em pessôa. Em sua casa, não se cerravam portas nem se desciam reposteiros. Ter acesso junto ao Monarca era um favor de que todos gosavam, o mais graduado personagem como o mais humilde cidadão do Imperio. Ele parecia repetir aquellas generosas palavras de La Bruyère: *Entrez, toutes mes portes vous seront ouvertes; mon antichambre n'est pas faite pour s'y ennuyer en m'attendant. Vous m'apportez quelque chose de plus précieux que l'argent et l'or, si c'est une occasion de vous obliger: parlez, que voulez-vous que je fasse pour vous?*

---

(62) *Agradecimento aos Pernambucanos.*

(63) Atual praça 15 de novembro. No antigo Paço da Cidade foi instalada, sob a Republica, a Repartição Geral dos Telegrafos.

## III

Gustave Aimard, romancista e aventureiro, que por duas vezes nos visitou, conta-nos com que edificante facilidade êle conseguiu entrar no palacio de São Cris-tóvão, atravessar-lhe as salas sem guardas, e aproximar-se do Imperador, sem que para isso fôsse molestado ou simplesmente embaraçado em seu caminho. Para um estrangeiro, sobretudo para um Europeu, habituado a vêr (antes, a não vêr) os Soberanos do Velho Mundo isolados do publico, a tal ponto que mal se lhes vislum-bravam os olhos, quando êles se aventuravam cá fóra, através florestas de baionetas, o fato era realmente inconcebível.

## Conta Aimard:

“Entrei no Palacio; subi uma larga escadaria tapeta-da, no alto da qual encontrei uma pessôa, que tomei por um porteiro, mas que era um camarista. Perguntei-lhe onde estava o Imperador. — *Em frente, na segunda porta á esquerda*, respondeu-me sorrindo esse desconhecido. Atravessei um imenso salão, que parecia estreito por causa de seu extenso comprimento. Estava deserto, completamente sem moveis, não tendo nem mesmo um banco. Em compensação, os muros se achavam cobertos de telas, das quais, quasi todas me pareceram ser de bons mestres e varias escolas. Algumas delas chamaram minha atenção, parecendo-me de grande valor. Fiquei de tal modo absorvido por essas telas, que esqueci por muito tempo o que tinha ido fazer ali. Duas pessôas que saíam, conversando em voz

alta, chamaram-se á realidade. Abri a porta que o desconhecido me tinha indicado, e achei-me noutro salão, esse muito bem mobilado, no qual se via uma meia duzia de Capuchinhos comodamente sentados, todos cochichando uns com os outros. Atravessei uma galeria bastante estreita, mas muito longa, cheia de gente. O Imperador se encontrava no fim da galeria. Reconheci-o logo pela sua elevada estatura, pela barba loura entremeiada de fios de prata, e pela fisionomia sorridente” (64).

Aimard surpreendia-o justamente num de seus dias de audiencia publica, que se realisava geralmente aos sabados, das cinco ás sete, na extensa galeria que ligava o gabinete de trabalho do Imperador ao salão de recepção da Imperatriz.

Essas audiencias eram realmente *publicas*, no sentido exato da palavra. Todo o mundo, sem exceção de quem quer que fôsse, podia ser facilmente admitido á presenca do Monarca, não se precisando para isso nem de vestuario apropriado, nem de bilhete especial, nem de qualquer declaração ou outra formalidade, e muito menos de empenhos de politicos ou de gente do Paço. Bastava apresentar-se em Palacio, declinar o nome, que era lançado num grande livro, e penetrar naquelas salas abertas a todos. “Cada um pode apresentar-se como quizer, de casaca, de uniforme, de blusa, de roupa de trabalho; nem por isso deixa de ser recebido por Sua Majestade. O mais humilde negro, em chinelos ou pés descalços, pode falar ao Soberano” (65). “Nenhum

---

(54) Gustave Aimard, *Le Brésil nouveau*.

(65) B. Mossé, *Dom Pedro II*.

cerimonial, dirá o Sr. Escragnolle Doria, era só chegar e esperar sua vez, certo de ser atendido. Cada qual trazia o seu interesse, e dava o seu recado sem vexame, na sua gramatica” (66). O Imperador costumava chamar a essas audiencias publicas — *receber a minha familia brasileira*.

O conde d’Ursel, diplomata belga que residiu entre nós, focalisa-nos uma delas :

“Era um sabado, dia por assim dizer de audiencia publica, porque todo o mundo pode falar a Dom Pedro II. Na extremidade de uma longa galeria, avistei o Imperador, vestido de preto, parando perto de cada pessoa, extendendo muitas vezes a mão e escutando sempre com visivel atencáo o seu interlocutor. Nada mais impressionante do que o espetaculo ao mesmo tempo simples e comovente que eu tinha sob os olhos: havia ali homens de condiçáo bem modesta e vestidos pobremente, que esperavam a vez para submeter, sem intermediarios, a sua supplica ao Soberano. O Imperador, com tanta benevolencia como dignidade, deixa assim que venham a êle, uma vez por semana, todos aqueles dentre os seus súbditos, que pensam ter uma reclamação a fazer ou um favor a solicitar” (67).

Era, pois, aos humildes, aos desprotegidos da fortuna, aos desamparados, que a varanda de São Cristóvão se mostrava sobretudo favoravel — “a todos quantos se apresentavam munidos da recommendação de seu

---

(66) *Reminiscencias do palacio de São Cristóvão.*

(67) *Sud Amérique.*

desgosto ou da sua pobreza”, dirá ainda o Sr. Escragolle Doria. “Certa vez, na varanda, falava ao Imperador uma mulher de côr, já idosa, cabeça núa, mãos tremulas, chale aos hombros, vestida de chita, sapatos e meias usados. Aproximou-se acanhada, dirigiu-se ao Soberano, e no perturbado da exposição deixou cair papeis sem duvida de apoio á modestissima pretensão. Apanhou-os o Imperador, restituiu-os, continuou a ouvir por muito tempo, despedindo a suplicante entre sorriso de bondade e gesto de encorajamento, ficando a segurar os documentos que ella lhe confiara” (68).

Certo, nem todos os pedidos eram satisfeitos. Nem todas as reclamações eram atendidas. Mesmo nem todos os direitos eram reparados. Muitos tinham que se conformar com o classico — *Já sei! Já sei!* com que o Imperador costumava acudir logo ás mágoas dos reclamantes. Mas poucos duvidavam de que elle não fizesse, por cada um, tudo quanto lhe era possível fazer. Nenhuma reclamação fundada, contra quem quer que fôsse, sobre qualquer ramo da administração publica ou relativa a qualquer interesse de ordem privada, deixava de ser levada ao conhecimento do Ministro ou do funcionario responsavel. Se nem todos viam satisfeitos os seus desejos ou reparados os seus direitos, nenhum, porém, deixava o palacio de São Cristóvão sem a certeza de que não falara em vão.

---

(68) Escragolle Doria, *Reminiscencias do Palacio de São Cristóvão*.

## IV

Seu desvelo pelos interesses do publico manifestava-se tambem fóra dos Paços, e era raro o dia em que não saía para visitar hospitais, quartéis, repartições publicas, estabelecimentos de instrução, arsenais, academias.

Não eram simples visitas protocolares, como os chefes de Estado costumam em geral fazer, com a mesma indiferença com que vão assistir á inauguração de uma estátua ou ao lançamento de uma pedra fundamental. Eram verdadeiras visitas de inspecção; visitas de utilidade publica. Era raro que se retirasse de alguma delas (quando de lá mesmo não providenciava), sem que no mesmo dia ou no dia seguinte algum de seus Ministros não recebesse, de sua parte, uma observação, uma sugestão, um lembrete, um pedido qualquer de providencia, relacionado com a visita imperial, visando sempre o interesse geral ou particular.

Uma tarde, por exemplo, êle vai visitar o asilo dos inválidos da Patria, chamado Bom Jesus. E logo no dia seguinte parte este bilhete a Paranaguá, ministro da Guerra: "A limpeza do asilo e o bom tratamento dos inválidos dá-me muito cuidado, e creio que; nomeando-se um diretor militar ativo, e encarregando-se o serviço que não tivesse natureza militar ás irmãs de caridade, tudo se conseguiria" (69).

---

(69) Carta de 26 de outubro de 1866. — Os originaes das cartas do Imperador aos Ministros, citadas neste Capitulo, quando não se declare o contrario, pertencem ao ar-

Esse asilo dos inválidos, produto de sua iniciativa, era, aliás, uma de suas maiores preocupações. Sabia bem que se não fôra o seu constante zêlo, muito pouco se cuidaria de velar pela sorte desses pobres desgraçados. Durante os tristes dias da guerra do Paraguai, o Imperador não se cansava de ir ao Bom Jesus, onde tudo observava, notando os inconvenientes, sugerindo aperfeiçoamentos, propondo modificações, no sentido, sempre, de dar aos sacrificados da guerra um pouco mais de alegria e de conforto. “Estive no Bom Jesus — escrevia êle assim voltava de outra visita; o que depende das irmãs de caridade vai muito bem. Elas pedem um armazem, que fica perto da casa em que elas estão, para guardar objéto dos invalidos que ocupavam os dormitórios. O seu colega da Marinha pode dá-lo, removido o que um armazem contem para outro, cujo telhado carece de concerto. As obras do Bom Jesus não mudam de lugar. O engenheiro consta-me que não vai lá ha seis dias. O madeiramento carece de ser examinado. O barroteamento não está bom, assim como o assoalho. Recomende que ladrilhem ou asfalem o pavimento terreo, mas por igual, e de modo que não perea emplastrado” (70).

Um ano mais tarde, e êle não escondia o seu contentamento pelo bom andamento das obras que ordena-

---

quivo do Instituto Historico Brasileiro. As do arquivo de Cotegipe foram reveladas por seu neto, o Sr. Wanderley Pinho — *Cartas do imperador D. Pedro II ao barão de Cotegipe*.

(70) Carta a Paranaguá, de 26 de fevereiro de 1867.



ra: "As obras do Bom Jesus vão bem, e a inauguração do Asilo pode ser no dia 29. Tem-se trabalhado com zelo e muito gosto". E não esquecia certos detalhes, talvez insignificantes para o chefe supremo da nação, mas primordiais para os infelizes asilados: "É preciso que haja bôas camas guarneecendo, ao menos, a enfermaria, e cumpre cuidar disso quanto antes. Também poderá haver mesas e bancos decentes nos refeitórios, do que urge também cuidar (71).

No correr de outras visitas, seu desvelo pela sorte dos desprotegidos não se manifestava menos. Voltando da inspeção a uma das fortalezas do Rio, escrevia a Muritiba, ministro da Guerra, esta carta, que pode ser um modelo de *genio de bagatelas*, como se dizia, mas prova, em todo o caso, o carinho com que o Imperador defendia a triste situação desses presos do Estado, os quais, abandonados nos cubiculos da fortaleza, só podiam contar e contavam de fato com a assistencia e o interesse do Monarca. Pelos termos desta carta pode-se reconstituir facilmente a cena verdadeiramente patriarcal, do Imperador de pé no pateo interior da fortaleza, ou á porta dos cubiculos, cercado pelos presos, seu alto vulto dominando os demais, recebendo, com aquella tradicional paciencia, a queixa de um, o pedido de outro, animando a este, confortando aquele:

---

(71) Idem, de 9 de julho de 1868.

“Sr. Muritiba. Desejo saber o que succedeu a respeito dos 50\$ de que trata o telegrama dirigido aó cadete Gama e Melo, que se ácha preso na fortaleza Sta. Cruz. — Como vai o negocio do Carazedo, que ha tempos me pede seu perdão? Acha-se preso em Sta. Cruz. — O capelão da fortaleza deve residir nela, para ensinar doutrina cristã e primeiras letras aos que não as sabem. — Chamo a atenção para o requerimento de Manuel Joaquim Cavalcanti de A-breu. Os presos de Sta. Cruz queixam-se do almoxarife, que não distribue a devida razão. Vai havendo falta dagua nas cisternas, e um preso disse que era arraçoada. — O comandante ficou de informar ao Snr. do que houver sobre a ordem para deixar o preso Bastos vir á Cidade. Examine bem donde partiu a culpa” (72).

De outra vez seus passos se dirigem á fortaleza de Villegaignon, que dependia do ministerio da Marinha. De volta ao Palacio, este bilhete ao respectivo Ministro, Cotegipe: “Estive hoje na fortaleza de Villegaignon. Ha presos com processos demorados, quando os da Marinha não são nulos. Falaram-me duas crianças de São João da Barra, a mais velha por nome Augusto Manuel de Paiva, irmãos e netos de uma velha, que disseram-me ter-se apresentado por conselho do Vigario, receiosos de que os recrutassem. O mais moço prefere aprender officio, e talvez fôsse justiça e é certamente caridade fazê-los adquirir algum meio de vida no Arsenal” (73).

Durante a guerra do Paraguai, suas visitas aos arsenais de Guerra e de Marinha eram por assim dizer

---

(72) Carta de 28 de setembro de 1868, no arquivo da familia imperial.

(73) Carta de 11 de outubro de 1869.

diarias. Ele entendia ativar, com a sua presença, a preparação de todos os petrechos de guerra indispensaveis á terminação o mais breve possível e com a menor soma de sacrificios, de uma luta que absorvia então todas as energias vivas da nação. “Estive hontem no arsenal de Guerra e de Marinha — escrevia a Paranaguá. Poucos projectis por ora, e a Marinha pede á Guerra mais 100 mil libras de polvora, mais do que tudo o que tem até agora a Guerra” (74).

Sua vigilancia era realmente incançavel! Alcançava todos os detalhes. Nada escapava ao seu olhar arguto. Carta a Paranaguá, de 13 de dezembro de 1867: “Estive na experiencia do Andaraí. O diretor parece zeloso e inteligente. Ele já representou sobre as necessidades do estabelecimento. Veja se manda pôr lá um altar portatil, para dizer missa no estabelecimento, ao menos para os empregados. Tambem estive na fabrica da Conceição. O edificio reclama reparação, e se esta se fizer numa parte dêle que mais arruinada se acha, haverá quasi espaço para armazens”. Tem-se ás vezes a impressão de que só êle via os defeitos, de que só a sua vigilancia contava: “No quartel do Campo, ha no deposito 300 e tantas praças e no quartel de cavalaria 164, se bem me lembro. Ha um lugar, que por seu péssimo cheiro, quasi constante, deve empestá-lo. O soa-lho do rancho tambem é deposito de sujidade, esburacado como está” (75).

---

(74) Carta de 26 de fevereiro de 1867.

(75) Carta de 25 de abril de 1867, a Paranaguá.

## V

A instrução publica foi sempre um dos seus mais constantes cuidados. Ele compreendia que o grande problema brasileiro não era sinão um problema de instrução. Uma nação de ignorantes seria sempre como que um corpo debilitado e raquitico, aberto a todas as molestias. Daí o seu ininterrupto desvêlo pelas coisas de ensino, patenteado sobretudo na assiduidade com que acompanhava de perto os trabalho dos principais estabelecimentos de instrução da Capital.

É certo que muitas de suas visitas ás escolas se limitavam a interromper uma aula ou um exame, assistir a uma exposição ou á tradução de uma matéria, e retirar-se depois com o camarista que habitualmente o acompanhava. Mas a significação do gesto estava justamente no interesse que procurava mostrar, com a sua presença, pela instrução da mocidade brasileira. Uma visita sua, por curta ou menos aparatosa que fôsse, era sempre um incentivo tanto para os professores como para os alunos.

Um destes, mais de quarenta anos depois, ainda tem na retina a cena de uma dessas visitas imperiais, tão profunda e nitidamente se lhe ficara gravada na memoria. Diz: "No collegio (*o collegio de Pedro II*), subitamente, a sineta, batendo o toque simples do inicio da aula e dobrado do fim do recreio, entrava a bimbalar repetidamente num aviso de festa. Já se sabia — era a visita de Dom Pedro II. Ele a fazia frequentemente,

corria todas as aulas, subia ao estrado do professor, sentava-se na cadeira ao lado e entrava a questionar os meninos como um mestre-escola cuidadoso e paciente. Tenho na memoria a sua lembrança, tanto me impressionou a beleza singular daquele velho, plácido e corpulento, um grande corpo que as pernas já vacilavam em carregar (76), uns olhos que o tempo se comprazia em azular cada vez mais na suavidade, uma fronte larga e polida, barbas brancas de santo, rosto feliz de abnegado, attitude tranquila de justo, vulto inconfundivel de nobre” (77).

“Tenho assistido a exames e concursos somente para conhecer as habilitações individuais”, dirá o Imperador certa vez, defendendo-se da accusação que lhe faziam (de que não se acusa um homem publico no Brasil?) de ir perturbar com isso os trabalhos das escolas, “tendo assim reconhecido desde então por mim mesmo muitas intelligencias, que têm feito figura depois. Rio-Branco (o Visconde), lembro<sup>1</sup>, fez exame em minha presença na antiga Academia Militar”. Mais adiante: “Se vou aos concursos e outras provas literarias ou scientificas, é para poder dar minha opinião, que ás vezes não se adota, sobre as provas, assim como conhecer as habilitações individuais. Quantos Ministros tenho eu conhecido desde o collegio? O tempo que nisso gasto é para mim

---

(76) Refere-se ao Imperador nos ultimos anos do Reinado.

(77) Fernando Magalhães, *Discursos*.

quasi que mero cumprimento de dever, tendo eu leituras ou estudos que certo preferiria por gosto" (78).

Em seu diário, esta nota, lançada á data de 28 de novembro de 1862, e que êle terá certamente relido, vinte e sete anos depois, não sem um leve sorriso de resignação e ironia: "Assisti aos exames dos alunos mais adiantados do Instituto dos Cegos. Benjamim Constant Bortelho examinou bem em aritmetica, mas em cosmografia fez perguntas muito gerais. A professora Benedita da Costa é faceira demais, e será bom que case com Benjamim, para quem parece ha inclinação (79). Recomendei a Benjamim que desse ás matematicas o carater pratico" (80).

Acontecia, sobretudo nos ultimos anos, que esses exames, ou conferencias, a que assistia, acabavam por cansa-lo, e êle não continha alguns cochilos discretos durante uma preleção mais longa ou uma exposição mas fatigante. Cá fóra, entre alunos, professores e assistente, o fato era chistosamente comentado, e repercutia, como era natural, na imprensa de opposição. Meio resabiado, o Imperador articulava a sua defeza: "Se cochilo, é porque tambem fico fatigado — *homo sumus*. Tenho ido a conferencias e outros atos depois de despachos

---

(78) Notas a Sinimbú, no arquivo da familia imperial.

(79) Benjamim Constant casou-se em abril do ano seguinte, com Maria Joaquina da Costa, filha do diretor do Instituto dos Cegos, Dr. Claudio Luis da Costa, cuja filha mais velha era casada com Gonçalves Dias (Ivan M. B. Lins, *Benjamim Constant*). Será a mesma "Benedicta" a que se refere o Imperador?

(80) Arquivo citado.

que duraram até madrugada, até duas e meia horas da manhã. Não o faço para mostrar robustez, mas porque desejei sempre animar nessas conferencias as letras e as ciencias" (81) — o que não deixava de ser, até certo ponto, (digamos entre perentesis) uma animação *sui generis*, essa de estimular o conferencista ou o aluno com um cochilo, ainda que imperial...

## VI

O mesmo carinho pela instrução, que lhe guiava os passos em direção a uma escola, presidia-lhe o gesto de larga significação, recusando a estátua que lhe queriam elevar em regosijo pela terminação da guerra com o Paraguai, e pedindo que o produto da subscrição aberta para tal fim, fôsse aplicado exclusivamente na construção de escolas.

"Leio no *Diario*, escrevia êle a Paulino de Sousa, ministro do Imperio, que se pretende fazer uma subscrição para elevar-me uma estátua. O Sr. conhece meus sentimentos, e desejo que declare, quanto antes, á comissão de que fala o mesmo *Diario*, que, se querem perpetuar a lembrança do quanto confiei no patriotismo dos Brasileiros para o desagravo completo da honra nacional e prestigio do nome brasileiro, por modo que não me contrarie na minha satisfação de servir a minha Patria, unicamente por um dever de coração, muito estimaria eu que só empregassem seus esforços na aquisição do dinheiro preciso para a construção de

---

(81) Notas a Sinimbú, cit.

edifícios apropriados ao ensino nas escolas primarias, e o melhoramento do material de outros estabelecimentos de instrução publica. O Sr. e seus predecessores sabem como sempre tenho falado no sentido de cuidarmos seriamente da educação publica, e nada me agradaria tanto como vêr a nova era de paz firmada sobre o conceito da dignidade dos Brasileiros, começar por um grande ato de iniciativa dêles a bem da educação publica” (82).

É que êle tinha a noção exata do que valiam, do que podiam realmente exprimir esses gestos de cortezania, e no seu cepticismo filosofico pesava bem o que havia de inexpressivo e falso no levantamento dessas estátuas em vida, nessas glorificações contemporaneas, que bem poucos homens podiam realmente vangloriar-se de as ter recebido por um sentimento expontaneo e sincero de seus concidadãos. Ainda nesse mesmo ano de 70 êle recusava idêntica homenagem, de cuja promoção se occupava a Camara dos Deputados, com a votação do respectivo crédito. A Muritiba, ministro da Guerra: “Não aprovo a despeza de 36 contos com a construção de minha estátua monumental e mais arranjos do quadro em frente ao quartel do Campo. Dê as ordens para que tal não se faça, e sinto não ter sido prevenido desse projeto antes de apresentado o crédito. Comunique o pensamento desta carta á comissão da Camara, afim de que suprima a verba de 36 contos” (83).

---

(82) Carta de 19 de março de 1870.

(83) Carta de 13 de maio de 1870, no arquivo da familia imperial.



Dez anos antes, regressando da viagem ás Provincias do norte, já êle escrevera ao presidente do Conselho de então, recusando uma dessas manifestações mais que suspeitas de regosijo popular. O que era de salientar era que enquanto outras sumidades se deixavam — e se deixarão, enquanto o mundo fôr mundo — iludir por esses movimentos de pura hipocrisia humana, quando não os provocavam, fazendo-se então de emprezarios de suas proprias glorias — esse jovem Monarca de trinta e cinco anos, apenas, tinha bastante discernimento e consciencia de si mesmo, de sua propria dignidade, para recusar altivamente tais gloriolas, e escrever estas linhas, que refletiam já o carater do homem sizudo, modesto e indifferente a uma popularidade que se entendia dever cercar todo Soberano: “Sr. Ferraz — Vejo que se preparam aí grandes festejos por motivo de meu regresso, e apreciando a intenção dos que concorrem para êles, não posso deixar contudo de testemunhar que estimaria que parte das despezas pelo menos tivesse util emprego, o que aliás é difficil de conseguir da vaidade humana” (84).

## VII

Era sabido o cuidado com que lia os jornais, principalmente os da Côrte, e dentre estes o *Jornal do Comercio*, onde se publicava diariamente uma seção, sob a rubrica *Para Sua Majestade o Imperador*, á qual recorriam todos quantos tinham queixas a levar aos ouvidos

---

(84) Carta datada “1860”, idem.

do Soberano. Era uma nova especie de *boca de leão*, oide cada qual deixava a sua acusação, reclamava a sua justiça, expunha uma mágoa ou formulava simplesmente uma queixa. Todos estavam certos de que ali não escreviam em vão. Á mesa dos despachos, o Imperador trazia essas queixas ao conhecimento dos Ministros, aos quais interpelava, ou para pedir um esclarecimento ou para exigir um inquerito ou ainda para reclamar uma providencia qualquer. “Sse eu lembro ás vezes o que me consta a respeito de qualquer individuo proposto para emprego — explicava — á porque devo informar os Ministros do que sei, sem por isso deixar de admitir que os homens se regenerem. Até sou inclinado a desculpar e esquecer os fatos que não provam carater *imoral*”. E depois: “Ouço a todos, porém não posso sinão por vezes valer-me disso, quando chamo a atenção dos Ministros e discuto com êles sobre o que imprensa diz de importante” (85).

Muita vez um detalhe ou uma circumstancia ignorada ou dada cemo ignorada pelo Ministro interessado, e referida pelo Imperador, deixava aquele numa situação de visivel embaraço; como no dia em que Martim Francisco, o moço, ministro da Justiça do terceiro gabinete Zacarias, lhe submetia a nomeação a juiz de Direito de um candidato apresentado como pauperrimo, para melhor conquistar a assinatura imperial. *Não sofre tantas*

---

(85) Notas a Sinimbú, no arquivo citado.

*privações* — observou-lhe com mordacidade o Monarca — *a mulher ganha muito em quitandas* (86).

Com relação aos jornais das Províncias, era costume fazer um extrato dos principais artigos e notícias por êles publicados, para serem submetidos á apreciação do Imperador. Essa prática fôra estabelecida em 1854, pelo conselheiro Nabuco de Araujo, quando ministro da Justiça do Gabinete da Conciliação. Formavam tais extratos ou recórtés uma especie de *dosisers* (87), aos quais recorria o Imperador sempre que precisava interpelar um Ministro a respeito dos assuntos nêles referidos. “Tais recórtés constituíam o desespero dos Ministros. Os recórtés e a memoria imperial vigiavam, implacaveis, para com os acobertadores de erros e violencias partidarias” (88).

---

(86) Martim Francisco, *Dom Pedro II, Partidos, Ministros*.

(87) Grande numero desses *dossiers* se encontra hoje no arquivo da familia imperial.

(88) Escragnolle Doria, *op. cit.* — Talvez por isso José de Alencar resolvesse acabar com tão incomodo sistema de fiscalização imperial, quando ministro da Justiça do Gabinete Itaboraá, em 1868. O fato tem sua significação pela impertinencia de Alencar, que se permitiu dirigir a respeito uma carta ao Soberano, em termos e com argumentos que revelavam bem a extranha concepção que êle fazia dos deveres do chefe do Estado. Como o Imperador notasse a falta de remessa dos extratos, Alencar, a quem competia organisá-los, como ministro da Justiça, escreveu-lhe participando que tomara a iniciativa de suprimi-los. Alegava — o que era um méro pretexto — que se tratava de um serviço não previsto no regulamento de sua Repartição e, portanto, “de carater clandestino, que repugna a um documento official, especialmente em um documento destinado ao Sobe-

De fato, nada ali escapava á sua atençaõ. Lia tudo, fõsse qual fõsse a natureza do assunto. Os comentarios, as noticias ou os artigos que mais o impressionavam, costumava marcar com uma cruz ao lado do respectivo resumo (com o celebre *lapis fatidico*), que lhe servia mais tarde de lembrete, quando não os reclamava logo na integra, para melhor inteirar-se de seus dizeres, escrevendo ao lado: *quero vêr, quero vêr*. Sua atençaõ ia sobretudo para as violencias das autoridades publicas, as quaes, como sempre, ficavam em sua maioria impunes ou, pelo menos, com a puniçaõ incompleta.

Era uma vigilancia implacavel! Implacavel e limitada, que se extendia a fatos os mais insignificantes, passados em regiões as mais distantes do paiz. O zêlo imperial não encontrava barreiras. Como a luz, que tudo invade, penetrava nas trévas mais espessas, alcança-

---

rano". Entendia, por outro lado, que se tratava de uma praxe "inutil á administração e prejudicial á Corõa". E acrescentava: "Essa inspecçaõ minuciosa que V.M.I. deseja exercer sobre o paiz na melhor intençaõ e com o pensamento de bem usar de sua alta e benéfica attribuiçaõ moderadora, toma aos olhos da naçaõ um aspéto que se não coaduna, nem com o espirito sinceramente constitucional do Soberano, nem com a dignidade de seu ministro da Justiça. — Entende a opiniãõ publica e mui sensatamente, que o zelo de V.M.I. em *v*estigar do procedimento das autoridades subalternas é sin oma infalivel, ou de uma incessante desconfiança no Ministro, ou de um exercicio pessoal da attribuiçaõ executiva". E terminava: "O Ministro de V.M.I. faltaria á lealdade e dedicaçaõ devidas a seu Monarca, se não houvesse abolido um estilo que expunha a Corõa, desairando o seu Gabinete" (Carta de 27 de janeiro de 1869, communicada pelo Sr. Wanderley Pinho).

va os logarejos mais longinquos e obscuros do Imperio. O *Correio de Minas*, por exemplo, dava noticia de assassinatos, cometidos nos confins da Provincia, os quais, tendo embora ficado impunes, haviam dado lugar á demissão do sub-delegado local. Isto já era uma providencia; mas que todavia não contentara o profundo espirito de justiça do Imperador, que anota então ao lado esta pergunta, para ser levada ao conhecimento das autoridades da Provincia: *E porque não precessado?*

O *Jornal do Comercia*, do Recife, noticiava a perseguição sofrida por um certo Ponce de Leon, de parte do sogro, que queria á força que a filha divorciasse do marido. A questão fôra entregue á decisão da Relação metropolitana da Bahia, e o *Jornal* falava na corrupção do clero e da justiça do Imperio, interessados em proteger o sogro perseguidor. Notava ao lado o Imperador, mandando que se levassem essas acusações ao conhecimento do presidente e do bispo de Pernambuco, e arcebispo da Baía.

De outra vez era o *Cearense*, de Fortaleza, que publicava uma serie de artigos, reclamando contra a carestia dos generos alimenticios em toda a Provincia; nota ao lado, traçada pelo Imperador — *Quero vêr estes artigos*. No Maranhão, o *Progresso* queixava-se de persiguições movidas por autoridades, por causa de medição de terras: *Se não ha informações, exijam-se*, escrevia á margem o Monarca. A *Estrela do Amazonas*, jornal que se publicava em Manáos, chamava a atenção das autoridades eclesiasticas e civis para a propaganda pro-

testante que se fazia na Provincia, com larga distribuição de Biblias. A vigilancia do Imperador logo acudia: *É negocio que demanda vigilancia*, escrevia êle com vistas ao ministro do Imperio. Noutra ocasião ele duvidava que se tivessem feito o resumo fiel de um determinado artigo, publicado noutro jornal do Amazonas, e lançava ao lado: *Quero vêr se o extrato contém todas as noticias.*

O *Tocantins*, folha insignificante, de Goyaz, noticiava, em junho de 1857, a execução, pelo presidente da Provincia, de uma ordem do ministro do Imperio, data-da de tres anos atraz (setembro de 54). Tratava-se da construção alí de um presidio. Quer pela natureza da noticia, quer pela insignificancia do fato a que ela se referia, quer pela distancia da região, por tudo, enfim, o acontecimento não prenderia dois minutos da atenção de uma autoridade subalterna da Provincia. O Imperador, porém, tudo via. Para êle, não havia nada sem importancia, desde que se tratasse de zelar pela causa publica. Uma ordem de construção de um presidio, que levava tres anos para ser cumprida, era, de qualquer modo, signal de desleixo da administração. E lançava ao lado a pergunta fiscalisadora, que tanto atrapalhava os Ministros: *Qual a causa de tão grande demora?*

São notas suas, sempre repetidas, ao lado de cada resumo: *Exgiram-se informações em tal data — Exigiram-se informações — Informações em tal data..* Para avaliar-se a operosidade do Monarca, nesse detalhe de administração publica do Imperio, e que aos displicentes

se afigurava destituído de importancia, mas que pertence, rigorosamente, á verdadeira ciencia do governo, basta dizer que só no anno de 1857, êle percorria para mais de 400 folhas manuscritas de extratos de jornais das Provincias, deixando á margem de cada um, de seu proprio punho, observações que provavam, pelo menos, o cuidado e o interesse com que os lia. Os Ministros, premidos por essa fiscalização constante e indiscreta do Monarca, vingavam-se chamando-o' *genio de bagatelas*...

### VIII

Mas êle, que tinha consciencia do serviço que prestava com isso á causa publico, e, portanto, do valor real, da imprensa num paiz livre, não se cançava de apontar o jornal como um de seus mais eficazes colaboradores de governo. “A tribuna e a imprensa, cscrevia em suas notas, são os melhores informante do Monarca. E a Sinimbú declarava: “Sou partidario da completa liberdade da imprensa, pois é esta a melhor fonte de informações, sendo a unica” (89).

É certo que nunca, como então, chefe de Estado ou autoridade publica do Brasil levou tão a sério o papel policiador da imprensa. Tambem nenhuma outra foi mais livre em nosso paiz do que a de seu tempo. Um só exemplo o prova. Durante a guerra do Paraguai publi-

---

(89) No arquivo da familia imperial.

cava-se no Rio de Janeiro um jornal ilustrado francez, chamado *Bataclan*, no qual se ridicularisava, com ironias e pilhérias ás vezes de máo gosto, inclusive com caricaturas, os principais chefes militares brasileiros. Caxias entre outros. No entanto o Imperador nunca consentiu que essa revista fôsse perturbada em sua livre circulação. (90).

A liberdade de imprensa era para êle como que um dogma do regime representativo. “Sem liberdade de eleição e de imprensa não ha sistema constitucional na realidade, escrevia em suas notas, e o Ministerio que transgride ou consente na transgressão deste principio é o maior inimigo do Estado e da Monarquia” (91). Ele diria como D’Alembert: “Não sei se a liberdade de imprensa deve ser concedida; mas se a concedem, deve ser sem limites e indefinida”.

Joaquim Nabuco diz em seu livro *Agradecimento aos Pernambucanos*, publicado pouco depois da queda da Monarquia, que nada abalava as duas idéias do Imperador — que se não devia tocar na imprensa, e que as opiniões republicanas não inhabilitavam nenhum cidadão para os cargos que a Constituição fizera só depender do mérito. Á margem desse trecho, no exemplar de sua propriedade, escreveu o Imperador: *Assim foi*.

A liberdade de que gosava a imprensa, entre nós, feria até mesmo a atenção daqueles que estavam habi-

---

(90) Vide coleção completa, de 4 anos, na Bibliothéca Tereza Cristina, da Bibliothéca Nacional.

(91) No arquivo citado.



tudos a vê-la largamente praticada nos velhos paizes cultos da Europa. Schreiner, ministro da Austria no Rio, escrevia a este proposito ao conde Andrassy, em junho de 75, isto é, durante o Governo conservador de um militar (segundo ministerio Caxias), que devera ser a expressão mais reacionaria do poder entre nós: "O Imperador não gosa de maior respeito (*ehrfurcht*) do que o presidente de uma Republica americana. Nos artigos dos jornais liberais, êle é atacado pessoalmente de um forma que causaria au autor de tais artigos, em toda a Europa, e até mesmo na Inglaterra, onde se tolera uma dose bastante forte de liberdade, um processo de alta traição" (92).

## IX

Entre nós ninguem, ao menos com o assentimento ou simples conhecimento do Monarca, foi jamais perseguido ou mesmo perturbado por delicto de opinião escrita. Ele se opunha sempre a toda e qualquer pressão sobre os jornais, ou, melhor dizendo, sobre os jornalistas, mesmo pressão *financeira*, tão de agrado dos politicos em geral, por entender que se devia combater a imprensa unicamente por meio da imprensa. Era esta uma opinião que se lhe enraizara desde cêdo no espirito. Rapa-zola de trinta anos, apenas, em 1856, êle escrevia a Caxias, quando este assumia o Governo por morte de Para-

---

(92) Officio de 14 de junho de 1875 no Staatsarchiv de Viena.

ná: "Devemos combater a imprensa por meio da imprensa, e não procurá-lo calar pelo interesse. Os seus abusos, puna-os a lei" (93).

Ele preferia que se criasse uma folha oficial, declaradamente oficial, á qual se confiaria a defeza dos atos do Governo e a tarefa, mais que todas delicada para uma nacionalidade em formação, de orientar a opinião publica no sentido dos verdadeiros interesses nacionais. As vantagens ou desvantagens de um tal sistema eram e serão motivos de eternas discussões. Mas tinha, para o Imperador, a conveniencia de impedir o suborno dos jornalistas, arma sempre eficaz nas mãos dos politicos, e acabar, consequentemente, com a bastardia da imprensa. O aluguel ostensivo e confessado do jornalista pelo Governo, então como sempre, era já uma chaga do regime representativo. O Ministerio da Justiça tinha, para isso, a sua conta corrente em dia. Só Justiniano Joaquim da Rocha custava ao paiz, mensalmente, a quantia de 400\$000, o que era enorme para o tempo (1860). A *Marmota*, um jornaleco de Paula Brito, recebia, na mesma época cerca de 200\$000. (94).

"Quando se tratou da criação de uma folha oficial — escrevia o Imperador em agosto de 64 — apoiei esta idéia, porque o que se houver de despender necessariamente com a imprensa, bastará para sustentar na maior parte a folha oficial, e esta, sob as vistas imediatas do Governo, esclarecerá e defenderá mais convenientemen-

---

(93) Notas, no arquivo da familia imperial.

(94) Notas, no arquivo cit.

te os atos dêle perante a nação, livrando-o ao mesmo tempo da maior ou menor pressão das outras folhas. A imprensa do Governo, dirigida como o tem sido até agora, antes faz mal do que bem á administração" (95).

## X

Desde cêdo, no Reinado, ficaram tradicionais as reuniões do Ministerio em São Cristóvão, realizadas geralmente aos sábados. A principio havia dois despachos por semana, mas os Ministros acabaram por convencer o Imperador da vantagem de reuni-los num só, ainda que mais prolongado, vantagem que, no caso, não era sinão a comodidade dêles.

Na grande sala de despacho do Palacio, sala inconfortavel, singela e mesmo quasi pobre, como em geral toda a casa, reuniam-se os Ministros em redor de uma mesa, sob a presidencia do Monarca. Já antes, porém, de virem á presença imperial, êles tinham discutido e esmerilhado os asuntos de suas pastas numa reunião prévia, que se realisava na secretaria da Justiça. Dizia-se que haviam *estudado a lição*. A partir de 1862, essas

---

(95) Notas avulsas, idem. — Quando se tratou da questão da criação de uma folha official, em reunião do Ministerio, ao tempo do segundo gabinete Caxias, o Imperador foi vencido em sua opinião favoravel, tendo consigo apenas os votos do presidente do Conselho, de Sousa Ramos e de Saião Lobato. Os outros quatro, Paranhos (Rio-Branco), Manoel Felizardo, Inhaúma e Taques votaram contra (Diario do Imperador, janeiro de 1862, no arquivo citado).

reuniões preparatorias passaram a ter lugar na secretaria da Agricultura, criada naquele ano. Elas partiram de uma sugestão do Imperador, que queria com isso dar melhor coessão ao Gabinete, facilitando-lhe uma maior unidade de julgamento naquilo que se referia aos problemas de administração publica. “Quanto ás relações entre mim e o Ministerio — escrevia êle em 1856, com vistas a Caxias, que assumia a direção do Gabinete por morte de Paraná — insistirei sobre a necessidade de que todos os negocios de interesse geral sejam tratados em conferencia antes de virem á minha presença”. E acrescentava, com a dose de presunção propria ao rapazola que era, então, de seus 31 anos: “Que se guarde segredo a respeito de qualquer resolução, até que ela não possa deixar de ser divulgada, não me devendo nunca, salvo caso urgente, ser apresentado qualquer ato para assinar, sem que previamente haja manifestado a minha opinião, e tenha o Ministerio tomado a sua resolução” (96).

Em Palacio, o primeiro a despachar com o Imperador era o presidente do Conselho. Faziam-no a sós, numa sala ao lado. Esse sistema, como tantas outras coisas entre nós, não escapava á critica impiedosa dos politicos: “Acham por ventura constitucional os nobres Senadores — perguntava Silveira Martins — a pratica das longas conferencias do Imperador com os presidentes do Conselho, enquanto os outros Ministros, membros de um mesmo poder, esperam a passeiar pelos corredores, dormindo nas ante salas do Paço?”

A chefia do Gabinete, desde quando fôra criada, em 1847, sob o Ministerio Alves Branco (Caravelas), era o verdadeiro traço de união entre os Ministros e o Imperador. A principio, dada a pouca experiencia que havia do regime representativo, quando o parlamentarismo ensaiava entre nós os primeiros passos, o presidente do Conselho não desfrutava da mesma autoridade que veio a ter depois. Olinda, Abaeté ou Itaboraí, por exemplo, presidentes do Conselho no primeiro periodo, não tiveram, certamente, nas funções desse cargo, a mesma liberdade de ação que deviam ter mais tarde Cotegipe, Saraiva ou Ouro-Preto, chefes do Gabinete nos ultimos anos do Reinado. É que o Imperador só progressivamente foi dando aos presidentes do Conselho toda a autoridade de que vieram finalmente a desfrutar.

Uma de suas principais prerogativas, a livre escolha dos Ministros, por exemplo, êle só a transferiu integralmente aos presidentes do Conselho de um certo tempo para cá. Não é que antes estes fôsem obrigados a aceitar passivamente os nomes de seus colaboradores, que acaso lhes impuzesse o Monarca. Mas era costume submetê-los antes á aquiescencia do chefe do Estado, sem o que não se podia dizer organizado definitivamente o Ministerio.

## XI

Dizia-se que já Paraná, em 43, gosara da liberdade de recrutar livremente os Ministros. É possível, muito embora nessa época não se tivesse ainda criado o cargo

de presidente do Conselho. Mas o certo é que só bem mais tarde é que essa prática entrou definitivamente em nossos costumes políticos. Muito possivelmente por volta de 1862, por ocasião da organização do primeiro ministerio de Zacarias. Conhecido o carater susceptivel e absorvente deste, não é de extranhar que tivesse sabido *impôr* ao Imperador todos os seus colaboradores de confiança. Quando, em 1883, o conselheiro Lafayette, presidente do Conselho, obrigou o seu ministro da Guerra a demitir-se, sob a acusação de incompetente, recorreu este ao Imperador, pedindo reparação para a *afronta*. A resposta de Dom Pedro II foi que de ha muito havia transferido aos presidentes do Conselho o privilegio de propôr a nomeação e a demissão dos Ministros. Sem embargo, como toda regra tem excepção, veremos no ano seguinte o Imperador *vetar* (suas objeções a respeito não terão outro significado) o nome de Rui Barbosa, que o senador Dantas procurava incluir no Gabinete. (97).

---

(97) Vêr Capitulo *O Declínio*, no volume III desta obra. — Sobre a escolha de Ministros, ha esta nota nos papeis do Imperador: "Eu não posso formar estadistas. Desde a criação da presidencia do Conselho, no Ministerio Paula Sousa, em 1848, é o presidente do Conselho que tem escolhido os outros Ministros, sobretudo depois que foi tomando corpo a acusação infundada de *poder pessoal*" (Arquivo da familia imperial). — Ha aí um pequeno engano de memoria do Imperador: a lei que criou a presidencia do Conselho é de 20 de julho de 1847, e não de 1848, e o Ministerio que estava então no poder era presidido por Alves Branco, 2.º visconde de Caravelas, e não por Paula Sousa. Este era o ministro do Imperio, que pleiteara e referendara a lei da criação da presidencia do Conselho, o que é outra coisa.

Mas a regra era a regra. Até mesmo a escolha de Senadores, outra das principais prerogativas constitucionais da Corôa, o Imperador acabou, sinão por consentir em transferí-la ao exclusivo criterio dos presidentes do Conselho, ao menos em dividí-la com estes, sobretudo depois do sério incidente com Zacarias, por causa da escolha de Sales Torres-Homem, e que tanta celêuma levantou nos arraiais politicos do Imperio.

Seu desejo era que o presidente do Conselho exprimissem cada vez mais o pensamento coletivo do Ministerio, fôsse o fiel reflexo do Gabinete, o espelho, por assim dizer, onde êle pudesse vêr, para melhor julgar, e nortear-se, a orientação exata de seus colaboradores de Governo; sobretudo com relação aos problemas essencialmente politicos, quando a Corôa devia ficar resguardada de qualquer choque ou fricção partidaria. São palavras suas, textuais: "As minhas relações com os Ministros terão lugar, quando fôr possível, por intermedio do presidente do Conselho, para que melhor se realise a unidade de pensamento, e fique mais a coberto a minha pessôa, principalmente nas questões em que se possam achar comprometidos interesses de partido ou de particulares". (98).

No fundo, o seu objetivo era aplicar entre nós a pratica ingleza, segundo a qual o chefe de Estado só se entende com o seu Primeiro Ministro. Mas, em que pezem as queixas de Silveira Martins, nunca nos adapta-

---

(98) Notas, no arquivo citado.

mos a esses extremos do regime parlamentar. Em verdade, o sistema que afinal prevaleceu no Imperio foi antes o mixto, entre o rigorismo inglez e o liberalismo francez. Em França, tanto nos reinados de Luiz XVIII e Carlos X como no de Luiz-Pelipe, todos os Ministros gosavam da liberdade de entender-se diretamente com o Rei. Casimir Perier tentou modificar essa praxe, no sentido de adotar-se ali o sistema inglez. Mas não conseguiu sinão durante o seu Ministerio.

## XII

Após o entendimento prévio entre o Imperador e o presidente do Conselho, é que se dava inicio ao verdadeiro despacho coletivo, quando todos, então, se sentavam em redor da grande mesa, de cada lado do Imperador. Aí observava-se uma precedencia de pastas, desde muito estabelecida: Imperio, Fazenda, Justiça, Estrangeiros, Guerra, Marinha e Agricultura.

A pasta da Fazenda foi sempre considerada a mais importante. Era por isso a preferida pelos presidentes do Conselho. Desde 1847, isto é, desde a criação deste ultimo cargo, dezeseis vezes foi ela ocupada por chefes de Governo. Paraná em 1853 e Rio-Branco em 1871, os dois mais brilhantes presidentes do Conselho da Monarquia, foram ministros da Fazenda em seus respectivos Ministerios. Saraiva, nas duas vezes que presidiu o Governo, ocupou igualmente essa pasta. Sousa Franco,



Itaboraí, Ferraz (Uruguaiana), Zacarias, Martinho Campos, Paranaguá, Lafayette, Dantas, João Alfredo, Ouro-Preto foram também, a um tempo, presidentes do Conselho e ministros da Fazenda.

Depois da pasta da Fazenda, foi a do Imperio que deu maior numero de presidentes do Conselho: quatro vezes, sendo que tres vezes na pessoa do marquez de Olinda, e uma vez na pessoa de Zacarias. Justiça, Estrangeiros e Guerra deram, cada qual, dois chefes de Governo; a ultima, por duas vezes, na pessoa de Caxias; a de Estrangeiros, na de São Vicente e Cotegipe; e a da Justiça, na de Furtado e Zacarias, sendo que este quando chefiou o celebre Gabinete de seis dias, morto, por assim dizer, ao nascer, e crismado por isso o *Ministerio dos anjinhos*. Finalmente, as pastas da Marinha e da Agricultura deram apenas, cada uma, um presidente do Conselho: Abaeté e Sinimbú, respetivamente.

Essas reuniões do Ministerio em São Cristóvão eram chamadas jocosamente pela gíria parlamentar, de *sabatinas*, pela gravidade com as presidia o Imperador, sempre atento á exposição que os Ministros lhe faziam sobre os negocios publicos do paiz, sempre incançavel no esmiuçar dos problemas, nas providencias a tomar, nas diretrizes a seguir. “Com o lapis (o lapis fatídico da lenda) entre os dedos da mão direita e, á esquerda, tirinha de papel para as notas, ouvia Dom Pedro II a exposição do negocio; enterreirava o competente debate e, esticada que fôsse a disputa sem resultado definitivo, adiava a papelada para outra sessão, com a infalivel sentença —

*está bem!* Não se fumava nessa sala dos despachos, mas num compartimento lateral, onde só a datar de 1866 apareceu agua gelada” (99).

### XIII

Durante a discussão dos assuntos, era costume aceitar a intervenção no debate de qualquer dos Ministros, ainda quando se tratasse de materia da competencia exclusiva de uma determinada pasta. Fôsse qual fôsse a natureza da questão, todos tinham o direito de falar. O Gabinete tornava-se assim homogeneo, associado, solidario em tudo e por tudo. Por mais especial que fôsse a natureza de uma pasta, como a da Guerra, ou a da Marinha, ou a da Agricultura, nada impedia que os demais Ministros entrassem também na apreciação de seus problemas, emitissem suas opiniões proprias, mesmo suas divergencias com os respetivos titulares, e fizessem ainda, muita vez, prevalecer suas razões no animo do Imperador. Este ouvia a todos calados, muito atento, recostado na poltrona, para decidir depois em ultima instancia.

O despacho era assim, de fato, coletivo. Tinha um tal sistema a vantagem de treinar todos os Ministros a um tempo nos mais variados assuntos da administração publica, e de prepará-los, portanto, para todas as eventualidades. Não somente ficavam aptos, como se via, a

---

(99) Martim Francisco, *op. cit.*

defender, no Parlamento, os assuntos de qualquer das pastas, quando ausente o titular ali atacado, como tambem se preparavam, com proveito, para dirigir qualquer das sete pastas de que se compunha o Gabinete. Graças a esse sistema, poude Saraiva ocupar, sucessivamente, com a mesma eficiencia, seis pastas diferentes, Cotegipe e Dantas cinco, e outros um menor numero. As *sabatinas* de São Cristóvão eram, assim, a melhor escola de estadistas que já tivémos. Nelas se formaram todos esses ministsros de Estado que honraram os anais administrativos do Imperio, alguns verdadeiramente notaveis, a grande maioria excelente, outros passaveis, poucos mediocres e raros, rarissimos, incapazes.

“Com os seus sete colegas de poder Executivo, entretinha o Soberano relações de extrema cortezia, sendo natural que a gradação da afabilidade variasse conforme o individuo com quem tratava” (100). No primeiro periodo de seu reinado pessoal, que vai, pode-se dizer, até o começo da declaração da guerra com o Paraguai, Paraná e Olinda são as duas figuras maximas do regime. Paraná desaparece em 1856, em plena gloria. Fica Olinda, com o prestigio de um quasi Vice-rei. Em 1870 morre o antigo Regente. Já então cercava o Imperador um grupo brilhante de homens de Estado, com os quais colaborará, quasi até o fim, na alta administração do Imperio. Destes, Caxias estava em primeiro plano pelo brilho de suas vitorias militares, dentro e fóra do paiz. Emparelhava com êle, com um prestigio de outra

---

(100) Martim Francisco, *op. cit.*

natureza, o visconde do Rio-Branco, sem nenhuma duvida o mais completo dos estadistas do Império. Ambos desaparecem em 1880. Desde então até o fim do Reinado é Saraiva, cuja fama se afirma definitivamente com a vitoria da eleição direta, que passa para o primeiro plano. Sendo, talvez, dos mais mediocres quanto á cultura em geral é, contudo, o mais avisado. É o preferido do Monarca.

Martim Francisco, o terceiro, diz muito bem: "imagine-se de quanto tino deu provas Dom Pedro II, para lidar com 164 Ministros, para entender-se com tantas indoles diferentes, com tantas illustrações e meias illustrações, sem padecer um gesto de desrespeito, uma réplica sequer dissonante da vivacidade toleravel entre pessoas de educação. Poucos ex-Ministros deixaram de ser seus amigos. Nenhum lhe ficou inimigo ostensivo". (101).

Esses Ministros podiam ter, e tinham sem duvida seus defeitos. Mas formavam, ainda assim, a mais brilhante coleção de homens publicos que já se vira em terras americanas. Por seu patriotismo, pela exata percepção que tinham dos interesses nacionais, por sua capacidade de trabalho, por seu desprendimento pelos cargos publicos, pela forte estrutura de seu carater, por toda uma soma de excelentes qualidades, elles honravam o Brasil. Podiam nem sempre estar isentos de culpa, mesmo de graves culpas, sobretudo quando se cuidava de julgá-los á luz da politica partidaria. Mas, ainda

---

(101) *Op. cit.*

aí, para sermos justos, devemos culpar mais a deficiente organização politica da nação, fruto da profunda ignorancia das massas, do que propriamente os nossos homens de governo.

Não era facil medir-lhes o gráo de cultura. Em geral faltava-lhes uma bôa base de educação literaria. Com exceção de uns poucos, que não foram, aliás, como politicos, dos mais em evidencia, como Alencar, como Otaviano, como Leão Veloso, os demais, que se gabavam de uma iniciação literaria, não passavam, na realidade, de bons poetas. Foi o caso de José Bonifacio, o moço, cantor das *Rosas e Goivos*; de Pedro Luiz, tradutor do *Lago*, de Lamartine; de Franklin Doria, barão de Loreto, o poéta dos *Enlevos*; outros ainda, como Homem de Melo, como Martim Francisco, o segundo, como Franco de Sá.

O que exprimia de fato o indice cultural dos estadistas do Imperio era uma solida base de conhecimentos gerais, produto dos excellentes estudos de humanidades, feitos geralmente nos seminarios, sob a vigilancia rigorosa dos Frades. E, ao lado disso, ou como complemento disso, um largo e proveitoso conhecimento da literatura politica da época: Thiers, Guizot, mas sobretudo dos Inglezes — Chatam, Fox, Burke, Canning, Stanley. Alguns dêles tinham feito seus estudos na Europa, como Vieira da Silva, que viera da Alemanha, como Pereira da Silva, que viera da França. Outros formavam o numeroso grupo dos antigos estudantes de Coimbra, como Olinda, Baependí, Abaeté, Abrantes, Ber-

nardo de Vasconcelos, Nebias, Silveira da Mota, Sapucaí, Candido de Oliveira, outros mais. Coimbra foi durante muito tempo, sobretudo nos primeiros anos do Reinado, o grande fornecedor dos nossos homens de lei, portanto dos nossos homens de Estado. Mas depois que se firma a reputação das nossas duas Faculdades de Direito, a do Recife e a de São Paulo, é delas que sai a grande maioria dos nossos estadistas. Pimenta Bueno, marquez de São Vicente, e Lafayette, os dois grandes juristas do Reinado, são de formação exclusivamente nacional.

#### XIV

As reuniões de São Cristóvão prolongavam-se às vezes até tarde da noite, o que não deixava de ser um grande inconveniente para a volta dos Ministros, que ganhavam suas casas meio mortos de sono, às cambulhadas, nas caleças, como se dizia, pelos máos caminhos que naquele tempo ligavam o Paço da Bôa-Vista á Cidade. “O culpado é quem obriga a velhos conselheiros discutirem um projeto contencioso no dia seguinte ao de Natal e no meio destes ardores de dezembro”, resmungava o visconde do Rio-Branco num bilhete ao conselheiro Nabuco (102).

Reuniões houve, sobretudo durante o periodo mais trabalhoso da guerra do Paraguai, que iniciadas depois do jantar se prolongaram até a madrugada. Imperador

---

(102) Joaquim Nabuco, *Um estadista do Imperio*.

e Ministros cumpriam, realmente, com seus deveres. A nação podia ter e tinha de fato a certeza de que não os pagava em vão. Um alto sentimento de patriotismo os guiava. Cada qual trazia, para essas reuniões, todos os recursos de suas luzes, todos os poderes de suas inteligências, todos os esforços de suas capacidades. Nelas se passavam em revista todos os problemas da administração pública. Examinavam-se todas as questões. Debatiam-se todas as necessidades. As grandes diretrizes da política do Imperio saíram dessas reuniões de São Cristóvão. O Imperador tinha nelas o seu verdadeiro papel de Rei constitucional. Intervinha repetidamente no debate, ora com uma ponderação, ora com uma observação mais forte, vigilante, meticoloso. Mas sempre cheio de moderação, num mesmo tom de voz, com aquela sua tradicional cortezia. Era-lhe constante a preocupação de não melindrar ninguém. Muitas vezes cedia em sua opinião. Outras vezes, quando percebia não ser possível um acordo com o Ministro propunha, delicadamente, adiar a solução do negocio para o proximo despacho. E quando o assunto voltava, por insistencia do Ministro interessado, uma semana depois, Dom Pedro II novamente ponderava na necessidade de examiná-lo melhor, para decidir mais tarde. O Ministro afinal compreendia. E não se falava mais no caso.

Durante tantos anos de seu Reinado nunca se viu, nesses despachos, um gesto mais brusco do Imperador. Guardava constantemente a calma impressionante de seu rosto. Tinha uma attitude sempre digna, severa, e ao

mesmo tempo atenciosa, discreta, extremamente cortez, o que concorria para emprestar-lhe uma autoridade ainda maior, e cercar-lhe de um respeito que jamais perdeu. Podia-se-lhe aplicar estas palavras de Paulo Cambon: "A distinção de seu espirito, tanto quanto a discreção e a medida de suas palavras, asseguravam-lhe uma autoridade que a ninguém escapava".

## XV

Joaquim Nabuco dirá: "A lista das suas intervenções pessoais no desenvolvimento de nossa civilização, de 1840 a 1889, poderia quasi ser feita pelo numero de dias decorridos" (103).

Sem falar das tres grandes questões politicas e sociais do Imperio, onde sua opinião prevaleceu ostensivamente, e que por isso podem ser chamadas as *questões imperiais* — a guerra do Paraguai, a questão dos Bispos e a emancipação dos escravos — sua intervenção se exercia tanto nos mais altos como nos mais insignificantes detalhes da administração publica.

Junto aos Ministros, essa vigilancia era então sem limites. Não os deixava socegados. Com cartas, com bilhetes — alem das interpelações verbais — com lembretes, com arrazoados (que êle chamava *reflexões*, sempre preocupado em não chocar nenhuma susceptibilidade

---

(103) Joaquim Nabuco, *Agradecimento aos Pernambucanos*.



mais aguda, em não parecer que estava querendo impor sua opinião) o Imperador não dava uma folga naquilo que entendia ser, por excellencia, o cumprimento de seu dever de chefe de Estado. Nisto era infatigavel, quasi tiranico. Mais tarde se dirá que êle só exercera uma tirania: a da moralidade. “O Ministro desapareceu — queixava-se, de máo humor, o seu ministro da Guerra, durante a viagem de 1865 ao Rio Grande do Sul; o Imperador lança-se a tudo, até aos menores detalhes — tudo atrapalha. Dispõe até dos meus officiais de Gabinete, dá ordens por via de Delamare e de qualquer modo” (104).

As provas desse interesse constante, sempre alerta, pela causa publica, desse seu zelo infatigavel, inextinguivel, sem o qual entendia não cumprir com os deveres do cargo, estavam na sua correspondencia com os Ministros. Apesar do contato diario que os unia, já nas conferencias isoladas, já nos despachos coletivos, o Imperador não os deixava cochilar. Muita vez, mal um Ministro virava-lhe as costas, e já corria-lhe ao encalço um portador com um lembrete, com uma carta, um bilhete, onde êle insistia num pedido, reforçava um argumento expellido pouco antes, sugeria uma providencia, dava uma ordem. O motivo era sempre o mesmo: o interesse publico.

Essa correspondia diaria com os Ministros partia de todos os lugares onde êle acaso se achasse, de seus Pala-

---

(104) Joaquim Nabuco, *Um estadista do Imperio*.

cios como de casa de suas filhas, ás vezes de uma escola, outras vezes de um teatro, de um hospital, de não importa onde. Para se ter uma idéia aproximada do que representavam essas suas intervenções diarias, basta dizer que a Cotegipe êle dirigiu nada menos de cerca de 200 cartas e bilhetes. (105). No entanto, Cotegipe não foi o estadista que mais repetidamente privou com o Imperador no trato dos negocios publicos. Saraiva e Rio-Branco, por exemplo, tiveram com êle uma convivencia muito maior. Se se pudesse reunir hoje toda essa documentação, ter-se-ia uma massa colossal de papel escrito.

## XVI

Nessa correspondencia havia de tudo: os mais simples detalhes, como os mais altos problemas da administração publica. Tudo o` interessava: desde a negociação do tratado da Aliança, em virtude do qual o Imperio figurou ao lado das duas Republicas do Prata contra o governo paraguaio de Solano Lopez, e que pode ser tido como o mais importante dos nossos documentos diplomaticos de todos os tempos, até o reparo de um telhado de quartel ou o futuro de um menor, filho de um escravo da Nação. Sua atividade abrangia todos os campos, e se exercia sempre com o mesmo interesse, com a

---

(105) Informação dada por seu neto, o Sr. Wanderley Pinho.

mesma soma de bôa vontade, com mesmo exame meticoloso.

Se se tratava de fazer promoções, de premiar serviços, militares ou civis, sua preocupação em ser justo, em acertar, em defender o direito dos bons, ou afastar pretensões descabidas, era então inexcedível. Os exemplos são multiplos. Já quasi no fim da guerra do Paraguai, Cotegipe apresentava-lhe uma proposta de promoções militares, de oficiais generais da Armada. O nome do almirante Barroso (barão de Amazonas) era um dos primeiros da lista. O Imperador, depois de um exame longo e consciencioso, observava em carta ao seu Ministro: "Se o Amazonas tivesse prestado serviço de importancia depois de sua ultima promoção, eu seria o primeiro a propô-lo para almirante. Porém, em lugar de havê-lo prestado, retirou-se para o Rio da Prata". E Barroso não foi promovido. Com relação ao nome de Delfim Carlos de Carvalho, êle fazia a seguinte ponderação: "Sobre a promoção a chefe de Esquadra, lembrarei o que já disse — o barão da Passagem foi generosamente recompensado pelos serviços que prestou, e se é proposto por ter comandado a Esquadra, mais a tem comandado Elisiario, que eu promoverei a Vice-almirante, pelos serviços de importancia que tem prestado depois que foi promovido a chefe de Esquadra". (106).

Nas promoções dos officiaes de terra, seu escrupulo não era menor. "Eu não hesitaria em promover em lugar do Barbedo e Neto a Werneck Varela — dizia êle

---

(106) Carta de 1 de dezembro de 1869.

ainda a Cotegipe. Barbedo não tem propriamente serviços de guerra, apesar de ter passado Curupaiti". Não se diga que seu interesse se limitava a oficiais generais. Descia também aos mais humildes: "Simplicio Gonçalves de Oliveira não merecia por serviços tão relevantes, hábito do Cruzeiro, como a outros se deu em circunstanciais analogas? Creio que o Cesar de Miranda já foi condecorado. É um nome que conheço muito pelos serviços desse oficial. A passagem de Angostura, por José Luiz Teixeira, foi posterior á concessão do ultimo hábito que teve?"

Desta vez não se tratava de proposta do Ministro: eram dois ex-prisioneiros do Governo paraguaio, que não tendo alcançado successo com o depoimento de seus sofrimentos feito perante o Ministerio, recorriam, como tantos outros esquecidos, á solicitude imperial. O Imperador intervinha prontamente: "Muito me comoveu a narração dos sofrimentos do Coelho e do Arouca (107), prisioneiros do vapor *Marquez de Olinda*. Eles pedem: o primeiro, adiantamento de classe, o segundo, alguma graduação militar, e licença para ir vêr a mãe, na Baía, e provavelmente também passagem. Disse-lhes que o procurassem. Escuso recomendá-los. Disseram-me que tinham feito depoimento. Desejaria vê-lo". (108). Guiado pelo mesmo espirito de justiça, êle escrevia es-

---

(107) João Pereira Arouca era piloto, e João Coelho de Almeida oficial de Fazenda. Ambos ficaram prisioneiros no Paraguai durante cinco anos. Conseguiram escapar-se em 1869, depois da batalha do Campo Grande.

(108) Carta a Cotegipe, de 17 de dezembro de 1869.

tas linhas a Paranaguá, depois de ouvir um official, que se queixava de reforma injusta: “Os tenentes coroneis Mauricio e Francisco Domingos dos Anjos são dois bons officiais, que eu conheço do Sul. Custa-me acreditar que o primeiro fôsse reformado sem pedí-lo, e eu não reparasse em tal, pois lembro-me muito do Mauricio. Examine o negocio do Mauricio” (109).

Com o mesmo interesse com que propunha a Cote-gipe premiar os serviços de um dos mais gloriosos chefes do Exercito, o general Osorio — “cumpre recompensar o Herval, conforme seu merecimento, e quanto antes” — êle se dirigia a Paranaguá, enaltecendo os feitos de simples lanceiros: “Li com verdadeira emoção o successo que relata Caxias dos 18 lanceiros, que merecem ser condecorados. Proponha-me o que êles merccem, não tendo eu duvida em agraciá-los com o hábito do Cruzeiro, como êles se igualaram em valentia”. (110)

De outra feita sua preocupação voltava-se para uns pobres inválidos de guerra, que estavam para chegar ao Rio. Como acontecia muitas vezes, não precisava que os interessados chegassem á sua pessôa, para lhe obterem o amparo de uma assistencia. O Imperador tomava êle proprio a iniciativa de providenciar, adiantando-se em carta a Paranaguá: “Logo que os inválidos chegarem devem ser fornecidos de roupa sem dependencia de ajuste de contas de fardamento. As irmãs de caridade devem ficar incumbidas de cuidâr de tudo o que não fôr

---

(109) Carta a Paranaguá, de 23 de dezembro de 1866.

(110) Carta de 14 de novembro de 1867.

disciplina do asilo e trabalho dos inválidos. Lembro a conveniencia de ter alguns livros, cuja leitura sirva de instrução e recreio aos inválidos” (111).

Enfim, *last but not least*: em novembro de 66 — ás 5 horas da manhã — êle escrevia, ainda a Paranaçuá: “Lembro-lhe as providencias para que não falte de comer e agasalho assim como de roupa aos que forem designados... Cumpre não demorar essas medidas”. De quem se tratava aí? De filhos de grandes do Imperio, que seguiam para os campos paludosos do Paraguai? Nada disso! A providencia visava o confôrto de simples escravos, a classe mais degradada da nação, que deixavam a fazenda imperial de Santa Cruz e partiam para a guerra.

## XVII

O relatorio de um ministro diplomatico, então como agora, era uma peça escrita para ficar as mais das vezes esquecida na gaveta de um amanuense de Secretaria. Não chegava mesmo ás vistas do diretor da Seção, e muito menos do ministro de Estado. Pois mesmo os relatorios diplomaticos não escapavam á sêde imperial de tudo vêr, de tudo querer saber, de tudo se inteirar. E não somente lia os que lhe mandavam, como ainda reclamava outros! “O relatorio do Chile é interessante — escrevia êle a Sá e Albuquerque, ministro de Estrangei-

---

(111) Carta de 23 de novembro de 1866.

ros em 1867 — desejo vêr sempre os que vierem das diversas Legações, caso não sejam publicados no *Diario Oficial*".

Com os relatorios dos proprios ministros de Estado, era o mesmo interesse, apesar de serem documentos de carater todo individual, pelos quais respondiam unicamente os seus respetivos autores. Mas nem por isso o Imperador se conformava com que êles fôsem apresentados ás Camaras sem passarem antes sob suas vistas, e sofrerem as intervenções do *lapis fatidico*: "Quando pudér — escrevia a Cotegipe — mande as provas de seu relatorio, que eu mesmo a lapis farei as reflexões que me ocorrem e serão atendidas como merecem" (112)

*Serão atendidas como merecem...* Eis aí um periodo que revela a discreção, o cuidado — quasi diremos a cerimonia — com que êle emprestava sua colaboração aos Ministros. Porque a grande preocupação que o movia, fôra sempre a de não melindrar os seus colaboradores. Sentia que a susceptibilidade dos secretarios de Governo era maior do que a dele, Monarca e chefe de Estado, e tudo fazia para poupá-la. Chegava mesmo, não raro, a apagar-se diante do Ministro, como neste trecho de carta a Itaboraí: "Pelos motivos que lhe tenho exposto, e entre os quais o Sr. bem sabe que não tem sinão a menor importancia para mim o meu modo de pensar...". Ou neste, a Cotegipe: "Vai o artigo do rela-

---

(112) Os ministros, susceptiveis como eram, nem sempre gostavam dessa ingerencia do Imperador em seus relatorios. "Eles muitas vezes não aceitam as notas que faço aos relatorios", queixava-se o Imperador (Notas a Tito Franco).

torio da Marinha. Se concordar ou não concordar com o que observei, apague-o". Ainda neste, tambem a Cotegipe: "Vai o pouco que notei, e concorde ou não concorde, apague depois". Neste outro, a Paranaguá, que era no entanto dos estadistas mais chegados á sua intimidade; e aqui então era quasi com timidez que êle arriscava um parecer: "Se concordar com as reflexões que faço á confidencial Caxias...". Finalmente, ainda neste trecho de carta a Cotegipe, divergindo de uma opinião do Gabinete: "Contudo, façam o que lhes parecer mais acertado, tendo eu, como sempre, apenas dito o meu parecer a respeito de semelhante negocio".

Essa amenidade no trato com os Ministros, essa quasi timidez com que lhes expunha uma opinião ou arriscava uma divergencia, não queria significar que o Imperador não soubesse tambem querer, e que de fato não se impuzesse naqueles assuntos de alta importancia, dos quais dependia, no seu entender, a propria sorte do regime e da nacionalidade. A *vontade imperial* tornava-se então uma realidade. Chegava o momento de êle agir; e agia — sem tropeços, sem movimentos bruscos, sem atropelos, quasi sempre com muita diplomacia — mas agia. E era ela, em ultima analise, que prevalecia.

Todos haviam sentido isso durante a guerra do Paraguai, quando teve que ser levada até o seu ultimo termo. Sentiriam de novo, quando se começou a pensar seriamente na solução do problema dos escravos, como sentiriam mais tarde, na questão com os dois Bispos do norte.



## CAPITULO V

### OS SÁBIOS

*O Imperador não era um sábio — O homem erudito — O poeta — O poliglôta — O Instituto Historico e Geográfico — Artistas e homens de letras — Carlos Gomes — Os pensionistas do Imperador na Europa — Gonçalves Dias e o Imperador — Domingos Gonçalves de Magalhães — Alexandre Herculano e a “Confederação dos Tamoios” — Varnhagen — Araujo Porto-Alegre — Os estrangeiros — Contribuições do Imperador — Alexandre Herculano e a Ordem da Rosa — Trabalhos literarios do Imperador — O ambiente desanimador do Rio — Seu desejo de atrair os estrangeiros — Wagner — Edison — Longfellow — Agassiz.*

#### I

Debicava-se muito o interesse que o Imperador dispensava aos artistas, aos homens de letras, aos cientistas — aos *sábios*, como se dizia, ou aos *doutores*, como os chamava a Imperatriz. Uma caricatura da época ficou celebre: o Imperador desembarcando num porto estran-

geiro; apenas põe o pé em terra volta-se, incontento e meio decepcionado, para as autoridades locais que o recebem: *Onde estão os sábios? Neste paiz não ha sábios? Quero ver os sábios!*

O Imperador não era certamente um sabio, muito embora se dissésse, para amofiná-lo, que êle a tanto aspirava. Nuns papeis que confiara ao visconde de Sinimbu, quando este era presidente do Conselho, uma especie de auto-defeza sua, que contrariamente ao desejo do Imperador não foram, ao que parece, aproveitados, êle confessa, exagerando um pouco a sua *falta de estudos*: “Dizerem que eu pretendo ser sabio é tão infundado como acusaram-me de aspirar ao poder pessoal; e depois os compromissos dos deveres de meu cargo não me deixam muita folga para estudar. Apenas leio quando posso, e por isto hei de ter sabido tudo quanto me falta aprender para ser sabio? As conversas com os que muito mais sabem do que eu me têm convencido, obrigando-me disso mesmo, a mais lêr ainda”. E adiante: “Quem foi colocado á testa do Governo — e falo assim porque posso dizer que se não fôsse pouco mais de criança, em 1840, eu não cederia a tantos pedidos — na idade de 14 anos, não pode ter aprendido bastante para que, sendo dotado de bom senso, se considere sabio” (113).

Ele não era um sabio. Não porque tivesse recebido, na juventude, uma instrução apenas secundaria, como a que tinham em geral as crianças do tempo e de sua ida-

---

(113) Arquivo da familia imperial.

de: os sabios não são nunca produtos de mestre-escolas. Assim como encontrou tempo, apesar dos encargos que o absorviam, para aperfeiçoar e completar sua instrução, mesmo elevá-la a um nível não comum, poderia, também, com a paciência e a perseverança que lhe eram habituais, e auxiliado pela extraordinaria memoria, tornar-se um verdadeiro sabio num determinado ramo do conhecimento humano.

Mas se êle não chegou a ser um sabio, tão pouco se limitou a ser apenas um homem instruido. Foi mais do que isso: foi um verdadeiro erudito. Do erudito possuia aquela sêde insasiavel de saber, aquele interesse, jamais diminuido, por tudo quanto se relacionava com as coisas da intelligencia. Podia-se-lhe aplicar, a este proposito, o conceito que o Sr. Agripino Grieco faz do filosofo Castro Lopes: o Imperador era mais um homem erudito do que um homem sabio, porque lhe faltava aticismo, finura de gôsto literario, e nêle a mentalidade do pedagogo, do professor, superava a do humanista.

“Se eu não fôsse Imperador, disse êle certa vez, queria ser mestre escola. Não conheço missão mais nobre do que essa de dirigir as intelligencias moças e de preparar os homens do futuro” (114). Essa predileção pela cathedra êle a manifestaria toda a vida. Aliás, o seu principal papel entre nós, do começo ao fim do Reinado, não foi outro sinão o de ensinar aos homens publicos do Brasil a governarem um paiz de regime constitucional re-

---

(114) B. Mossé, *Dom Pedro II.*

presentativo. Quando êle os continha em seus atos de perseguição aos adversarios; quando os apeava do poder, independentemente do voto de desconfiança das Camaras (que *fabricadas* pelo partido então no Governo, difficilmente lh'o dariam), para que o partido contrario pudesse tambem subir e ter lugar ao sol; quando forçava os Ministros a nomearem para os cargos publicos os mais dignos — o Imperador não fazia sinão ensinar-lhes as boas normas de se governar uma democracia. Agora, se essas lições não deram o resultado que se devia esperar, é outra coisa; se o fruto não germinou, não foi porque a semente fôsse má ou o semeador inhabil, mas sim porque o terreno não estava preparado para uma produção dessa natureza. O Imperador teimava em querer-nos ensinar a governar uma democracia. Somente êle esquecia que faltava ao Brasil o principal requisito, que era, afinal, a propria democracia. Daí dizer-se, com todo o fundamento, que êle levou cincoenta anos a *fingir* que governava um povo livre. Seria talvez mais exáto dizer, em vez de um povo livre, um povo culto, porque a liberdade não pode existir onde não ha cultura. E o Brasil de então não era, como não é ainda hoje e não o será tão cêdo, um povo culto.

Dizia-se do Imperador que a sua ciencia tinha pouca profundidade, mas abrangia uma larga superficie. O conceito é exáto. E nesse particular, como em tantas outras coisas, êle era ainda uma excepção entre os nossos homens de Governo, aos quais só interessavam, ou inte-

ressavam sobretudo, como ainda hoje, os assuntos de politica partidaria. Viviam exclusivamente ou quasi exclusivamente de politica, para a politica, com a politica — e a peor e mais bastarda das politicas, a politicagem. Fóra daí nada ou quasi nada os interessava. A vida publica, então como agora, formava como que uma muralha intransponivel a toda manifestação erudita. A grande maioria limitava sua *sêde de saber* a uma rapida leitura de jornais e de revistas.

“Uma nação composta de bachareis garulós”, já nos definira, em 1824, esse grande ironista que foi o visconde da Pedra-Branca, pai da condessa de Barral e nosso primeiro ministro em França. Percorrendo as cartas do Imperador a Gobineau, o Sr. Tristão de Atayde o sente submergido por essa bacharelismo do nosso mundo politico — “bacharelismo sem largueza intelectual e sem gôsto pela atividade livre do espirito”, e que o levava a louvar o povo suéco, livre de semelhante praga: *Que ce peuple doit être heureux de ne pas souffrir du fléau des avocats!* (115).

José Verissimo dizia que somente o Imperador cuidou, talvez, de outra coisa que não fôsem eleições, intrigas politicas, nomeações de funcionarios e quejandos assuntos. “Os seus Ministros não ocultavam sempre a má vontade por isso; e alguns haveria que deviam achar singularmente extranho que êle viesse lhes falar no ulti-

---

(115) Carta a Gobineau, ministro na Suecia, de 5 de novembro de 1872, no arquivo da Bibliotéca de Strasburgo.

mo livro de Renan ou na ultima publicação da Academia das Ciencias” (116).

Tãopouco não compreendiam o alcance de certos gestos do Imperador, procurando distinguir os homens de pensamento mais eminentes da época. Ele nunca fôra prodigo na distribuição das Ordens honorificas do Imperio, sobretudo entre os estrangeiros. Submetia-os a seleção rigorosa. Apesar disso, nem sempre encontrava bôa acolhida nos Ministros, quando se tratava de homenagear um sabio ou um homem de letras que realmente merecesse a distinção. Tinha, nessas ocasiões, de defender o seu *candidato* com as razões as mais convincentes. Foi o que se deu, por exemplo, com o nome de Renan, proposto pelo Imperador para a Ordem da Rosa, e combatido pelo Gabinete do visconde do Rio-Branco.

Não deixa, aliás, de ser uma inconsequencia, que fôsse justamente esse Ministerio, presidido pelo grão-mestre da Maçonaria brasileira, perseguidor dos Bispos catolicos até levá-los á prisão, que se opuzesse á concessão de uma comenda a Renan, sob o pretexto de serem as suas doutrinas demasiado materialistas.

“Se persistir esse escrúpulo — escrevia o Imperador a Rio-Branco — então tambem Jules Simon não deve ser agraciado. Ninguem é mais cristão e catolico do que eu, e se lembrei Renan para dignitario, foi pelo motivo que apontei. Mas o Ministerio sabe como eu sempre procedo. A responsabilidade é dêle. Direi que combati mesmo pessoalmente as

---

(116) Artigo no “Jornal do Comercio”, do Rio.

doutrinas de Renan, quando com êle me encontrei; que lamentamento o emprego que êle tem dado a seu talento tão belo, e que o lembrei porque presidiu a Academia das Inscrições e Belas-letras, uma das do Instituto, quando assisti á sua sessão annual, pela mesma razão porque se agraciaram outros, que aliás não procuraram obsequiar-me como aquele. Renan nunca foi materialista, como, por exemplo, Jules Simon em certo tempo, ao menos" (117).

Deve ter sido depois disso que o Imperador tomou a decisão de não propôr mais nenhum nome estrangeiro para as Ordens honorificas brasileiras. Deixou esse encargo aos Ministros de Estado e ás legações do Brasil. Assim, quando, em 1878, Gobineau pediu-lhe o apoio para a concessão de condecorações a alguns Francezes, o Imperador logo respondeu se excusando. E declarou: "Depois de minha primeira viagem (*á Europa*) não fizeram o que eu queria, e tive ainda, a esse respeito, outras contrariedades. Quero portanto conservar-me alheio a tais assuntos" (118).

## II

O Imperador era sobretudo um grande leitor. Quando não atendia a cerimoniaes officiaes ou não o prendiam despachos com os Ministros, quasi todo o resto do tempo

---

(117) Carta de 22 de julho de 1872, no arquivo do Itamarati.

(118) Carta de 8 de setembro de 1878, no arquivo da Bibliothéca de Strasburgo.

disponível era dado á leitura de livros e revistas. Deixava-se ficar horas a fio, numa das salas da bibliothéca de São Cristóvão — sem duvida a mais rica bibliothéca particular do Imperio e, possivelmente, das melhores do mundo (119) — recostado numa poltrona ou debruçado sobre uma mesa, um livro aberto, o classico *pince-nez* de tartaruga caindo-lhe sobre o nariz, e um lapis á mão, com o qual ia anotando os trechos que mais o interessavam. “Afigurava-se-me (contará mais tarde o visconde de Taunay) vê-lo levantar-se de alguma das compridas mesas, carregadas de preciosos albuns, gravuras, mapas e fotografias que, de espaço a espaço, cortam a solene sala, ou antes aquella sucessão de salas, cuja ligação occupa quasi toda a extensa frente do Palacio, no terceiro pavimento” (120).

Lia de tudo — historia politica e religiosa, filosofia, geografia, medicina, direito, antropologia, geologia, astronomia, ciencias fisicas e naturais, literatura, historia da arte. Tinha uma curiosidade insaciavel de saber. “Meu pai lia muito e lia de tudo, dirá mais tarde a filha;

---

(119) Havia, por assim dizer, tres bibliothécas no palacio de São Cristóvão: a bibliothéca particular da Imperatriz, a chamada do *despacho ministerial* e a bibliothéca do Imperador, que era, naturalmente, a mais rica, e occupava a vasta sala do terceiro pavimento do Palacio, numa especie de pavilhão. Na parte restante desse pavimento êle instalara o que chamava o seu *museu*, uma sala de fisica, um gabinete telegrafico e um observatorio astronomico.

(120) *Pedro II.*



uma de suas leituras favoritas, e que êle costumava recomendar, eram as *Variations*, de Bossuet" (121).

Encantava-o sobretudo a leitura da Biblia. Via no grande livro não somente o pacto fundamental da nossa religião, como dizia, mas também os mais admiráveis modelos de estilo. Chamava os profetas de primeiros poetas do mundo. Fôsse Jeremias, deplorando a sorte da patria, fôsse Isaias, na *Ruina de Babilonia*, fôsse Daniel, annunciando a vinda do Messias e as revoluções dos quatro grandes Imperios — todas essas paginas provocavam-lhe a mais profunda emoção. "São paginas — dizia — de que o espirito humano se ensoberbeceria, ainda quando não fôsem revelações divinas" (122).

Dos historiadores da antiguidade, seu preferido era Tucídides — "o modelo de Demóstenes", como dizia, e que o podia ser também de todos os historiadores, pelo método, pelo bom juízo com que escrevia o que o Imperador chamava as causas, as molas e as consequências dos sucessos. Durante algum tempo andou traduzindo o grande historiador grego, e no seu entusiasmo escrevia a Gobineau: "Nos meus momentos de folga traduzo Tucídides; como desejaria relêr o discurso dos funerais diante das ruínas da Acrópole!" (123). Tácito era para êle o "conciso, o imparcial, o filosofo, o verdadeiro".

---

(121) Notas da Princeza Isabel, no arquivo da familia imperial.

(122) Pinto de Campos, *O Senhor D. Pedro II.*

(123) Carta de 5 de novembro de 1872, no arquivo de Strasburgo.

Encantava-o por sua natureza pacífica e tolerante, sobretudo por ser êle, como dizia, “o eloquente profligador do crime e da tirania” (124).

De como assimilava tais leituras, eram provas as inúmeras anotações que lançava á margem desses livros, e a maneira pela qual surpreendia os especialistas dessas disciplinas quando, no correr de palestras, tinha oportunidade de fazer uma citação ou de externar uma opinião sua.

“Possuia prodigiosa ilustração em muitos ramos de ciência — dirá um dos que melhor lhe estudaram as qualidades — e não exagerava Ferreira de Araujo, o grande jornalista, considerando-o um dos Brasileiros mais eruditos de sua época. Falava e escrevia como próprias as principais linguas européas; conhecia o latim, o grego, o arabe, o hebraico, o sancristo. Não era menor o seu conhecimento das matematicas; dedicou-se com ardor á astronomia. Extendia de continuo as suas leituras de historia, nacional e universal. Na filosofia, na sociologia, na observação dos tres reinos da natureza, movia-se como em ambiente familiar, do qual, em diuturno estudo de anos e lustros, acompanhava as correntes novas, os progressos” (125).

### III

Gostava de fazer versos. Sofria, como o geral dos Brasileiros de seu tempo, dessa dóce mania. Fazia-os ao correr da pena, rabiscando em quanto pedaço de pa-

---

(124) P. de Campos, *op. cit.*

(125) Magalhães de Azeredo, *Dom Pedro II.*

pel encontrava, sem maiores preocupações de forma ou de fundo. Deixava-se levar livremente pela imaginação (aliás bem pobre), no que era, certamente, mais espontaneo e, portanto, mais humano do que muito poeta profissional, cujas poesias não passam em geral de belas e bem cuidadas fachadas.

Modesto por natureza, jamais se considerou um poeta, na verdadeira acepção do termo. Faltavam-lhe, de fato, para isso, não poucos predicados. Seus versos são, com rarissimas exceções de uma ou de outra estrófe, realmente medíoceres. “Bem sei que não sou poeta, confessava êle certa vez, num intervalo na Opera de Paris. Escrevo versos, uma vez ou outra, apenas como exercicio intelectual, e somente quando não tenho mais que fazer. Mas não se lhes pode dar o nome de poesia. Mostro essas produções a alguns intimos, mas de forma alguma desejaría vê-las publicadas” (126). Noutra ocasião dirá: “Nunca tive presunção de poeta, e se tenho feito versos, é como qualquer outro que ame as letras” (127). “Se vercejei — disse um dia a Alexandre Hereulano — quem não o terá feito amando as letras?”

A molevolencia e a má fé se juntavam, muitas vezes, como tanto acontece entre nós, para apreciarem ou deturparem á seu modo essa inofensiva mania poética do Imperador. E o abrigavam a defender-se: “Nunca

---

(126) B. Mossé, *Dom Pedro II*.

(127) Notas a Sinimbú, no arquivo citado.

dei como versos meus os de Garção (128), que aliás quasi todos conhecem. Escrevi-os apenas num album, *dizendo a quem pediu-me o autografo que os versos não eram meus, mas sim do autor da "Cantata a Dido"*. — A tradução do hino americano, feita por mim a bordo do *Hervélius*, estropiaram-na involuntariamente na cópia (apelo para meus companheiros de viagem), e além disto quiz fazê-lo o mais *literalmente possível* e de modo a poder ser cantada com a *mesma musica do original*" (129).

Algumas de suas poesias, não são, realmente, modelos de arte poética. Mas não deixam de ter, comtudo, pela espontaneidade mesma com que foram feitas, um doce perfume de melancolia, que a gente tem o prazer em sentir; como este soneto, escrito por ocasião da morte prematura de seu filhinho, o príncipe Dom Afonso:

*Pode o artista pintar a imagem morta  
Da mulher, por quem déra a própria vida;  
A esposa que a ventura vê perdida  
Casto e saudoso beijo inda conforta.*

*A imitar-lhe os exemplos nos exorta  
O amigo na extrema despedida...  
Mas dizer o que sente a alma partida  
Do pai, a quem, oh! Deus, tua espada córta*

---

(128) Correia Garção, poeta portuguez do seculo XVIII.

(129) Notas citadas. Os grifos são do original.

*A flôr de seu futuro, o filho amado;  
Quem o pode, Senhor, se mesmo o Teu  
Só morrendo livrou-nos do pecado?*

*Se a terra á voz do Gólgota tremeu,  
E o sangue do Cordeiro Imaculado  
Até o proprio Céu enegreceu!* (130)

As traduções que fazia de poesias estrangeiras, geralmente de poesias francezas, não valiam mais, sob o ponto de vista poético, do que seus proprios versos. Sem embargo, algumas delas mereceram generosas palavras de seus autores, nas quais entretanto, deve-se descontar o natural sentimento de cortesia.

Longfellow, por exemplo, escrevia-lhe a proposito da tradução que lhe fizera o Imperador da *Story of King Robert of Sicily*:

*The translation is very faithful and very successful. The double rhymes give a new grace to the narrative, and the old legend seems very musical in the soft accents of the portuguese* (131).

---

(130) Tem-se afirmado que uma grande parte das poesias hoje atribuidas ao Imperador pertencem, na realidade, a um autor anonimo, que proposital e modestamente se escondeu. Sem entrar no julgamento desta questão, por falta de provas, o autor deste livro aceita como do Imperador todas as poesias que lhe são atribuidas. Sem embargo, concorda com que ha, de fato, uma grande diversidade de técnica, de sentimento e de maneira entre várias dessas produções.

(131) Carta de Cambridge, E. U. A., 25 de novembro de 1864, no arquivo da familia imperial. — Foi James C. Fletcher, missionario americano que andara pelo Brasil,

Os elogios de Bainville são de outro genero. Nota-se a exuberancia franceza. Aí já não se trata de cortesia; é pura cortesanice:

*Etre traduit par Votre Majesté, n'est-ce pas le plus grand honneur que puisse recevoir un écrivain? Illustre parmi les Souverains du monde, bienfaiteur de vos peuples, esprit initié à toutes les sciences, vous avez bien voulu vous souvenir pour moi que vous êtes poète, que vous avez droit à ce glorieux nom. Et combien mes vers m'ont paru embellis et transfigurés dans votre langue admirable, pleine de soleil! (132).*

#### IV

Uma de suas predileções era o estudo das linguas estrangeiras. Neste particular passava, com justa razão, pelo maior poliglota do paiz e, possivelmente, dos maiores do seu tempo. “Amo o estudo das linguas, sobretudo na sua comparação”, dizia; e acrescentava, sem falsa modestia: “Traduzo a livro aberto latim e inglez, os quais posso falar sem maior dificuldade, grego, finalmente alemão, que posso falar porém mal, como tambem falo francez desde minha infancia, e desde jovem italiano e espanhol. Não me refiro a outras linguas, porque

---

que levou a tradução do Imperador a Longfellow. Este dizia que das três traduções em portuguez, que conhecia do *King Robert*, a melhor era a do Imperador (James C. Fletcher, *Brazil and Brazilians*).

(132) Carta sem indicação de lugar nem data, no arquivado citado.

só me tenho occupado delas propriamente em relação á filologia, ainda que as tenha traduzido eu mesmo" (133).

Seu interesse pelas linguas estrangeiras, sobretudo pelas chamadas linguas mortas, estava no auxilio que elas podiam trazer-lhe ao aperfeiçoamento de sua instrução em geral. Por isso, talvez, êle não tinha um empenho especial em conhecê-las a fundo. Bastava comprehendê-las. Renan dizia que todo homem devia saber literariamente apenas duas linguas, o latim e a sua mas devia comprender todas as que lhe fôsem uteis aos seus negocios ou á sua instrução.

Foi possivelmente com esse intuito que o Imperador se dispoz a estudar o tupi-guarani, o arabe, o provençal, o hebraico e o sanscrito. "Encontrei um Alemão muito entendido nos estudos filologicos — escrevia êle a Gobineau em janeiro de 75 — o Dr. Henning, e me puz a estudar o sanscrito".

Desses idiomas, talvez o hebraico e o provençal o tenham preocupado mais. Levado pela curiosidade que lhe inspiravam a historia e a literatura dos Hebreus, chegou a conhecer o hebraico em muitos de seus segredos, e na Sinagoga Central de Londres como na de São Francisco da California, foi visto traduzindo em primeira leitura paginas da Biblia ou velhos papeis semiticos. Dos progressos feitos nessa lingua são ainda provas as traduções que deixou de poesias hebraico-provençais, pu-

---

(133) Notas a Sinimbú, no mesmo arquivo.

blicadas mais tarde em França, ao tempo de seu exílio (134).

O hebraico começou a preocupá-lo durante a guerra do Paraguai, nos serões de Petropolis. Foi seu primeiro mestre dessa lingua um judeu sueco, Akerblom. Mais tarde teria outro professor, na pessoa de um ministro protestante alemão, Koch, preceptor dos filhos da condessa de Barral, govenanta da princeza Dona Isabel. Quando Koch faleceu, substituiu-o o Dr. Carlos Henning, que lhe ensinava já o sanscrito e, pouco depois, o Dr. C. F. Seybold, homem grandemente erudito, professor de linguas orientais.

Seybold ensinou-lhe tambem o arabe, cujos estudos haviam sido iniciados em 1875, com o ministro da Austria no Rio, o barão Schreiner, que o Imperador conhecera quatro anos antes, por ocasião de sua primeira viagem ao Egipto (135). "O Imperador visita-me todos os dias para tomar lição de arabe, e nem mesmo hoje interrompeu as lições, que parece o interessam muito", escrevia Schreiner no dia do nascimento do principe

---

(134) *Poésies hebraico-provençal du rituel israelite contadin*, traduites e transcriptes par S. M. Dom Pedro d'Alcantara. Seguin Frères, imprimeurs-éditeurs, Avignon, 1891. No prefacio dessa obra o Imperador explica a origem de seus estudos hebraicos. — Vêr tambem sobre este assunto o felheto do Sr. Isaltino Costa, *Pedro, II hebraista*.

(135) "Guardarei a lembrança mais encantadora das conversas cordiais e espirituais, que tive com Sua Majestade por ocasião de nossa travessia de Brindisi a Alexandria, e tambem no Cairo, em 1871" (Oficio de Schreiner, de 21 de maio de 1876, no Staatsarchiv de Viena).



Dom Pedro, primogenito da princeza Isabel. E quando Schreiner se ausentou para a Europa, em junho de 76, êle escreveu a Gobineau: “O meu mestre de arabe, o ministro da Austria, partiu em ferias, mas procurarei não perder o que já aprendi. Conheço algumas fabulas de Loqman, publicadas numa cretomacia. Traduzo os contos das *Mil e uma Noites*, que possuo na edição de Habicht. Meu dicionario é o Freitag, e a gramatica onde aprendi a de Flaize”.

Lá fóra, no publico, sobretudo no mundo politico, essa predileção do Imperador pelas linguas exóticas era motivo de glosa, de uma ironia ferina, quando não a levam abertamente em derisão. Nada disso, porém, o demovia do proposito de estudá-las, com aquella perseverança bem sua. Ele sabia bem o que havia, em toda essa opposição e má vontade, de ignorancia despeitada, de má fé, de incompreensão pelas coisas do espirito. Seu amigo Gobineau lhe dissera certa vez, referindo-se á má vontade com que acolheram em França o livro de Renan sobre as linguas semiticas: “Numa sociedade como a que chegou a ser a sociedade franceza, aquele que conhece o arabe é um insolente, porque sabe o que ninguém sabe”.

## V

“Nascera para aprender e ensinar — escreve o Sr. Pedro Calmon. O estudo das linguas mortas apaixonava-o. Era um pouco bibliografo, astronomo e helenis-

ta. Uma permanente curiosidade pelas descobertas científicas aproximou-o de todos os grandes espiritos da época” (136). “Nasci para consagrar-me ás letras e ás ciencias”, confessou êle em seu diario (137). E na *Fé de officio* que redigirá nas vespéras de morrer, reafirmará, uma vez mais, esse seu amôr ás ciencias, amôr *quasi poético*, como confessara uma vez em carta a Gobineau, “cujo estudo tanto me tem consolado, preservando-me igualmente das tempestades morais” (138).

Esse interesse seu pelas coisas do espirito revelou-se desde cêdo, pode-se dizer que desde a primeira mocidade. Não tinha ainda completado trinta anos de idade e já Alexandre Herculano o chamava de “Príncipe a quem a opinião geral coloca entre os primeiros de sua época pelos dotes de espirito, pela constante applicação desses dotes á cultura das ciencias e das letras” (139). Mas nada o prova melhor, do que o amôr — e aí a expressão é perfeitamente adequada — que devotou desde os primeiros anos de rapaz e por toda a vida, ao Instituto Historico e Geográfico Brasileiro.

Essa instituição é, por assim dizer, obra sua. Em 1839, com 14 anos, apenas, de idade, decide ceder uma das salas do Paço da Cidade para a celebração ali das

---

(136) *O Imperador e o Segundo Reinado*.

(137) Arquivo da familia imperial.

(138) *Fé de Officio*. Vêr o texto exáto em Rodrigo Otavio, *Minhas memorias dos outros*.

(139) Carta ao Imperador, de Lisboa, 4 de junho de 1854, no arquivo cit.

sessões do Instituto. Em 1842 institue premios para as melhores obras sobre historia e geografia do Brasil. De então para diante seu interesse pela instituição é constante. Dôa-lhe a bibliotéca que pertencera a Von Martius, das mais ricas em obras americanas, a coleção de manuscritos mandada fazer pelo Governo Imperial, a bibliotéca que reunira por ocasião de sua viagem ao norte, outros muitos livros e manuscritos raros, sua coleção de medalhas e moedas, copias de documentos de interesse para a historia do Brasil mandadas tirar dos arquivos portuguezes. Contribuiu ainda do seu bolso particular para a melhoria das instalações do Instituto, e rara foi a sessão ali a que não compareceu, animando, com a sua presença, a todos quantos se consagravam ao estudo da historia e da geografia do Brasil.

Nessas ocasiões não raro tomava parte nos debates. Dava sua opinião, embora com modestia, para não constrianger os presentes, sobre as theses em discussão; ou então intervinha na admissão de novos socios, materia que fiscalisava com o maior cuidado, com aquele alto escrúpulo que punha na nomeação dos funcionarios do Imperio, aquella *tiranía moralisadora*, de que nos fala Oliveira Lima. Terminadas as sessões, deixava-se quasi sempre ficar ainda ali por algum tempo. Era então comum vê-lo, despreocupada e simplesmente, numa roda de socios, palestrar com animação, interpelando e respondendo aos que o cercavam, com uma lhaneza, com uma modestia fóra de comum. D'Avezac, que o viu numa dessas ocasiões, dá-nos o seu testemunho:

“Não se pode deixar de ter um profundo sentimento de respeito e de simpatia pelo Príncipe esclarecido, que transformava em doce passatempo essas lutas cortezes, esses torneios literarios, onde se debatem, com dupla vantagem para a cultura intellectual e o desenvolvimento do espirito nacional, questões que, para serem abordadas, exigem sérios estudos preliminares e erudição especial” (140).

Não poucas pessoas estranhas aos trabalhos do Instituto solicitavam permissão para assistir-lhe as sessões, com o unico fito de aproveitarem a oportunidade para falarem ao Monarca, a quem expunham o assunto que as interessava. Nunca se soube de qualquer gesto ou palavra sua com o intuito de acabar com tal prática.

No Collegio de Pedro II era encontrado geralmente ás noites de sabado, misturado aos professores, alunos e intellectuais, em animadas palestras literarias, nas quais cada qual, êle inclusive, lia e comentava suas proprias produções. Chamavam a essas reuniões de *palestras imperiais*.

Seu espirito indagador de tudo se ocupava. Herdara da mãe uma predileção pelas ciencias naturais, como herdara tambem um herbario, que mantinha com carinho no parque da Bôa-Vista. Nas belas noites tropicais subia ao pequeno observatorio astronomico que fizera instalar na parte mais alta do Palacio, afim de

---

(140) *Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil.*

obesrvar e estudar os misterios dos astros, tendo mesmo chegado a descobrir no firmamento um novo cometa (141).

Essa predileção pela astronomia era um dos aspectos de seu feitio de que mais se aproveitavam a critica e a sátira, com o proposito de amofiná-lo ou simplesmente como assunto de divertimento público. Num dos carnavais do Rio, ficou celebre um carro alegórico, no qual se via um bonéco, que devia ser o Imperador, de oculo á vista, tentando descobrir, com o auxilio de lentes indiscretas, as intimidades de Venus, que brilhava, tentadora, no horizonte...

## VI

“Na sua Capital, era certo achá-lo em todas as festas acadêmicas. Estudava, com prazer extraordinario para um Soberano, as linguas e a literatura antigas, festejava os homens de letras, considerava quantos se lhe apresentavam como tais. Mantinha correspondencia ativa com sábios estrangeiros, na Europa escandalizou as côrtes, os conservadores e a gente *bem pensante*, visitando rabinos e os livre pensadores, os republicanos, os impios, como Renan, como Hugo, como Littré” (142).

O Imperador foi acusado de não ser sempre sincero no interesse que manifestava pelas coisas e pelos homens de pensamento. Havia quem visse nesses gestos

---

(141) Arquivo da Academia das Ciencias de França. — Anuario Astronomico, de C. Flammarion.

(142) José Verissimo, *op. cit.*

um puro *snobismo*, uma atitude simplesmente de *poseur*, aspirando passar, sobretudo aos olhos do estrangeiro, por um Monarca protetor das artes e das ciencias, uma especie de novo Augusto, transplantado e resuscitado nas terras incultas da América.

Devia haver nêle, até certo ponto, a vaidade desse sentimento. *Feliz Augusto, que tratou, premiou e inspirou tais vultos como Virgílio e Horacio!* exclamara êle certa vez. O que se devia ter em conta, porém, eram os beneficios que essa suposta vaidade trazia para o desenvolvimento das artes, das letras e das ciencias do Imperio, em summa, para o melhoramento do gráo de cultura de um povo, como o nosso, tão desprovido dela. E nesse particular, como na politica e na administração pública, a ação do Imperador foi, entre nós, sobretudo, civilisadora.

Em setembro de 1880 reunia-se no Rio o primeiro congresso nacional de medicina. Terminados os trabalhos, e desanimada de obter dos cofres publicos os necessarios recursos para impressão dos Anais, resolveu a comissão organisadora apelar para o Imperador. “Desde que foi por falta de verba que o Governo mandou sustar a publicação dos trabalhos do Congresso, respondeu êle, não posso eu, primeiro guarda das leis do paiz, concorrer para fazer-se despezas não decretadas; amigo, porém, da ciencia e dos progressos de minha terra, terei muito gosto em tomar a mim essa despeza”. Vinte e quatro horas depois, conta o Sr. Oscar Silva Arau-

jo, eram dadas as ordens para a impressão dos trabalhos do Congresso (143).

Gestos seus como esse, de proteção ás coisas do espirito, podem ser citados ás dezenas. De onde quer que um artista, um homem de letras ou ciencia, ou simplesmente um erudito, apellesse para a sua generosidade, era certo vê-lo apparecer presuroso, com a melhor e a mais decidida bôa vontade. Era um Monarca que não hesitaria em abaixar-se para apanhar o pincel de um artista ou a pena de um escritor, nem em prestar-se, como simples aprendiz, aos papeis mais modestos no laboratorio de um sabio. Soberano á maneira desse Luiz da Baviera, amigo e protetor de Goethe, que entrando certa vez no *atelier* do escultor Thorwaldesen, na Via Sixtina, em Roma, colocou uma condecoração no peito do grande artista dizendo: *Decóro o soldado no campo de batalha.*

## VII

Proteger os artistas, tirá-los da obscuridade ou auxiliá-los no estudo ou divulgação de suas obras, era para o Imperador quasi uma obrigação; era, pelo menos, um dever ao qual entendia estar ligado pela condição mesma do cargo de chefe de Estado.

Quando a familia desse grande artista da cena que foi João Caetano se debatiã nas maiores difficuldades,

---

(143) *Actas e trabalhos.*

quasi morria a mingua, o Imperador correu-lhe em auxilio com uma pensão anual, paga do seu bolso, de . . . . 800\$000, o que naquele tempo era uma quantia consideravel.

Em dezembro de 1877 êle escrevia a Gobineau, que residia então em Roma: "Peço-lhe dar-me informações sobre um artista nascido no Brasil, mas de familia italiana, que estuda no *atelier* de Monteverde. Creio que é dotado de muito talento". Gobineau não tardou em mandar as informações. Fôra êle proprio procurar o artista: "Vi em sua casa um grande baixo-relêvo começado, que se destina á Academia do Rio — *O martirio de São Sebastião*. Ha muito talento nessa obra". Respondeu-lhe o Imperador: "Estou muito contente com o que você me diz do pequeno Bernardelli". Tratava-se, de fâto, daquele que viria a ser o maior escultor brasileiro, e que o Imperador descobrira, obscuro e modesto, ainda um rapazola, trabalhando no *atelier* de Monteverde.

Pedro Americo de Figueiredo foi outro artista revelado pelo Imperador. Conhecera-o o Monarca por ocasião de uma de suas visitas ao colegio de Pedro II; ali o surpreendera, na aula de matematicas, fazendo o seu retrato ás escondidas, numa folha de papel. Impressionado com as qualidades de desenhista do rapaz logo promovera sua matricula na Escola de Belas Artes, tomando a si o encargo de custeá-la (144).

---

(144) Mary W. Williams, *Dom Pedro The Magnanimous*.



Pouco depois mandava-o estudar pintura na Europa, ainda ás suas custas. A ordem é de 9 de outubro de 1858, ano em que Pedro Americo seguiu para Roma. Em maio de 60 o Imperador mandava pedir “as notas de aproveitamento do estudante de pintura Pedro Americo de Figueiredo, para saber se deve continuar a merecer a proteção de S. M. O Imperador” (145).

Carlos Gomes, aos 23 anos, abandonava a casa paterna, em Campinas, e se refugiava no Rio. Daí escrevia ao pai: “Minha intenção é falar ao Imperador, para obter dêle proteção, afim de estudar no Conservatorio desta cidade” (146). Obtida a matricula no Conservatorio, á cuja frente estava então Francisco Manuel, Carlos Gomes fazia representar, dois anos depois, a sua primeira opera, *A noite no Castelo*, e em 63 *Joana de Flandres*. O Imperador assistia-lhes as representações. Premiava em seguida o Maestro com a Ordem da Rosa, e decidia “que êle fôsse completar seus estudos na Europa, mandando conceder-lhe, para um periodo de 4 anos, uma pensão de 180\$000” (147). Parece que o Imperador, que já nessa época se iniciava na musica de Wagner, preferia que Carlos Gomes fôsse estudar na Alemanha, e só se decidiu pela Italia por insistencia da

(145) Officio da Mordomia Imperial à Legação do Brasil em Paris, no arquivo do Itamarati.

(146) Carta de 22 de junho de 1859, Boccanera Junior, *Um artista brasileiro*.

(147) *Revista Brasileira de Musica*.

Imperatriz (148). Dessa sua primeira estada na Europa resultou a maior opera do teatro lirico brasileiro, *O Guarany*.

O *Guarany* representou-se pela primeira vez no Rio em dezembro de 1870. O sucesso foi enorme. A opera teve que ser repetida varias noites, sob os aplausos de uma plateia cheia de entusiasmo. O Imperador não lhe faltou a uma representação (149). Pouco depois, sagrado já um dos maiores Maestros do seu tempo, o *Meyerbeer brasileiro*, como o chamava Rebouças, Carlos Gomes voltava á Italia. Partia fiado nas palavras de João Alfredo, ministro do Imperio, que lhe prometera uma pensão do Governo. Mas uma vez instalado em Milão, logo se apercebeu que a intenção do Ministro não passara de simples promessa: deixara-o inteiramente esquecido e, o que era peor, quasi sem meios de subexistencia. João Alfredo lhe havia prometido, alem de um pensão de mil francos mensais, condecorações para os amigos e protectores de Carlos Gomes na Italia (150). Logo, porém,

---

(148) Sete anos mais tarde, quando Carlos Gomes triunfava já no Rio com o *Guarany*, o Imperador ainda o aconselhava a ir para a Alemanha (Rebouças, *Diario*).

(149) Do *Diario* de Rebouças, á data de 13 de dezembro de 1870: As 5 ½ horas fui tomar em casa o simpatico maestro Carlos Gomes para levá-lo ao Paço de São Cristóvão. O Imperador conversou muito com êle e mui paternalmente. Disse brincando que não perdia uma noite do *Guarany*, e que dava toda a atenção para *pilhar o lugar onde êle copiou*".

(150) Rebouças, *Diario*.

que vira o Maestro pelas costas, tudo esquecera. No fundo, são todos assim.

Foi nessas difíceis circumstancias que Carlos Gomes apelou novamente para o Imperador. “Sem aquella promessa tanto formal, dizia-lhe o Maestro, eu teria ficado em Campinas, sem perigo de fazer má figura, e livre da responsabilidade com os Brasileiros, que sem dúvida esperam novas produções do autor do *Guarany*” (151).

Graças aos esforços do visconde de Taunay, que se propoz apresentar a respeito um projéto na Camara, foi obtida uma pensão official para o Maestro. “Quanto me custou consegui-la, dirá Taunay. Se não fôra a intervenção habilissima e encapotada do Imperador, a idéia teria logo e logo naufragado” (152). “Sei que tão grande beneficio me impõe perante V. M. I. e a generosa nação brasileira o dever de trabalhar incessantemente para illustrar o meu paiz” — confessava Carlos Gomes, agradecido, ao Imperador. E acrescentava, como que resuscitado em suas ambições artisticas :

---

(151) Carta de Milão, 1.º de novembro de 1871, no arquivo da familia imperial.

(152) Boccanera Junior, *op. cit.* — Parece que o Imperador não mostrou, nessa ocasião, a mesma solicitude da vez passada em favor de Carlos Gomes, não sendo fôra de proposito ligar essa sua attitude á reprovação que dêra ao casamento do Maestro com uma Senhora italiana. Rebouças, amigo dos mais chegados de Carlos Gomes, refere-se em seu *Diario* ao descontentamento que esse casamento causara ao Imperador.

“Ocupo-me neste momento da composição de uma opera, *Salvador Rosa*, que irá á cena em janeiro de 1874, no teatro Carlos Felice, em Genova. Depois de cumprido esse compromisso com aquele teatro e com o editor Ricordi, de Milão, tratarei de aproveitar os meios, de que ora disponho, para aperfeiçoar-me na arte musical e realisar, tanto quanto me fôr possível, as esperanças de V.M.I. e de meus caros patricios” (153).

Quatorze anos mais tarde Carlos Gomes iria recorrer, pela terceira vez, á magnificencia imperial. Numa carta ao Imperador, queixava-se da má sorte que o perseguia, das grandes despezas feitas na Italia e do pouco ou quasi nulo resultado financeiro que lhe davam suas operas, tanto pela ganancia dos emprezarios como por sua propria culpa. Dizia estar entregue de corpo e alma a uma nova opera, *O Escravo*, cuja parte musical já estava concluida, faltando apenas passar a opera em partitura de orquestra. E concluia:

“E’ uma coincidencia singular, em 1870 V.M.I. abriu as portas do Scala para o *Guarany*, hoje, o *Escravo*, que é o meu segundo *Guarany*, não poderá viver sem ser libertado, sem que V.M.I. lhe estenda a mão benéfica. Até aqui pude calar-me para não afligir V.M.I.; hoje, porém, sou obrigado a confessar toda a verdade, e conhecendo o coração magnanimo de Vossa Majestade, e quanto me é amigo, ousou pedir e suplicar que me empreste a quantia de 50 mil fran-

---

(153) Carta de Milão, 29 de agosto de 1872, no arquivo citado.

cos, que me são indispensaveis para me salvar da triste posição em que me acho. Com mais esta imensa graça, Vossa Majestade salva um pai de familia, um amigo, um artista e um escravo” (154).

### VIII

A generosidade de sua bolsa ia, assim, indistintamente, a todos quantos dela necessitavam, grandes e pequenos, celebres ou ainda obscuros. Naquelas três fases da vida de Carlos Gomes, quando a ação do Imperador foi-lhe decisiva, está toda a obra do grande maestro, toda a historia musical, para não dizer toda a gloria musical do Reinado.

Pensionava com as sobras de sua dotação um grande numero de Brasileiros, pobres e ainda obscuros, que mandava estudar na Europa. Alguns destes honrarão mais tarde os anais scientificos, literarios e artisticos do paiz. Dava a Pedro Americo 400 francos mensais para que estudasse pintura em Roma; 200 francos a Castagneto, para estudar pintura em Florença; 300 francos a Almeida Junior, tambem para estudar pintura; a Daniel Bérard, para “estudos de desenho e pintura”; a Francisco Franco de Sá, “para estudar pintura”. A Luiza, filha de Vitorino Leonardo, mandava dar 300 francos mensais “para que estudasse música em Paris”; 300 francos igualmente a José de Lima Fleming, “para es-

---

(154) Carta de Milão, 19 de setembro de 1885, *idem*.

tudos de música em Paris”; 100 francos a Henrique Oswald, estudante de música, “enquanto durarem as precarias circunstancias em que se acha”. Pensionava ainda Manoel Caetano da Silva Lara, para estudar engenharia civil em Paris. Outro pensionista de engenharia “com 300 francos mensais”, era José Gomes Calaga, “natural de Alagôas”. A Julio Cesar Ribeiro de Sousa pensionava com 100 francos mensais “para estudar na escola de aeronautica de Paris a direção dos aerostaticos, e submeter, como pretende, a sua teoria á Academia das Ciencias” (155). A Adolfo José Soares de Melo, mandava dar 300 francos mensais “para estudar medicina em Louvain”; 250 francos tambem mensais, a Pedro Gonçalves da Silva, “para estudar medicina em Graz”. (156)

Em 1857 Gonçalves Dias andava viajando pela Europa. Fôra mandado em missão arranjada pelo Imperador, destinada oficialmente a coligir documentos de interesse para a historia do Brasil, á qual, aliás, deu cabal desempenho, mandando para o Rio para mais de 40 volumes de copias (157), mas na realidade para facilitar ao poeta a publicação de suas obras e o tratamento da saude da mulher.

---

(155) O Imperador era um crente na navegação aerea: “Espero que brevemente se navegará em balão”, escreveu a Gobineau em 1881.

(156) Vêr a correspondencia da Mordomia Imperial para a Legação do Brasil em Paris, no arquivo do Itamaratã.

(157) Carta ao Imperador, de Lisbôa, 6 de out. de 1856, no arquivo da familia imperial.

## De Paris escrevia-lhe Gonçalves Dias:

“Escrevo a V.M. á ultima hora, para mais uma vez lhe beijar as augustas mãos. Graças a V.M. fiz por minha mulher o que era possivel tentar-se; o mais depende de Deus” (158).

## Mezes depois comunicava-lhe de Viena:

“O meu poema está já impresso até o fim do quarto canto. Não sei se haverá tempo para continuar por agora com essa impressão, ainda que com mais algum trabalho poderia fazer imprimir tambem o quinto e o sexto cantos. O dicionario caboclo está pronto, e na mão do livreiro: em dois mezes ficará pronto. Digo — dois mezes — porque os portes de correio são caros na Austria, e eu preciso de sair daqui para continuar a revêr provas” (159).

## Mais tarde mandava-lhe de Paris:

“A coleção das minhas poesias teve alguma demora em chegar ás augustas mãos de V.M.I., porque foram recebidas em Londres, como depois me comunicaram, horas depois de se ter expedido a mala da Legação. Os primeiros cantos do meu poema estão igualmente impressos, e o livreiro (160) escreveu-me que, com o volume das poesias, havia tambem remetido alguns exemplares do poema, que se puderam aprontar ás pressas.

“Eu teria preferido não mandá-los, a não irem acompanhados do volume que V.M.I. me permitirá oferecer-lhe, o qual não poderá partir sinão com o primeiro paquete; mas

---

(158) Carta de 6 de março de 1857, idem.

(159) Carta de 5 de junho de 1857, idem.

(160) Brockhaus, de Leipzig; era cunhado de Wagner.

dos que foram, não se terá esquecido o Dr. Capanema (161), a quem foram dirigidos, de levar sem demora algum exemplar á augusta presença de Vossa Majestade, enquanto se fica aprontando o outro.

“Oferecê-lo a V.M.I. era rigoroso dever meu: dever tanto mais facil e grato, que a manifestação do meu reconhecimento não pode ser considerada sinão como um novo obsequio de sua augusta bondade” (162).

Quando, anos depois, gravemente doente, Gonçalves Dias teve que voltar á Europa, em busca de alivio para o seu mal, foi ainda o Imperador quem lhe veio em auxilio, mandando dar-lhe uma pensão de seu bolso:

“O Sr. Gonçalves Dias acha-se em precisão — escrevia o Mordomo da Casa Imperial á nossa legação em Paris — e Sua Majestade ordenou-me que por intermedio de V. Ex. lhe mandasse dar o equivalente a 100\$000 brasileiros por mez. Como talvez o Sr. Gonçalves Dias tenha de se demorar na comissão, V. Ex. continuará a dar a quantia referida, e se lhe pague igualmente sua viagem para o Maranhão” (163)..

Pobre poeta! Não teria que pezar por muito tempo nos cofres do seu imperial amigo! Essa viagem de volta ser-lhe-ia fatal. O navio que o traria á patria iria

---

(161) Guilherme Schuch de Capanema, futuro barão de Capanema.

(162) Carta de 5 de setembro de 1857, no arquivo citado.

(163) Officio de 22 de setembro de 1864, no arquivo do Itamarati.



naufragar nas costas maranhenses, levando para o fundo do mar o maior poeta do Brasil.

## IX

Outro grande poeta que desfrutava a proteção imperial era Domingos José Gonçalves de Magalhães, o futuro visconde de Araguaia. Custeou-lhe o Imperador a publicação da *Confederação dos Tamoios*; promoveu e pagou-lhe duas traduções em italiano, uma de Ricardo Cerani e outra de L. de Simoni; e quando um grupo de criticos e literatos, entre os quais o jovem José de Alencar (164), saiu a combater o poema de Magalhães, com os excessos que costumamos usar, o Imperador foi dos primeiros que formaram ao lado dos defensores (165).

Mandou um exemplar da obra a Alexandre Herculano, cuja opinião solicitou. A resposta de Herculano devia tê-lo decepcionado um pouco, porque era uma critica severa do poema. Herculano dizia-lhe sem rodeios o que pensava, com uma independencia de julgamento que hourava a sua probidade de critico.

E não se limitava a isso. Com uma elevação de idéias realmente magistral, extendia-se depois em considerações sobre a inoportunidade da epopéa nos tempos

---

(164) Sob o pseudoimo de Ig. (Ignoto): *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*.

(165) Escreveu 4 artigos no "Jornal do Comercio", do Rio, sob o pseudonimo — "Outro amigo do poeta".

modernos, o que era ainda, até certo ponto, uma crítica ao poema de Magalhães.

“A nossa época tem paixões ardentes — dizia Alexandre Herculano — tem afetos variados e complexos; mas faltam-lhe o grandioso solene e o crêr profundo das gerações virgens. A nossa geração não é épica. Eis porque a poesia é hoje quasi exclusivamente lirica e dramatica (166). As amarguras e os contentamentos do coração, a luta das idéias, o proprio cepticismo, limbo intoleravel onde o espirito geme suspirando pela certeza, inspiram cantos que o poeta sente e que a sociedade comprehende. O drama, que substituiu a tragédia clássica (formula literaria da religião do destino) nasceu do mesmo fato, expulsou-a da cena pelo mesmo motivo. E’ que o poeta ha de forçosamente harmonizar-se com o seu seculo, sob pena de não ser escutado, e o que é mais, de não atingir nem á verdadeira inspiração, nem á verdadeira poesia.

“Se não creio possível a epopéa humana no meio das nações transformadas, polidas, argumentadoras, voluptuosas, incrédulas da velha Europa, menos possível ainda a creio na America. As sociedades da America não representam a desenvolução das raças autoctonas: são vergonteas das arvores seculares do mundo antigo, plantadas no solo do novo

---

(166) Linhas atraz escrevera Hercúlanô: “Nenhum dos sumos poetas contemporaneos, Goethe, Byron, Manzoni, Hugo, Lamartine, Garret, tentou, que eu saiba, a epopéa. E’ que os seus altissimos instinctos poéticos lhes revelaram que o cometimento seria mais que árduo, seria impossivel. A epopéa humana, que já não era do seculo passado (deu-nos triste documento disso o genio de Voltaire), menos é deste seculo. O passado ainda tinha as cóleras do filosofismo: este olha para tudo o que é heroico e sobrehumano com o frio desdem da indiferença e do cepticismo”.

mundo, e que mataram e matam crescendo e bracejando as plantas espontaneas e indigenas. Entre as tribus selvagens da America e os povos dos Estados-Unidos, das republicas espanholas e das vastas provincias a quem a Providencia na sua infinita bondade concedeu por Soberano um principe como V. M. I. não ha, não tem havido, em geral, outras relações que não sejam as da guerra e do exterminio. Podem os conquistadores, as raças que foram sobrepor-se ás raças primitivas, aniquilando-as, herdar-lhes o cumulo dos seus poucos ou muitos haveres materiais: o que não lhes herdaram, não apropriam a si, é o cumulo das suas tradições, das suas saudades, dos seus afetos coletivos; em suma a sua poesia épica. Entre o povo brasileiro e os aborigenes do Brasil falta a identidade de sangue, de lingua, de religião, de costume; falta tudo o que constitue a unidade nacional na sucessão dos tempos.

“Na minha opinião as éras heroicas e as gerações épicas do Brasil ficariam sendo as do primitivo Portugal, se uma raça, outrora unica, não constituisse hoje duas nacionalidades distintas. Nem os vultos nem os fatos que sobressaem no estabelecimento de colonias, que deviam em menos de três seculos constituir um opulento Imperio, são assaz grandiosos para darem assunto a uma epopéa, supondo-a aliás possivel. Mem de Sá, Estacio de Sá e os outros capitães que lançaram o fundamento das colonias brasilicas e as defenderam contra as tribus selvagens e contra os Francezes, foram chefes mais ou menos habeis, caracteres mais ou menos valorosos, mas estão longe do tipo ideal das personagens épicas. Seria mais facil achar manifestações desse tipo entre os chefes indios, e o autor dos *Tamoios* forcejou por delineá-lo em Aimbira; mas aqueles que se conservaram fieis ás tradições da patria americana não têm identidade nem unidade nacional com os Brasileiros de hoje, e os que traíram os interesses da sua gente e a religião dos seus antepassados para se aliarem aos conquistadores, são, poeti-

camente considerados, uma completa negação da generosidade e do heroísmo da epopéa.

“Duvido de que o genio pudesse vencer estas repugnancias, porque as reputo insuperaveis. O que porém sei de certo é que elle não [poderia vencer a desarmonia do espirito publico. O Brasil é um imperio novo; mas os Brasileiros são apenas europeus na America. Não é, sob todos os aspectos, a sua civilisação a mesma que a nossa? Não se confunde a classe média do Brasil com esta classe média da Europa, a um tempo ardente nas suas paixões e céptica e fria nas suas opiniões e idéas? Como estabelecer aí uma harmonia entre o poeta épico e o publico, que seria impossivel aqui?”

Entrava depois Hereulano na apreciação daquilo que entendia ser a verdadeira poesia brasileira, para concluir pela necessidade de o Brasil nacionalisar a sua poesia. Dizia :

“Uma cousa que tambem me parece carecer o Brasil é de nacionalisar a sua poesia no que é possivel nacionalisá-la. O que eu acho nos poetas da America, salvas algumas honrosas excepções, devidas principalmente a Gonçalves Dias, é a constante recordação da Europa. Resulta isto das origens da sociedade brasileira, das suas relações intimas com as sociedades do mundo antigo. E’ o mesmo defeito dos nossos poetas moços em relação á literatura franceza. Falta-lhes autonomia. Os nossos bosques, o nosso céu, as nossas montanhas, os nossos rios em miniatura, os nossos habitos, os nossos interesses, os nossos destinos não são os mesmos do Brasil...

“Deixe-nos a America as nossas ancarias goticas, as nossas catedrais ameidadas, os nossos castelos esboroados e

pendidos, a nossa vegetação raquitica. Deixe-nos os vestígios de um passado remoto, ruínas espalhadas sobre um solo exausto, marcos miliarios de muitas gerações travadas umas nas outras, transformadas ou dissolvidas. Estas cousas são ricas de poesia e de saudade, mas é para nós que vivemos no meio delas. Em compensação o Brasil tem os misterios dos desertos profundos, os murmúrios vagos das selvas virgens, as lutas, desconhecidas entre nós, da civilização contra a barbarie e do homem moderno com a natureza primitiva: tem as margens desses rios semelhantes a mares, o sol nessas campinas e cordilheiras, o luar nessas florestas. Como nação tem um futuro indefinido de esperanças, a sua mocidade em vez da nossa velhice, a sua primavera em vez do nosso outono.

"Não conheço assás a situação das tribus barbaras que ainda estanciam pelas regiões mais incultas do Imperio de V.M.I: ignoro quais sejam os contrastes e as dificuldades morais entre essas tribus e os homens civilizados que constituem a população brasileira; mas, por certo, tais contrastes e afinidades existem. O poema lirico, o poema romance, e até o poema dramatico poderiam talvez retirar deles imensa vantagem. Tanto o poeta como o publico crê-los-iam e senti-los-iam, porque são um fato atual. O pensamento que inspirou os Natchez parece-me que seria largamente fecundo se o genio brasileiro se apoderasse dêle. E' aos poetas americanos que pertence decidí-lo" (167).

---

(167) Carta de Lisbôa, 6 de dezembro de 1856, no arquivado citado.

## X

Gonçalves Dias, Magalhães... Estes eram os poetas. Ao lado deles o historiador, Varnhagen, futuro visconde de Porto-Seguro, com quem o Imperador se carteara desde quando Varnhagen iniciara essa obra básica da nossa formação histórica, que é a *Historia Geral do Brasil*.

Em julho de 1857 Varnhagen chegava afinal ao termo da jornada. Dava por concluída a obra que lhe absorvera anos de perseverança, de estudos, de pesquisas e de um labor nunca cessado. Logo se apressa em escrever ao Imperador:

“Chegou a hora de poder humildemente comparecer ante o trono de Vossa Majestade Imperial com o segundo volume concluído da *Historia Geral do Brasil*, depois de haver trabalhado ás vezes vinte horas por dia, de forma que quasi sinto que estes ultimos seis anos de vida me correram tão largos como todos os trinta e tantos anteriores. Ao ver afinal concluída a obra, não exclamei, Senhor, cheio de orgulho — *exegi monumentum ore pecunius* á minha triste peregrinação pela terra. Porém caí de joelhos, dando graças a Deus não só por me haver inspirado a idéia de tão grande serviço á nação e ás demais nações, e concedido saúde e vida para o realisar (sustentando-me a indispensavel perseverança para convergir sobre a obra desde os anos juvenis, direta e indiretamente, todos os meus pensamentos), como por haver permitido que a pudesse escrever e ultimar no reinado de Vossa Majestade Imperial” (168).

---

(168) Carta de Madrid, 14 de julho de 1857, idem.

Araujo Porto-Alegre foi outro protegido do Imperador. Era um dos homens mais interessantes de seu tempo, o *homem-tudo*, como o chamou o Sr. Max Fleiuss. Poéta, arquiteto, teatrólogo, pintor, decorador, acabou Consul Geral em Lisbôa: e, como tantos outros do seu genero, um desencantado da vida e dos homens. Os politicos nunca o toleraram, menos pela complexidade de seu genio do que pela sua natureza activa e impaciente.

O Imperador foi talvez dos poucos que o hajam compreendido, e é certo que o tinha, sinão em amisade, ao menos em grande estima, a que Porto-Alegre dava, aliás, reconhecido, o justo valor. Sua admiração pelo Imperador era tanto mais sincera quanto timbrou sempre em não solicitar-lhe os favores nem as graças, apesar das difficuldades financeiras em que viveu. “As vezes tenho vontade de pedir ao Imperador, confessava êle a um amigo, mas logo digo a mim mesmo: não, ao Soberano só grandes cousas”. Essa *cousa grande* nunca se lhe chegou a fixar na imaginação.

Talvez porque soubesse da altivez do artista é que o Imperador acabou por lhe ir ao encontro. Conhecedor das aperturas em que vivia, mandou chamá-lo, e encomendou-lhe um plano de reforma da Academia de Belas-Artes. No fundo, era um pretexto de que se servia para nomeálo professor e director da Academia.

Porto-Alegre foi de fato nomeado director da Academia. Mas, como da primeira vez que ocupou esse cargo, tambem dessa não o conservou por muito tempo. Seu carater independente e seuseptivel entrou em turra com

a autoridade do ministro do Imperio, por causa da nomeação de um professor da Academia, ato que julgou "ofensivo á lei, á intelligencia e á moralidade". Reclamou, e, não sendo atendido, exonerou-se. "Não lhe valeu o apelo do Imperador que, num lance de amigo, exprobou amistosamente que assim o artista *não podia acabar nada*; ao que êle respondeu *que não o deixavam concluir* (169).

Teve Porto-Alegre como recompensa o titulo de barão de Santo-Angelo. O Imperador faria a Varnhagen visconde de Porto-Seguro, como faria Visconde a dois poétas, Gonçalves de Magalhães (Araguaia) e Cardoso de Menezes (Paranapiacaba), e Barão a outro poéta, Franklin Doria (Loreto). Teria feito Principe a Camões.

## XI

Aos estrangeiros, não podendo integrá-los na nobreza do Imperio, distinguia com as condecorações de suas Ordens, como a Pasteur, como a Herculano; ou então com o simples presente de seu retrato, como a Manzoni, como a Vitor Hugo; ou ainda com dadas de objetos, como a Agassiz, para o museu que este organisara em Cambridge, nos Estados-Unidos; ou, finalmente, com dinheiro, como ainda a Pasteur, para o Instituto que o sabio fundara em Paris, como a Lamartine, quando este lutava bravamente contra a adversidade, crivado de dividas,

---

(169) Helio Lobo, *Manoel de Araujo Porto-Alegre*.



abandonado pelos amigos dos tempos properos, perseguido pelos credores, moral e financeiramente abatido.

“Voltaire — escrevia-lhe o poeta reconhecido — foi encorajado por aquele a quem chamam o grande Frederico; mas Voltaire era jovem e feliz. Sou consolado em minha velhice e minhas adversidades pela magnificencia de Vossa Majestade. Voltaire distribuia a gloria, e eu não tenho si não a gratidão a dar. Os favores de seu real amigo eram interessados; os de Vossa Majestade são gratuitos. O principe filosofo ultrapassa o poeta coroado de Potsdam” (170).

Quando Gobineau se viu posto em disponibilidade pelas intrigas do Quai d’Orsay, e lutava, sem recursos, contra a adversidade, foi para o seu amigo de São Crístóvão que êle logo se voltou :

“Se Vossa Majestade se dignasse de entregar-me quinze mil francos, autorisando-me a restituí-los logo que me fosse possivel, dar-me-ia uma grande ajuda, e de um modo que dobraria o preço do favor”.

Gobineau andava querendo vender na Inglaterra e nos Estados-Unidos as suas coleções de pedras gravadas asiaticas e de manuscritos arabes, persas e afgans, que reunira durante as peregrinações que fizera pela Asia Menor. Mas, enquanto isso, era necessario viver.

O Imperador mandou dar-lhe os 15 mil francos. Mas para não vexá-lo com uma divida tão elevada (171),

---

(170) Carta de 24 de setembro de 1861, cit. por Pinto de Campos, *O Senhor Dom Pedro II*.

(171) Cerca de 80 contos de réis atuais.

deu-lh'os a titulo de pagamento de um trabalho de escultura que havia tempo lhe encomendara (172). Retirado da vida diplomatica, Gobineau podia entregar-se agora inteiramente ás suas atividades artisticas.

Ele desobrigou-se, aliás, e integralmente, do encargo que lhe deu o Imperador. Algum tempo depois mandava-lhe o trabalho, a estatua de uma rapariga, de uma escrava, a *Minna*, considerada sua obra prima em escultura (173). Em janeiro de 80 escrevia-lhe o Imperador:

“A *Minna* já está colocada em seu pedestal. Agrada-me muito. Tem expressão: alguma lembrança, ou mesmo um retrato? Ela exprime bem a ação. A magreza dos braços e das pernas indica a sua condição, mas acharei talvez os seios demasiado cheios. Estou sempre a fitá-la, sobretudo do lado direito, que prefiro”.

A generosidade da bolsa do Imperador ia indistintamente a tudo quanto estivesse ligado, de qualquer forma, ás coisas do pensamento. Onde quer que soubesse

---

(172) Do Imperador a Gobineau: “Obrigado pelo apêlo que faz á minha amisade, que nunca faltou, e poderá queixar-se mais do que você da demora em dar esse passo (*cette démarche*)... Para que tudo se faça com minha inteira satisfação, direi a Macedo (*Artur Teixeira de Macedo, secretario de Legação, que acompanhava o Imperador na segunda viagem á Europa*) para escrever-lhe sobre uma escultura que lhe tinha encomendado ha muito tempo, e pela qual êle deve entregar-lhe 15 mil francos” (Carta de Viena, 21 de março de 1877, no arquivo da Bibliotéca de Strasburgo).

(173) Georges Raeders, *Le comte de Gobineau au Brésil*.

se projetava perpetuar a memoria de um poéta, de um artista, de um homem de ciencia ou de um politico notavel, que por suas obras ou seus atos tivesse concorrido para o bem estar moral e material da humanidade, êle corria presuroso com a sua contribuição.

Assim, para o monumento que se projetava levantar em Bolonha a Galvani, o grande fisico, cujas experiencias tanto contribuíram para a descoberta de Volta sobre a electricidade, produzida pelo contato dos metais, concorria com 200 francos. Idéntica quantia mandava para o monumento a Boccaccio, o poéta do *Decameron*, na Toscana; para o monumento a Tommaseo, o homem politico; para a estatua de Rabelais, o creador do *Pantagruel*; para o monumento a Becquerel, um dos precursores da telegrafia. Para a fundação Mozart, em Salzburgo, concorria com 200 florins; com 400 francos para o monumento a Carpeaux, o grande escultor, autor da *Dansa*, da Opera de Paris e para o monumento a Wattcau; com 500 francos para a estatua de Thiers; com 1.000 francos para o monumento a Elias de Beaumont, o geologo; e para o monumento á memoria de monsenhor Dupanloup, o bispo de Orléans, orador e polenista, defensor do catolicismo liberal (174).

---

(174) Ver as respectivas communicações, em officios da Mordomia Imperial ás Legações do Brasil na Europa, no arquivo do Itamarati.

## XII

Quando o Imperador mandou a Ordem da Rosa a Alexandre Herculano, o velho romancista relutou em aceita-la; e de sua modesta morada do Vale-de-Lobos escreveu ao Monarca:

“Não tenho idéia de haver feito serviço algum ao Brasil, e as distinções honorificas, onde e quando não significam o meio de um vil mercadejar de consciencias, são haveres que pertencem aos benemeritos da Patria, haveres depositados nas mãos do Soberano, para solver dividas de gratidão á sociedade”.

Fazendo depois uma distinção subtil entre o homem privado e o Soberano, acrescentava:

“Receio muito que o coração de Dom Pedro de Alcantara o iludisse, e o levasse, inconscientemente, a abusar de sua intimidade com o Imperador, em proveito de uma afeição particular.

“Mas o que sobretudo julgo para mim grave é que, no meu paiz e na familia de Bragança, houve outro Dom Pedro de quem fui mais amigo, porque essa amisade chegou quasi a tocar as raias da cegueira (175). Tambem casualmente era Soberano. Ia ás vezes couversar comigo na minha modesta morada, e durante largas horas. Um dia pediu-me accitasse uma dessas mesmas distinções honorificas com que

---

(175) Alexandre Herculano quer referir-se a Dom Pedro V, rei de Portugal, filho da irmã mais velha do Imperador, a rainha Dona Maria II.

o Imperador do Brasil quiz honrar-me. Recusei e expuz-lhe, pareceu-me então que singelamente, parece-me hoje que rudemente, os motivos da minha recusa. Insistiu, com os olhos arrazados de agua. Continuei a recusar tenazmente, porque as minhas convicções neste ponto eram já, como são agora, inabalaveis. Seguidamente, sem me consultar, fez-me nomear par do Reino. Recusei oficialmente ao Governo a mercê. Não me disse uma unica palavra sobre isso, nem ficou mal comigo, como Vossa Majestade não ha de ficar numa situação analoga. Passados tempos, o desventurado mancebo sentiu realisar-se a sua suprema ambição de morrer. E eu, que na minha vida, por severa ou, talvez, ruim condição, poucas vezes tenho chorado, chorei muito por êle a ocultas: a ocultas porque foi modã por muito tempo chorá-lo na praça publica.

“... Quer Vossa Majestade fazer-me uma dádiva enorme, e que eu accitarei com a mesma anciosa avidez com que um dos nossos mais intrataveis republicanos accitaria o diploma de camarista do Rei? E’ facil. Dom Pedro V deu-me uma coisa só na vida, o livro de Tocqueville sobre o antigo regime anotado por êle. Possuo poucas coisas de valor, porque não sou rico. E’ aquella a maior preciosidade que posso legar aos meus. Vossa Majestade ha de ter algum livro assim, ou o original de qualquer trabalho literario seu, ou a fotografia do imperador do Brasil, no alto da qual escreva estas palavras ou outras semelhantes — *Dado por Dom Pedro de Alcantara ao seu amigo o lavrador de Val-de-Lobos (176).*”

Respondeu-lhe o Imperador, com uma delicadeza de sentimentos e alta elevação de espirito, de que raramente se tem exemplo:

---

(176) Carta de Vale-de-Lobos, 20 de agosto de 1872, no arquivo da familia imperial.

“Sr. Herculano. — Logo que recebi sua carta de verdadeiro amigo, mostrei-a ao Imperador. A afeição que êle e eu lhe votamos não podia de nenhuma sorte ressentir-se de sua determinação; porém eu, que sou o mesmo de Val-de-Lobos (177), e conheço quantos corações, como o seu, prezam a franqueza, hei de necessariamente discutir as razões apresentadas para não aceitar a alta prova de consideração dada pelo governo do Brasil ao ilustre literato duma nação tão ligada á minha.

“Começo pela defeza do Imperador, que lhe é muito afeiçoado; mas sempre procurou evitar a influencia de sentimentos pessoais nas ações do governo de sua nação. Propoz êle seu nome para uma condecoração poucas vezes concedida; por isso que entende que os serviços ás letras e ás ciencias são feitos a todas ás nações, e os testemunhos publicos de apreço dados áqueles, revertem em honra destes, que além disso devem empenhar-se em promover mutuas relações da mais cordial estima. Sua modestia, aliás tão louvavel, não pode deixar de concordar que o Imperador procedeu por considerações de interesse nacional, embora estas lisongeassem a amizade que lhe vota ha tantos anos.

“... Sua carta quasi que revela a condenação dessas provas de apreço de mérito individual. Não estou longe de acompanhá-lo em tal juizo, e o Imperador tambem violenta bastante sua opinião quando cede ao satisfazer a vaidade humana. A sociedade porém não péca, pela maior parte das vezes, infelizmente, só por esse lado...

“Sinto não poder enviar-lhe algum trabalho literario de minhas horas vagas; mas sempre receei perder assim o tempo, sem proveito para os outros nem para mim, e se versejei, quem não o terá feito amando as letras? Meu retrato irá

---

(177) Na viagem que fizera anteriormente á Europa, o Imperador fôra a Vale-de-Lobos visitar Herculano. Vêr o capitulo deste volume, *Pela primeira vez na Europa*.

brevemente. Ponha-o no seu gabinete de estudo, onde já passei momentos por demais rapidos, porém de constante lembrança, e olhando para êle, como eu olho agora para o seu, conversemos do unico modo que a ausencia consente" (178).

### XIII

Nada o cativava mais, ou o seduzia tanto como esse comercio com os homens de letras, com os artistas, com os cientistas, com todos quantos se occupavam das coisas do espirito, Brasileiros e Estrangeiros. Podiam êles ter e tinham de fâto a certeza de encontrar sempre no Monarca a mais favoravel e decidida acolhida. "O mundo civilisado, dizia-lhe Agassiz em carta de 17 de junho de 1862, admira em Vossa Majestade não somente o Soberano paternal e generoso de um povo cheio de amôr e devotamento, mas tambem o homem instruido, protetor das letras e das ciencias, o amigo de tudo que tende a elevar o genero humano". Referindo-me ás cartas que lhe escrevia o Imperador, acrescentava, em carta posterior, que elas lhe faziam esquecer que partiam de um Soberano, tanto transpiravam *o ar do gabinete de um filósofo* (179).

---

(178) Carta s/d. No arquivo da familia imperial.

(179) Originaes no arquivo citado. — "Fez tanto pela ciencia que todo sabio lhe deve o maior respeito", dizia Darwin em carta a Joseph Hooker (Francis Darwin, *The Life and letters of Charles Darwin*).

Por seu lado, Quatrefages, o grande naturalista, escrevia-lhe de França: "Estar em correspondencia directa com D. Pedro de Alcantara é um desses privilegios que nos honram, e, se seguirmos os nossos desejos, ficaremos logo tentados de abusar" (180).

Essa correspondencia com os homens eruditos do tempo era, aliás, dos seus mais cativantes passatempos; dava-lhe um verdadeiro prazer espiritual. O Soberano, nessas ocasiões, desaparecia, para dar lugar ao amigo dos livros, dos artistas, dos poétas, dos cientistas; tratava a todos no mesmo pé de igualdade, com simplicidade, com extrema cordialidade, "como se conversassem dois vizinhos, ao pôr do sol, depois dos trabalhos rurais", para usarmos de suas proprias expressões em carta a Herculano.

O interesse com que esses homens lhe informavam do andamento de seus trabalhos, do acabamento de outros, de seus projéto, de seus sucessos, de suas aflições, são a prova de como tais cartas eram acolhidas pelo Soberano. Havia em suas paginas como que confidencias de confrade a confrade, esse desejo, quasi essa necessidade de falar de si e de seus trabalhos, que têm sempre os homens de uma mesma profissão. Não se diria, por exemplo, lendo-se esta carta de Renan, que ela era endereçada a um velho confrade seu da Academia Franca, como êle historiador dos tempos antigos? E como

---

(180) Carta de 7 de janeiro de 1876, no arquivo da familia imperial.



se nota o prazer, a confiança com que Renan dá conta ao Imperador dos detalhes de sua obra! Dizia êle:

“Meu principal trabalho é uma historia do povo de Israel, desde os tempos em que se começa a entrever qualquer coisa de certo, até a aparição do Cristianismo. Terei tempo e força para acabar semelhante obra? Duvido muitas vezes. Quero ao menos consagrar-lhe o que me resta de atividade. Creio que a obra comportaria três volumes. Os dois que estimaria realmente escrever são os primeiros, onde procuraria contar o periodo mais brilhante do profetismo, de cerca de 800 a 500 antes de J.-C. E’ a época, penso, da verdadeira fundação do judaismo, o momento em que o pòvo de Israel se torna um pòvo autônomo, entra num caminho que nenhum outro pòvo semítico percorreu” (183).

No outono de 1874 Gobineau redigia a *Fleur d’Or*, uma larga sintese dos homens e das coisas italianas ao tempo do Renascimento. E do seu canto de Stockholmo dirigia ao Imperador uma carta impregnada de melancolia, lamentando a distancia que os separava, e que o impedia de trocar com o amigo tão caro aquelas impressões que enchiam outróra as tardes de domingo em São Cristóvão: “Como sinto a perda desse domingos, no estado de espirito em que me encontro! Imagino que encanto não teria para mim, como facilitaria o meu trabalho, e que constante estímulo seria a conversa com Vossa Majestade sobre a natureza, a especie e o fundo

---

(183) Carta de Paris, 28 de março de 1884, idem.

do temperamento de Maquiavel, Julio II, Leão X e dos artistas! Não esquecerei jamais esses domingos!" (184).

#### XIV

Pouco antes Gobineau escrevera ao Imperador animando-o a que não deixasse os estudos; receiava que os afazeres politicos do Monarca, sempre crescentes, pudessem vir a prejudicar-lhe os labores literarios: "Gostaria de vêr concluidos os trabalhos do Imperador no dominio intelectual. Gostaria por dois motivos: primeiro porque é preciso que as arvores frutiferas dêem frutos; em seguida porque vejo nisso uma gloria efetiva e toda pessoal. Ficarei extremamente alegre, contente, feliz, quando puder vêr a obra diréta, pessoal e unicamente possivel do Sr. de Alcantara" (185).

Já vinte anos antes Alexandre Herculano lamentara que "o laborioso mister de chefe de Estado" não permitisse ao Imperador "dedicar-se á obra de maior vulto" (186), querendo com isso referir-se aos trabalhos literarios do jovem Monarca de 29 anos.

---

(184) Carta de 15 de setembro de 1874, no arquivo citado.

(185) Carta de 13 de dezembro de 1873, idem.

(186) Carta ao Imperador, de Lisboa, 4 de junho de 1854, no mesmo arquivo.

Esses trabalhos não se contavam por numerosos nem de grande valor. Resumiam-se, afinal, em algumas poesias, geralmente mediocres; traduções de poesias estrangeiras; em algumas notas de viagem; notas sobre a lingua tupi (187); e anotações deixadas á margem de alguns livros, inspiradas por sua leitura ou pelos fatos neles referidos (188).

“Gostria de saber como vão os trabalhos de Vossa Majestade — escrevia-lhe Gobineau em abril de 73. — Ha muito tempo já que o Imperador não me dá mais no-

---

(187) *Quelques notes sur la langue tupi*, publicadas por E. Levasseur no volume *Le Brésil* (Paris, 1880), sem indicação de nome do autor. — Vide Rodolfo Garcia, *Dom Pedro II e as linguas americanas*.

(188) Dentre estes, podem ser citados como principais: *O erro do Imperador e Agradecimento aos Pernambucanos*, de Joaquim Nabuco; *O conselheiro F. J. Furtado* de Tito Franco de Almeida; *Les Origines*, de Pressencé; *Datas e factos relativos á historia do Brasil*, folheto publicado no Recife, em 1885, e atribuido a Alfredo de Carvalho. Não vale a pena referir outras muitas obras, onde as simples observações deixadas pelo Imperador não têm nenhum valor literario, historico ou científico, tais como *Description de la Sainte Chapelle*, de Guilhermy, ou *La France en 1889*, de Chandordy. São todavia do maior interesse para um estudo profundo sobre a personalidade moral e intelectual do Imperador, o que não cabe certamente nos limites modestos desta *Historia*. O material para esse fim é, entretanto, copioso, pois raros foram os livros de sua bibliotéca, grande parte incorporada hoje á Bibliotéca Nacional do Rio de Janeiro, que não receberam á margem observações de seu proprio punho.

ticia de suas *notas de viagem*. (189). Espero, entretanto, que esteja adiantada a arrumação de todos esses documentos, que não deve ser muito retardada, para que as lembranças que lhe deram origem não se apaguem um pouco e, o que é sempre mais grave, não se deformem”.

Durante muito tempo o Imperador ocupou-se de uma tradução livre do *Prometheu*, a tragedia de Eschylo. “Vossa Majestade nunca mais me falou no *Prometheu* — escrevia Gobineau em julho daquele ano. E’ uma pena interromper um trabalho tão adiantado e mesmo quasi terminado”. Na verdade a tradução em prosa já estava terminada, e o Imperador pensava agora em versificá-la (190), o que afinal não chegou a realizar. Acabou por dar esse encargo a Cardoso de Menezes, barão de Paranapiacaba, o poeta da *Harpa gemedôra*, barão de Nunca-mais-se-acaba, como diziam, para caçoar da extensão de seu titulo nobiliarquico. (191).

---

(189) Tratava-se de uma especie de *jornal*, que o Imperador trouxera de sua segunda excursão ao Egito, em 1876, redigido em francez. Versava quasi exclusivamente sobre assuntos de egiptologia, ligados á região do Alto-Nilo. Essas notas foram traduzidas e publicadas pelo Sr. Afonso d’E. Taunay, quer dizer, a 1.<sup>a</sup> parte, unica, parece, que foi terminada, na Revista do Instituto Historico Brasileiro. Ver a respeito o capitulo deste volume, *Segunda viagem ao estrangeiro*.

(190) “A tradução em prosa do *Prometheu* está feita desde muito tempo; mas não pôde ainda pô-la em verso” (Carta do Imperador a Gobineau, de 5 de novembro de 1872, no arquivo de Strasburgo.

(191) A “trasladação poética” de Paranapiacaba está publicado na Revista do Instituto Historico e Geográfico Brasileiro.

A politica e a administração publica eram os grandes inimigos do Imperador, que lhe tiravam quasi todos os lazeres. “A politica não é para mim sinão o duro cumprimento de um dever — escrevia êle a Gobineau no dia do aniversario da Maioridade. Eu o sinto bem neste dia, quando faz 33 anos que carrego a minha cruz”. Minha cruz... Era bem um desencantado dessa corôa, que lhe roubava, quasi todo o tempo, quasi todas as atividades, e raras horas livres lhe deixava para entregar-se aos trabalhos literarios, aos estudos de sua predileção, ás leituras dos bons livros, ao comêrcio epistolar com os amigos — *suas boas cartas*, como êle dizia a Gobineau, *que me consolam dos dissabôres da minha posição!*

E como o Imperador invejava a sorte do seu amigo, que estava livre desses encargos, que não tinha o duro labor quotidiano a pezar-lhe sobre os hombros, e podia dispôr larga e livremente de todas as suas horas, de todos os seus momentos! “Como você é feliz de poder ocupar-se apaixonadamente dessas coisas!”, exclamava o Imperador referindo-se aos trabalhos intellectuais de Gobineau. “Como você é feliz — voltava a dizer-lhe noutra ocasião — de poder aplicar a atividade do espirito em novas obras literarias e artisticas!”

*Como você é feliz! Como você é feliz!* é a frase que êle sempre repete, é a sua constante exclamação, o leitmotiv de todos os seus momentos, traindo a estreiteza da vida que levava no Rio. “Como você deve estar consolado com o amôr pelas belas-artes, escrevia a Gobineau, e

como lastimo não poder refugiar-me algumas vezes sob a sua influencia tão sã!” E volvia: “Como você é feliz de poder entregar-se inteiramente ás suas preferencias artisticas e a uma literatura digna do espirito humano! Quasi não tenho tempo para esses estudos que tanto me seduzem. Faço, entretanto, o que posso para livrar-me dessa politica que por vezes me afixia”.

A politica. Sempre a politica! *Os miasmas da politica*, como êle dizia. Gobineau reclamava produções literarias, e para animá-lo dava-lhe o exemplo de seus proprios labores. O Imperador respondia-lhe: “Você compreende que sendo obrigado, na minha posição, a me pôr ao corrente de tantas coisas, quasi não posso viver para mim”. E lamentava, noutra carta: “Ah! Se minhas ocupações não me forçassem a uma existencia bem diversa, como eu seria feliz e minhas leituras se harmonizariam com as suas!” Acrescentava, depois, com o espirito voltado para a vida tranquila e independente que Gobineau levava na Cidade Eterna: “Quando você não encontra mais sociedade (o que assim chamamos) em Roma, corre a Paris. E eu? Quasi não tenho outro recurso sinão os livros — quando disponho de tempo e lazer para êles” (Carta de 5 de agosto de 78).

## XV

Era para atenuar um pouco a estreiteza da vida intelectual que levava no Rio, e distrair-se dos dissabo-

res da politica e do governo, que o Imperador procurava atrair a si os *sabios* estrangeiros. Não podendo nem sempre ir procurá-los lá fóra, para desfrutar-lhes a companhia e o ambiente de alta espiritualidade que os cercava, chamava-os ao seu convívio, ao seu circulo, para os ter á sombra de seu Palacio e de sua personalidade acolhedora.

Seu desejo seria viver rodeado de sabios, de artistas, de homens de letras e de ciencia, de eruditos como êle, transformar o ambiente mórno e vazio das salas de São Cristóvão, numa atmosfera de alta e refinada cultura, uma especie de Academia, que acolhesse os homens de pensamento de todas as partes do mundo.

Tinha um pouco daqueles Principes italianos do Renascimento, que entendiam ser e eram, além de chefes de Estado, grandes favorecedores do pensamento humano. Como êles, gostava de cercar-se de escritores, de musicos, de poetas, de prosadores, de filósofos, de mathematicos, e ao lado do seu trono, nas salas do seu palacio, mantinha bibliotéas, um muscu, um laboratorio e um observatorio astronomico. Ainda como aqueles Principes, seus embaixadores e ministros no estrangeiro tinham ordem permanente de adquirir e mandar-lhe tudo quanto apparecesse de novo capaz de favorecer a expansão e a riqueza do pensamento humano (192). “No Paço Imperial se renova a escola palatina, escrevia

---

(192) Vide officio da Mordomia Imperial á Legação do Brasil em Paris, de 13 de junho de 1856, recomendando que

Porto-Alegre: o Príncipe estuda e abre conferencias; discute o passado e prepara o futuro; compra livros na Germania e engrandece a nossa bibliotéca americana”.

Suas preferencias iam indistintamente para todos quantos estivessem ligados, de qualquer forma, a uma manifestação scientifica, literaria ou artistica. Chama-va a Palacio a grande tragica italiana Ristori, a quem acolhia com honras de grande dama. “Honrou-me com a sua amizade, dirá ella mais tarde, da qual me sinto orgulhosa. Nem o tempo, nem a distancia poderão fazer-me esquecê-la” (193).

Com uma intuição notavel pelo genio do artista, a esse tempo ainda quasi obscuro, revelado apenas a um limitado circulo de admiradores alemães, o Imperador mandava convidar Ricardo Wagner para vir ao Rio de Janeiro dirigir a representação de uma de suas operas. “Esse oferecimento, vindo do Rio, parece que teve um fundamento sério, porque o imperador do Brasil foi mais tarde um dos patronos do teatro de Bayreuth, e veio assistir a primeira execução das *Niebelungen*” (194).

---

os nossos agentes no estrangeiro remetessem todas as obras *notaveis* que apparecessem, e *merecessem* ser lidas pelo Imperador. Deviam comprá-las e enviá-las sem tardança, para que elle fôsse o primeiro a ter conhecimento delas (Arquivo do Itamarati).

(193) *Ricordi e studi artistici*.

(194) Diz Wagner, em suas memorias (*Ma vie*), que ao tempo em que residia em Zurich, exilado do territorio da



## XVI

Em 1880 encarregava Salvador de Mendonça, nosso consul em Nova York, de convidar em seu nome a Edi-

---

Confederação Alemã, por se ter metido no movimento revolucionario de 1848, recebeu uma carta "de um individuo chamado Ferreiro, que se intitulava consul do Brasil em Leipzig". Isso se passou em 1858. Nessa carta, o tal Ferreiro dizia-lhe que o imperador do Brasil nutria uma grande simpatia pela musica de Wagner, e desejava que este fôsse ao Rio de Janeiro dirigir uma de suas operas. Wagner confessa ter recebido essa proposta com o maior entusiasmo. Exilado, quasi ignorado, pois não tinha ainda sido elevado pelo futuro rei Luis II da Baviera á altura de um deus, passando as maiores privações materiais e vivendo, por assim dizer, unicamente a expensas do que recebia de algumas representações do *Tannhauser*, o convite do Imperador chegara bem a proposito. Wagner compunha nessa época *Siegfried*, e começava a inspirar-se de *Tristão e Isolda*. Foi esta opera que decidiu fôsse representada e dirigida por êle no Rio de Janeiro. "Para começar e pôr á prova a generosa simpatia do imperador do Brasil, mandei ao Sr. Ferreiro os tres arranjos para piano, ricamente encadernados, de minhas três operas mais antigas, e esperei durante longo tempo a bôa carta annunciando o brilhante acolhimento que lhe haviam feito no Rio de Janeiro". Esperou inutilmente, pois que esse Ferreiro nunca mais lhe deu noticias suas nem de suas operas. — Não foi possivel ao autor deste livro encontrar traço algum do que conta Wagner em suas memorias, nem no arquivo do Itamarati nem em outros arquivos que consultou, inclusive o da familia imperial brasileira. Aliás, na época a que se refere Wagner, nem o Brasil mantinha consul algum em Leipzig, nem havia consul brasileiro com o nome de Ferreiro ou coisa parecida. Sem embargo, não é possivel acreditar que Wagner haja arquitetado toda essa historia do convite do Imperador. Esse convite deve

son para visitar o Brasil. Penhorado com essa atenção, Edison se via, entretanto, obrigado a declinar do convite pelos muitos trabalhos que o prendiam aos Estados Unidos, "que ainda tem presentemente a seu cargo, dizia Salvador de Mendonça, que não lhe deixam férias,

---

ter sido feito, possivelmente por intermedio de algum funcionario consular (e não consul), que de passagem por Leipzig escreveu a Wagner, e cujo nome não figura nos relatorios da antiga Repartição dos Negocios Estrangeiros. Em todo o caso, uma coisa é certa: o interesse constante, confessado e nunca diminuido do Imperador pela musica de Wagner, já concorrendo para a construção do teatro de Bayreuth e indo assistir ali, mais tarde, a primeira execução das *Nibelungen*, como diz A. Julien (*Richard Wagner, sa vie et ses oeuvres*), já se referindo a Wagner e á sua obra em termos os mais entusiastas. Suas cartas a Gobineau dão-nos a prova disso. Na de 7 de agosto de 76, escrita de Gastein, êle dizia: "Vou a Bayreuth, para a abertura do teatro do *musico do futuro*" (o grifo está no original). Em dezembro do mesmo ano ou janeiro de 77 (carta sem data, escrita do Cairo), participava o proposito de ouvir a tetralogia em Berlim. Em fevereiro seguinte (possivelmente; carta também sem data, nem indicação de lugar, talvez Florença), dizia que não poderia ouvir *Walkiria* em Berlim, mas ficaria satisfeito com os *Mestres Cantores*. Já do Rio, 5 de agosto de 78, participava a Gobineau o inicio da temporada lirica italiana na Córte, mas logo acrescentava: "Nada de *Tannhauser*, nem mesmo o que ouvimos juntos em Stockholmo". Carta de Petropolis, 24 de fevereiro de 79: "Acabo de receber o jornal de Bayreuth, inspirado por Wagner, mas não sei quando cantarão *Parsifal*. Talvez Liszt o possa informar, se V. o encontrar em casa do amavel cardinal Hohenlohe". Seu interesse por *Parsifal* era grande. Carta do Rio, de 15 de junho de 79: "Que noticias artisticas me dá? Que sabe do *Parsifal*, de Wagner?" De Petropolis, 7 de fevereiro de 81: "Quando escrever a Wagner, lembre-lhe a minha curta estada em Bayreuth. Diga-

sendo porém intenção sua ir cumprimentar Sua Majestade apenas possa ter algum repouso” (195).

Nessa mesma ocasião Salvador de Mendonça dava conta de outra visita que fizera em nome do Imperador, esta a Longfellow, e com idéntico fim:

“Só a semana passada pude ausentar-me de Nova York por um dia, para ir especialmente a Boston, visitar em nome de Sua Majestade o Sr. Longfellow. Fui a Cambridge, transmitir-lhe o convite que Sua Majestade lhe fazia, para ir ao Brasil; disse-lhe que Sua Majestade se lembrava da conversa que havia tido na varanda da casa do poeta, e que no palacio da Bôa-Vista havia outra varanda, em que Sua Majestade desejava tambem conversar com êle. Repeti-lhe que se fôsse preciso, Sua Majestade escreveria para o poeta uma descrição da baía do Rio de Janeiro, afim de induzi-lo a ir vê-la.

---

lhe que estou ancioso por lêr o que dizem da execução do *Parsifal*”. Do Rio, 8 de maio de 81: “Vá a Bayreuth, ouvir o *Parsifal*, sente-se na primeira fila, perto da balaustrada, onde ouvi *Rheingold*, e pense na minha mágoa por não estar tambem lá”. Finalmente, em carta tambem do Rio, de 9 de novembro de 81, êle participava a Gobineau ter ouvido *Mephistopheles*, de Boito, e logo cogitava da opinião que Wagner fazia do maestro italiano: “Penso que Wagner deve fazer caso de Boito como musico”. E acrescentava: “Aguardo com impaciencia o que me vai dizer de Bayreuth, onde certamente terá exprimido a Wagner a estima em que tenho o seu talento”.

(195) Officio de Nova York, 2 de julho de 1880, no arquivo do Itamarati.

“O Sr. Longfellow, que aliás ainda percorre todas as alamedas de sua chacara com passos largos e seguros, disse-me que a idade já não lhe deixava a possibilidade do prazer que essa visita a Sua Majestade lhe daria (196); e depois de recordar minuciosamente todos os incidentes da visita com que Sua Majestade o honrara, disse-me que desde então a sua casa, que foi por algum tempo a residência de Washington, guardava religiosamente a lembrança do nosso augusto Soberano, que era fortuna sua, dada a nenhum outro, poder assim associar a lembrança dos dois ilustres chefes das duas nações americanas. Pediu-me que fizesse chegar ao conhecimento de Sua Majestade — e dou disto o testemunho pessoal — que a recordação de sua visita àquela casa conservava-se tão viva como a gratidão do dono dela, pela cordialidade tão honrosa com que Sua Majestade o distinguira então e continuava ainda a distingui-lo” (197).

Se nem todos podiam atender aos convites desse Imperador amigo e obsequioso, não poucos deixavam as suas casas e suas familias, para virem visitá-lo. Assim fizeram Castelneau, Pedró Lund, Jacques Arago, Luis Agassiz, entre outros.

Agassiz appareceu no Rio em 1865. Veio com a mulher e um grupo de artistas e cientistas. Essa viagem ao Brasil fôra um desejo acalentado durante muito tempo, que lhe despertara o espirito desde 1828, quando, estudante em Munich, tivera oportunidade de lêr as obras de Spix sobre a bacia do Amazonas. O Impera-

---

(196) Longefellow tinha então 75 anos.

(197) Officio cit.

dor, por outro lado, com quem êle desde muito se correspondia, não deixara nunca de animá-lo a empreender uma tal viagem, convidando-o, sobretudo, a visitá-lo em seu palacio de São Cristóvão. Mas o estado, sempre precario, de sua saúde e os muitos afazeres de Agassiz em Cambridge, só o deixaram realizar o duplo desejo do Imperador naquele ano de 1865.

“Dom Pedro II acolheu Agassiz da maneira a mais bondosa, liberal e generosa — conta-nos Jules Marcou. Era um grande prazer para êle, cientista *dilettante*, receber um tal naturalista sob o seu tétó e seu Imperio. Desde o primeiro encontro os dois homens ficaram amigos. Sua Magestade apreciou muito a soma de conhecimentos de Agassiz, seu espirito brilhante e o encanto de sua conversa, enquanto que Agassiz ficou sobretudo surpreendido ao deparar com uma testa coroadada (*crowned head*) tão instruida em geologia, na teoria sobre os gêlos e em outras questões científicas. Dom Pedro II fez o possivel para auxiliar a expedição (198); e desde o dia em que Agassiz poz os pés no solo brasileiro até deixá-lo, o Imperador mostrou o maior interesse pelo sucesso e confôrto de Agassiz e de seus companheiros. A esse respeito êle foi admiravelmente bem sucedido” (199).

A pedido do Imperador, Agassiz fez um curso no collegio de Pedro II. Essas conferencias, prestigiadas com a presença do Monarca e de sua familia, foram um

---

(198) Expedição Thayer, confiada a Agassiz e outros cientistas, para estudar a ictiologia do rio Amazonas.

(199) Jules Marcou, *Life, letters and works of Louis Agassiz*.

verdadeiro sucesso para o Rio. Sucesso não somente científico mas também mundano, pela presença nelas de Senhoras, fáto inédito na vida carioca de então. “E’ digno de notar-se, como prova de sua simplicidade — comentava a mulher de Agassiz — que, instado a ocupar, com sua familia, o estrado elevado que se lhes tinham reservado, o Imperador preferiu que as cadeiras fôsem colocadas no mesmo nivel das demais, querendo, assim, mostrar que para a ciencia não havia distinção de categorias” (200).

---

(200) Elizabeth C. Agassiz, *Louis Agassiz, his life and correspondence.*

## CAPITULO VI

# EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS — LEI DO VENTRE-LIVRE

*O Imperador decide encaminhar a questão da emancipação dos escravos — Verdadeiro motivo dessa decisão — Idéias abolicionistas do Imperador — Os projetos de São Vicente — Atitude de Olinda — Mensagem da Junta Franceza de Emancipação - Resposta do Imperador — Sua repercursão no meio politico - A Emancipação e a guerra do Paraguai — Demissão de Olinda e chamada de Zacarias — A Emancipação no Conselho de Estado — Retirada de Zacarias — Gabinete Itaboraí — Sua significação para o problema da Emancipação — A personalidade de Itaboraí — Desinteligencias com o Imperador — Demissão de Itaboraí — Gabinete São Vicente — Gabinete Rio-Branco — Novas dirctrizes á questão da Emancipação — Partida do Imperador para a Europa e primeira regencia da Princeza Isabel — Lei do Ventre-Livre.*

## I

Os cinco anos de guerra com o Paraguai foram talvez os mais penosos da vida do Imperador, não falando, é claro, nos tristes mezes do exílio e ultimos de sua existencia. Os dissabôres, as vigílias, as preocupações de toda a especie, os prejuizos fisicos e morais que a luta prolongada lhe causou, melhor dô que tudo se refletiram em sua propria fisionomia. “Em 1865, quando o Brasil foi obrigado a aceitar a tenebrosa luta, acabara o Imperador de completar 40 anos — esplendido tipo, então, de homem em pleno vigor, magnificos cabelos e barbas louros a ornar um rosto liso, cheio de serenidade e majestosa irradição. Ao terminar a guerra, cinco anos depois, transformara-se Dom Pedro II num velho, testa sulcada de fundas rugas, cabeça totalmente branca, barbas sem mais um fio dourado, tudo a indicar bem claro quanto padecera por todo o seu povo e de que maneira com êle se sentia identificado” (201).

Foi logo depois de terminada a guerra, que o Imperador resolveu vencer a obstinação dos Ministros, e encaminhar a questão da escravatura para uma solução pratica e definitiva: a liberdade dos nascituros.

Sua preocupação pelo maior problema politico e social que jamais abalou o Brasil vinha, como se sabe, de longa data; pode-se dizer que desde os primeiros anos do Reinado. No começo, tanto êle como os estadistas

---

(201) Visconde de Taunay, *Reminiscencias*.



que o cercaram, tiveram a atenção voltada unicamente para a questão do tráfico dos Negros. E' o que o preocupa, criança ainda, apenas inicia o governo. A liberdade dos recém-nascidos, depois a dos velhos e, finalmente, a abolição total de todos os escravos, são questões que só depois e progressivamente ocorrem e amadurecem em seu espirito; que só mais tarde são cogitadas, agitadas e, por fim, resolvidas.

## II

Foi por ocasião da guerra do Paraguai, ou, mais precisamente, nas vésperas dessa luta, que o Imperador começou a considerar a possibilidade de libertar o ventre da mulher escrava. Em 1850 êle conseguira, graças á energia de Euzebio de Queiroz, acabar com a principal fonte de escravos — a importação. Voltava-se agora para a outra fonte — os nascimentos. Extintas uma e outra, a solução do problema servil seria uma questão apenas de tempo.

A bem dizer, foi a guerra civil norte-americana (a guerra de Secessão), que veio despertar novamente a consciencia emancipadora do Imperador. Ele viu os horrores que a luta provocava nos Estados Unidos, com risco até de desmembrar o paiz, e recebeu que o mesmo pudesse vir a acontecer entre nós, se continuássemos a retardar indefinidamente a solução do problema. Em

janeiro de 64 escrevia a Zacarias, quando este organizava o seu segundo Gabinete:

“Os sucessos da União americana exigem que pensemos no futuro da escravidão no Brasil, para que não nos suceda o mesmo que a respeito do tráfico dos Africanos. A medida que me tem parecido profiqua é a liberdade dos filhos das escravas, que nascerem daqui a certo numero de anos. Tenho refletido sobre o modo de executar a medida; porém é de ordem das que cumpre realizar com firmeza, remediando os males que ela necessariamente originará, conforme as circumstancias o permitirem”. (202).

Estas palavras do Imperador têm hoje uma dupla significação. Antes de tudo, são a prova de que partiu dêle, e não de São Vicente (Pimenta Bueno), como se disse e se repete ainda agora, a primeira sugestão, nas esferas officiais, em prol da lei do Ventre-livre. É êle, como se vê, quem convida o presidente do Conselho a enfrentar corajosamente o problema. Por outro lado, essas palavras a Zacarias, escritas em *janeiro de 1864*, vêm mostrar-nos que a idéia da emancipação não começou a agitar-lhe o espirito por ocasião de sua volta de Uruguaiana, ou, mais precisamente, em fins de 1865; não foi nêle uma *sugestão da guerra*, como quer Joaquim Nabuco, provocada pelo fato de se encontrar entre presidentes e generais dos paizes nossos aliados, onde desde muito fôra abolida a escravidão, e de sentir por isso a injuria “que se nos atirava e ao nosso exército, de *paiz*

---

(202) Memorandum de 14 de janeiro de 1864, no arquivo da familia imperial.

*de escravos*". (203) E' possível que esta circumstancia tenha concorrido para provocar uma "consciencia emancipadora" em alguns de nossos estadistas; mas não no Imperador, que a tinha formada desde, pelo menos, um ano antes, isto é, quando não se cogitava nem mesmo de guerra. Concorreu sobretudo para a evolução do espirito liberal de Rio-Branco, o futuro autor da lei do Ventre-livre, que dirá: "Eu me achei entre não menos de 50 mil Brasileiros, que estiveram em contacto com os povos dos Estados vizinhos, e eu sei por mim, e por confissão de muitos dos mais ilustrados dentre êles, quantas vezes a permanencia dessa instituição odiosa no Brasil nos vexava e nos humilhava ante o estrangeiro" (204).

As idéias abolicionistas do Imperador não foram, assim, uma sugestão da guerra. Pelo contrario; foram, sinão prejudicadas, ao menos grandemente retardadas, em sua realisação prática, pela luta que travamos com o Paraguai.

Sugeridas, como se disse, a Zacarias em janeiro de 1864, este não as pode aproveitar, porque seu Ministerio durou apenas seis mezes. Sucedeu-lhe o senador Furtado, em agosto daquele ano. Mas nessa ocasião já estavamos a braços com a politica de intervenção armada no Uruguai, e logo depois com os exercitos invasores

---

(203) *Um estadista do Imperio.*

(204) Discurso proferido na Camara dos deputados. em 14 de junho de 1871.

de Solano Lopez. Nessa emergencia, era impossivel pensar sequer no problema dos escravos. Toda a nação, todas as suas energias, a atenção geral do paiz, estavam voltadas unicamente para a guerra que se iniciava. Desde esse momento devia ter ficado decidido no espirito do Imperador não reabrir o problema da emancipação sinão depois de terminada a luta.

### III

Mas reabrí-lo ou melhor, levá-lo para o terreno parlamentar era uma coisa; e outra coisa era não afastá-lo de suas cogitações, era prepará-lo com vagar, á medida que a guerra se desenvolvia, até que, terminada esta, o problema pudesse ser apresentado, já maduro, á deliberação das duas Casas do Parlamento.

Foi o que procurou realizar o Imperador, assim que voltou do teatro da luta, em fins de 1865. Sugeriu ao marquez de São Vicente (Pimenta Bueno) a organização de uns ante-projetos de lei, nos quais se estabelecesse, entre outras providencias, a liberdade dos filhos nascidos da mulher escrava (205).

---

(205) Porque São Vicente, e não qualquer outro dos conselheiros do Estado? São Vicente não era então governo. Joaquim Nabuco diz que São Vicente era o *redator imperial*, quer dizer, que dele se servia o Imperador para a redação de certos projetos que o interessavam mais de perto. E' sem duvida uma circumstancia a considerar. A outra, e principal, não estaria em que São Vicente, dos estadistas daquele tempo, era um dos que mais de perto priva-

A questão de saber-se se tais projetos foram de iniciativa mesma de São Vicente, ou se foram de inspiração do Imperador, é um ponto ainda hoje controvertido (206). Não ha, certamente, uma prova de que êles tenham sido inspirados de fato pelo Imperador. Mas tudo faz crêr que assim se deu. A medida tinha na época uma tal importancia, que não é de crêr que São Vicente, em geral tão reservado, a tivesse tomado sem

---

vam com o Imperador, e gosavam, assim, da sua completa confiança? Acresce que a sua qualidade de grande juriscônsulto o recomendava, mais do que qualquer outro politico, para redator de ante-projetos de lei. Seja, porém, como fôr, a escolha de São Vicente não significava que este estivesse, nessa época, conquistado ás idéias abolicionistas. Nem êle, nem nenhum dos principais politicos do tempo. Esta ultima circumstancia reforçava, sem duvida, o significado da iniciativa tomada pelo Imperador.

(206) O Barão do Rio-Branco, sempre bem documentado, atribue, nas *Efemerides brasileiras*, a iniciativa dos projetos ao proprio São Vicente. Mas não corrobora esta afirmação. Entretanto, não esconde o grande interesse que o Imperador logo tomou por tais projetos, insistindo, contra a manifesta vontade do marquez de Olinda, por que êles fossem devidamente estudados no Conselho de Estado. Na peor das hipoteses, portanto, a conclusão que se tira da narração de Rio-Branco, é que se o Imperador não inspirou, em verdade, os referidos projetos, perfilhou-os, em todo o caso. Aliás, na obra *Dom Pedro II*, publicada por B. Mossé, mas sabiamente escrita, em grande parte, pelo mesmo Rio-Branco, está dito que "Dom Pedro II recebia, com tanto maior prazer, os projetos de Pimenta Bueno, quando estes projetos respondiam ás suas proprias idéias, sobre que, aliás, já tinha conversado com alguns estadistas brasileiros, especialmente com o proprio Pimenta Bueno". Não estará nessa conversa prévia com São Vicente a origem, quer dizer, a inspiração mesma dos projetos?

uma sugestão qualquer do Imperador. Joaquim Nabuco deu sobre isso as mais convincentes provas circumstanciaes: “Segundo toda probabilidade, essa tarefa lhe foi incumbida pelo Imperador: Pimenta Bueno é o redator imperial... De Pimenta Bueno não se sabe, antes disso, nenhum impulso abolicionista; do Imperador ha a sua constante attitude (quando não fôsse sinão a reserva) em relação á escravidão. Nem se pode explicar como de repente, sem nenhuma circumstancia conhecida, que o convertesse ás idéias, nesse tempo, apenas de Jequitinhonha, Silveira da Mota, Perdigão Malheiros, Tavares Bastos e poucos mais entre os nomes conhecidos do paiz, Pimenta Bueno podia aparecer em São Cristóvão sobraçando cinco projetos” (207).

Em começos de 1866, São Vicente apresentava ao Imperador os tais projetos de lei. Dom Pedro II não demorou em passá-los ao marquez de Olinda, que succedera a Furtado na chefia do Governo, para que a respeito fôsse ouvido o parecer do Conselho de Estado pleno. Olinda, porém, fez corpo mole.

Ele era radicalmente contrario a qualquer projeto sobre escravidão. Nesta materia, conforme declarara certa vez ao proprio Imperador, não admitia nem que

---

(207) Joaquim Nabuco, *op. cit.* — Nabuco desconhecia, como se vê, a sugestão que o Imperador havia feito a Zacarias em janeiro de 1864, e á qual deviam estar necessariamente ligados os atuais projetos de São Vicente.

se lhe tocassem (208). “A opinião de Olinda era, em substancia, a mesma que depois êle expressou no Conselho de Estado, em abril de 1867: *Uma só palavra que deixe perceber a idéia de emancipação, por mais adornada que ela seja, abre a porta a milhares de desgraças* (209).

Olinda limitou-se, assim, a enviar os projetos de São Vicente á Seção de Justiça do Conselho de Estado, composta de Sousa Franco e Sapucaí, aos quais formulou, vagamente, uma consulta *reservadissima*, sobre “a conveniencia, ensejo e modo de apressar a extinção do cativo”. Quanto á reunião do Conselho de Estado pleno, suggerida pelo Imperador, o velho estadista, com a teimosia que o caracterisava, foi deixando que ficasse para as calendas. O mais a que se prestou, foi mandar a todos os Conselheiros o parecer daquela Seção sobre os projetos de São Vicente. E’ verdade que esse parecer opinava que se não devia cuidar do assunto. . . .

#### IV

Foi nesse intervalo, que o Imperador recebeu a mensagem da Junta franceza de Emancipação, assinada, entre outros, por Guizot, os dois Broglie, Laboulaye,

---

(208) Testemunho de Saraiva, ministro dos Negocios Estrangeiros no gabinete Olinda, cit. por Joaquim Nabuco, *op. cit.*

(209) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

Henri Martin e Montalembert. Nessa mensagem, os abolicionistas francezes concitavam o Monarca a fazer alguma coisa de pratico pelos escravos.

Nada podia estimular melhor as bôas disposições em que já se encontrava o Imperador a tal respeito, do que um documento dessa natureza, vindo de um paiz como a França, que desde muito o alimentava espiritalmente, e assinado por tão notaveis personalidades, uma das quais, aliás, Henri Martin, entraria mais tarde para o rol de seus correspondentes intellectuais.

O Imperador respondeu logo aos Francezes:

“A emancipação dos escravos, consequencia necessaria da abolição do tráfico, não é sinão uma questão de forma e de oportunidade. Quando as circunstancias penosas (*referia-se á guerra do Paraguai*) em que se encontra o paiz o permitirem, o Governo brasileiro considerará objéto de primeira importancia a realização daquilo que o espirito do Cristianismo ha muito reclama do mundo civilisado”.

O fato da Martim Francisco ter assinado essa resposta, na sua qualidade de ministro de Estrangeiros, poderia parecer que ela não passava de um documento de simples expediente de Ministerio, redigido, como tantos outros, numa das Seções da Secretaria de Estado e submetido depois á assinatura ministerial. Semelhante versão, se tivesse fundamento, tiraria, de fáto, toda a alta significação do documento. A verdade, porém, é que se êle não foi redigido pelo proprio Monarca, foi por este largamente modificado, em sua primitiva redação.



Refletia, assim, rigorosamente, a sua opinião pessoal sobre o assunto (210).

(210) Diz Joaquim Nabuco (*op. cit.*), que no arquivo do pai se encontra, "por letra do Imperador", a minuta da carta de Martim Francisco aos Francezes, "como a publicará o *Journal des Débats*". Deve ser uma copia do texto definitivo, feita por mão do Imperador. A minuta original se encontra no arquivo da familia imperial. Não tem a letra do Imperador, mas foi por este largamente emendada, e difere, sensivelmente, em alguns trechos, da redação definitiva. E' o seguinte o texto exato da minuta original, com as emendas e acrescimos do proprio punho do Monarca. As palavras entre narêntesis foram riscadas pelo Imperador, e substituidas pelas que vão transcritas em itálico:

"J'ai eu l'honneur de porter à la connaissance de Sa Majesté l'Empereur la lettre par laquelle vous exprimez vos vœux ardents pour l'abolition de l'esclavage au Brésil.

Chargé par Sa Majesté de vous répondre en son nom e au nom (de son) *du Gouvernement Brésilien*, je suis heureux de pouvoir vous donner l'assurance que votre démarche (a été prise dans la plus haute considération) à *trouvé l'accueil d'une juste sympathie.*

Il vous appartenait, Messieurs, à vous dont la noble voix s'élève toujours en faveur des grands principes d'humanité et de justice, de temoigner (au Gouvernement Imperial) de tout l'interêt que vous portez à l'acomplissement (de la) *d'une tâche (qui lui a été imposée) aussi grande que difficile*, et c'est avec la plus vive satisfaction (qu'il) *que le Gouvernement Brésilien a vu que vous rendez justice (à l'Empereur) aux sentiments personnels de Sa Majesté l'Empereur, à ceux (de son Gouvernement) des membres du Ministère*, ainsi qu'à (la tendance de) l'opinion publique au Brésil.

(En effet, la question de) L'émancipation des esclaves (est déjà jugée au Brésil), consequence nécessaire de l'abolition de la traite, (elle) n'est (donc) plus qu'une question de (temps) *forme* et d'opportunité.

Essa resposta do Imperador, só foi conhecida do público e da maioria dos políticos no Brasil de torna viagem. Para aqueles que não podiam compreender qualquer manifestação oficial sobre o problema dos escravos, e muito menos partindo do chefe de Estado ou do seu Ministro responsavel, ela fez o efeito, como se disse, de um "raio caindo de um céu sem nuvens". A estupefação foi de fato geral. Provocou o maior alarma nos políticos do paiz. "Ninguem esperava uma tal pronunciamento. Tocar assim na escravidão pareceu a muitos, na perturbação do momento, uma especie de sacrilégio historico, de locura dinástica, de suicidio nacional" (221). O senador Furtado, crendo e, ao mesmo tempo, descrendo da sinceridade da resposta do Imperador declarava da tribuna: "Esta carta fôra um simples ato de fanfarrice abolicionista, ou de vaidade á cata de louvores, se não trouxesse perigos e desar ao Estado, no caso de ser cumprida a promessa" (212).

---

(Aussitôt) *Lorsque* les circonstances (difficiles) *pénibles* dans lesquelles se trouve le pays (permettent) *permettront*, le Gouvernement (Impérial) *Brésilien* (n'hésitera certainement pas et il n'épargnera ni efforts ni sacrifices pour se dépouiller du triste heritage que son passé lui a legué) *considéra comme un objet de première importance la réalisation de ce que l'esprit du Christianisme réclame depuis longtemps du monde civilisé*".

(211) J. Nabuco, *op. cit.*

(212) Evaristo de Morais, *A escravidão africana no Brasil*.

## V

A verdade é que não ha exagero na afirmativa de Joaquim Nabuco: a posição tomada pelo Imperador, em 1866, pública e abertamente favoravel aos escravos, pareceu a quasi todos um suicidio nacional. Se bem que ninguem, no Brasil, com responsabilidade nos destinos do paiz, advogasse jamais o instituto da escravidão (213), apezar de ele ser perfeitamente legal entre nós, embora injusto e imoral, o certo é que, naquele ano, pelo menos, a possibilidade de uma lei como a do *Ventre-livre*, se afigurava a todos ou quasi todos como uma medida absolutamente inconcebivel.

A mentalidade juridica dos estadistas não estava ainda suficientemente preparada para impugnar, sinão como imoral, ao menos como inadmissivel nas sociedades organisadas, o principio secular de direito romano que a todos se afigurava então eterno e intangivel, *partus ventre sequitur*. A destruição de semelhante conceito era uma dessas coisas que só parecem concebiveis depois de realisadas.

Por outro lado, os escravos formavam então a quarta parte da população total do Brasil. Eram, por assim

---

(213) Diria Rui Barbosa, em 1884: "Ninguem, neste paiz, divinisou jamais a escravidão. Ninguem abertamente a defendeu, qual nos Estados separatistas da União Americana, como a pedra angular do edificio social. Ninguem, como ali, anatematisou na emancipação um atentado perturbador dos designios providenciais".

dizer, os únicos trabalhadores agrícolas existentes, quando toda a riqueza do país estava precisamente na cultura da terra. Por isso, os homens de Estado não ousavam encarar de frente a solução de um problema que iria tocar nos aliceres mesmo da nação. Todo o seu cuidado era evitar qualquer ato que pudesse perturbar o equilíbrio dos dois pratos da balança: a agricultura de um lado, e a escravidão do outro. Cogitar apenas do problema, cercando-o embora de todas as garantias e cautelas, era já considerado um grande arrojo. O próprio Imperador, que dentre todos era o que mais ousava, recomendava, cauteloso: “É preciso preparar essa reforma com prudência...” (214).

Em agosto de 1866 o marquez de Olinda deixava o poder. Foi chamado para substituí-lo o conselheiro Zacarias de Góes.

Zacarias não nutria idéias abolicionistas. Mas apesar de seu temperamento rispido, era, nesse terreno, muito mais acomodaticio do que o seu antecessor. Concordeu, assim, em estudar e encaminhar a questão dos escravos, na direção desejada pelo Imperador. Este, aproveitando tão boas disposições, conseguiu que os projetos de São Vicente fossem afinal submetidos ao exame do Conselho de Estado.

O parecer do Conselho de Estado foi-lhe favorável em tese: aceitava as idéias capitais dos projetos. Apenas divergia na fixação do prazo para a abolição to-

---

(214) B. Mossé, *Dom Pedro II*.

tal (215). Opinava tambem que só se iniciasse a discussão dos projetos no Parlamento, depois de terminada a guerra com o Paraguai, e propunha, ainda, a elaboração de um projeto definitivo, o qual deveria ser submetido oportunamente á apreciação das Camaras (216).

Tudo isso era demasiado vago; mas representava um grande passo á frente. O Imperador, embora estivesse de acôrdo com que se esperasse a ter-

---

(215) Em resumo, os projetos de São Vicente estabeleciam: abolição do ventre; não separação do filho da familia escrava; restrições da transmissão hereditaria de escravos; garantia dos peculios constituídos por escravos; matrícula forçada; libertação dos escravos da nação no prazo de cinco anos; extinção total da escravidão em 31 de dezembro de 1899.

(216) A opinião dos principais conselheiros de Estado afinava mais ou menos pelo mesmo tom. Releva notar o receio de quasi todos, em que o problema da liberdade do ventre pudesse provocar as mais sérias desordens no paiz, a ponto de se precisar recorrer ás forças armadas. ITABORAÍ referia-se a "assassinatos, insurreições mais ou menos extensas, e quem sabe mesmo guerra civil". EUZEBIO sugeria, para garantia da ordem, o engajamento de soldados estrangeiros, visto como o nosso Exército estava distraído na guerra. OLINDA ia alem: "Minha convicção é que qualquer que seja o sistema que se adote, de emancipação gradual ou sucessiva, as insurreições hão de surgir a cada canto do Imperio"; e sugeria a necessidade de se "montar um numeroso Exército", para dar guarda aos escravos. RIO-BRANCO, que se manifestava então "muito cauteloso", entendia que se devia colocar nas Provincias guarnições bastantes fortes para conterem os perigos possiveis de se realizarem. NABUCO temia que o Brasil fôsse precipitado "num abismo profundo e infinito". BOM-RETIRO sugeria a distribuição de forças militares pelas Provincias, para evitar-se a insurreição dos escravos.

minação da guerra para apresentação dos projétoes ao Parlamento, não deixou que se dormisse sobre esses primeiros louros. Seu cuidado era que as coisas não caíssem no esquecimento, como acontece muitas vezes entre nós, quando, a um impulso inicial, prometedor dos melhores resultados, succede uma sonolencia definitiva. No Brasil, sobretudo nos negocios da administração pública, esse fenomeno é tradicional. Assim, êle não deixava de *apertar* o presidente do Conselho, como diz pitorescamente Evaristo de Moraes; e Zacarias, por seu turno, *apertava* Nabuco de Araujo, relator dos projetos no Conselho de Estado. E *aperta* dali, *aperta* daqui, o projeto caminhava.

Marchavam as coisas nesse bom caminho quando, em 1868, houve a desinteligencia entre Zacarias e Caxias, comandante em chefe das forças em operações de guerra. A situação política tornou-se subitamente grave. Por uma questão de prestigio, de uma parte e de outra, o chefe do Governo ficou incompativel com o chefe militar. Um dos dois teve que retirar-se. Empeñado, antes do mais, em terminar rapida e vitoriosamente a guerra, o Imperador não duvidou em sacrificar o chefe do Gabinete e poupar o Militar (217). E como o sacrificio daquele importava tambem no do seu partido, incompatibilizado com o General do partido oposto, vieram os conservadores para o Governo,

---

(271) Vêr, para maiores detalhes, o capitulo *Caxias contra Zacarias*, no 1.º volume desta *Historia*.

na pessoa do visconde de Itaboraí, chamado pelo Soberano para organizar o novo Ministerio.

## VI

Itaboraí era sabidamente infenso aos projetos de São Vicente. É certo que opinara, num sentido geral, favoravelmente aos mesmos, quando déra, em 1867, o seu parecer a respeito; mas fizera depender a liberdade do ventre de tantas medidas acauteladoras, que a tornavam, praticamente, irrealisavel. Sem essas medidas, êle temia que a emancipação dos nascituros provocasse os peiores males — “assassinatos, insurreições mais ou menos extensas, e quem sabe mesmo a guerra civil”. Em summa, o mais a que se propuzera, em materia de emancipação, conforme declarou em Conselho de Estado, fôra *não fazer recuar a questão* (218).

Sua chamada ao poder pareceu, por isso, a muitos, significar uma repentina mudança do Imperador na questão dos escravos; julgou-se que a natureza precavida do Monarca houvesse recuado diante do perigo que to-

---

(218) As idéias de Itaboraí, sobre o problema do elemento servil, estavam consubstanciadas nas palavras por êle pronunciadas na Camara dos Deputados, em resposta a Teixeira Junior, futuro visconde de Cruzeiro: em principio não era contra a escravidão; mas não achava conveniente tocar no problema sem preparar-lhe primeiro o terreno para sua solução — com *cautela e lentidão*, dizia, acrescentando: antes de tudo, meios preparatorios. Como se vê, não era

dos acenavam de se tocar de frente em tão delicado problema.

Mas não. O Imperador não mudara. Chamando Itaboraí, seu primeiro cuidado fôra mesmo preveni-lo: "Não desisto do projeto do elemento servil, para ser apresentado em tempo oportuno" (219). *Em tempo oportuno*, porque seu interesse principal, como aliás o de todos, naquele momento, estava na terminação rápida da guerra. Esta resolvida, seria então *oportuno* cuidar-se da questão dos escravos. A guerra, portanto, antes de tudo; seu desfecho, com a vitória final do Brasil, era a necessidade maior, a mais urgente, que primava e se sobrepunha a todos os demais problemas do momento.

Se a vinda de Itaboraí para o Governo podia significar um possível atrazo na questão servil, dadas as idéias até certo ponto intransigentes do novo presidente do Conselho, ela representava, por outro lado, com a certeza de uma estreita colaboração entre o Gabinete e o general comandante do Exército e, portanto, de um fim mais proximo da guerra, a garantia de uma breve discussão do projeto servil, de vez que esta ficara subornida á pacificação geral do paiz.

A guerra, de fato, não demorou em acabar. Em março de 1870 eram vencidos os ultimos esforços dos Pa-

---

(219) Considerações do Imperador, apresentadas ao novo Ministerio, em 14 de julho de 1868, no arquivo da familia imperial.



raguaio. O Imperador logo *apertou* Itaboraí (220). Mas este estava longe de ter, nas mãos do Monarcá. a docilidade do seu antecessor. Aliás, Itaboraí era sabidamente um dos estadistas mais *duros* do Imperio. Sem possuir aquela rispidez de Zacarias, que não tinha, aliás, para com o Imperador, a agressividade que se dizia, nem a soberba de Olinda, Itaboraí não deixava de ser um homem de trato difficil, dessas criaturas que a gente precisa abordar com cuidado, com mil rodeios, e proeurar conquistá-la pelos poucos pontos accessiveis de seu temperamento. Era desses homens cuja energia é feita, sobretudo, de teimosia.

Veterano na politica do Imperio, Itaboraí desfrutava então um prestigio como raros. Desde os dias da Regencia trina permanente, quando fôra ministro da Marinha no Gabinete de julho de 1831, havia quasi quarenta anos, portanto, que todos se tinham acostumado a vê-lo sempre nos altos postos da administração publica. Ministro da Guerra, ministro da Fazenda, ministro da Marinha, cuja pasta occupara por cinco vezes, Deputado durante dez anos, Senador, presidente de Provincia, Conselheiro de Estado e agora presidente do Conselho de Ministros, êle pisara, gradativamente, todos esses degrãos, percorrera todas as etapas da carreira politica e administrativa do Imperio.

---

(220) Pouco antes, isto é, em maio de 69, o Imperador observara a Saião Lobato "que não era mais possível que o Brasil fizesse excepção entre as nações civilizadas; que cumpria fazer, desde já, alguma coisa em prol da emancipação" (André Rebouças, *Diario*).

## VII

É na ocasião em que o chamavam á frente do Governo, era o chefe incontestado do partido conservador. Olinda, desde 1849 evoluira para os liberais; Vasconcelos, Paraná e Uruguai tinham já desaparecidos; Euzebio de Queiroz, enfermo de longa data, estava politicamente inutilizado — de resto faleceria nesse ano de 68. Restava, portanto, a figura inconfundivel de Itaboraí. Nenhum dos demais chefes conservadores, nem Furtado, nem Cotegipe, nem Paranhos (Rio-Branco), homens, aliás, de geração mais recente, podia disputar-lhe o lugar preeminente que occupava no partido e fóra dêle. Caxias tinha certamente um prestigio imenso entre os conservadores, mas o brilho do militar ofuscava o do politico; e Caxias não era, em rigor, um homem de partido. Enquanto que Itaboraí não fizera, em toda a sua longa vida publica, outra coisa sinão politica.

O que caracterisava, sobretudo, Itaboraí, era a sua grande independencia de attitude. *Paraná não se curva*, dizia o Imperador do grande chefe da Conciliação. Outro tanto seria licito dizer-se de Itaboraí. Numa época, já de si tão rica em homens politicos altivos e independentes, quando Afonso Celso (Ouro-Preto), então um rapazola de menos de trinta anos, mas já ministro da Marinha, e José de Alencar, outro moço e outro ministro estreiante, se permitiam escrever com uma imper-

tinencia rara ao Imperador, Itaboraí era apontado como um dos mais orgulhosos e altivos dos nossos estadistas.

Um fato, até hoje desconhecido, revelado por uma simples troca de cartas, mais do que qualquer outro, prova esse feitio independente de Itaboraí; e mostra, por outro lado, até quanto o Imperador sabia ser condescendente com as susceptibilidades sempre vivas de seus Ministros. Foi um pequeno incidente de politica provincial, mas que podia bem ter desgerado numa grave crise de regime, se outro fôsse o feitio de Dom Pedro II.

Era sabido o rigor com que este encarava toda e qualquer violencia partidaria, sobretudo contra a liberdade eleitoral. Ele não se cançava de aconselhar aos politicos, sobretudo aos politicos da opposição, mais ameaçados do que os outros de violencias e de compressões, que não deixassem nunca de representar-lhe contra todo e qualquer excesso acaso praticado pelos agentes do poder publico. Ele estaria sempre ali para amparar o direito e a liberdade do voto.

Por ocasião das eleições de 1868, processados pelo partido conservador, então no poder sob a chefia de Itaboraí, o Imperador reiterou aquellas recommendações a varios chefes liberais, entre os quais Sinimbú, que partira para disputar as eleições em Alagôas. Ora, aconteceu que o delegado de uma das Comarcas daquela Provincia, exorbitando as funções, entrou a praticar violencias contra o pleito. Sinimbú, seguindo o conselho do Monarca, encaminhou a este a representação da Camara local, com uma accusação fundamentada contra o delegado culposo.

O Imperador passou-a imediatamente a Itaboraí, a quem sugeriu fôsse o delegado não somente demitido, mas ainda responsabilizado, “porque julgo provada a ostentação de forças durante o processo eleitoral — acrescentava. O Juiz de Direito diz apenas que o delegado é *bem morigerado*; porém não basta a honestidade particular neste caso” (221).

Para um politico menos susceptivel do que Itaboraí, para um character docil e accessivel, como Dantas, por exemplo, ou como Cotegipe, a sugestão do Imperador valia como uma ordem. A punição do delegado culpado, isto é, a sua exoneração, pelo menos, seria a unica resposta á carta do Monarca.

Itaboraí, porém, não somente não o atendeu, como fez mais: devolveu-lhe imediatamente a representação da Camara Municipal, dizendo que não a aceitava, visto ter ela vindo particularmente e por intermédio do Monarca, e não encaminhada oficialmente por via do Ministerio, como devera ter feito Sinimbú. “Enviou a representação não aos Ministros, mas diréta e particularmente a Vossa Majestade, desconhecendo assim e fazendo a Camara desconhecer a autoridade do presidente da Provincia, desconsiderando, na Augusta Pessôa de V. M. I. os seus Ministros, e dando outrosim motivos para acreditar-se que êles são instrumentos, mas não agentes responsaveis do Governo”. E terminava: “Os Ministros de V. M. I.

---

(221) Carta do Imperador a Itaboraí, de 16 de outubro de 1868, minuta no arquivo da familia imperial. Os grifos são do original.

não podem aceitar a posição humilhante em que parece querer colocá-lo o conselheiro Sinimbú, nem concorrer para que de tal modo se procure descobrir a Corôa" (222).

### VIII

A um homem dessa têmpera não era facil demover das firmes prevenções em que estava contra os projéto de São Vicente. De fáto. Itaboraí continuou irredutivel. Não consentiu nem mesmo que se referisse o assunto na Fala do Trôno a ser recitada na proxima abertura das Camaras (223).

Esse caso da Fala do Trôno, que a muitos pareceu um incidente entre o Imperador e Itaboraí (224), explorado e largamente divulgado pela imprensa, é outra prova do carater intransigente de Itaboraí. O Imperador havia-lhe escrito pouco antes: "Muito estimarei concorde comigo na necessidade, que sempre lhe tenho exposto.

---

(222) Carta de Itaboraí ao Imperador, sem data, no mesmo arquivo.

(223) André Rebouças, em seu *Diario*, refere um fáto que traduz bem o sentimento de Itaboraí com relação á emancipação dos escravos. "Fui á casa do visconde de Itaboraí levar-lhe copia dos projéto de lei sobre emancipação. A principio recusou até ficar com êles para ler, dizendo que estava velho e cansado, que queria largar o Gôverno, que não queria envolver-se em tão importante questão. Depois de longa e aturada discussão, resolveu-se a ficar com os projetos para ler e Deus queira para pôr em prática quanto antes".

(224) Carta de Cotegipe a Penedo, da Baía, 26 de janeiro de 1871, no arquivo do Itamarati.

de alguma coisa dizer na Fala do Trôno a respeito do assunto de que todos parecem ocupar-se menos o Governo”.

Pouco depois, reunidos em despacho ministerial, Itaboraí, fazendo-se surdo aos rogos do Monarca, apresentou-lhe o projeto da Fala sem a menor referencia á questão dos escravos. O Imperador notou-lhe logo a omissão. E objetou:

“Por ocasião da anterior sessão legislativa, concordara com que não se tocasse no assunto, em consequencia do estado de guerra; mas desaparecido esse obstaculo, agitando-se a opinião em favor da emancipação, era preciso encaminhá-la e tranquilisar os proprietarios rurais. Caso o Gabinete não quizesse propôr a liberdade do ventre, ao menos deixasse declarar na Fala do Trono que se cuidava da questão”.

Um dos Ministros presentes ao despacho (225), ainda observou “que a questão da emancipação era semelhante á pedra que rolava da montanha”; que, portanto, não se devia precipitá-la porque todos seriam esmagados. O Imperador respondeu prontamente que não duvidava em expôr-se a quêda da pedra, ainda que fôsse esmagado! Considerando, porém, que essas suas palavras podiam

---

(225) Esses detalhes foram deixados por escrito pelo barão de Cotegipe, ministro da Marinha do gabinete Itaboraí, em cujo arquivo se encontram, e foram comunicados por seu neto, o Sr. Wanderley Pinho. Cotegipe não diz quer tenha sido esse Ministro. Teria sido êle proprio? Muito possivel. Suas idéias, nessa época, estavam longe de ser favoraveis aos projetos de São Vicente.

assustar ainda mais os Ministros, já tão inquietos com a sua obstinação na questão dos escravos, logo acrescentou que “era mister ter fé, sem o que nada se faria; os Ministros conheciam suas idéias; elle estava disposto a persistir nelas. Mas tambem não iria além; e para tanto cpor-se-ia até á ultima”.

Essa insistencia do Imperador, essa sua tenacidade, era a prova de que a questão da emancipação acabara afinal por conquistá-lo definitivamente. Ele nunca se daria por vencido, apesar da resistencia continuada, cada vez mais firme, deliberada, do Ministerio. Cotegipe conta, a proposito, outro fato. “Como o Imperador declarasse que estava disposto a aplicar aos escravos de sua casa a medida da liberdade do ventre, objectou-lho o visconde de Muritiba (226) que no nosso sistema, elle não podia tal praticar, abundando todos os Ministros na mesma consideração. Replicou então o Monarca que se não tivesse o direito de dar liberdade aos escravos de sua casa, renunciaria aos seus serviços, e os mandaria para os Arsenais; mas que não se lhe podia contestar o direito a que alludia, e que o manteria, mesmo a custa de sua dotação”.

## IX

Todos esses fatos, pequenos incidentes que se davam com os membros do Gabinete, acentuavam cada vez mais a incompatibilidade que se criara entre o Imperador e

---

(226) Ministro da Guerra; depois Marquez.

o visconde de Itaboraí. Todos sentiam que o Ministerio estava com os dias contados. A divergencia que se abria entre êle e o Imperador era profunda, e não havia mais como saná-la. Já se apontava mesmo o chefe do futuro Ministerio — o marquez de São Vicente, “que inspirado pelo Imperador, andava já à cata de companheiros para organizar o novo Gabinete” (227).

Afinal, uma nova divergencia entre o Imeperador e o presidente do Conselho, ainda por causa da questão da emancipação (228), veio decidir definitivamente a sorte do Ministerio. *Magoado* com Dom Pedro II (a expressão é de Pereira da Silva), Itaboraí apresentou-lhe o pedido de demissão coletiva.

Perguntou-lhe o Monarca a quem aconselhava se chamasse para o substituir. Caxias — respondeu-lhe Itaboraí. Mas o Imperador ponderou-lhe que Caxias estava demasiado idoso para arcar com as responsabilidades de organizar governo numa situação difficil como aquella; além disso, andava sabidamente doente. Indicou então Itaboraí o nome de Paranhos (Rio-Branco). Retorquiu-lhe o Imperador que Paranhos era seu colega no Ministerio (Estrangeiros), fôra solidario com êle nos atos e nas opiniões do Gabinete, parecendo-lhe, assim, que se devia recorrer a outro nome, alguém que não estivesse comprometido com o Ministerio que se retirava.

---

(227) Pereira da Silva, *Memorias do meu tempo*.

(228) Por causa da aprovação que déra o Imperador a um projeto do conselheiro Nabuco, consignando determinada quantia para a liberdade anual de certo numero de escravos, e ao qual era infenso Itaboraí.



Itaboraí então compreendeu: indicou São Vicente, que foi logo accito pelo Imperador.

A vinda de São Vicente pareceu a muitos que se iria entrar decisivamente na questão da emancipação. São Vicente era o autor dos projetos emancipadores, que o Imperador porfiava em levar para diante; seu nome, se não fôra de fato escolhido previamente pelo Monarca, para chefe do Gabinete, é certo que estava dentro das cogitações imperiais; e, além do mais, êle era, dos estadistas da época, um dos mais chegados á estima de Dom Pedro II, gosando deste a mais larga e fundada confiança.

Mas São Vicente, por culpa sua, não poude manter-se no Governo. Faltou-lhe sobretudo espirito de decisão. Apenas no poder, viu-se logo peado com os maiores embaraços: “La está o São Vicente (que se preparava, desde maio, para assumir o poder), escrevia Cotegipe a Penedo, em grandes apertos para sustentar-se, e isto em menos de 3 mezes e com as Camaras ausentes” (229).

São Vicente não era, aliás, por seu feitio, o homem indicado para um momento como aquele, sobretudo para nortear um Parlamento agitado e profundamente dividido como iria ser essa Camara de 1871. Era demasiado espirito de gabinete, desses estadistas que fazem politica teorica, fechado entre quatro paredes, e que difficilmente comprehendem as flutuações e as contradições do mundo parlamentar. Um discurso do adversario, um pouco

---

(229) Carta da Baía, de 26 de janeiro de 1871, no arquivo do Itamarati.

mais incisivo, habilmente recitado, deixava-o completamente desnorteado. Com toda a sua formidável cultura jurídica e, até certo ponto, seu espirito combativo, São Vicente era incapaz de enfrentar com vantagem um ambiente politico um pouco mais movimentado. Não era, portanto, o homem indicado para vencer as cerradas fileiras que se levantavam nos corredores parlamentares contra os seus proprios projétos emancipadores, mesmo dentre os seus correligionarios do partido conservador. Teve, assim, de retirar-se, antes mesmo da reunião das Camaras, em março de 71. Seu Ministerio não durou sequer meio ano. Nasceu e morreu no lusco-fusco das férias parlamentares.

## X

Ao retirar-se, indicou para substituí-lo o nome do visconde do Rio-Branco, que foi logo chamado pelo Imperador. Rio-Branco era outro homem em tudo. Dotado de uma energia a toda a prova, de uma visão politica como nenhum outro dos nossos estadistas, conhecedor como poucos do ambiente parlamentar, ninguém era mais indicado do que êle para enfrentar e levar de vencida a formidável opposição parlamentar que se levantava naquela sessão de 1871 contra os projetos emancipadores de escravos (230).

---

(230) Tem-se afirmado (e Eunapio Deiró parece ter sido o inventor de tais balelas, em seu livro *Estadistas e Parlamentares*), e ainda hoje se repete, com o proposito, bem evidente, de desmerecer a ação parlamentar de Rio-Branco; na sessão de 1871, que este mais de uma vez se

Rio-Branco no poder, o Imperador iria contar decisamente com êle para a aprovação final do projeto emancipador. A certeza de que a sua presença no poder bastava, por si só, para garantir a vitoria, estava na resolução, que tomara o Monarca, de embarcar-se para a

---

sentiu tentado em abandonar o projeto emancipador, diante das mil e uma dificuldades que lhe antepunham nas Camaras; o que só não levou a efeito em vista do incentivo que lhe dava o conselheiro João Alfredo, seu ministro do Imperio, quer pessoalmente, quer nos debates parlamentares, norteando e encorajando a maioria. E' pura lenda, que uma simples consulta aos Anais da Camara e do Senado do tempo facilmente destroe. O barão do Rio-Branco, filho do presidente do Conselho e um dos mais empenhados defensores da politica do Gabinete na Camara, opoz a isso formal desmentido, á margem do exemplar de sua propriedade do livro de Deiró, atualmente na bibliotêca do Itamarati: "Inexatidão. O visconde do Rio-Branco não teve um momento de desanimo, e foi êle quem sustentou a luta na tribuna, tanto no Senado como na Camara dos Deputados. O ministro do Imperio, conselheiro João Alfredo, durante toda a sessão de 71, só pronunciou um discurso, defendendo o orçamento do seu Ministerio". Deiró levou a sua fantasia a ponto de afirmar que o presidente do Conselho chegou a confessar á Princeza Imperial Regente a impossibilidade de sustentar-se no poder. "E' invenção, retruca o barão do Rio-Branco em outra nota. A Princeza Regente foi quem lembrou a conveniencia de serem adiadas as Camaras até a volta do Imperador. O conselheiro João Alfredo concordou com isso. O presidente do Conselho, visconde do Rio-Branco, foi de voto contrario, reuniu varios amigos, fortaleceu-se com o seu parecer e convenceu á Regente de que não havia tal necessidade de adiamento" — Pois não se chegou a afirmar que foi o Imperador quem norteou a politica emancipadora do gabinete Rio-Branco, telegrafando-lhe assiduamente dos lugares onde se encontrava na Europa? Ora, é sabido que não existia ainda telegrafo entre o Brasil e a Europa, que só viria a ser inaugurado em 1874.

Europa no momento mesmo em que o projeto ia ser submetido á apreciação do Parlamento. Ausentando-se pela primeira vez do Brasil, e deixando a Regencia nas mãos estreiantes da filha, êle dava ao gabinete Rio-Branco a melhor prova da sua confiança; dava-lhe a certeza absoluta na vitoria.

De fato. Cinco mezes depois de subir ao poder, após uma luta talvez a mais encarniçada e a mais violenta que jamais houve no Parlamento do Imperio, Rio-Branco conseguia submeter á assinatura da Princeza Imperial Regente a lei de 28 de setembro de 1871, chamada desde então a lei do Ventre-livre. “Soube mostrar-se digno da honrosissima confiança da Corôa — dirá o filho, por ocasião de seu falecimento. Não recuou em presença dos obstaculos que lhe suscitaram as paixões partidarias e as apreensões naturais de interesses valiosos, que se fundavam na organização mais que secular do trabalho entre nós. Lutou, e a grande data de 28 de setembro de 1871 ficou sendo, e será para sempre uma das mais belas do Segundo Reinado e da primeira regencia de Sua Alteza a Princeza Imperial” (231).

Os louros da vitoria cabiam certamente ao presidente do Conselho, ou melhor, a todos quantos bem se houveram nessa rude peleja, desde São Vicente, que primeiro esboçara a futura lei, até Rio-Branco, que a tornara, seis anos depois, graças ás suas qualidades de es-

---

(231) Carta ao conde d’Eu, do Rio, 25 de dezembro de 1880, no arquivo da familia imperial.

---

tadista, uma feliz realidade. Mas o verdadeiro vencedor, o general em chefe, o estrategista da campanha, que lhe traçara os planos, com uma fé, com uma luz, uma constancia e uma inflexibilidade jamais diminuidas, era sem duvida aquele viajante, de grande porte e longas barbas brancas, que no mesmo dia em que a lei era votada no Brasil desembarcava, despreocupado, lá longe, bem longe, no velho cáis de Alexandria...

## CAPITULO VII

### PELA PRIMEIRA VEZ NA EUROPA

*Gôsto pelas viagens — “Sua Magestade itinerante” — Repercurssão no paiz da noticia da viagem do Imperador — Apreensões dos politicos e do Ministerio — Razões dessa viagem — Chegada a Lisbôa — Quarentena no Lazareto — Acorrem os sabios — Primeira entrevista com Alexandre Herculano — Madrid — Passagem pela França e visita á Inglaterra — A Escossia e Walter Scott — Alemanha — Madame Schleinitz e Ricardo Wagner — Noticia da promulgação da lei do Ventre-Livre — Expansões efusivas do Imperador — Volta á Italia — Roma e Pio IX — Perugia e o futuro Leão XIII — O Imperador e o nosso hino — Paris — O companheiro Bom Retiro — Gobi-neau e os sabios — As recepções no Grande Hotel — Diplomas scientificos e literarios — Outra anedota sobre o nosso hino — Visita a Pasteur — Pelo sul da França — Entrevista com Mistral — A Côte d’Azur — Gladstone e Afonso Karr — Montpellier — Espanha e novamente Portugal — Porto — Visita a Camilo Castelo Branco — Coimbra — Lisbôa — Visita a Alexandre Herculano — Partida para o Brasil e chegada ao Rio de Janeiro.*

## I

Os reis são em geral grandes passeiadores. O Imperador não escapava á regra. Era mesmo, muito possivelmente, nos ultimos anos de vida, um dos Monarcas mais viajados do seu tempo.

Ele gostava, aliás, de locomover-se. Sem ter nada de um agitado, e apesar de ser, antes de tudo, um homem de gabinete, sua mobilidade era proverbial. *Sua Magestade itinerante*, era como o chamavam, para debicá-lo. Adaptava-se a todos os meios de transporte, — navio, caminho de ferro, carro, onibus, cavallo. Gostava sobretudo de caminhar. Como uma criança, tudo quanto encontrava no caminho o interessava, prendia-lhe a atenção; e essa eterna distração do espirito tornava suas pernas infatigáveis. Andar, sempre foi o seu exercicio favorito. Sendo um mediocre cavaleiro, apesar das lições do Roberto, seu mestre de equitação na mocidade, e extranho, como a generalidade dos Brasileiros do seu tempo, a outro genero de *sport*, desde cêdo se afeiçoara ás longas caminhadas a pé, tão de gôsto, aliás, dos homens meditativos como êle. Seus passeios pelas ruas socegadas de Petropolis eram tradicionais. Tornaram-se mesmo populares.

Sendo um espirito curioso e indagador, era natural que tivesse esse amôr pelas viagens, que tanto mais o seduziam quanto mais longas eram elas. *Feliz quem, como Ulises, faz uma longa viagem!* exclamava Joaquim de Bellay. Quando viajava, o Imperador era incança-

vel. Queria vêr tudo, embora quasi sempre o fizesse um pouco superficialmente, inquiria de tudo, a tudo se prestava, desde que se tratasse de examinar uma ruina, de pisar as ruas de uma velha cidade, de galgar a torre de um castelo ou embeber-se na contemplação de um belo panorama. Gobineau, que seria mais tarde, em 1877, seu companheiro de viagem á Russia, refere-se um pouco decepcionado a essa prêssa do Imperador, que “queria vêr tudo, de preferencia a vêr qualquer coisa”. No Brasil caçoava-se muito dessas viagens apressadas, desespero, por vezes, daqueles que o deviam acompanhar. Um medico um pouco fantasista, como são em geral êles todos, chegou mesmo a tentar demonstrar que o Imperador sofria de uma molestia incuravel, a que chamou *mania ambulatoria*.

## II

Desde muito que êle acalentava o projeto de uma longa viagem pelo continente europeu. Visitar aqueles paizes de velha civilização, de onde vinha a luz que lhe esclarecia a imaginação, onde colhia quasi toda a sua cultura, e de onde recebia, por assim dizer, o alimento que desde a infancia lhe nutria e solidificava o espirito, era para êle como que a realização de um grande sonho.

Quando terminou a guerra do Paraguai, e ficou assentado com o gabinete Rio-Branco o plano de ação par-



lamentar em torno da lei do Ventre-livre, o Imperador poudo, enfim, efetivar o seu projeto de viagem.

Assim que a noticia tornou-se publica não tardaram os ataques. A imaginação pessimista do Brasileiro entrou logo em ebulição. Os mais exagerados tentaram mesmo fazer crêr que a ausencia do Imperador — sua primeira ausencia do paiz — iria dar lugar a tenebrosos acontecimentos, havendo até quem accnasse com o espantallo da fragmentação do Imperio, e a formação, do norte ao sul, de varias republicas independentes...

Nos circulos politicos a noticia da viagem não teve tambem bôa acolhida. “Causa admiração, escrevia Sinimbú a Penedo, empreender o Imperador essa viagem, quando o paiz se mostra tão pouco satisfeito do modo porque está sendo governado”. (232). E o conselheiro Nabuco dizia: “E’ para deplorar que o Imperador nos deixe nestas circumstancias, levando o seu grande prestigio, levando a sua longa experiencia, que êle não pode transmitir”. Carregando depois no pessimismo, acrescentava: “Pode ser que eu seja visionario; mas a época que se desenha no horizonte parece a mais difficil deste Segundo Reinado”. (233).

A falta de simpatia dos politicos pela viagem do Imperador á Europa era tanto maior quanto a noticia de que êle já reservara passagens a bordo de um vapor inglez apparecera nos jornais antes do Parlamento lhe

---

(232) Carta de 22 de agosto de 1870, no arquivo do Itamarati.

(233) Joaquim Nabuco, *Um estadista do Imperio*.

dar, na forma da lei, o indispensavel consentimento para ausentar-se do Imperio. A opposição liberal logo explorou o fato; *A Reforma*, jornal que obedecia á orientação de Sinimbú e Nabuco, taxava-o de crime: "Crime porque carecendo o chefe de Estado do consentimento da Assembléa Geral para sair do Imperio, o fato de tomar passagem com antecipação indica, ou que tem na conta de méra formalidade o direito dos representantes da nação, ou que a viagem se fará ainda que sem autorização".

Era evidente a exploração politica, visando sobretudo indispor o Ministerio com o Monarca. Foi o que este logo percebeu, e se apressou em destruir em carta a Rio-Branco, presidente do Conselho:

"Não mandei tomar passagens, propriamente falando: disse ao Mordomo da minha casa que se informasse de quando seria indispensavel prevenir a agencia dos paquetes de Southampton, para que eu não ficasse sem camarotes para a minha viagem á Europa, caso obtivesse licença precisa e pudesse partir a 23 de maio pelos motivos que ao Snr. expuz. O Mordomo da minha casa soube que não havia tempo a perder, e preveniu o agente, no dia 18, com todas as reservas, que êle se comprometeu guardar. Se não fôsse a saúde da Imperatriz, principal razão de minha viagem, eu não teria feito o que fiz senão depois da licença concedida, embora o meu procedimento em nada a prejudique". (234).

---

(234) Carta de 24 de março de 1871, no arquivo cit.

## III

Os proprios conservadores, apesar de estarem no poder, não pouparam suas criticas ao Soberano. Moviam-lhe nisso sentimentos diversos. Andrade Figueira, por exemplo, porque divergisse do Gabinete na questão dos escravos, exclamava da tribuna da Camara: “Compreendo que ha o maior empenho em que o paquete, que está proximo a partir para a Europa, leve do Brasil essa tão almejada carta de crédito (*referia-se á lei do Ventre-livre*), que a impacienciã do servilismo procura dirigir ao chefe de Estado”. José de Alencar era outro conservador que se levantava contra a viagem imperial. Mas o sentimento que o movia não era o mesmo do seu colega e correligionario. O conde Ludolf, ministro da Austria no Rio, escrevia ao seu Governo: “Um deputado conservador e dos literatos mais estimados do Brasil, o Sr. José de Alencar, achou poder ostentar o seu despeito, por não ter sido nomeado Senador, num discurso altamente inconveniente, onde êle classifica essa viagem, entre outras coisas, de uma aprendizagem util ao Imperador, desde que ela lhe oferece a occasião de *vêr os homens e as coisas não somente de alto a baixo, mas tambem horizontalmente*”. E acrescentava: “Cito essa censura inépta e puramente gratuita, unicamente para mostrar o calibre dos homens que se dizem conservadores e sustentaculos da Corôa”. (235)

---

(235) Officio de 24 de maio de 1871, no Staatsarchiv de Viena. — “Os Romanos — dizia Alencar á Camara, em

O proprio Ministerio, enfim, não escondeu suas apreensões com essa viagem. Havia nêle um certo receio sobre a possivel attitude que assumiria o conde d'Eu, ao lado da mulher, a Princeza Imperial, elevada agora á Regencia do Imperio. De fato, era a primeira vez que Dona Isabel ia ocupar o cargo de chefe de Estado, e o Gabinete receiava que o marido dela se tornasse um obstaculo em suas relações com a Corôa. Rio-Branco, ao que se disse, abriu-se a respeito francamente com o Imperador. — *Fique tranquilo, nada receie; tudo ha de correr bem*, assegurou-lhe este. (236)

O Imperador já ia distante, a caminho da Europa, e Pedro Luis ainda lamentava da tribuna da Camara.

“Neste oceano politico, que me parece cavado, como que a não do Estado vaga desmastreada. O comandante amestrado, que nos acompanhara em todos os tempos, foi em demanda de plagas estranhas... Não pretendo lançar sobre essa figura pécha de qualquer natureza; desejo simplesmente significar que o assombro, de que se acham possuidas as duas classes aqui representadas, sóbe de ponto quando se considera que o augusto personagem, que costumava dirigir os destinos desta nação, viaja por terras estrangeiras na hora mais critica para o seu paiz... O Imperador

---

seu discurso de 9 de maio — tinham seus *dias nefastos*, nos quais se vedava a estátua da lei e se impunha silencio ao pretor, para não administrar justiça ao povo; para nós, o dia nefasto é o dia 24 de maio, então uma data gloriosa da nossa historia, mas que se tornou nefasta por ser a escolhida para a viagem imperial”.

(236) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

os deixou no momento mais grave; se Sua Majestade previsse a onda de resistencia que se está levantando a este projeto (*da Lei do Ventre-livre*), certamente não nos deixaria”.

#### IV

Em verdade, o momento podia não ser o mais aconselhavel para a realisação de uma tal viagem. Era natural que o Imperador tivesse o maior empenho em conhecer de perto os paizes e a civilisação da Europa, sentisse mesmo a necessidade de tonificar o organismo com os ares do Velho Mundo, sobretudo depois dos cinco anos de graves preoccupações e pesados encargos que lhe déra a campanha do Paraguai. Acrescia que a Imperatriz não andava bem da saúde, que mais se agravara ultimamente, com a noticia da morte da filha mais moça, Dona Leopoldina duqueza de Saxe, falecida de tifo em Viena; a saúde da Imperatriz, a necessidade de tratá-la na Europa, era mesmo, ao menos oficialmente, a razão unica da projetada viagem. “A Imperatriz não se separaria certamente de mim para fazer essa viagem, escrevia o Imperador a Rio-Branco, e o Snr. bem disse que ficaríamos aqui se eu reconhecesse que o interesse publico exigia o sacrificio da saúde da Imperatriz, muito mais preciosa para mim do que a propria”. (237)

Mas, por outro lado, cumpria pensar na gravidade do momento politico por que atravessava o paiz, e inda-

---

(237) Carta de 13 de maio de 1871, no arquivo do Itamarati.

gar se êle tinha, realmente, o direito de ausentar-se justamente quando, devido á sua influencia, sinão á propria iniciativa, o Parlamento do Imperio iria votar uma lei cujas consequencias teriam, necessariamente, que refletir nos alicerces da nacionalidade, e quando o partido conservador, que detinha o poder, e assumira a responsabilidade de fazer passar a lei, estava dividido e seriamente enfraquecido por sucessivas crises ministeriais.

Joaquim Nabuco dirá que a partida do Imperador num tal momento era uma prova de confiança dada a Rio-Branco; e, "mais ainda, de confiança na estabilidade, no funcionamento, sem atritos, do nosso sistema politico, sobretudo devendo discutir-se, durante sua ausencia, a lei da emancipação".

Assinalando a relação entre a viagem do Imperador e a lei sobre o elemento servil, Joaquim Nabuco dirá ainda que o pensamento de Dom Pedro II, ao sair do Imperio naquele momento, não era, como disséra Andrade Figueira, colher lá fóra os aplausos dos abolicionistas europeus; mas sim provavelmente popularisar o futuro reinado de sua filha, a princeza Isabel.

Não era essa, certamente, a razão da viagem, que já vimos foi motivada pelo desejo do Imperador de conhecer o Velho Mundo e de tratar ali, ao mesmo tempo, a saúde da Imperatriz. Mas não resta duvida em que, tendo assentado partir, o Imperador estava desejoso de vêr a filha colher, na Regencia do Imperio, os frutos que a vitoria da lei do Ventre-livre certamente lhe daria.

e que só podiam reflectir proveitosamente sobre o seu futuro Reinado. Por outro lado, a regencia de Dona Isabel, num periodo como aquelle, de grande agitação politica e social, iria certamente concorrer para a sua melhor aprendizagem da administração do paiz. A Princeza era então uma moça de 26 anos, cheia dos melhores predicados. Uma lição como essa dar-lhe-ia um tirocinio que não se tem sempre nessa idade.

Apezar da opinião contraria de alguns politicos, que entendiam não competir ao Parlamento marcar os limites da autoridade da Regencia, (238) visto não ser ela eletiva, o Imperador, escrupuloso como sempre fôra com as liberdades publicas, fez empenho em que a autoridade da Princeza Imperial, como Regente, ficasse clara e expressamente definida pelas Camaras. “Desde que não se podiam ampliar os poderes da Constituição, mas só restringí-los, era principio mais liberal fazer dessa autoridade uma especie de delegação do Parlamento. Ao passo que se evitava a arguição de usurpação constitucional, rendia-se homenagem ao principio parlamentar. Por isso Rio-Branco recorreu ás Camaras, para que dêssem á Princeza a plenitude dos poderes do Imperador”. (239)

---

(238) Outros iam mais longe, como Coelho Rodrigues, e entendiam que a ausencia do Imperador não devia dar lugar a uma Regencia.

(239) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

## V

O fato de ter Dom Pedro II recusado um navio de guerra brasileiro, para seu transporte ao estrangeiro, deu causa a novos ataques da oposição. “Mas se êle tivesse feito o contrario — ponderava judiciosamente o conde Ludolf — não deixariam certamente de gritar contra as despesas ocasionadas por semelhante meio de transporte, porque nada pode satisfazer quem não quer nunca estar contente”. (240)

Pois não se protestou até mesmo contra a ajuda de custo que o Imperador *recusou* para as despesas da viagem, e que alguns Deputados achavam que o Parlamento devia conceder-lhe? (241) “Dois mil contos de impostos do povo, exclamava, de máo humor, um jornalista, que a representação nacional, humilde e servil concilio de um pontifice severo e intransigente, oferece para os gastos de viagem do autocrata”. (242)

Abrindo mão desse auxílio, bem como do aumento que se pretendia fazer na dotação da Princeza, já havia

---

(240) Ofício de 5 de Abril de 1871, no Staatsarchiv, de Viena.

(241) O projeto propondo a abertura do crédito de 2 mil contos, para custeio da viagem imperial, foi de autoria de Teixeira Junior, futuro visconde do Cruzeiro e genro de Paraná. Melo Moraes apresentou um outro, de 4 mil contos, destinados ao mesmo fim, e determinando que tres navios de guerra acompanhassem o Imperador, a cuja disposição ficariam durante o tempo da viagem.

(242) Francisco Cunha, *Reminiscencias*.



antes escrito o Imperador a João Alfredo, ministro do Imperio: “Espero que o Ministerio se aprêsse em fazer desaprovar quanto antes semelhantes favores, que eu e minha filha regcitamos. Respeito a intenção de todos; mas respeitem tambem o desinteresse com que tenho servido á nação”. (243) Ao presidente do Conselho êle dissêra: “Agradeço-lhe suas intenções, mas não preciso felizmente de pezar sobre o Tezouro por causa de minha viagem, e mesmo que outras fôsem as circumstancias, preferiria fazer qualquer sacrificio, sobretudo a bem da saúde da Imperatriz”. (244)

O Imperador estava com prêssa de partir. Por falta de tempo, já renunciara ao primitivo projeto de visitar tambem os Estados Unidos. A viagem ficara limitada a um prazo de apenas dez a onze mezes.

— Tenho muita coisa a vêr, dizia êle ao ministro da Austria, e disponho de mui pouco tempo. Em abril do ano vindouro devo estar de volta aqui. Assim, espero que depois de me ter desobrigado dos deveres de polidez — acrescentava, referindo-se aos Monarcas europeus — me permitirão dirigir-me como simples particular, que não tem por objetivo sinão instruir-se o mais possivel nos curtos momentos de que dispõe. (245)

---

(243) Carta de 8 de maio de 1871, no arquivo do Itamaratí.

(244) Carta a Rio-Branco, da mesma data, no arquivo citado.

(245) Officio de 7 de maio de 1871, no Staatsarchiv de Viena.

Sua partida verificou-se a 25 de maio de 1871, pelo vapor "Douro". Acompanhava-o a Imperatriz com a viscondessa de Fonseca Costa, sua dama de honra; o visconde de Bom-Retiro, seu amigo particular, o visconde de Itaúna, seu medico, e velho conhecedor dos paizes europeus, e Nogueira da Gama, seu camarista, o qual levava mulher e filha. Com os criados e outras pessoas do serviço dos Monarcas, formavam todos uma comitiva de cerca de quinze pessoas.

## VI

A 28 de maio passaram pela Baía; a 30 pelo Recife. E a 12 de junho a torre de São Julião da Barra salvava a chegada a Lisbôa da comitiva imperial. Pouco depois o "Douro" fundeava em frente do Lazareto, onde os passageiros deviam fazer uma quarentena de oito dias, por motivo da febre amarela que reinava então no Brasil.

Sabedor disso, o Imperador logo se empenhou por que não se abrisse excepção para elle e a sua gente; insistiu em sujeitar-se, como os demais passageiros, á quarentena no Lazareto. "Aqui não ha Imperador nem Imperatriz, foi elle dizendo ao cunhado Dom Fernando, que o fôra cumprimentar; chamo-me Dom Pedro d'Alcantara, e minha mulher Dona Tereza-Cristina. Hei de sujeitar-

me á lei comum, cumprindo a quarentena com os meus companheiros de viagem” (246)

Recusando as homenagens que lhe preparara o sobrinho, rei Dom Luiz I, inclusive hospedagem em palacio real, declarou: “Deixe-me gosar esta liberdade de simples cidadão; estou farto de cerimoniaes e etiquetas”. (247) E escreveu ao ministro do Brasil em Portugal, Miguel Maria Lisbôa, futuro barão de Japurá:

“Minha viagem é em caracter inteiramente particular, e chamo-me como assino (248). Não devo pois aceitar as honras que pretendem fazer-me por qualquer consideração que não respeite aquele caracter, sendo-me todavia muito gratas as demonstrações de estima e amizade de nossos caros patricios, de meus parentes, a quem tanto prezo, e dos estrangeiros, sempre bem acolhidos por mim e pelos Brasileiros. Vou para o hotel e hei de alugar trem (*carro*), mesmo porque não desejo attribuir sinão a mim qualquer embaraço, embora involuntario, á realização do meu programma de viagem. Não deixarei, como Brasileiro, de ir á casa da Legação. Tendo, provavelmente, de haver quarentena, irei para o Lazareto, e muito me afigurarei se qualquer excepção a meu respeito contrariar o intuito da legislação portugueza” (249).

---

(246) Corte Real, Silva Rocha e Simões de Castro, *Viagem dos Imperadores do Brasil a Portugal*.

(247) *Op. cit.*

(248) *Dom Pedro d'Alcantara*. — O Imperador despiase a tal ponto das prerogativas majestaticas, em suas viagens no estrangeiro, que fazia empenho em que Gobi-neau o tratasse, a êle e á Imperatriz, de *Monsieur e Madame d'Alcantara*.

(249) Minuta no arquivo da familia imperial.

Os oito dias de permanencia no Lazareto foram de successivas e numerosas visitas. Havia uma grande curiosidade em conhecer esse Imperador americano, de principios democraticas, amigo dos homens de letras e de ciencia, que timbrava em aparecer no Velho Mundo despedido de todos os preconceitos e aparatos majestaticos.

O Rei e toda a familia real cercaram-no de atenções. Dom Pedro II era para elles uma especie de chefe da casa de Bragança. Todos lhe prestavam homenagem pela antiguidade de sua corôa. O Rei, Dom Luiz I, seu sobrinho, era filho de sua irmã mais velha a rainha Dona Maria II, falecida havia dezoito anos. (250) A rainha, Dona Maria Pia, era filha de Vitor Manoel I, o primeiro rei da Italia, em volta de cuja corôa se fazia então a unificação da Peninsula. Dom Fernando era o pai de Dom Luiz I e cunhado do Imperador; conservava o titulo honorifico de Rei, dando-se assim Portugal ao luxo de ter dois Reis vivos. Ele fôra o segundo marido de Dona Maria II. Augusto de Leuchtenberg, o primeiro marido, falecera em 1835, dois mezes apenas depois de casado; era irmão da imperatriz Dona Amelia, e com ela viajara

---

(250) Em França, pouco depois, elle se avistaria com as duas irmãs sobreviventes, Dona Francisca, princeza de Joinville, casada na familia Orléans, e Dona Januaría, condessa d'Aquila, casada com um irmão da Imperatriz; ambas, com suas familias, o acompanhariam á Inglaterra. — Os Principes da familia Orléans, como os demais Principes de França, estiveram, como se sabe, impedidos de pisar o solo francez durante todo o reinado de Napoleão III. Foi somente depois da quêda do Segundo Imperio que esse exilio foi revogado pelo voto de 8 de junho de 1871, da Assembléa Nacional reunida em Bordeaux.

para o Rio de Janeiro, quando Dona Amelia ali fôra casar com Dom Pedro I. Dona Amelia vivia ainda em Lisboa, já velha, com cerca de 60 anos, no palacio das Janelas Verdes. Morreria, aliás, dentro de dois anos. O Principe Real, Dom Carlos, herdeiro da corôa, era então um menino de oito anos; estaria destinado a ser o principal protagonista de uma das maiores tragedias da historia portugueza.

Como era de esperar, os homens de letras logo acorreram ao Lazareto: Castilho, o visconde, que Dom Pedro II conhecera nos sarãos literarios do paço de São Cristóvão; Mendes Leal, a quem o Imperador recitou a tradução que fizera de uma das poesias de Manzoni; Inocencio Francisco da Silva, o autor do *Dicionario Bibliografico*, que foi ali levado por Araujo Porto-Alegre, então consul geral do Brasil em Lisboa.

De todas essas visitas, porém, a que mais estimou receber foi certamente a de Alexandre Herculano. Proporcionou-lhe um dos maiores prazeres intellectuais da viagem. Herculano em Lisboa e Manzoni em Brusuglio, o conhecimento pessoal com esses dois grandes espiritos do seculo, que o seduziam desde a infancia, iria compensar qualquer sacrificio que êle acaso tivesse feito ao ausentar-se do Brasil.

Sua admiração por Herculano vinha de longa data. Ha quasi vinte anos que os dois se correspondiam, num tom de larga e cordial amizade. Herculano tinha pelo Imperador uma especie de admiração carinhosa e ao mesmo tempo respeitosa, e já o chamava em 1854, quando Dom Pedro II não passava de um rapaz de 19 anos de

idade, "Príncipe a quem a opinião geral coloca entre os primeiros de nossa época pelos dotes de espirito e pela constante applicação desses dotes á cultura das ciencias e das letras". (251)

O homem de 46 anos, que êle via agora pela primeira vez, não podia sinão confirmar o bom conceito que fizera outróra do rapaz. O Imperador estava então na força da idade, e ostentava a florescencia de todas as suas qualidades. Por duas vezes Herculano foi procurá-lo no Lazareto e longas horas se deixaram ficar os dois, esquecidos dos homens e das vaidades do mundo, num convivio que tinha um pouco o sabôr dos tempos patriarcaes. Como o Imperador se queixasse da qualidade do azeite que lhe serviam no Lazareto, trouxe-lhe Herculano uma bilha de azeite de sua terra de Vale-de-Lobos.

*Diario do Imperador* — 19 de junho de 1871: "Hontem conversei longamente com Alexandre Herculano sobre especialidades e negocios de Portugal. Tem escritos grande parte do tomo 5.º da Historia e outros trabalhos, um dos quais era uma *narrativa* em que êle pintava o estado de Portugal. Horrorisou-se e rasgou esse manuscrito. Nas horas de descanso traduz Ariosto, que êle diz agradar mais em verso solto. Falou muito de Pedro V, e recomendou-me que levasse para o Brasil a copia do processo dos fidalgos que tentaram matar Dom José, unica que existe, e muito curiosa pelos depoimentos do rei. (252) Como Herculano fala entusiasmado da Batalha! (253) Hei de ir vêr o conven-

---

(251) Carta no arquivo cit.

(252) Refere-se á conspiração dos Tavoras.

(253) O celebre mosteiro.

to dos Jeronimos com êle. Se tiver tempo, hei de visitar Herculano em Val-de-Lobos; êle ficou de lêr-me e traduzir Ariosto quando lá nos acharmos. Herculano falou com muita moderação. Descreê de Portugal, sobretudo porque ha falta de religião e péssimo clero — e de instrução, dando as eleições, quando liberrimas, como agora, peiores resultados quanto aos méritos dos eleitores. Elogiou os seminarios, todavia. Estigmatizou a *igualdade em todo o Reino* do sistema das escolas, com *obrigação de frequentá-la*, pois torna-se assim o maior vexame da população agricola..." (254)

Terminada a quarentena, poude enfim o Imperador conhecer Lisbôa. Desembarcou na companhia da familia real, cercado de muita gente, e logo se formou um longo cortejo de cerca de 100 carros para acompanhá-lo pela cidade. Deu algumas voltas pelo centro. Foi ao Rocio, contemplar a estatua do pai. Dirigiu-se em seguida para o palacio das Janelas Verdes, visitar a madrasta, a imperatriz Dona Amelia, "depois de tantos anos de separação". E foi, depois, a São Vicente de Fóra, *pantheon* da casa de Bragança, resar ao lado dos tumulos do pai e da irmã, a rainha Dona Maria II. Depois recolheu ao Hotel Bragança. Dali saiu a pé na manhã do dia seguinte, a passeiar pela cidade. Visitou museus, laboratorios, a Escola Politecnica, o Observatorio. A' noite jantou na Ajuda com a familia real.

No dia seguinte, pela manhã, seguiu para a Espanha. (255)

---

(254) Arquivo da familia imperial.

(255) *Viagem dos Imperadores*, cit.

## VIII

Passou apenas por Madrid. Foi acolhido pela Academia Espanhola, numa sessão em sua honra; fez uma demorada visita ao museu do Prado, e se avistou depois com o Rei, Amadeu I.º, que estava no segundo ano de seu reinado e devia abdicar a corôa daí a dois anos. Um Rei que a Historia esqueceu.

De Madrid seguiu para a França, chegando a Hendaya a 26 de junho. Aí o esperava Gobineau, que arranjara para isso uma missão officiosa do Governo Francez.

A França acabara, havia pouco, de ser derrotada em Sedan pelos Exércitos prussianos. Napoleão III fôra levado prisioneiro para a Alemanha, e o novo governo da Defeza Nacional, com Thiers e Gambetta, negociavam em Versalhes a evacuação do territorio pelas tropas inimigas. Mezes antes Paris estivera entregue á efêmera dominação da Comuna, que depois do sitio dos Prussianos só servira para trazer novos sofrimentos á população da capital.

Dirigindo-se á Inglaterra, o Imperador limitou-se a atravessar rapidamente o territorio francez. Passando por Paris, foi recebido em Versalhes por Thiers. Em Rouen encontrou-se com os condes de Trepani; a condessa era irmã da Imperatriz. Rouen estava ainda occupada pelos Alemães. O comandante da praça apressou-se em anunciar ao Imperador que uma guarda de honra sería posta á frente de seu hotel. Recusou-a. Penhorado, embora, com essa homenagem dos Alemães,



declarou que a não recusaria se estivesse na Alemanha; mas estava na França, e não podia consentir em que os vencedores viessem homenageá-lo no solo dos vencidos (256).

A excursão pelo Reino-Unido durou pouco mais de um mez — o mez de julho e a primeira quinzena de agosto. Em Londres conheceu a rainha Vitoria, com a qual passaria dois dias no castelo de Osborne, na ilha de Wight. Ali conheceu tambem o Principe Real da Suecia, que pouco depois sería o rei Oscar II, poeta e historiador, um Soberano que tinha com êle não poucas afinidades, não só pelo amôr ás letras e ás ciencias, mas ainda pelo seu espirito justo, por sua serenidade e prudencia com que governava o seu povo.

Na capital ingleza, logo de chegada, o Imperador escandalizou o puritanismo inglez e a *Royal Family*, sobretudo aquella Soberana cheia de preconceitos, assistindo o officio divino na Sinagoga Central, de Great Portland Street. Ali surpreendeu os Rabinos, traduzindo do hebreu uma pagina da Biblia.

Procurou avistar-se com Darwin, mas o grande sabio estava ausente, no estrangeiro. Sabedor dessa intenção, de lá escrevia ao seu amigo J. D. Hooker: “O Imperador fez tanto pela ciencia, que todo sabio lhe deve o maior respeito. Peço-lhe que lhe exprima, da melhor maneira e com a maior sinceridade, quanto

---

(256) B. Mossé, Dom Pedro II. — Confirmado ao autor desta *Historia* pelo Sr. Gofredo de Taunay, que o ouviu do proprio Monarca.

me sinto honrado com o seu desejo de vêr-me, e quanto lamento estar ausente” (257). Darwin tinha estado no Rio em 1832, cerca de trez mezes, quando o Imperador era uma criança de sete anos de idade. Voltaria mais tarde, em 1836, mas dessa vez estivera apenas na Baía, e não se avistara com o Monarca.

Em Londres foi procurado pelo ministro dos Estados Unidos, Roberto C. Schenck. Na qualidade de membro da comissão do Alabama (*Alabama Claims*), fez-lhe sentir o Ministro a necessidade da designação de um Brasileiro para o tribunal arbitral que se devia reunir brevemente (258). O Imperador logo “protestou que nada tinha a vêr com os assuntos do Governo, pois que no estrangeiro não era o imperador do Brasil, mas tão somente um cidadão como outro qualquer”. E quando Schenck ia ponderar-lhe — “Mas Vossa Majestade pode naturalmente aconselhar...” — êle o interrompeu, com vivacidade:

— Não. Afirmo-lhe que não escrevi uma linha sequer acerca de negocios do Estado desde que parti

---

(257) Francis Darwin, *The Life and Letters of Charles Darwin*.

(258) Tratava-se do tribunal arbitral instituido em Washington, a 8 de maio daquele ano, para julgar as reclamações americanas relacionadas com o cruzeiro do barco *Alabama*, armado pelos Estados Confederados por ocasião da guerra da secessão americana. Nesse tribunal devia figurar um árbitro brasileiro, nomeado pelo imperador do Brasil. Esse árbitro seria pouco depois designado pelo Gabinete Rio-Branco, na pessoa do visconde de Itajubá, nosso ministro em Paris, e em dezembro desse ano de 71 o tribunal arbitral se reuniria em Genebra.

do Rio, e não é absolutamente minha intenção escrever (259).

A 24 de julho o Imperador chegava a Edimburgo. A Escossia o seduziu. Aqueles lagos azues, as montanhas selvagens das Highlands, cheias de uma doce poesia, a singeleza dos bravos habitantes, tão diferentes dos frios e impassiveis Inglezes das planicies... Mas o que realmente o encantou foi a peregrinação aos lugares immortalizados por Walter Scott, nos quais reviveu emocionado as paginas 'daqueles romances que haviam feito as delicias de sua adolescencia. Sua emoção foi grande, sobretudo, quando penetrou na velha morada de Abbotsford, *onde se fala do bom e nobre senhor*, e onde a bisneta do grande romancista o acolheu como um velho amigo da casa, fazendo-o percorrer as salas agora desertas, sentando-o na mesma poltrona onde outróra deseancara o romancista; deixando-o, depois, apoiar-se naquela mesa agora venerada, onde êle escrevera tantas e tão belas historias, e sobre a qual fôra encontrado, poucas horas antes de morrer, debruçado numa folha de papel em branco, a pena na mão, chorando baixinho, pelo desgôsto de constatar que o seu cerebro, tão rico outróra de imaginação e engenho, estava agora ressequido, de todo esterilizado pela molestia que lhe vinha desde muito minando o forte organismo de montanhez.

---

(259) Mary W. Williams, *Dom Pedro the Magnanimous*.

“Como eu me lembro do seu *Ivanhoé!* evocaria mais tarde o Imperador a Gobineau. Como êle o começa bem, descrevendo a chegada dos viajantes em casa de Cedrico! A paisagem é ali maravilhosamente descrita, quando o terrível Templario e o alegre Abade encontram Gurth. Leia tambem *Waverley*, e pensando nos lagos das Highlands vá admirá-los depois ao natural. Não esqueça *Mid Lothian's Hearst*. Fiz a minha peregrinação a São Lazaro, onde conservam ainda a casa de Iennie Dean. Escondi-me tambem atraz de uma das pilastras da cripta de São Mungo, em Glascou...” (260)

Do diario da condessa de Barral, que se juntara á Imperatriz na Inglaterra: “2 de agosto. Edimburgo. Só saímos depois do almoço, e isso só para vêr o *Castel* com os *Regalia Rooms*, onde se guardam a corôa de Roberto Bruce e varias joias do tempo de Elizabeth e de James IV da Inglaterra. Fizemos compras de chales escossezes. O Imperador foi vêr os sabios”. (261)

### VIII

Da Inglaterra passaram-se para o Continente. Na ansia de tudo vêr, a viagem fazia-se, para usar de uma expressão militar, *a toque de caixa*. A 11 de agosto o Imperador deixava Londres e a Inglaterra, para atravessar a Mancha e desembarcar na Belgica, em

---

(260) Carta de 27 de setembro de 1879, no arquivo da Biblioteca de Strasburgo.

(261) Arquivo da familia imperial.

Ostende. A 14 passava por Gand e a 15 estava em Bru-xelas. Visitou o campo de batalha de Waterloo e á noite jantou em Lacken com o rei Leopoldo II, que o impressionou pela "calma imperturbavel". A 18 chegava a Liège. Gobineau escrevia-lhe de Paris:

"Só faço pensar em si e não tenho coragem de escrever-lhe. Sinto que deve estar inteiramente dominado pela quantidade de coisas novas que vê. Os quadros que se deparam a seus olhos dão-lhe um tão grande interesse, que não tenho, por assim dizer, vontade de fazê-lo pensar em mim. O que desejo, e espero obter um dia, é o conhecimento das impressões que tudo isso lhe haja dado, o mundo intelectual que o Sr. tenha construido, as conclusões que venha a tirar. Não é seguramente das coisas menos raras, entre as coisas raras, esse exame feito pelo Sr., na sua idade, pela primeira vez, armado como está de tantos meios de julgamento e julgando, enfim, da posição que desfruta. Não me lembro de coisa comparavel. Talvez quando Carlos-Quinto se foi das Flandrias á Espanha e da Espanha á Italia terá tido ocasião de passar por lugares tambem novos para êle. Não vejo na Historia outra analogia. O Sr. encontrará certamente muita coisa digna de estima, mas tambem de desprezo. Talvez, e estou mesmo quasi a dizer provavelmente, o que lhe parecer como sendo o mais consideravel não seja absolutamente o que os politicos põem no primeiro plano. Não ficarei surpreendido se o Sr. achar que Walter Scott deixou traços mais fundos no espirito inglez e sua cultura, do que os dois Pitt reunidos no dos politicos. (262).

---

(262) Carta de 17 de agosto de 1871, no arquivo da familia imperial.

Deixando a Belgica entraram na Alemanha, por Aix-la-Chapelle, Colonia, Dusseldorf, Essen, Hamburgo e Berlim.

Conheceu Guilherme I em Potsdam. Fazia apenas sete mezes que o rei da Prussia fôra elevado a imperador da Alemanha, graças ao genio politico de Bismarck e á gloria das armas prussianas. "Não conheci velho mais amavel", dirá dêle o Imperador (263).

Dessemelhante sob muitos aspectos, havia, entretanto, entre Guilherme I e Dom Pedro II uma grande afinidade de maneiras, de sentir, de compreensão. Eram dois homens que podiam ser colocados num mesmo nivel, humanamente falando. O principe de Bulow, que conheceu de perto o primeiro, traça-lhe um perfil que parece calcado sobre o nosso Imperador:

"Era uma personalidade harmoniosa e bem equilibrada. Por isso foi um Monarca bom e justo. Raramente um homem se esforçou como êle para se aperfeiçoar. Instruiu-se antes de tudo para a vida, pela experiencia bôa e pensa, e isso até a velhice. Podia-se dizer dêle como de Solon, que envelhecia aprendendo sempre. Raramente tambem um homem foi tão senhor de si mesmo e habituado a disciplinar-se; dessa disciplina resultava suas atenções para com os outros, mesmo para com os pequenos, sua bondade e sua paciencia. Era, no fundo, de uma tocante modestia. Um dia em que meu Pai, que nunca foi inclinado a

---

(263) Citado por Pedro Calmon, *O Rei filosofo*.

cumprimentos, lhe exprimia sua sincera admiração por essa modestia, o Imperador, que era octogenario, respondeu-lhe: *Como não seria eu modesto, quando lá no Alto o meu criado terá talvez um lugar melhor do que o meu, porque êle vale mais do que eu e terá cumprido o seu dever?"*

O principe de Bismarek foi para o Imperador um personagem incomodo. "Evitei-o", disse êle (264). Foi porque não o compreendeu o idealismo um pouco ingenuo de Dom Pedro II, sua concepção romantica de politica internacional, despida de qualquer sentimento objectivo. Por seus processos de governo, por sua arrogancia, por seus métodos desabusados, seu utilitarismo, por tudo e em tudo, Bismarek estava longe de criar-lhe a menor sombra de simpatia. "Admiro o homem, mas não o estimo", confessou Dom Pedro II (265).

Em Berlim conheceria Ricardo Wagner, que revolucionava então a arte dos sons. O encontro dos dois teria lugar em casa da condessa de Schleinitz, onde se reunia então tudo quanto a Alemanha possuia de artistas, de literatos, de homens de ciencia, sem exclusão do mundo puramente politico e social da época. Frau von Schleinitz era tida como a mulher mais culta e inteligente de Berlim, e possivelmente das mais brilhantes da Europa desse tempo. Não se precisa dizer mais para supôr-se até quanto ela deve ter prendido o espirito erudito do Imperador.

---

(264) Idem.

(265) Idem.

O que, porém, o devia ter seduzido, não era tanto a personalidade interessante dessa mulher, mas sobretudo o ambiente acolhedor de seu salão, a sociedade que nêle se dava *rendez-vous* — musicos, pintores, diplomatas, jornalistas, atores, generais, homens de ciencia e homens politicos, senhoras da sociedade, a nobreza, a alta burguezia. Apesar de heterogenio, o ambiente não era contrafeito. Ao contrario, havia em tudo e em todos inteira liberdade de pensar. Ninguem se vexava por emitir uma opinião mais radical, nem contradizer um argumento menos solido, porque a todos acolhia, encorajando-os, o sorriso gracioso e animador da condessa de Schleinitz.

A admiração sem limites que ela nutria por Wagner (266) devia ter sido outro lado de seu feitio que logo prendera o Imperador, já então um grande entusiasta daquele a quem chamava, com notavel presciencia, *o musico do futuro*. Não sendo um profundo conhecedor da arte dos sons, o Imperador soube, apesar disso, compreender e aceitar imediatamente Wagner. Não o afastou como a rainha Vitoria, que durante muito tempo, ainda, não lhe queria sequer ouvir o nome, e muito menos a musica, “completamente incompreensivel”, dizia; e quando alguém lhe observava que era, possivelmente, a que dominaria no futuro, ela acrescentava: “o futuro me aborrece e dêle não desejo falar”.

---

(266) Vide o capitulo *Os sabios*, neste volume.



## IX

Depois de Berlim — Dresde, Eisebach, Coburgo, Karlsbad, onde fez a cura das aguas. *Do diário da condessa de Barral*:

“Partimos de Karsbad ás 10 h. 5. Acompanhamento e carga de *bouquets*. Despedida da princeza Dona Januaría. Mudamos de carro em Eger. Jantamos em Swandorf ás 3 horas. Telegramas do príncipe Luitpold, convidando Suas Majestades para jantar amanhã. Vai, não vai — afinal a resposta foi de outra estação, dizendo que sim, mas o Imperador dizendo que não. Chegamos a Munich ás 8 e meia. Príncipe Adalberto e a Princeza. Príncipe Luitpold e filhos. Conde de Trepani. Princeza de Ysenbourg. Rei de Nápoles. Conde de Caserta e visconde de Santo Amaro, Siqueiras, Villeneuveas, todos estavam na estação. O Imperador recusou os carros.

Praga, Salzburgo, Linz, Viena — 1.º de outubro de 1871.

Em Viena conheceu o ramo Habsburgo da família de sua mãe. O imperador Francisco-José, chefe da casa, era então um jovem de 41 anos de idade, pouco mais moço, portanto, do que êle. Estava no auge de seu prestígio político, graças á posição que o imperio Austro-Hungaro desfrutava ainda no cenário europeu. Apesar da derrota de Sadowa, cinco anos antes, em virtude da qual a Austria fôra excluída da Confedera-

ção Germanica, ela era ainda, depois da Inglaterra, a primeira nação da Europa, o que queria dizer, do mundo, pois que os Estados Unidos não contavam ainda no cenário da politica internacional, e o Japão vivia isolado no extremo oriente. De fato: a Alemanha acabara apenas de realizar a sua unificação, graças ao genio de Bismarck; a Italia, tambem recentemente unificada, depois da vitoria sobre o Papado, nascia então para a vida independente; e a França, esmagada em Sedan, estava completamente por terra. A Austria não tinha assim concurrentes.

Dom Pedro II encontrou em seu primo Francisco-José um homem afavel, extremamente cortez para com todos, mas terrivelmente egoista, frio como uma lamina de aço, e insensivel 'a todas as misérias e fraquezas humanas. A dureza do seu coração era, aliás, proverbial. Contava-se a crueldade com que despedira o seu ministro Goluchowski, que depois de longos anos, de leis e fecundos serviços ao paiz e ao Imperador, encontrara certa manhã, chegando ao seu gabinete, aberta sobre a mesa de trabalho, uma carta de demissão, na qual só faltava a assinatura. Goluchowski compreendeu imediatamente de quem partirá a insinuação: assinou a carta sem pestanejar. Depois retirou-se e nunca mais appareceu em publico. Fôra esse o seu ultimo gesto de lealdade e de submissão ao Monarca.

Bom-Retiro, em Viena, quicixava-se mais uma vez do pouco tempo que o Imperador, "levado não sei por que informante", destinava á visita dos grandes cen-

tros. O mal decididamente era incuravel. Dêle se queixaria Itaúna, pouco depois. Tambem Bom-Retiro era exigente, e parecia esquecer que o seu amo tinha um emprego a desempenhar no Brasil. Demais, êle proprio era o primeiro a reconhecer: "Para vêr-se o principal com olhos de vêr e de aproveitar, nem em um mez..." Ora, o tempo era escasso. Cumpria, portanto, tocar para diante.

## X

Viena, Budapesth, Trieste, Veneza. Veneza fica-va perto de Milão. Ora, vizinho a Milão, no dôce recanto de Brusuglio, morava ha muito tempo Alexandre Manzoni, o poéta que encantara, vinte anos atraz, a imaginação do menino Imperador. Manzoni tinha agora cerca de 86 anos e desfrutava, no glorioso retiro, aquela velhice feliz a que se referia Voltaire em carta a Mme. du Deffand, *consolation de nos misères et appui de notre faiblesse*.

Estar, assim, tão perto do poéta e não conhecê-lo pessoalmente, não apertar-lhe a mão, da qual saíram tantas e tão belas paginas, eis com que não podia conformar-se esse Monarca amigo das letras. De Veneza mesmo escreveu a Manzoni:

"Senhor. — Numa viagem assim tão rapida, não posso sinão escrever-lhe poucas linhas. A 17 estarei em Milão, e pela manhã do dia seguinte far-lhe-ei uma visita em sua casa, onde espero encontrá-lo gosando uma prospera velhi-

ce. Estou certo de que me receberá na méra qualidade de um dos seus mais afeiçoados, e serei então muito feliz em conhecer outros amigos seus. Recebi noticias suas em Londres, pelo abade Caccia". (268).

Que encanto, essa visita ao velho poeta! Horas e horas deixaram-se ficar os dois, num dôce idílio intellectual, *à l'ombra amica degl'alberi di Brusuglio*, como dirá mais tarde o Imperador em carta a Manzoni, a quem surpreendeu com a noticia de que preparava uma tradução portugueza de sua ode, *Il cinque Maggio*. Como Goethe, e tantos outros poétas europeus, como Araguaia, como Paranapiacaba, como Varnhagen, entre nós, tambem êle se deixava tentar pelo desejo de traduzir a ode famosa, sobre a qual exclamara Lamartine, ainda dominado pela emoção da primeira leitura — "Quizera ter escrito este poêma!"

Mas a tradução imperial não estava ainda terminada. Precisava de alguns retoques, que seriam feitos no correr da proxima excursão ao Oriente. Manzoni, confundido com tantas homenagens, desfez-se em agradecimentos ao Imperador. "Sou eu que me honro de ter sido aqui recebido — respondia-lhe o Monarca com

---

(268) Carta de 12 de outubro de 1871, no arquivo da Biblioteca Nacional Braidense, de Milão. — Tem-se dito que Dom Pedro II se apresentou de surpresa em casa de Manzoni; e que o criado, que o recebeu, foi participar ao poeta que à porta estava um homem de idade, possivelmente alienado, pois se intitulava imperador do Brasil. E' pura lenda, como se vê pela carta do Imperador escrita de Veneza, prevenindo Manzoni de sua visita a Brusuglio.

uma modestia que, nem por ser exagerada, cativava menos o recluso de Brusuglio. Os seculos lembrar-se-ão de Alexandre Manzoni, enquanto que os anos farão desaparecer a memoria de Dom Pedro de Alcantara” (269).

Apenas chegado a Milão, de volta de Brusuglio, o Imperador recebia de Manzoni, como lembrança, um retrato de Beccaria, o grande filosofo, que tanto fizera por humanizar o direito penal. Havia no presente do poeta uma homenagem a esse Imperador amigo e defensor dos fracos, cuja mão, ha tantos anos, não assinava uma sentença de morte.

“Nenhuma visita podia ser-me mais agradavel — respondia-lhe o Imperador — do que a effigie de Beccaria, o avô de Manzoni, do homem que tanto se esforçou por convencer a sociedade de que a pena capital não é necessaria nem util. Agradecendo-lhe tão grande testemunho de afeição, espero que não serei acusado sinão de ousar confiar por demais em sua benevolencia, reservando para pouco mais tarde a remessa da minha tradução da ode *Cinco de Maio*. Animado pela lembrança de Brusuglio, creio que me sairei bastante bem desse trabalho, o qual não terá, entretanto, outro mérito sinão o dos sentimentos com que me recomendo á sua preciosissima familia”. (270)

---

(269) Moreira, *Cenni biographici de Dom Pedro II*.

(270) Carta de 19 de outubro de 1871, no arquivo cit.

## XI

Do norte da Italia o Imperador rumou para o Oriente Proximo. Atravessou o Adriatico, o Jonio e o Mediterraneo oriental. “Durante a rude travessia — escrevia êle a Gobineau — ao sair do Adriatico, contemplei de longe as Jonias, o cabo Matapan e vi de perto, sob o bello luar destas paragens, a ilha de Créta com o monte Ida. Quando lamento não visitar a Grecia!” (271). Mas Gobineau, que era um apaixonado do helenismo, não se conformava com esse simples lamento, nem com a desculpa, que lhe dava depois o Imperador, de ter ainda que vêr o Egito e o canal de Suez; não admitia que se passasse perto das aguas da Helade, sem descer áquelas terras legendarias. E exclamava: “Não vêr a Grecia! E ter traduzido Prométheu! Isso me parece uma verdadeira infelicidade! Estou certo de que se arrependerá sempre de haver passado á vista do Taijeto e de não ter aí desembarcado! Compreendo que o istmo de Suez seja interessante; mas a Grecia! Não me consolo de não poder falar de Atenas consigo” (272).

O tempo, porém, era curto. Apesar dos protestos de Bom-Retiro, cumpria andar correndo. A visita á Grecia tinha, infelizmente, de ser deixada para outra

---

(271) Carta de 28 de outubro de 71, no arquivo da Bibliotéca de Strasburgo.

(272) Carta de 12 de novembro de 71, no arquivo da familia imperial.

ocasião. Por agora, era contentar-se com o Egito. De Alexandria, o Imperador escrevia a Gobineau: "Parto amanhã para Suez em caminho de ferro, e percorrerei todo o canal, voltando em caminho de ferro a Ismaília, e de lá a Cairo. As pirâmides de Ghisch e Sokarch, assim como a necrópole de Beni-Hassan, não ficarão esquecidas".

Gobineau, que era uma especie de seu guia espiritual, recomendava-lhe de França: "Por favor, não deixe, quando estiver no Cairo, de entrar na mesquita d'El-Abzar. E' a Universidade do paiz. Verá ali os professores ensinando no pateo, ao pé das colunas. Qualquer que seja a ciencia, é toda a ciencia da Africa Oriental; e, depois, tantas recordações, e um aspecto tão antigo! Estou certo de que vai ficar entusiasmado com o Egito, com Suez, com o Cairo, E' tão bélo! Vai preferir essa morte ao que chamamos a vida" (273).

Em Alexandria o Imperador recebeu a noticia da promulgação da lei do Ventre-livre. Foi para êle um dia de grande satisfação. Era a conquista de outra etapa na obra da emancipação do Negro. Desde aquele momento ninguem mais nascia escravo no Brasil! Rio-Branco bem que correspondera a confiança que lhe dera o Monarca!

Itaúna a Rio-Branco:

"Logo ao desembarcar, recebeu o Imperador dois telegramas, um de Florença e outro de Milão, annunciando-lhe que a lei acerca do elemento servil havia passado no Sena-

---

(273) Carta de 7 de setembro de 71, idem.

do. Apenas foi lido esse telegrama, Sua Majestade correu para mim, deu-m'o para lêr, abraçou-me, e em verdadeira explosão de prazer disse o seguinte: *Escreva já ao Rio-Branco, enviando-lhe este abraço que lhe dou, e diga-lhe, na linguagem a mais positiva, que estou penhorado e desejava abraçá-lo agora pessoalmente, o que farei logo que o aviste em minha volta. Diga-lhe mais, que o considero como meu homem, em que deposito toda a confiança e esperança que posso ter, nutrindo a crença de que êle não me abandonará no muito que temos a fazer; diga-lhe mais, que conte comigo como me apraz contar com êle, e acrescente que deixando-o á frente do Governo na minha ausencia, cada dia tenho mais razão de crêr no homem que tantos e tão grandes serviços me prestou e ao paiz, no Paraguai. Quem proferiu tais palavras, rematava o visconde de Itaúna, não é facil fazê-lo. Nunca tenho visto o Imperador entregue a tão violenta expansão" (274).*

A excursão ao Egito durou pouco mais de quinze dias. Foi uma correria desenfreada por desertos e cidades, por vales e por montes, o Imperador á frente, arrastando atraz de si uma comitiva que protestava impaciente e cansada. "Percorremos todo o Egito, resmungava Nogueira da Gama, desde Alexandria até o Cairo, novo e velho, a Arabia, Menfis, suas piramides e antiquissimas sepulturas, atolados até os joelhos, em montes de areia movediça e abrazadora, sob aquele clima africano, e imagine-se o que sofrêmos!" (275).

---

(274) Carta de Alexandria, 28 de outubro de 1871, no arquivo do Itamarati.

(275) *Minhas memorias.*



O que sofrêmos? - - *O que aprendemos!* exclamaria o Imperador. Sim, porque a excursão ao Egito valeu-lhe por uma grande e proveitosa lição. Desenvolveu-lhe os conhecimentos de egiptologia, na companhia dos mestres eminentes, Mariette e Brugsch, de escrita copta, de mitologia do Nilo, historia dos Faraós, gramatica hieroglifica — essa gramatica que fôra a gloria de Champollion, e que êle praticava desde 1856.

Ismaíl, o Kediva, não o seduziu. Podia ter-se deixado atrair pelo homem que abriu o canal de Suez; mas o fausto, o esplendor do luxo, dos tapêtes, do interior dos palacios do soberano do Egito, contrastando com as ruinas e quasi abandono em que se encontravam os monumentos antigos, chocaram a modestia do Imperador, seu amôr ás velhas civilisações, ás pedras patinadas pelos seculos, a tudo que a antiguidade nos legara. “O Kediva podia gastar um pouco menos com os seus palacios, disse êle com severidade, e despende um pouco mais com a conservação dêsses monumentos” (276).

## XII

Do Egito voltou á Europa, desembarcando em Napoles a 15 de Novembro. Apenas chegou a Napoles, mandou a Manzoni a tradução prometida:

---

(276) Pedro Calmon, *op. cit.*

“De regresso á bela Italia, dou-me préssa em oferecer-lhe o pequeno trabalho literario de que lhe falei. O seu unico mérito é o verdadeiro sentimento para consigo que o inspirou, e talvez que a vista dos soberbos e vestutissimos monumentos do Egipto tenha deixado nêlo um pouco de sua obra poética” (277).

Roma. Em Roma Pio IX iniciava, com a perda do poder temporal, a serie dos Papas reclusos. Foi procurá-lo o Imperador. Á noite, nesse mesmo dia, recebia em seu hotel a visita de Vitor Manuel, o novo soberano italiano, *il Re galantuomo*.

O Imperador encontrou em Pio IX um velhinho afavel, vivo como todos os Italianos, homem de espirito, mordaz e malicioso. Para Garibaldi êle era o *Vampiro do Vaticano*. Mas o povo de Roma o estimava. Não tanto como chefe da cristandade, mas sobretudo pelo seu espirito jovial, pelo seu bom humor, por sua presença de espirito e a malicia, essencialmente latina, de seu temperamento.

Nos corredores e nos pateos do Vaticano os jovens prelados, os *monsignori*, a nobreza negra, os officiais da guarda, todos, em suma, repetiam á bôca pequena os ditos espirituosos do Papa, que iam depois servir de assunto nos salões romanos, nos velhos solares do Corso ou das ruas estreitas do Burgo. Contava-se que um dia, no começo do pontificado, os admiradores romanos da celebre bailarina Fanny Elsler, a mesma que inspirara

---

(277) Carta de 15 de novembro de 1871, no arquivo da Bibliotéca Nacional Braidense, de Milão.

aquela paixão romantica ao Aiglou, filho de Napoleão I, quizeram oferecer-lhe uma corôa de prata. Pediram antes o consentimento do Santo Padre.

— Não é o caso do meu consentimento, respondera este. Parece-me, porém, que seria mais proprio oferecer-lhe um par de sandalias, porque a corôa se adapta á cabeça e não aos pés.

Vivia em Roma, nesse tempo, um certo Antonio Gallo, pobre padre, sem padrinhos, sobretudo sem madrinhas, que o fizessem ir para diante em sua carreira de sacerdote. Havia muito que o digno homem pleiteava o titulo de Monsenhor. Afinal, depois de muito insistir, acabou por consegui-lo. Foi a Pio IX agradecer a suspirada honraria. Este o recebeu com o melhor dos sorrisos, dizendo-lhe:

— Bravos! *Monsenhor* Gallo! Quem sabe se em breve não poderemos dizer — o bispo Gallo? E depois, se obtiveres a purpura — o cardial Gallo, Mas, se chegares a Papa, como será então — o papa Gallo? (*Pappagallo*, papagaio em italiano).

A entrevista entre Dom Pedro II e Pio IX foi longa, e teria certamente, a maior significação para a historia da Igreja se não fôsse a intransigencia do Sumo Pontifice. E' que o Imperador alimentou a esperança de reconciliá-lo com Vitor Manuel e obter assim a paz entre o trôno e o altar. Discreta e geitosamente insinuou ao Papa a oportunidade de este receber o Rei. Pio IX porém replicou-lhe com a sua costumada vivacidade:

— *E' inutile che V. Maestà mi faccia questa domanda. Quando il re del Piemonte avrà fatto il debito suo allora lo riceverò. Prima non posso* (278).

Na tarde do dia seguinte foi recebido na Universidade de Roma. “Conversou com os sabios, discutiu mathematicas, arqueologia, arte, helenismo e hebraico, numa roda de cortezes e velhos mestres, que se admiravam daquele soberano erudito e curioso, lisongeadado com a atenção que lhe davam, mais contente disto que das homenagens e cerimoniaes das duas côrtes que lá havia!” (279)

O Imperador não quiz deixar Roma sem primeiro ir visitar o escultor Petrich, que êle outróra acolhera e protegera no Rio, dando uma das salas do Paço da Cidade para seu *atelier*. Petrich era agora um velho. Estava doente, alquebrado e vivia quasi na miseria. A visita do Imperador è a esmola que este lhe deixou

---

(278) Francesco Zanetti, *Nella Città del Vaticano*. — Disse-se que ás insinuações feitas pelo Imperador, para um acôrdo entre o Rei e o Papa, este lhe respondera com impertinencia, chamando-o, num tom peyorativo, *mon cher petit comte d'Alcantara*. E' pura fantasia. Em notas que deixou escritas, conta a Princeza Isabel: “Ouvi dizer que meu pai quiz reconciliar Pio IX com o Rei. Mas as coisas não deviam ter passado como foram contadas. De resto meu pai nunca tomou o titulo de conde de Alcantara; êle se assinava Pedro de Alcantara porque era o seu nome de batismo”. (Arquivo da familia imperial). Resta acrescentar que o Papa e o Imperador deviam se ter entendido em italiano, e não em francez, pois o italiano era uma lingua que Dom Pedro II falava correntemente.

(279) Pedro Calmon, *op. cit.*

fizeram-lhe o efeito de uma visão, e o velho artista não poude conter sua emoção, exprimida em lagrimas e em gestos de gratidão ao generoso Monarca.

### XIII

Depois de Roma, Perugia. Em Perugia foi procurá-lo o arcebispo da cidade, que era então o cardinal Joaquim Pecci. Pecci seria daí a sete anos, o grande papa Leão XIII. Este confessaria mais tarde ao visconde de Araguaia, ministro do Brasil na Santa Sé, quanto apreciara “o vasto saber e as eminentes qualidades do nosso Monarca, tão digno da estima e da grande veneração de que gosa” (280).

Diziam que Pio IX não estimava monsenhor Pecci, sobretudo pela opposição systematica que este lhe fazia. Contava-se, a proposito, o que certamente é uma anedôta, que ao elevá-lo ao cardinalato, mandara-lhe um bilhete, mais ou menos nestes termos: “Pensamos elevá-lo á púrpura no proximo Consistorio; esperamos que seja esse o unico ato do nosso Pontificado que não sofra a sua crítica”.

O Imperador deixou-se cativar pelo grande espirito que era já esse prelado humanista, poeta e filosofo como êle. Não esqueceria mais as gratas recordações desse primeiro encontro. Vinte anos depois,

---

(280) Arquivo do Itamarati.

destronado e exilado, escrevendo a Leão XIII uma carta para apresentar-lhe o barão de Loreto, de viagem para Roma, chamava-o *meo amico l'arcivescovo di Perugia*. (281).

Florença, a velha cidade dos Medicis. Quando o Imperador chegou a Florença, no mez de novembro de 71, De Gubernatis inaugurava ali, em honra de Dante, uma *Expozisione Beatrice*. Dom Pedro II, que era um apaixonado por Dante, prometera-lhe, desde Roma, ir visitar a Exposição.

Conta-se que De Gubernatis, para prestar homenagem ao Imperador, determinara que uma banda de musica fôsse pósta á entrada da Exposição, no dia da visita do Soberano, com o encargo de saudá-lo com o hino imperial brasileiro.

Nesse sentido instruiu antecipadamente o chefe da banda, dizendo-lhe, ao distribuir-lhe os exemplares do hino, que o fizesse tocar assim visse descer do carro um personagem respeitavel, alto, de longas barbas brancas.

Ora, aconteceu que o Imperador, para melhor e mais desembaraçadamente apreciar os preciosos documentos dantescos da Exposição, lá chegou muito antes da hora aprazada com De Gubernatis; e, sozinho, a pé, com a maior simplicidade, como era seu costume, passou facilmente despercebido no meio dos muitos visitantes que entravam. Não teve por isso o seu hino.

---

(281) Carta de Cannes, 9 de fevereiro de 1890, no arquivo de Leão XIII.

Horas depois De Gubernatis o surpreende, des-preocupado, visitando a Exposição. Ao sentir-se descoberto, o Imperador não pode conter a curiosidade, perguntou-lhe: — “Explique-me uma coisa, meu caro professor: porque é que de quando em quando ouço tocar lá fóra o hino do meu paiz?”.

De Gubernatis, um pouco confuso, explicou ao Imperador a homenagem projetada da banda de musica. E adiantou: como chegassem de carro varios personagens respeitaveis, altos, de longas barbas, o chefe da banda, com mêdo de enganar-se, resolvera receber cada um ao som do hino brasileiro. De forma que a unica barba branca que não tivera o seu hino fôra justamente o imperador do Brasil — porque tinha vindo a pé! (282).

Depois de Florença, — Pisa, Genova, Turim. “Em Turim — escreve Bom-Retiro, que é um pouco o cronista da viagem — começou a apertar o frio. Seguimos assim mesmo em uma madrugada horrivel, e viemos a Aix-les-Bains, para vêrmos os gigantescos trabalhos do Mont Cenis, que foram minuciosamente examinados, e que para mim constituem uma gloria para a engenharia e o esforço humano, ainda maior do que a abertura do canal de Suez. De Aix-les-Bains seguimos para Genebra e Bâle, demorando-nos em ambos os lugares; para Strasburgo em um dia, e em uma assentada transpuzemos toda a distancia que ha até Paris”.

## XIV

Enfim, Paris! Paris com os seus museus, suas academias, bibliotécas, salas de conferencia, com os seus homens de letras e de ciencias, Paris fez logo o encanto do Imperador. Ele podia repetir aquelas palavras de Balzac: “Paris é o paiz dos escritores, dos pensadores, dos poétas. Somente aí os escritores podem achar, nos museus e nas coleções, as obras vivas dos genios do tempo passado, que excitam e estimulam as imaginações. Somente aí as imensas bibliotecas, sempre abertas, oferecem ao espirito tudo quanto êle necessita de alimento”.

Mas Paris sofria ainda, nessa época, as consequencias da fome, do frio, da miséria — os incendios e os assassinatos da Comuna. Lá estavam ainda sangrando os vestigios das paixões humanas, nas ruinas do Hôtel de Ville e nos escòmbros das Tulherias. “Paris não é o que foi. Assim o mostram algumas ruinas ainda bem visiveis. Mas ainda é Paris — observava o avisado Bom-Retiro. Ha aqui de tudo, muito onde estudar, muito onde divertir-se a gente honestamente e tambem onde perder-se...”

Esse Bom-Retiro era o companheiro ideal para o Imperador. Madrugador, como êle, era tambem um grande pesquisador, que queria vêr tudo, que sabia de tudo alguma coisa, mexedor, indagador. Tinha por Dom Pedro II uma amisade sincera, o que provava o



desprendimento que sempre mostrara pelos cargos publicos. “A confiança e a amisade do Imperador constituiam para êle um privilegio que preferia á posição de Ministro. Sabia que o Imperador tinha a preocupação de não ter válidos, e para aspirar a uma posição politica, ser-lhe-ia preciso pelo menos renunciar por vezes as suas entradas francas em São Crístóvão”. (283).

O Imperador era-lhe certamente afeiçoado. Depois do bom do padre-mestre, ao tempo de sua infancia, e do professorado de Aureliano, Bom-Retiro foi, talvez, a sua unica verdadeira afeição, fóra do circulo limitado da familia. O desinteresse de Bom-Retiro dava-lhe autoridade para aspirar a amisade do Monarca sem precisar descer até o aulicismo. Podia-se repetir, com relação a êle, o que se disse do velho marechal von Bulow — “Foi um perfeito cortezão, guardando contudo a franqueza e a energia de um gentilhomem”.

De fato Bom-Retiro timbrou sempre em mostrar-se um emancipado. Mantinha diante do Imperador seu amigo uma attitude de profundo respeito, mas perfeitamente digna de um carater bem formado. Aliás, attitude mais ou menos igual tiveram quasi todos os estadistas do Imperio, mesmo aqueles que mais de perto e assiduamente privaram com o Monarca. Essa independencia de character era um traço que honrava todos esses homens, em geral pobres, e dependentes, politicamente falando, dos caprichos e desejos do Soberano.

---

(283) Joaquim Nabuco, *Um estadista do Imperio*.

A imprensa de opposição, propensa, naturalmente, a desvirtuar tudo, não fazia a devida justiça ao caracter independente de Bom-Retiro. A *Reforma*, por exemplo, fantasiava diálogos como este:

- Bom-Retiro?
- Meu Senhor?
- Que horas são?
- As que Vossa Majestade quizer.

## XV

Em Paris o Imperador teria a companhia de Gobineau. Desde quando se encontraram, na estação da estrada de ferro, á chegada do Monarca, não mais se separaram. Realmente, `Gobineau em Paris, aquella alma de artista, aquele espirito culto, o amigo e comensal dos homens do Instituto de França, que melhor guia e perfeito companheiro podia aspirar o Imperador? E eis Gobineau a desempenhar o papel de introdutor, a trazer-lhe os artistas, os homens de letras, os homens de ciencia — os *doutores*, como dizia a Imperatriz.

Gobineau cumpria, aliás, essas funções com muita intelligencia. Seu primeiro cuidado era organizar, *ad usum Delphini*, uma lista das notabilidades *apresentaveis* — Renan, Dumas, Mignet, Pasteur, Gauthier, Taine, Claude Bernard, Berthelot, Guizot; lançava de-

pois, ao lado de cada nome, para melhor conhecimento do Imperador, suas impressões pessoais sobre o indicado. Destaquemos algumas delas.

*Sobre Claude Bernard:* “Da Academia Franceza e da Academia das Ciencias. Não creio que neste paiz alguém possa disputar-lhe a preeminencia como fisiólogo”.

*Sobre Berthelot:* “Entre os quimicos e sobretudo os quimicos dotados de espirito filosofico (variedade bastante rara em França, onde a mania da especialidade impera do maneira tal que rebaixa sensivelmente o nivel da intelligencia), o Sr. Berthelot é, penso, um dos que melhor falam e mais clara e utilmente expõem idéias dignas de atenção”.

*Ao lado do nome de Taine:* “O Sr. Taine parece dever tambem provocar a curiosidade de Vossa Majestade. E’ um dos homens mais brihantes da nova escola, e daqueles que têm se occupado de maior numero de objetos”.

Vinham depois estas observações maliciosas: “Sou obrigado aqui a observar a Vossa Majestade que alguns homens conhecidos e mesmo celebres me parecem de um commercio mais difficil do que agradável. O Sr. Teofilo Gauthier, por exemplo. O aspecto desses Senhores não é igual ao espirito que lhes emprestam, e é impossivel convencê-los de lavar as mãos, fisica e moralmente falando. Entretanto, Vossa Majestade, que viaja não apenas por prazer mas tambem para instruir-se, achará talvez que a observação desses aspectos menos nobres da literatura importa pouco para a idéia completa que quer fazer dela; neste caso, nada será mais facil do que trazer esses Senhores” (284).

---

(284) Carta de Paris, 6 de julho de 1871, no arquivo da familia imperial.

A Condessa e a filha de Gobineau estavam também em Paris. Depréssa a Imperatriz tomou-se de amizade pelas duas, que doravante são figuras indispensaveis nas recepções das quatro ás cinco, no Grande Hotel.

Essas recepções de Dona Tereza-Cristina eram aliás, deliciosas. A atmosfera de certa liberdade que ali reinava, sem prejuizo da distinção do ambiente, fazia o encanto de todos. Enquanto a Imperatriz recebia as senhoras, o Imperador “deixava-se ficar, quasi sempre, num salão visinho, com algumas personalidades das ciencias e das letras, que Gobineau lhe apresentava.

— Onde está o Imperador?

— Está com os doutores, respondia a Imperatriz.

O príncipe de Joinville dava uma gargalhada.

— Diga-me uma coisa, Chica, perguntava êle á mulher, se tu me tivessès perdido, irias procurar-me entre os doutores?

— Eu te procuraria por toda a parte, respondia a Princeza sorrindo”. (285).

## XVI

O Imperador mostrava-se realmente incançavel! Todos os dias eram visitas, visitas a receber e visitas a fazer, museus, teatros, eram conferencias, eram recepções nos institutos científicos e literarios da Ca-

---

(285) Faure-Biguet, *Gobineau*.

pital, eram longas horas de permanencia nas bibliotecas. Sensiveis ao interesse que lhes dispensava esse Monarca erudito, amigo dos sabios, que não cessava de manifestar uma profunda simpatia por tudo quanto era atividade da inteligencia humana, essas associações scientificas e literarias, grandes e pequenas, logo se apressaram em chama-lo para o seu gremio.

Desde o Instituto de França, que o admitiu como membro correspondente na seção de Geografia da Academia das Ciencias, e a *Royal Society*, de Londres, até as sociedades mais modestas, todas se adiantaram em incluir-lhe o nome na lista de seus associados honorarios. Raramente se terá visto, talvez, alguém recolher um tão grande e tão variado numero de titulos e diplomas.

O feitiço *blagueur* do Parisiense não deixou, naturalmente, escapar esse detalhe da visita do Imperador. Um jornal humorista da Capital, *La Constitution*, escrevia a proposito dos numerosos diplomas que o Monarca recebia das academias e outras associações francezas:

“Depois de uma visita á Bibliotéca Mazarina, visita durante a qual deu provas de conhecimentos bibliograficos extensos, o imperador do Brasil foi nomeado — bibliotecario honorario. Não se riam. E’ uma mania do augusto viajante, e toda as manias inofensivas são respeitaveis. O Imperador do Brasil coleciona titulos, como Nestor Roqueplan colecionava bacias! E’ incalculavel a quantidade de nomeações, de pergaminhos, de avarás, de diplomas honorificos com que êle se recolherá ao seu paiz.

“Assim é que na semana passada, depois de uma visita á Academia das Ciências, onde deu provas de conhecimentos geograficos extensos, foi nomeado — academico honorario. Na mesma noite foi ao Teatro Francez. Em um entre-ato levaram-no a visitar os camarins. Aí, êle deu provas de conhecimentos literarios extensos; foi nomeado — ator honorario. No dia seguinte dirigiu-se a Versalhes, onde assistiu á sessão, deu provas de conhecimentos politicos extensos; saiu do recinto — deputado honorario. De uma parada voltou general honorario; de uma visita ao Tribunal de Justiça — juiz honorario. Enfim, como quiz vêr tambem Bullier e os bailes da *Barrière*, conta-se que êle deu provas de conhecimentos coreograficos tão extensos que, não sabem? pois advinhem... voltou á casa *chicard* honorario.”

## XVII

Outra anedota sobre o nosso hino:

“Na vespera do dia em que Dom Pedro II devia ser recebido no Eliseu, M. Thiers (286) verificou, apreensivo, que não se tinha a menor idéia sobre o que podia ser o hino brasileiro. Chamou ás pressas Gobineau em seu socorro. O hino brasileiro? Diabo! Certamente que havia um hino brasileiro. Talvez Gobineau pudesse reconhecê-lo, mas lembrar-se, nunca! Thiers estava desolado. Era-lhe preciso

---

(286) Adolfo Thiers era então o primeiro Presidente da Terceira Republica. Tendo convidado o Imperador para jantar, fizera empenho em apresentar-lhe o general du Barrail, *lê premier général de cavallerie de l'Europe*, dissera-lhe Thiers. O Imperador, a quem isso pouco impressionara, referira depois o fato a Gobineau, acrescentando que teria sido melhor ter deixado du Barrail com o seu cavallo.

um hino, custasse o que custasse. Impossivel receber o Imperador sem o seu hino. Gobineau, acompanhado por Madame Thiers, põe-se em campo. E' uma corrida louca através de Paris, por todos os comerciantes de musica. *Avez-vous l'hymne brésilien? Helas!* ninguem o conhece. Emfim, um fio de esperança: em casa de Durand descobre-se umas musicas, que vieram lá de longe. Gobineau gosta muito de musica, mas não a pode lêr. Como saber então se essas notinhas pretas sobre o papel branco representam o hino brasileiro? Carregam-se com as musicas para a casa de uma amiga, Lady Blunt, que é sobrinha de Byron e excelente musicista. Lady Blunt põe-se ao piano, decifra. Bravos! Êle reconhece a ária. E' sem nenhuma duvida o hino brasileiro! Levam-no triunfalmente ao Eliseu. E a banda da Guarda Republicana passa a noite a orquestrá-la. A honra da presidencia da Republica estava salva!" (287).

O Imperador não quiz deixar Paris sem conhecer pessoalmente Pasteur. Foi procurá-lo no laboratorio da Escola Normal. Pasteur tinha então cerca de 50 anos. Já se tornara celebre pelos estudos que vinha fazendo na transmissão das molestias contagiosas. Aos 26 anos de idade descobrira as leis da asimetria, e fizera da stereoquimica uma ciencia nova. Tempos depois, pela primeira vez no mundo, conseguiria explicar cientificamente a hereditariedade e o contagio das doenças.

Quando o Imperador o conheceu no seu laboratorio — *o templo do futuro*, como êle dizia — a atenção de Pasteur começava a voltar-se para o estudo da mo

---

(287) Faure-Biguet, *op. cit.*

lestia da raiva, que mais do que qualquer outra de suas descobertas, devia glorificar-lhe para sempre o nome, tornando-o um dos maiores bemfeitores da humanidade.

A impressão que o Imperador recebeu desse primeiro contacto com Pasteur foi a mais profunda. Nenhum dos *sabios* com quem êle privou lhe deixou, talvez, igual. Os laços que o prendiam a Gobineau eram, sobretudo, de ordem sentimental, embora êle nunca escondesse o entusiasmo que tinha pela intelligencia, pela cultura, pelo encanto pessoal do diplomata francez. Mas o Imperador devotava-lhe sobretudo amisade, uma amisade sincera e desinteressada. O sentimento que o uniu a Pasteur foi de natureza diversa. Foi, antes de tudo, de admiração, quasi diremos de devoção ao homem — ao seu genio, aos seus trabalhos, á sua obra de beneditino da ciencia, á sua modestia. Quando deixou o gabinete do grande sabio lamentava que a posição de Imperador não o consentisse acompanhá-lo em suas pesquisas de laboratorio (288).

De volta ao Rio, mezes depois, mandou a Pasteur a comenda da Ordem da Rosa. “Felicitar-me-ei sempre, respondeu-lhe o sabio, por ter recebido um testemunho da estima de um Soberano que durante sua estada em França deu prova de uma tão alta intelligencia e de um sentimento tão esclarecido das ciencias e de sua influencia na prosperidade das nações”. (289)

---

(288) *Correspondencia entre Dom Pedro II e Pasteur.*

(289) *Idem.*



## XVIII

O Imperador ficou em Paris cerca de dois mezes. Em fevereiro de 72 seguia para o sul da França, a caminho da Côte d'Azur.

Lyon. Do *Courrier de Lyon*:

“Achando-se o imperador do Brasil no Hotel Collet, pediu que fôsem buscar um carro para dar uma volta pela cidade. Vendo, porém, depois de alguma espera, que custavam a anunciar-lhe a chegada do carro, resolveu sair. A' porta do Hotel toma, com o seu camarista, sem nada dizer ao cocheiro, um fiacre que ali estacionava. O cocheiro, não recebendo ordens, parte e se dirige para um templo israelita. Mas pára logo adiante, e pergunta ao Imperador e seu companheiro se êles fazem parte do casamento. Do casamento? Que casamento? O Imperador não comprehende. Então se explicam, e o cocheiro volta ao Hotel Collet com seus dois viajantes, para se pôr á disposição dos convivas de um casamento que se fazia no Hotel, e para o serviço dos quais estacionava ali á entrada. O cocheiro não tinha dado pelo engano sinão quando, voltando-se para traz, não se viu seguido de nenhum outro carro do casamento”.

A curiosidade do Imperador era insaciavel. Chegando a Saint Etienne, quiz logo vêr a celebre manufatura.

“Dom Pedro II — narra o *Mémorial de la Loire* — saltou um pouco antes da grade. No quarteirão, muita gente vinha até á porta para melhor avistá-lo; muitas mulheres, operarias, muitas crianças, mas nenhuma manifestação. A

um certo momento, os olhos do Imperador se fixam sobre um garoto de tres para quatro anos, que se põe a sorrir, e que lhe diz: — *Bonjour, Monsieur, c'est ici ma maison, entrez donc chez moi.* Encantado com essa ingenua recepção o Imperador entrou na habitação. Ninguém: o pai no trabalho, e a mãe lá fóra, para as necessidades da casa. Num berço, uma outra criança. Depois de ter lançado um olhar pela sala, e satisfeito sem duvida por ter visto um interior de operarios, o Imperador dá uma tapa na bochecha do garoto que o introduziu, e parte deixando-lhe um bilhete de cem francos, a titulo de lembrança”.

Em Marselha. Mal chega, dirige-se o Imperador para o Liceu. Aula de grego moderno. Recusa o lugar de honra que o professor da cadeira lhe oferece.

Prefere sentar-se entre os alunos, com aquella simplicidade desconcertante. Interpela depois um dos alunos em grego moderno. Espanto, naturalmente, do professor e alunos. — “Estudei o grego moderno, explica êle, e fiquei muito desapontado não encontrando em Paris nenhum curso dessa lingua. Vejo agora com prazer que Marselha, que tanto deve á Grecia, não esqueceu sua origem”.

Ir a Marselha, ou melhor, ir á Provença e não vêr Mistral, era o mesmo que ir a Roma e não vêr o Papa. Mistral estava nessa época em plena gloria. Depois de uma campanha memoravel, de mais de vinte anos, conseguira afinal vencer todos os preconceitos, todas as más vontades, todas as invejas, e dar á lingua provençal o brilho e a plena riqueza que ela continha. Ignorados, em seu seio, rehabilitando-lhe as expressões

tidas como grosseiras e resuscitando-lhe a verdadeira ortografia, que era a mesma usada outróra pelos velhos Trovadores da Provença. E á maneira daqueles antigos Rumaicos, que para reerguerem sua lingua nacional corrompida pelas classes burguezas das cidades, tinham ido procurá-la nos campos e nas montanhas, com os rusticos trabalhadores do sólo, Mistral e seus discipulos libertaram o Provençal da grafia afrancezada, rejuvenescendo-lhe as expressões, isolando-as das formas bastardas das ruas, e apresentando essa lingua cheia de luz, de movimento, de graça, de riqueza, maleavel e franca, cuja gloria o mestre firmara para sempre na paginas douradas do *Mireio*.

Apenas chegado a Marselha, o Imperador fazia saber a Mistral o desejo que tinha de visitá-lo. O poeta não tardou em vir. A entrevista foi longa, foi cordial: foi mesmo encantadora! Dom Pedro II soube cativar Mistral; disse-lhe que viajara de Nimes a Nice com *Mireio* e as *Calandas* abertas, e que atravessando o Grau, o Cassis e o Esterel, reconhecera as paragens tão bem descritas pela musa do poeta (290).

Mistral não fugiria ao classico interrogatorio: idéias do Felibrigio, importancia do movimento, obras e numeros dos poetas provençais, especialmente dos jovens poetas — nada escapou á terrivel curiosidade imperial. “O Imperador perguntou-me depois se tinhamos escritores em prosa. Insistiu muito neste

---

(290) *L'Armana Provençau*, de 1872, cit. por B. Mos-sé, *Dom Pedro II*,

ponto. Deu o conselho de empregar sempre a nossa lingua, principalmente nos trabalhos de historia, caso tivessemos empenho no futuro da nossa causa". A Imperatriz disse a Mistral que *Magali* tinha sido cantado em seu palacio do Rio. A conversa versou depois sobre Camões, do qual o Imperador falou a Mistral com verdadeiro entusiasmo.

Com muito menos se cativa um poeta! Um Imperador e uma Imperatriz que vão visitá-lo em sua terra natal, que se deixam ficar longos quartos de hora conversando sobre suas obras, seus trabalhos, sua lingua e seus projéto; que o convidam depois para jantar, e ainda o agradecem, com fortes e afetuosos apertos de mão — como esquecer Mistral tão generosos admiradores? Sentiu-se, de fato, profundamente sensibilizado com essa visita do Monarca. Quarenta anos depois, já glorificado pelo mundo inteiro, ainda se referia a ela com uma mal coberta vaidade, ao mesmo tempo que lembrava, desvanecido e com um certo carinho, *mon ami Dom Pedro, l'empereur d'ou Brasil, que me vengue veire en Provenço.* (291).

## XIX

A costa do Mediterraneo era realmente uma mina, para esse Imperador curioso de celebridades. Depois de Mistral em Marsella, era Gladstone em Can-

---

(291) Carta de Maiano (Mailland), 3 de julho de 1909, ao autor desta *Historia*.

nes. Dom Pedro II tivera oportunidade de conhecer Disraeli mezes antes em Londres. (292) Mas o chefe conservador falara-lhe menos á imaginação do que o grande chefe liberal, o *grand old man*, que se refazia agora das lutas da opposição no clima reparador da Côte d'Azur. A entrevista do Imperador com Gladstone foi longa: durou todo um dia. Começou nos apartamentos do Monarca, para acabar com um estimulante passeio á beira mar.

São Rafael. São Rafael era a terra de Afonso Karr, que ali se installara, havia quinze anos, cultivando e vendendo flôres. As violetas de seus jardins eram famosas em toda a França; e a profusão era tal, que se vendiam aos kilos. A Côte d'Azur não era então o que seria infelizmente mais tarde, vulgarizada pelo turismo barato e pouco asseiado. Era um recanto de eleição.

---

(292) Tem-se dito que Disraeli recusara aceitar a Ordem da Rosa, que lhe conferira o Imperador, pelo motivo de que o gráo que lhe coubera não correspondia á sua categoria de Primeiro Ministro da Inglaterra. Nada menos certo. E' mais uma das muitas inverdades que se dizem e se repetem, sem maiores indagações, sobre as coisas da nossa historia. Ha duas cartas do proprio Disraeli desmentindo essa lenda, a primeira dirigida ao barão de Penedo, então ministro do Brasil em Londres, datada de Hughendon, 26 de janeiro de 1873, na qual o grande estadista confessa a sua profunda satisfação (*deep gratification*) pela *great distinction* que lhe conferira esse *Monarch of rare intelligence*. Na outra carta, datada de 31 do mesmo mez e ano, dirigida a João Alfredo, ministro do Imperio, Disraeli pede que o seu reconhecimento seja transmitido ao Imperador. Na carta a Penedo o Primeiro Ministro da Inglaterra declara haver-lhe sido conferido o *Highest grade* da Ordem brasileira.

verdadeiro paraíso terrestre, onde a doçura do clima, o azul do céu, a clientela escolhida e *rafinée*, o luxo das vilas, as colinas verdejantes, o mar de esmeralda, as flôres perfumadas, tudo se conjugava para tornar aquelas praias um verdadeiro encantamento. Teodoro de Bainville dizia que se a Côte d'Azur devêsse desaparecer algum dia, seria certamente esmagada pelas flôres!

Afonso Karr chegava naquela tarde de Nice. Apenas saltava do trem, na pequena plataforma florida de São Rafael, e o chefe da estação corria-lhe ao encontro. Contou-lhe a historia confusa de um Imperador, que passara por alí a sua procura. Eis a historia do chefe da estação:

— Quando hoje de manhã parava aqui, vindo de Cannes, o trem das 8 h. 19, um cavalheiro muito delicado perguntou-me se o Sr. estava em São Rafael. Respondi que estava ausente. — *Tenha então a bondade de dizer-lhe, quando voltar* — acrescentou êle — *que lamentei muito não o ter visto.* — Então, disse eu por minha vez, o Sr. queira dizer o seu nome. — *E' verdade* — replicou o viajante sorrindo — *sou o Imperador do Brasil.* E o trem das 8 h. 19 seguiu com êle o seu caminho.

Afonso Karr não tinha ainda começado a compreender essa historia realmente misteriosa quando, chegando em casa, encontrou o seguinte telegrama: “Um de vossos leitores prediletos, o imperador do Brasil, passará na quinta-feira por São Rafael, e ficará en-

cantado de fazer o seu conhecimento pessoal. Sua Majestade deixará Cannes pelo trem das 7 h. 19" (293).

## XX

Montpellier, a velha cidade universitária. O Imperador chega tarde da noite. Ainda assim, arranja um meio de avistar-se com o Dr. Benoit, da Universidade, a quem pediu organisasse um *programa científico* para o dia seguinte.

— Tenho muito pouco tempo, acrescentou; vim a Montpellier sobretudo para conhecer a Faculdade de Medicina e a coleção mineralógica da Faculdade das ciências.

O Prof. Benoit sugeriu que a Faculdade, reunida, recebesse solenemente o Imperador.

---

(293) *Les Guêpes*. — A verdade em tudo isso é que Afonso Karr estava doente em casa, e não pôde ir á estação saudar o Imperador — “aproveitar assim com alegria os dois minutos (disse êle em carta ao Monarca), que a generosidade do chefe da estação teria estendido a tres minutos”. E acrescentou: “Estou doente ha uma semana, condenado pelo medico á prisão celular; proibe-me de tomar ar e de falar, até nova ordem. Outrôra, quando da minha primeira, da minha segunda e mesmo da terceira mocidade, um resfriado chamava-se simplesmente um resfriado: punha-se um lenço a mais no bolso e ia-se trabalhar ou divertir. Hoje chama-se bronquite, laringite, etc. e prendem-nos em estufa quente” (Arquivo da familia imperial).

— Não, não, replicou vivamente o Monarca. Recebam-me como uma visita qualquer, que deseja instruir-se, sem nenhuma cerimonia. Essas coisas officiais só servem para perder-se tempo e distrair a attenção.

Conversando, em seguida, com o Prof. Benoit, o Imperador fez-lhe varias perguntas sobre o ensino universitario, e sobre as modificações nele introduzidas. Benoit não deixou de manifestar certa surpresa, ao vêr Dom Pedro II tão bem informado sobre as coisas de Montpellier, a ponto de citar uma Memoria toda especial do Prof. Lordat.

— Não se espante, observou-lhe o Imperador, porque devo a Montpellier o meu primeiro medico, o Dr. Gomes dos Santos, que aqui se formou, e que sempre me referiu seus antigos professores, sobretudo Baumes, Lallemand, Delpech e Lordat (294).

A correria pelo sul da França continuava cada vez mais ativa. Era um quasi não parar nas cidades que se atravessava. O Imperador, decididamente, levava a todos de vencida. Seus companheiros de jornada começavam a dar de si. De França passaram-se para a Espanha. Em fevereiro já estavam em Madrid. Itaúna, quasi desfalecido, de tanto correr, escrevia a Rio-Branco:

---

(294) *Le Messager du Midi*, de Montpellier. — O Imperador queria referir-se ao Dr. Tomaz Gomes dos Santos, nomeado medico efetivo do Paço a 23 de julho de 1840.



“Continua-se, meu caro amigo, com o mesmo vigor, a horrivel conspiração contra a vida, pois que não ha repouso possivel, e nem probabilidade de que deixemos de imitar o Judeu errante: caminhar, caminhar e caminhar sêmpre! Estes ultimos dias têm sido de uma carreira extrema: de Paris a Toulon, de Toulon a Marseille, de Marseille a Tarascon, de Tarascon a Nîmes, de Nîmes a Montpellier, de Montpellier a Toulouse, de Toulouse a Bayonne, de Bayonne a Burgos, de Burgos a Madrid — e isto em 14 dias!!

“Se ao menos neste voar repousassemos nos diversos lugares por onde passamos, vá... mas não! Logo que se chega, ás vezes mesmo sem lavar o rosto ou comer, parte-se a examinar tudo quanto de curioso ha nesses lugares, quer faça sol (é raro nesta estação) quer chova, seja dia seja noite! Para mim está resolvido è provado que se pode viver sem comer e dormir! A viagem, sobre todas, de Bayonne para Burgos, e daí para aqui, foi de uma violencia quasi insuportavel. Chegamos a Burgos debaixo de copiosa chuva, e de um frio excessivo, e de lá partimos para aqui ás 10 e meia da noite com a mesma chuva, e chegamos ao Escurrial ás sete da manhã. A passagem dos Pirineus foi cruel por causa do frio, e apesar porém disso chegando-se ao Escurrial não se tratou ao menos de tomar uma chicara de café quente, e marchou-se para o palacio, em cujo exame ficamos até as 11 horas, hora em que finalmente almoçamos. Creia, creia firmemente, que se desta escapo terei vida para cem anos”. (295).

---

(295) Carta de 17 de fevereiro de 1872, no arquivo do Itamarati.

## XXI

Depois de oito mezes de peregrinação por quasi todos os paizes da Europa e pelo Egito, voltavam o Imperador e sua comitiva a Portugal. Entraram pela cidade de Elvas, de onde seguiram directamente para o Porto,

O Porto acolheu o filho do heroe da campanha liberal com arcos de triumpho, corêtos, bandeiras, galhardetes e uma fartã illuminação festiva. A memoria de Dom Pedro IV (Dom Pedro I), cujo coração a cidade venerava na igreja da Lapa, era ainda alí bem viva, e todos quantos estimavam o pai queriam testemunhar esse sentimento ao filho. *Filium cor patris possidentes salutant* (Os que possuem o coração do pai saúdam o filho) -- era a inscrição que se lia, num dos arcos triumphais da cidade,

.. leal cidade, donde teve  
origem (como é fama) o nome eterno  
de Portugal...

(CAMÕES).

Visinho ao Porto morava Camilo Castelo Branco. O Imperador fizera-lhe saber o desejo de recebê-lo no hotel, mas Camilo andava doente, e excusou-se de lá ir. Foi procurá-lo então o Monarca, acompanhado de Itaúna.

Visita de cerca de uma hora. Conversaram longamente, sobre literatura, sobre pintura, especialmente

sobre arquitetura, de que se fazia Camilo grande conhecedor. Aconselhou o Imperador a não deixar de visitar o mosteiro da Batalha, "onde se acharia entre os seus, no meio dos tumulos de avós". Presenteou-o, ao sair, com um quadro, onde se viam os vinte e um primeiros reis de Portugal. Era uma pintura attribuída ao reinado de Dom João IV (seculo XVII) (296).

Essa visita de Dom Pedro II ao grande romancista podia não o ter reconciliado com os têtas coroadas; mas fê-lo um amigo do Imperador. E por amôr a este, quiz poupar áqueles. Em carta que escreveu a um amigo, nessa época, dizia Camilo:

"Diga-me: o apparecer um romance meu, relatando uma por uma as tradições vilipendiosas da casa de Bragança, desde o fundador da actual dinastia, não será feia ingratidão naquella que recebeu do Imperador o maior testemunho de estima? Se eu, em minha humildade, visitasse um outro, e elle me esbofeteasse publicando a vida repreensivel de meus avós, que nome devia dar ao vilão Que me diz? Aconselhe-me. Vai dizer-me: queime os 3.000 exemplares das folhas impressas. A despeza não pequena que fiz, é a mais barata satisfação de consciencia que tenho comprado. Figura-se-me que choraria a alma se um dia o Imperador lêsse o romance e dissesse: *Visitei este homem, que por amôr de mim não, respeitou as cinzas dos mortos e fraquezas dos vivos*" (297).

---

(296) *Viagem dos Imperadores*, cit.

(297) Carta de Seide, 17 de março de 1872, no arquivo da familia imperial. O romance a que se refere Camilo Castello Branco é *A Infanta*.

A certas criticas impiedosas e por vezes maldosas que se escreviam em Portugal, sobre o Imperador, respondia o romancista em carta ao amigo:

“Consta-me pelos anuncios das gazetas que êles publicaram opusculos contra o Imperador. Roubo e depois insulto. O Porto está coroadando a nomeada que tem no Brasil. Lá apodam de galegos estes cafres. Que injuria á laboriosa Galiza, donde importamos tanto homem de bem que morre obscuro com o pescoço no chouriço! Que dirão os jornais brasileiros quando lá virem os panfletos gasalhosos desta bengalé de burros, por entre os quais o Imperador passou como nós passaríamos na “Carreira dos cavalos”, em dia de feira, depressa e com cautela!” (298).

E em carta do mez seguinte:

“Tenho lido com espanto, e até com lagrimas no coração, o que aí se imprime contra o Imperador. A garotice das *Farpas* (299) não tem sequer graça que lhe descontemos. As caricaturas (300) não chegaram cá por enquanto; mas deste chafurdeiro já esparinhou lama que farte. Ha dois opusculos á competencia de sordidos. Em um sou eu escouciado por besta anonima; noutro, que se chama *O palhaço*, é

---

(298) Carta de Seide, 25 de março de 1872, idem.

(299) Redigidas por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Ha aí, entre outras, uma cronica espirituosa sobre a maleta de mão com que o Imperador appareceu em Portugal.

(300) Ha uma, que se tornou celebre, no *Album das glorias* de Bordalo Pinheiro, onde apparece o Imperador com a sua indefetivel maleta de mão. Vide reprodução adiante.

Dom Pedro assobiado com desbragada gaiatice. A maioria destes cidadãos gostam, e aplaudem. Que infeliz idéia teve o Imperador de vir a esta estrebaria!" (301).

Em Portugal, mais do que em qualquer outra parte, o Imperador tinbrou em ser, apenas, Dom Pedro d'Alcantara. Atravessando-lhe a fronteira, depois de Badajoz, recusou o trem real que o Governo portuguez puzera á sua disposição. No Porto, como nas demais cidades, foi hospedar-se no hotel, onde todos o viram entrar com a simplicidade de um viajante qualquer. "O traje e as maneiras do Imperador eram, como sempre, desprezenciosas, e simples: fato preto, chapéo baixo e manta de xadrez branca e preta em volta do pescoço; a sua mala de couro preto na mão direita, chapéo de chuva na esquerda, sobraçado um embrulho de papeis, não desdizia da mais natural singularidade de qualquer outro viajante". (302)

Braga. Coimbra. Aí o festejaram os alunos da Universidade, a cujas aulas fez empenho em assistir. Leiria, Batalha, Alcobaça, Caldas da Rainha. Enfim, Lisbôa.

Chegou a Lisbôa a 6 de março, e aí se demorou cerca de uma semana. Andou por toda a parte. Foi visto e abordado por todo o mundo. "A sua entrada no café Martinho, relatava a *Ilustração Portugueza*, onde se sentou, placidamente, e tomou um refresco

---

(301) Carta do Porto, 1.º de abril de 1872, no arquivo citado.

(302) *Viagem dos Imperadores* cit.

como qualquer lisboeta, levantou até um sussurro me-xeriqueiro”.

Passou grande parte do tempo nos institutos científicos e literários, nas bibliotécas, nos museus. Foi á Academia das Ciencias, onde recusou sentar-se á meza da presidencia e preferiu misturar-se nos bancos aos demais associados. Sabendo que o visconde de Castilho andava doente, foi visitá-lo em casa. Foi a Vale-de-Lobos vêr Alexandre Herculano, igualmente doente. Aos que o viram sair do hotel para a casa do historiador, disse: “O Herculano não pode vir a Lisbôa: pois vou eu lá”. (303)

Por exceção aceitou um banquete no palacio real da Ajuda, seguido de concerto e recepção á nobreza e sociedade de Lisbôa. E depois de ir novamente a São Vicente de Fóra, render homenagem ás cinzas do pai, embarcou com sua comitiva para o Brasil. (304)

## XXII

Chegando ao Rio, a 30 de março de 72, a capital do Imperio o acolheu com funda satisfação, vendo-o restituído á patria e á direção dos negocios do Estado.

---

(303) *Viagem* cit.

(304) Levou em sua companhia o genro duque de Saxe, viúvo de sua filha Leopoldina, e os dois filhos desta, Dom Pedro-Augusto e Dom Augusto-Leopoldo. A Princeza Imperial não tinha ainda filhos, e o Imperador queria ter esses seus netos sob os seus cuidados imediatos, para o caso de um dêles vir a ser chamado á sucessão da corôa imperial.

Mas o espirito de opposição sempre tinha motivos para queixas. E resmungava: "Chega o Imperador de longa excursão, vergando ao peso dos diplomas scientificos, dos livros e artigos economiasticos fabricados em sua honra. Mas nada altera nas praticas anacronicas de sua côrte a Dom João VI: continúa com o beija-mão, continúa com a politica pessoal, reorganizando o Ministerio, que deixara confiado a um dos seus mais dedicados aulicos, encartando nêle um dos criados que o serviu na viagem" (305).

---

(305) Francisco Cunha, *opã cit.* — O Ministerio Rio-Branco fôra, de fato, reorganizado, entrando nêle, como ministro da Agricultura, o visconde de Itaúna.

## CAPITULO VIII

### A QUESTÃO DOS BISPOS

*Impetuosidade de um jovem prelado — Propósitos de paz de João Alfredo — Intransigencia de dom Vital — A culpa da Santa Sé — Atitude do Internuncio no Rio — O erro do Gabinete — Conflito de jurisdição — Política intransigente e inoportuna — “Ultimatum” á Santa Sé — Responsabilidade do Imperador — Sua intolerancia e teimosia — Explicação dessa attitude — Seu regalismo — Sentimentos catholicos do Imperador — Seu apregoado anti-clericalismo — Como entendia a função dos padres — Poder do Estado e poder da Igreja — Conselhos á Princesa Isabel — As ordens religiosas — As irmãs de caridade — O ensino religioso — Retirada de Rio-Branco e chamada de Caxias — Senso politico do General — Necessidade de uma anistia — Intransigencia do Imperador — Vencido, mas não convencido*

#### I

Pouco depois de chegar ao Brasil, o Imperador se viu a braços com um dos problemas mais delicados



de quantos abalaram o Reinado e o regime. Foi a chamada questão dos Bispos.

Tudo se originou da impetuosidade de um jovem prelado, Dom Vital de Oliveira, bispo de Olinda, e da solidariedade que lhe emprestou o seu colega do Pará, Dom Antonio Macedo Costa. Proibir, como fez, que o cléro de sua diocése funcionasse em cerimoniaes promovidas por maçons, era sem duvida da alçada do governo espiritual de Dom Vital. No que êle positivamente se excedeu foi em querer obrigar, primeiro, que os maçons das irmandades abjurassem suas crenças; depois, quando sentiu que não fôra obedecido, em ordenar a expulsão desses membros das irmandades; terceiro, finalmente, e diante de novas recusas, em lançar interditos não somente contra as irmandades mas tambem contra as igrejas de sua diocése. Dom Antonio, bispo do Pará, acompanhou-o em todos esses passos.

Apesar de Dom Vital ter tido o cuidado, para evitar complicações com o Governo Imperial, de declarar que a suspensão ou interdição das irmandades só se referia á parte espiritual, quer dizer, religiosa, não lhe foi possivel conter a questão dentro de tão estreitos limites.

Algumas das irmandades interditas tomaram a iniciativa de recorrer ao Governo, baseadas em que o ato dos Bispos, eliminando-lhes os membros maçons, contrariava a lei civil que as regulava, que era o compromisso; e que, além disso, os Bispos tentavam exe-

cutar no Brasil as bulas que excomungavam os maçons, bulas inadmissíveis no Imperio, por não terem nunca recebido o indispensavel *placet* do Governo Imperial.

Levada a questão para esse terreno, ella assumiu logo um aspecto de grande gravidade. O Ministerio, á cuja frente estava ainda o visconde do Rio-Branco, sentiu-se tanto mais predisposto a agir contra os Bispos quanto o presidente do Conselho era um maçõ declarado — era mesmo o grão-mestre da Maçonaria brasileira. Contudo, sempre é certo que o Governo Imperial procedeu a principio com grande moderação. João Alfredo, ministro da Justiça, parente proximo, aliás, do bispo de Olinda, tentou negociar com este um acôrdo amigavel. Fez-lhe vêr a gravidade do conflito que se abria entre o cléro e o Governo, e a necessidade de Dom Vital moderar a sua intransigencia, “até que, pelo tempo, pela reflexão e por meio de providencias mais oportunas, cêsse para o Governo a obrigação de conjurar os perigos de ordem publica, e se ofereça a V. Ex. Revma. uma occasião de conseguir de suas ovelhas, pacificamente, pela autoridade moral da Igreja, que lhe aceitem os conselhos e as determinações” (306).

Dom Vital, porém, não somente foi surdo a esse apelo de paz, como se collocou até numa posição ainda mais intransigente. Cortou todo e qualquer caminho

---

(306) Carta de João Alfredo a Dom Vital, de 13 de fevereiro de 1873, citada por Viveiros de Castro, *A questão religiosa*.

para uma possível retirada. “Ceder e não ir avante é impossível”, declarou. “Lavre antes o meu decreto de prisão e de ostracismo, porque o apoio prestado á Maçonaria pelo Governo Imperial, não me fazendo de modo algum ceder, dará infalivelmente ocasião a conflitos lamentáveis”. (307)

Não tendo logrado exito em seus desejos de uma conciliação direta com Dom Vital, o Governo Imperial submeteu o recurso das irmandades ao parecer do Conselho de Estado; e este, baseado nos seguintes principios, deu provimento ao recurso:

1.º — Nenhuma bula do Papa podia ser executada no Brasil antes de receber o beneplácito imperial; ora, as bulas que excomungavam os maçons não tinham sido submetidas a essa formalidade. Logo, os Bispos, applicando a pena de excomunhão ás irmandades, procediam com excesso de jurisdição, não devendo, portanto, seus atos produzir efeito, segundo o direito brasileiro.

2.º — As irmandades, embora tivessem uma natureza mixta, contudo, pelo direito vigente e de longa data, só dependiam dos Bispos na parte religiosa, constante de seus compromissos, estando em tudo o mais sujeito ao poder temporal do Imperador. Consequentemente, os Bispos, ordenando a exclusão de irmãos, fóra dos casos estabelecidos no seu compromisso, invadiam o poder temporal e davam uma ordem ilegal, a que as irmandades não deviam obedecer.

---

(307) Resposta de Dom Vital, de 27 do mesmo mez e ano, *idem*.

3.º — Os Bispos, negando a legitimidade do beneplácito imperial, declarando-o *monstro, doutrina heretica, falsa, pernicioso*, etc., insubordinavam-se contra as leis do Estado, devendo esse procedimento ser desaprovado para não criar um precedente perigoso. (308).

Conformando-se com o parecer do Conselho de Estado, o Governo ordenou aos Bispos que levantassem os interditos. Opuzeram-se. Diante dessa recusa, mandou que se promovessem, perante o Supremo Tribunal de Justiça, as acusações criminais contra os dois prelados. A sentença do Tribunal não foi uma surpresa: os Bispos foram condenados a quatro anos de prisão com trabalho, pena comutada, logo depois, em prisão simples.

Um ano e meio mais tarde, o gabinete do duque de Caxias, que substituiu, no poder, o visconde do Rio-Branco, conseguia do Imperador a concessão da anistia aos Bispos. Foi o ultimo ato desse lamentavel drama.

## II

Todo o conflito provocado pelo bispo de Olinda se resumia, afinal, como se vê, numa questão de principio, isto é, em saber-se se o funcionamento das irmandades era da esfera do poder espiritual ou da esfera do poder temporal, ou ainda, como parece certo, se era de ambos esses poderes. Não se tratava de uma

---

(308) Viveiros de Castro, *op. cit.*

questão simplesmente “individual”, ou de “corporações”, conforme reconhecera, aliás, o proprio Governo, nas instruções que expedira ao barão de Penedo. Ora, precisamente porque se tratava de uma questão de principio, é que desde o começo ela tomou um character difficil de conciliar as duas partes em luta.

O que havia, era sobretudo um conflito de prescrições canonicas e civis; e dada a imperfeição da nossa legislação sobre as relações entre o poder temporal e poder espiritual, pela falta de uma Concordata com a Santa-Sé, qualquer solução juridica que se pretendesse dar ao caso, não contentaria evidentemente nenhuma das duas partes. (309)

Todo esse dissidio, porém, não teria aparecido se não fôra a attitude imprudente e precipitada do bispo de Olinda, que na sua impetuosidade quiz modificar, *a golpes de interditos* — a expressão é de Joaquim Nabuco — e da noite para o dia, um estado de coisas imemorial nos anais catolicos brasileiros. Em sua irreflexão, não compreendeu que era muito mais politico, para não dizer muito mais util á Igreja, deixar que os maçons continuassem a pertencer ás irmandades religiosas, mesmo ao cléro catolico, visto que daí não resultava nenhum dano á religião de Roma, do que guerreá-los com um fervor e uma intransigencia des-

---

(309) O proprio Papa, em carta ao Imperador, confessaria: “Não concordando as leis civis com as leis canonicas, era impossivel deixar de surgir um dissidio”. Uma copia autentica dessa carta existe no arquivo do Itamaratí.

conhecidos no Brasil, que fazia lembrar um pouco a intolerancia da Inquisição, ou então aqueles bispos da Idade Média, de quem se dizia que traziam a batina escondida sob a cota de malha, o capacete em lugar da mitra, e usavam mais as armas de guerra do que o baculo pastoral.

Ele pecou por excesso de zelo. Quiz combater no Brasil um regime que, afinal, a Santa-Sé sempre tolerou, fazendo embora reservas sobre a sua legitimidade. Tornou-se, assim, mais papistá do que o Papa. Por outra lado, revoltando-se contra o principio do padroadô, tradicional no direito publico brasileiro, no qual haviam sido educados os estadistas do Imperio, êle não somente se colocou em attitude de insubordinação contra o Estado que o nomeara e o acolhera, como ainda investiu contra uma regalia que a propria Santa-Sé jamais negara ao imperador do Brasil.

Tanto era falsa a posição em que se colocou o bispo de Olinda, que a Santa-Sé não ousou nunca assumir, em toda essa questão, uma attitude de inteira solidariedade com o seu representante espiritual em Pernambuco. Por isso, talvez, a ação dela no conflito foi desde o começo contraditoria, com avanços e recuos, ora apoiando ora desaprovando a attitude dos preladados. Sentia-se que toda a sua politica tinha em vista não se indispor com o Governo Imperial. Por outro lado, tambem não queria *largar* o Bispo recalcitrante. Realmente, não lhe era facil equilibrar-se num terreno tão falso.

A principal culpa da Cúria Romana nessa questão foi não ter desde logo sabido ou querido conter o zelo excessivo de Dom Vital. Quando este, no inicio ainda do conflito, consultou-a sobre a attitude que assumira em Pernambuco contra os maçons, a resposta da Santa-Sé foi dubia, cheia de entrelinhas e de intenções veladas. "A Santa-Sé devia ter examinado atentamente a questão, verificado as condições peculiares da Maçonaria brasileira, pesado as possiveis vantagens e gravissimos inconvenientes de uma luta com o poder temporal e, somente depois desse estudo, traçar em termos claros e positivos, a linha de conduta que deveria ser seguida por todos os Bispos brasileiros". (310)

Ao em vez disso, o que fez ela? Na carta que dirigiu a Dom Vital, o Cardial secretario de Estado, ao mesmo tempo que condenava o procedimento dos Bispos contra as irmandades, louvava o zelo com que elles defendiam a religião catolica contra a *peste antiga* da Maçonaria. Como dirá, resumindo, o Sr. Basilio de Magalhães, "o Vaticano se adstringiu a consolar os Bispos, sem que assumisse, como naturalmente lhe cumpria, a defeza dos seus gestos". (311).

Pela voz do Internuncio apostolico no Rio, sua ação não foi menos censuravel. Se monsenhor Sanguigni incitava Dom Vital a estar preparado para tudo, e a agir *com constancia*, por outro lado induzia-o a que

---

(310) Viveiros de Castro, *op. cit.*

(311) Basilio de Magalhães, *Dom Pedro II e a Igreja.*

desertasse a causa que tomara a peito, prestando-se mesmo a intermediario de uma *combinazione* pouco elegante, de que o dinheiro era a mola. Mais tarde, quando os Bispos foram condenados, articulou um protesto. Mas, “mesmo protestando, não quiz o Internuncio que o Governo Imperial o considerasse solidario com os Bispos, e se apressou em reconhecer que as razões aduzidas pelo Governo, em apoio de sua autoridade, eram mui valiosas e doutas”.

### III

A terceira parte de culpa, na questão dos Bispos, cabe ao Ministerio Rio-Branco, solidario coletivamente em todas as medidas tomadas contra os dois prelados. Se Dom Vital pecou por excesso de zelo, por excesso de zelo pecou igualmente o Gabinete.

E' certo que este tentou, no começo, a realização de um acordo, que não se fez porque não encontrou éco na intransigencia de Dom Vital. Mas, falhado esse recurso conciliatorio, Rio-Branco se mostraria de uma politica irreductivel, que o acompanharia durante todo o curso do conflito, até chegar á prisão dos Bispos.

E ainda aí êle não se mostraria tolerante com a concessão de uma anistia, que era, já nessa época, a medida politica mais aconselhavel. Teimou no encarceramento dos Bispos. A unica concessão que fez, foi concordar com a comutação da prisão com trabalhos em prisão simples, “em alguma fortaleza, enquanto



durarem as circumstancias atuais, que são de completa obstinação do condenado e manutenção de todos os atos condenados” (*sic*). Sua obstinação foi a ponto de preferir, se fôsse necessario, sacrificar o Gabinete a ter que transigir nessa materia, que era, dizia êle ao Imperador, “da maior importancia para mim, que aceitarei todas as consequencias, inclusive a dissolução do Ministerio”. (312) Iria mesmo além: promoveria até o degredo dos Bispos, medida reclamada por alguns de seus Ministros, se com ela concordasse o Imperador. (313)

A ida do barão de Penedo a Roma, em missão especial, para arranjar com o Santo Padre uma solução para o conflito, longe de ser uma prova do espirito de conciliação do Ministerio, o foi de sua ferrenha intransigencia.

Antes de tudo, a negociação em Roma devera ter tido lugar muito antes dessa época. Devera ter sido o primeiro ato do Governo, uma vez falhado o acordo

---

(312) Carta de 28 de fevereiro de 1874, no arquivo da familia imperial.

(313) A opinião do Ministerio dividiu-se nessa questão: Duarte de Azevedo (Justiça), Costa Pereira (Agricultura) e Oliveira Junqueira (Guerra) eram pelo degredo em Santa Catarina ou no Paraná; Caravelas (Estrangeiros) e Ribeiro da Luz (Marinha), eram pela prisão simples, como desejava Rio-Branco; João Alfredo (Imperio), estava pelo que resolvesse a maioria. Prevaleceu, como se sabe, o parecer do Rio-Branco, com o qual acabaram concordando Duarte Azevedo e Costa Pereira. Oliveira Junqueira ameaçou deixar o Ministerio caso não fôsse aceito o degredo; mas não realisou tal intento. (*Doc. cit.*).

direto com Dom Vital. Rio-Branco devera ter compreendido desde logo que não se tratava apenas de um capricho do Bispo, mas que a questão tinha um caracter muito mais delicado e menos pessoal. Se era certo que o bispo de Olinda, usurpara direitos exclusivos do Estado, publicando e tentando fazer executar bulas não placitadas, não era menos certo que tal não se daria se outro fôsse o estado de nossas relações com a Santa-Sé. O Governo devera ter compreendido que não se tratava apenas de um *crime civil* dos Bispos; que a questão se apresentava tambem e sobretudo como um verdadeiro conflito de jurisdição, onde se chocavam as leis canonicas com as leis do Imperio. Para resolvê-lo, portanto, o caminho a seguir não era a prisão dos Bispos, nem a retratação deles. O caso era politico, e como tal, devera ter sido apresentado em Roma, para sobre êle acordarem as duas partes em litigio, os dois poderes em choque, o poder espiritual do Papa e o poder temporal do Imperador.

Ora, que fez o Governo?

Só mandou a Roma o seu representante depois que se decidiu a instaurar o processo dos Bispos. Isto valia, antes do mais, como uma prova do espirito intransigente que dominava no Ministerio. Queria dizer que não se pretendia buscar um acordo em Roma, mas tão somente conseguir da Santa-Sé a desautoração dos Bispos, que desautorados ou não teriam de sofrer no Rio a condenação que se lhes preparava. Na-

da mais impolitico. De resto, as instruções dadas a Penedo provam, melhor do que tudo, a irreductibilidade do Ministerio.

## IV

“Não eram instruções para uma negociação, mas para um *ultimatum*”, dirá Joaquim Nabuco, porque a prisão dos Bispos era como que represalias espirituais contra o Papa; *não era uma missão, era uma provocação.*” “Devo prevenir a V. Ex. — diziam as instruções — que o Governo ordenou o processo do bispo de Pernambuco e, se fôr necessario, empregará outros meios legais de que pode usar, embora sejam mais energicos, sem esperar pelo resultado da missão confiada a V. Ex.”. Peior que um *ultimatum*. Num *ultimatum*, dá-se sempre um prazo mais ou menos curto para a resposta, no correr do qual todas as providencias e decisões ficam em suspenso. Aí não. Ia-se além. A represália podia verificar-se antes mesmo da chegada do enviado junto ao Governo com quem se tentava confabular. Não eram instruções para um embaixador, mas para um general. “Encarregando-o dessa missão — insistia-se depois — não pensa o Governo suspender a ação das leis. E’ do seu dever fazer que estas se cumpram... Não envio a V. Ex. plenos poderes porque, tratando-se de conseguir que sejam respeitadas a Constituição e as leis, não ha ajuste possivel...” Não restava duvida: o Governo não queria

acôrdo; fazia simplesmente uma intimação ao Vaticano. Terminava dizendo: "O Governo imperial não pede favor, reclama o que é justo e não entra em transação". (314)

Que reclamava êle, afinal? Que os Bispos fossem constrangidos a obedecer as leis do Imperio. Bem E se a Santa-Sé se negasse a fazê-lo? Se outros Bispos, encorajados por essa atitude do Vaticano, seguissem o exemplo dos dois prelados do norte? Evidentemente, para ser consequente, o Gabinete teria que aplicar-lhes o mesmo castigo, quer dizer — tribunal e prisão. E depois? Se êles, uma vez cumpridas as penas, voltassem a assumir a mesma atitude de antes?

Na precipitação em salvar, custasse o que custasse, a dignidade da Corôa e o prestigio da lei, o Ministerio não cogitou de nenhuma dessas hipóteses. Entendeu que bastava despachar Penedo para Roma, muní-lo de um *ultimatum*, e fechar-lhe simplesmente a retirada.

Para sorte do Governo, Penedo era um dos mais habéis diplomatas do Imperio. Ele compreendeu desde logo que nada conseguiria se se apresentasse no Vaticano com as ameaças contidas em suas instruções. Como diplomata profissional, sabia que o successo da missão dependia, não tanto de argumentos e muito menos de ameaças, mas sobretudo de *souplesse*. Tomou, assim, a responsabilidade de atenuar as instruções que se lhe deram.

---

(314) Viveiros de Castro, *op. cit.*

Fazendo entrevêr á Santa-Sé a possibilidade de novos rigores legais contra os Bispos, deu, porém, a entender que se estes voltassem ao bom caminho, tudo se normalisaria no Brasil. Era esta, realmente, a unica base em que se podia ainda negociar qualquer coisa util. A Santa-Sé, que nada mais desejava sinão entrar num acôrdo com o Governo Imperial, não hesitou em atender os desejos de Penedo, desaprovando a *precipitação* dos Bispos, e aconselhando-lhes a reporem as coisas em seu antigo estado. Mas, justamente quando ela manifestava esses propositos de paz, os dois prelados eram condenados, e logo em seguida recolhidos á prisão numas das fortalezas do Rio. Foi a falencia da missão Penedo.

## V

O principal responsavel pelos erros do Ministerio foi, sem duvida, o Imperador. Como dirá Joaquim Nabuco, sua attitude em toda essa questão foi *decisiva*.

Era sabido quanto êle se mostrava ás vezes tolerante, mesmo em suas opiniões mais enraizadas, e como transigia com os Ministros, a ponte de ceder em assuntos sobre os quais tinha idéias solidamente assentadas. Mas nessa questão dos Bispos se mostraria de uma teimosia inabalavel. Só cedeu á ultima hora, e ainda assim bem a contra gôsto, quando o Gabinete Caxias lhe impoz, pode-se dizer, a anistia dos Bispos. Em tudo o mais foi de uma irreductibilidade que só se

tinha visto igual no ultimo periodo da guerra do Paraguaí, quando se fazia a perseguição a Lopez.

O visconde do Rio-Branco foi, certamente, o responsavel constitucional por tudo quanto fez o Governo, e a sua intransigencia no caso não foi menor do que a do Imperador. Mas, pelo que se sabe do feitio condescendente de Rio-Branco, é possivel que não tivesse levado a sua teimosia ao ponto que levou, se não contasse, para isso, com o incentivo do Monarca. Este, de fato, não o deixou esmorecer. Estimulou-o a todo o instante: “Medidas enérgicas e prontas!”. “A questão dos Bispos nunca foi de maçonaria e ainda menos de religião, unicamente de cumprimento da lei, que nas circunstancias atuais ainda cumpre fazer respeitar com maior empenho”. Pouco antes escrevera: “Não ha de ser por falta de apoio de minha parte, que o Ministerio deixará de ser energico” (315).

Para o Imperador, toda a ação dos Bispos se traduzia numa unica palavra — *crime*. (316) Os preladados eram dois criminosos, que cumpria a todo o custo castigar. “Não posso deixar de repetir que os Bispos

---

(315) Cartas no arquivo do Itamarati.

(316) *Exibição intempestiva de uma força mal utilizada* — é a expressão de que usa em carta a Gobineau, de 4 de abril de 1874. E acrescenta: *A proposito de maçons, que no Brasil, pelo menos, nunca se preocuparam com doutrinas religiosas, os Bispos esquecem a Constituição e as leis do paiz. O Governo não faz sinão manter a independencia do poder temporal naquilo que não é puramente espiritual. Espero, contudo, que a energia e a moderação do Governo vencerão essa resistencia, fazendo a côrte de Roma reconhecer os verdadeiros interesses do catolicismo.*

praticaram um crime, dirá êle a Cotegipe, excluindo das irmandades membros delas, sem ser em virtude dos compromissos aprovados pelo poder civil, e fazendo-o êles em cumprimento de bulas placitadas" (317). Nestas palavras está a explicação de toda a sua attitude. É a tésse que êle abraça, e da qual não se arredará até o fim, isto é, até obter que a Justiça condene e aprisione os dois Bispos.

Não ha negar que o Imperador, em principio, estava com a razão. Pósta a questão nos termos exclusivamente juridicos, a responsabilidade dos Bispos era patente. Somente, o Imperador, como o Ministerio, não ponderava em que a causa determinante do *crime* dos Bispos fôra a contradição existente entre as leis do Imperio e as leis da Igreja, entre as leis civis e as leis canonicas, e que para conciliar as duas legislações, cada qual com razão no seu ponto de vista especial, o remedio estava num entendimento politico em Roma, era mesmo em rigor o unico possivel, e não na prisão dos Bispos, medida, quando menos não fosse, claramente impolitica, que só servia para prestigiar ainda mais, na imaginação popular, o *martirio* dos prelados tidos como criminosos pela Corôa.

## VI

É certo que no pensamento do Imperador cumpria, sobretudo, salvar a *dignidade do poder civil* — é

---

(317) Wanderley Pinho, *Cartas do imperador Dom Pedro II.*

a expressão de que êle usa em carta a Caxias: “Nunca me agradaram os processos, mas só vi e vejo dois meios de solver a questão dos Bispos: ou uma energia leal e constante, que faça a Cúria romana receiar as consequências do erro dos Bispos, ou uma separação, embora não declarada, entre o Estado e a Igreja, o que sempre procurei e procurarei evitar, enquanto não o exigir a independencia e, portanto, a dignidade do poder civil”. (318)

Certamente que cumpria salvaguardar a “independencia e a dignidade do poder civil”; mas não cumpria menos, no interesse mesmo da ordem publica do Imperio, salvaguardar a independencia e a dignidade

---

(318) Carta de 15 de setembro de 1875, cit. por Vilhena de Moraes, *O gabinete Caxias e a anistia aos Bispos na questão religiosa*. — O Imperador era partidario da separação da Igreja do Estado? Por essa carta a Caxias, vê-se que êle a aceitava, *embora não declarada*. A Schreiner, ministro austriaco no Rio, êle confessava ser “completamente contrario a essa idéia, porque — dizia — não poderia senão aumentar, com a sua independencia das leis do Estado, a influencia do clero; e num paiz de pouca cultura como o Brasil, essa influencia sem *contrôle* não poderia ser senão funesta, impedindo o progresso da nação”. (Oficio de 10 de outubro de 1875) — Pouco antes de morrer, ao redigir a sua *Fé de officio*, diria o Imperador, repetindo a formula de Cavour: *Igreja livre no Estado livre*; e logo resalvava: “Mas isso quando a instrução do povo pudesse aproveitar de tais instituições. Acompanhava-me sempre a idéia de vêr o Brasil, que me é tão caro, o meu Brasil, sem ignorancia, sem falsa religião, sem vicios”. — De tudo se conclue que êle era partidario dos dois poderes, Estado e Igreja, vivendo livre e harmoniosamente, cada qual na sua esfera de ação, e cooperando ambos para o socego e o bem estar comum de toda a nação. Mas para isso precisaria que o Brasil atingisse um gráo de cultura que não tinha.



da religião católica, fundamento da sociedade sobre a qual assentava aquele poder civil. E o prestígio da religião católica tinha muito pouco a ganhar, só tinha mesmo a perder, com o *castigo* de seus Bispos, cuja prisão, por maior razão que tivesse o Governo leigo, não podia deixar de afetar a própria dignidade da Igreja.

Todo raciocínio levava, portanto, á única solução possível para o conflito, porque era também a única que salvaguardava a *independência* e a dignidade de ambas as partes: o acordo político com a Santa-Sé. O erro do Imperador foi não ter querido compreender isso desde logo, antes mesmo de tomar qualquer medida coercitiva contra os Bispos; (319) errou novamente quando em vez de ir buscar a paz em Roma, apresentou-se lá com ameaças e imposições.

A paz em Roma não lhe seria difícil conseguir. Que Pio IX se mostrou predisposto a um acordo, é um fato indiscutível. Durante todo o desenrolar do conflito, do começo ao fim, seus propositos de paz são patentes. Se é certo que os primeiros passos do Papa, quando consultado por Dom Vital, no incio da questão, são indecisos e, até certo ponto, contraditórios, não é menos certo que se naquele momento, a diplomacia imperial tivesse logo intervindo, para solicitar os bons

---

(319) O Imperador foi acusado de ter influido até na decisão do Supremo Tribunal, que condenou os dois Bispos. Não ha prova disso. Sem embargo, êle foi certamente precipitado quando consentiu, se não sugeriu, que na Fala do Trono de 1874 se dissésse que cumpria que os Bispos não ficassem impunes, e isso quando êles não tinham ainda recebido condenação.

ofícios do Sumo Pontífice, consegui-los-ia com relativa facilidade. A bôa vontade e a solicitude com que Pio IX atendeu os desejos do barão de Penedo, mesmo quando o conflito estava já em pleno desenvolvimento, quasi no seu periodo agudo, e quando, portanto, uma ação conciliatoria sua se tornava muito mais difficil, são a melhor prova dos sentimentos pacificos do Santo Padre. E ainda nessa ocasião, tudo teria cessado se não fôra a condenação dos Bispos, logo seguida de encarceramento (320).

Ora, como se explica que um espirito eminentemente liberal e tolerante como Dom Pedro II, assumisse essa attitude de intransigente regalismo diante dos atos dos Bispos? “Ha um tanto de dignidade imperial ofendida na attitude do Imperador — dirá Joaquim Nabuco; êle sente pessoalmente a ofensa, recebe o desafio e logo avoca a si a questão. A submissão dos Bispos, *per fas et nefas*, como a guerra do Paraguai, como a emancipação dos escravos, torna-se um caso reservado á Corôa”. (321)

Certamente que ha, na attitude do Imperador, um pouco da dignidade imperial ofendida. Dom Pedro

---

(320) Numa audiencia diplomatica de fevereiro de 1875, o representante da Santa Sé observara ao Imperador que o Papa “tinha reprovado o procedimento dos Bispos, ordenando o levantamento dos interditos, mas não tornara efectiva essa deliberação por causa da prisão dos Bispos” (Carta do Imperador a Rio-Branco, de 6 de fevereiro de 75, no arquivo do Itamarati).

(321) *Um estadista do Imperio.*

II nada tinha desse orgulho que o príncipe de Bulow chamava a *chaga* dos Soberanos. Seu feitio estava longe de ser agressivo; nada tinha de truculento. Tinha antes a natureza de um funcionario modesto e consciencioso — *empregado publico consciencioso*, era como gostava de chamar-se, cumpridor de seus deveres, e sem outras ambições que não fôsse uma vida pacifica, longe de complicações e de violencias.

Mas êle tinha, ao lado desse feitio burguez, uma grande susceptibilidade moral, herança, talvez, do ramo Habsburgo de sua familia materna, e que o fazia sentir profundamente, sempre que o desrespeitavam ou o menosprezavam em suas prerogativas majestaticas. Não o movia, então, um sentimento qualquer de vaidade, coisa extranha ao seu feitio, mas sim um zêlo algum tanto exagerado por aquilo que êle entendia ser a dignidade de suas funções soberanas.

O Sr. Madelin, estudando a personalidade de Luis-Felipe de França, salienta o feitio burguez republicano que êle tinha na vida privada, muito embora fôsse *un prince très feru de sa naissance*. A observação não seria fóra de proposito com relação a Dom Pedro II. Contudo, como estavam distanciados daquele Jaime I da Inglaterra, que dizia: “Assim como é ateismo e blasfemia criticar as ações de Deus, assim ha rebelião e usurpação em discutir um subdito o que faz o Rei na altura do seu poder!”. Não levando o seu regalismo a tais exageros, que aliás a mentalidade da época e do meio não o consentiriam, o Imperador não deixava de ser, para servirmo-nos, ainda, de um conceito relativo a

Luis-Felipe, *très prince sous ses dehors bourgeois*, e ninguem, no Imperio, se mostraria tão cioso de sua autoridade.

Ora, foi justamente essa autoridade, menoscabada, no seu entender, pelos dois Bispos, que êle quiz restabelecer integral e efetiva com a punição dos culpados (322).

## VII

Conta o príncipe de Bulow que, pouco antes da entrada da Italia na Grande Guerra, quando hesitava ainda entre a neutralidade e a beligerancia contra os Imperios Centrais, o papa Bento XV encarregou o cardinal Piffli, arcebispo de Viena, de procurar o imperador Francisco-José, para induzê-lo a fazer alguma das concessões territoriais reclamadas pelos Italianos, em troca da neutralidade da Italia, evitando, com isso, que o conflito se extendesse também á Peninsula. "O Imperador, então com a idade de 84 anos, recebeu o Cardinal, que lhe repetiu, com timidez e modestia, o desejo do Santo Padre; mas Francisco-José não o deixou concluir: pegou o Cardinal pelo braço e o poz literalmente

---

(322) A attitude dos dois Bispos contra a Corôa, sobretudo a de Dom Vital, devia ter provocado no Imperador um resentimento tanto maior quanto fôra justamente por insistencia reiterada do Governo Imperial que a Santa-Sé acabara concordando, pouco antes do incidente, com a elevação de Dom Vital ao bispado de Olinda. Por sua pouquissima idade, o jovem prelado não inspirava bastante confiança á Cúria Romana.

fóra. Francisco-José era um filho fiel á Igreja, um catolico muito praticante; mas os seus sentimentos de Soberano eram ainda mais fortes do que os religiosos.

Esses dois sentimentos coexistiam igualmente preponderantes nesse outro Habsburgo, que era Dom Pedro II. Este se considerava certamente um filho de Deus, no qual depositava toda a esperança, como, aliás, deixará dito em sua *Fé de Oficio*; era uma criatura religiosa, no sentido de que praticava, em gráo não comum, aquelas tres principais virtudes de que nos fala Oliveira Lima, a resignação, a caridade e o esquecimento de si mesmo. Mas era, no fundo, o que Joaquim Nabuco chamava um espirito *emancipado*, que preferia organizar êle mesmo a sua propria crença, como organisava, aliás, toda a sua filosofia. (323) “A Igreja não tinha, na concepção de Estado do Imperador, senão uma parte secundaria, quasi rudimentar e provisoria, como a religião catolica, com os seus mandamentos e tribunais terrestres, não tinha, em sua vida intima, verdadeiro poder coercitivo. Como ente religioso, êle dependia só e exclusivamente de Deus, o Criador” (324).

---

(323) Êle mesmo se confessava um *evolucionista*. A' margem do livro de Pressensé, *Les Origines*, no qual esse escritor externava o conceito de que a Historia não é o jogo cruel de um Deus estúpido e perverso, pois que ela tende para a reparação universal, o Imperador lançou esta nota: *Sim, creio-o tambem, e por isso mesmo sou evolucionista, com as reservas que faço. O Criador tudo criou para um desenvolvimento progressivo e harmonico.*

(324) Joaquim Nabuco, *op. cit.*

Fazia lembrar aqueles *catolicos leigos*, de que nos fala Renan, que ignoravam a teologia e a exegese, admitiam tal dogma e repudiavam tal outro, e depois não gostavam que se lhes dísse que não eram verdadeiramente catolicos. Ora, observa muito justamente Renan, para aqueles que conhecem a teologia, não pode haver a menor duvida quanto á infalibilidade da Escritura e da Igreja; é inconcebivel pôr-se de lado um dogma qualquer, seja êle qual fôr, um só ensinamento da Igreja; para uma instituição fundada sobre a autoridade divina, tão heretico é o que lhe nega um só de seus dogmas quanto o que lhe nega todos.

### VIII

Acusavam o Imperador de ser anti-clerical. Mas o seu anti-clericalismo, se se pode chamar assim, era apenas no sentido de achar que o padre não passava de um elemento de ordem social, professor de moral e pregador de fé catolica, necessario certamente á educação e socêgo do povo, mas que fóra daí não podia nem devia contar. Como a maioria dos Brasileiros cultos, ou que se têm como tais, êle dispensava, na prática da religião, o concurso do padre, espiritualmente falando. Entendia-se diretamente com Deus. Se frequentava a missa e outras cerimoniaes da Igreja, com um verdadeiro sentimento de catholicidade, era antes por um prazer espiritual, digamos puramente estético, do que por qualquer outro motivo mais profundo. A liturgia devia falar-lhe

mais á imaginação do que os dogmas ao raciocínio. Sua fé religiosa era feita sobretudo de sentimento; o raciocínio agia noutras paragens. Sofria daquela *fé preguiçosa* de que nos fala o Sr. André Siegfried.

Outro aspecto de seu apregoado anti-clericalismo era a prevenção que nutria — e a questão dos Bispos se lhe apresentava como um exemplo frisante — contra o perigo sempre crescente de um poder demasiado forte da Igreja, invadindo e comprimindo o poder do Estado. Neste particular era de uma intransigencia radical, e entendia dever guardar, custasse o que custasse, a autoridade plena do poder temporal. Escrevendo nessa época a Gladstone, para agradecer-lhe a remessa de uma brochura, dizia o Imperador:

“As relações entre os Governos onde ha catolicos e a Santa-Sé vão-se tornando difíceis. E eu não vejo outro remedio sinão na vigilancia dos Governos, para não se deixarem invadir em suas atribuições. O direito do *placet* foi sempre reconhecido no Brasil, e é mesmo um dos principios da Constituição. Mostrastes que a declaração da infabilidade da Santa-Sé póde dar lugar a abusos: mas compete ao poder temporal não consentir neles” (325).

Era para evitar tanto quanto possivel essa invasão do poder da Igreja no poder do Estado, o velho problema do Sacerdocio e do Imperio, que êle não se cansava de insistir junto aos Ministros na necessidade de

---

(325) Carta de Petropolis, 21 de janeiro de 1875; minuta no arquivo da familia imperial.

leis bem claras, que definissem, sem deixar duvidas, nos casos possiveis de confusões, a autoridade e o limite de cada um.

Pouco antes de partir para os Estados Unidos, em março de 76, êle recomendava á filha, em vespera de assumir a regencia do Imperio:

“A questão dos Bispos cessou. Mas receio ainda do de Olinda, quando voltar á sua diocese. Entendo que é urgente tornar os efeitos civis dos atos desta natureza independentes da autoridade ecclesiastica. Se se tivesse seguido o meu parecer, ter-se-ia votado já o projeto de lei do casamento civil, apresentado ás Camaras pelo Ministerio de 1875. Adóto inteiramente as idéias desse projeto. O catolico deve casar-se catholicamente; mas não pode ser obrigado a isso pela lei civil, para que esse ato da vida civil tenha efeitos civis. O registro civil já está regulamentado em virtude de lei; e é apenas preciso fazer executar o regulamento. Nos cemiterios já ha lugar reservado para quem a Igreja não possa ou queira enterrar em sagrado; e só é necessario regular este assunto. Ainda com estas medidas poderá haver usurpação do poder civil pelas autoridades ecclesiasticas, e para isso cumpre que fique bem estabelecido o recurso á Corôa. O ministro do Imperio ficou de apresentar-me um projeto de lei a tal respeito. Talvez o possa estudar antes de minha partida. O bispo do Maranhão está gravemente enfermo. Todo o cuidado na escolha de novo Bispo. Ha padres dignos do cargo sem serem civados de principios ultramontanos”. (326).

---

(626) Notas á princeza Isabel, no arquivo da familia imperial.



## IX

Era ainda pelo receio de vêr as ordens religiosas se intrometerem cada vez mais na economia do Estado, sinão tambem por sua improdutividade na vida civil da nação, que o Imperador pugnava por uma gradual extinção das mesmas. “Doe-me vêr como são desaproveitados os bens das ordens religiosas, escrevia êle em 1861; e aprovando as idéias contidas no relatório de Nabuco, para que o valor de parte desses bens sirva para a edueação do clero secular, oponho-me á entrada de noviços e noviças, afim de que as ordens se vão extinguindo”. (327)

Quanto ás irmãs de caridade, sua preocupação era a mesma: entendia que o instituto era excelente em si, “nos officios proprios de seu nome”, mas que cumpria “cortar a sua tendencia a extender sua influencia alem desse limites”. Sua vigilancia, como se vê, na defesa das prerogativas do Estado, em conservá-lo, pelo menos, tanto quanto possivel livre e desembaraçado do poder da Igreja, estava sempre alerta. Nem era por outro motivo que pugnava, no caso ainda das irmãs de caridade, por uma direção exclusivamente brasileira, ou melhor, independente do órgão central francez. Só assim poderiam elas submeter-se melhor e mais docilmente ás leis do Imperio. “Deveria existir aqui — escrevia êle — uma direção independente da de Paris,

---

(327) Diário do Imperador, idem.

como eu e José Clemente (*Pereira*) quizemos desde o principio, e este tinha esperança de conseguir, segundo me disse, quando para virem as irmãs se tratou da questão. Creio que houve tal promessa da parte das irmãs de caridade, e assim têm elas procurado estender seu predomínio. Tenho seguido seus passos, e advertido os provedores da Misericórdia”. (328)

No que dizia respeito ao ensino religioso, seu cuidado era identico. Ele não lhe era contrario; admitia-o nas escolas do Imperio, livre, mas — acentuava, “sujeito á inspecção da autoridade”. O que realmente temia, era que o ensino religioso fôsse cair nas mãos dos padres estrangeiros, com os perigos que se concebe para a formação da nacionalidade. Queria, por isso, rodeá-lo das maiores precauções. Nestas palavras, colhidas em seu diario, se contem todo o pensamento do Imperador a respeito: “Não sou contrario á instrução religiosa e missão de padres estrangeiros, sob a vigilante inspecção dos Bispos e do Governo, enquanto não se habilitarem padres nacionais”. (329)

## X

Foi agindo, portanto, como um espirito emancipado que era, logo perfeitamente á vontade com a sua consciencia de catolico, que o Imperador moveu toda a

---

(320) Arquivo citado.

(328) Idem.

ação contra os dois Bispos do norte. Mesmo quando voltou-se par Roma, quiz ainda aí firmar essa independencia, acentuando que não solicitava perdão nem reclamava justiça de um tribunal cuja competencia não reconhecia no caso em debate, mas tão sómente esperava que a Cúria romana cumprisse com o que lhe parecia ser o dever dela, isto é, chamasse á ordem os seus dois delegados no Imperio, os quais, com seus atos, atropelavam o poder civil e turbavam a liberdade de consciencia e de associação dos Brasileiros, assegurada pela Constituição.

Em meados de 1875, com a mudança de Ministerio, a questão tomaria novo rumo. Quatro anos de uma fecunda e brilhante administração já haviam fatigado a Rio-Branco, e êle aspirava deixar definitivamente o poder. "Sabe Vossa Majestade, escrevia em maio daquele ano, que eu desejo entregar o meu posto a quem melhor possa ocupar. Se não enfermei ainda em publico, não é duvidoso que estou cansado". (330) No mez seguinte este seu desejo era satisfeito: o Imperador concedia-lhe exoneração e chamava o duque de Caxias para organizar o novo Governo.

Caxias, como de resto quasi todos os estadistas do Imperio, fôra um antigo maçon; chegara mesmo á categoria de grão-mestre. Mas eram coisas da mocidade. Agora êle era tido por um espirito profundamente catolico, e ninguem punha em duvida o vigor e a extensão de sua fé.

---

(330) Carta de 4 de maio de 1875, no arquivo cit.

Foi esse sentimento, e tambem o senso politico, mais vivo no guerreiro do que no grande estadista civil (331), que o fizeram compreender a necessidade de sair-se do bôco em que se colocara o Governo. A medida da anistia appareceu-lhe, então, como a unica possivel de conseguir da Santa-Sé o levantamento dos interditos e, consequentemente, a pacificação dos espiritos.

A anistia não foi, como se disse, uma inspiração do sentimento catolico da Princeza Imperial. (332) Foi uma medida de exclusiva iniciativa do Ministerio, que fazia dela, como declarou Cotegipe no Senado, uma *questão sua*. “Conscienciosa e livremente” — acentuaria o ministro da Justiça desse Gabinete, conselheiro Diogo Velho, — ela foi submetida á aprovação do Imperador. O Ministerio estava persuadido de que a prisão dos Bispos era a unica razão pela qual a Santa-Sé negava-se a consentir nos levantamentos dos inter-

---

(331) Não esquecer, todavia, que Caxias votara, em junho de 73, no Conselho de Estado, a favor do processo de responsabilidade dos Bispos.

(332) Oliveira Lima, que não guarda parcialidade no exame desta questão, chega a dizer que a anistia foi uma medida da *Regencia* da princeza Isabel. E’ evidentemente um cochilo cronologico, que, aliás, não é o unico na excelente obra (*O Imperio brasileiro*) do historiador. O decreto de anistia é de setembro de 75, e a Princeza só assumiu a Regencia em março do ano seguinte. Aliás, esse engano não foi só de Oliveira Lima; outros historiadores, que têm tratado da questão, como Capistrano de Abreu e Viveiros de Castro, o cometem ou o repetem.

ditos (333); atendendo, portanto, a esta consideração, e tendo em conta também que os prelados já haviam sofrido, moral e fisicamente, o devido castigo, êle solicitou do Imperador a concessão da anistia.

## XI

Não concordou o Monarca com a opinião do Gabinete. Mateve firme o seu ponto de vista. Para êle, a pacificação não viria com a anistia, como acreditava o Ministerio. Os Bispos persistiram certamente na interdição das irmandades e das igrejas.

Caxias, porém, insistiu. Ele não via outra saída honrosa para ambas as partes que não fôsse a anistia. "O bem do Estado e a humanidade aconselham o emprego de tão salutar providencia — escrevia ao Imperador. Ela trará o esquecimento dos incidentes que mais exaltaram os espiritos, produzirá no animo do Sumo Ponti-

---

(333) Aliás, em carta dirigida a Dom Pedro II, datada de Roma, 9 de fevereiro de 1875, portanto já conhecida no Rio quando se organisou o ministerio Caxias (25 de junho do mesmo ano), Pio IX declarara não poder ordenar o levantamento dos interditos sem que fôsem os Bispos restituidos á antiga liberdade. "Concedida essa graça — acrescentara, é certo que as igrejas, ora em parte fechadas, serão immediatamente reabertas". Pio IX condicionava, é verdade, logo depois, essa medida ao afastamento dos maçons das irmandades; mas na realidade não se tratava aí de uma *conditio sine qua*, mas tão somente de uma declaração de pura forma. Tanto assim que ela não prevaleceu depois. Essa carta de Pio IX está reproduzida integralmente em Vilhena de Moraes, *op. cit.*

fique favorável disposição para prestar seu proveitoso concurso ao restabelecimento da paz civil e religiosa, e não deixará de fazer também com que os Bispos reflitam melhor sobre os males que tem causado e que poderá ainda causar o conflito que êles imprudentemente suscitaram". (334)

O Imperador ainda aí não se converteu a tão judiciosas razões. Continuou inabalável no seu ponto de vista. Schreiner, ministro da Austria, a quem êle fazia de vez em quando as suas confidencias, nos dava bem a medida dessa intransigencia, quando escrevia para o seu Governo: "Sua Majestade exprimiu-me sua convicção, de que a Santa-Sé acabava sempre cedendo quando se lhe opunha um certo gráo de resistencia, mas se mostrava de ordinario muito teimosa diante da fraqueza. Disse-me o Imperador que êle não acreditava ainda no bom resultado de suas negociações com a Santa-Sé. Explicou-me que a franco-maçonaria era extranha a religião, e que a Igreja nada tinha que vêr ali. Observei á Sua Majestade que a franco-maçonaria fôra posta no *index* pela côrte de Roma, que lhe attribuia todos os atuais sofrimentos da Igreja catholica. O Imperador respondeu-me que ele não estava absolutamente obrigado a compartilhar dos preconceitos da Santa-Sé". (335)

---

(334) Vilhena de Moraes, *op. cit.*

(335) Officio de 10 de outubro de 1875, no Staatsarchiv de Viena.

Sua intransigência não teria consentido nem mesmo em que se pagassem as congrúas que os Bispos haviam deixado de receber quando presos, medida que só viria a conhecer depois de realizada, e com a qual não teria outra coisa a fazer senão conformar-se, embora a contra gôsto. (336)

Exgotados, por fim, todos os recursos persuasórios, Caxias colocou a questão no terreno da confiança governamental: ou anistia ou a retirada do Gabinete. Pôsto nesta encruzilhada, o Imperador teve que ceder. “Fui sempre contrario a toda idéia de anistia ou de perdão — dirá êle pouco depois a Schreiner, com uma franqueza desassombrada — e não fiz nesse particular si não ceder, contra as minhas proprias convicções, ás instancias reiteradas do Ministerio”. (334)

Cedeu. Mas sugerindo ainda que a concessão da anistia ficasse dependendo claramente do levantamento dos interditos. Ainda aí Caxias ficou firme. O Imperador teve então que capitular. Declarou ao presidente do Conselho: “Tudo disse no sentido da minha opinião, contraria á do Ministerio; porém entendo que este não deve retirar-se”. E, como sempre, dando-se

---

(336) “Eu não soube que se mandaram pagar as congrúas que os Bispos deixaram de perceber, por estarem cumprindo sentença. Faça-o o Ministerio; mas sem aprovação de minha parte a esse ato dele”. (Carta a Cotegipe, de 2 de outubro de 1875, cit. por Wanderley Pinho, *op. cit.*).

(337) Officio citado.

por vencido, não se dava por convencido: “Faço votos para que as intenções do Ministerio sejam compensadas pelos resultados do ato da anistia; mas não tenho esperança disto”. (338)

---

(338) V. de Moraes, *op. cit.* — Sua falta de confiança nos propositos de paz da Santa-Sé acompanhou-o até o fim. Schreiner nos dá a revelação disso: “O Imperador recebeu na minha presença um telegrama de Roma, annunciando que o Santo Padre tinha levantado os interditos dos Bispos. Dei-lhe os meus cumprimentos por esse fato, mas êle respondeu que não podia sentir nenhum prazer por isso antes de conhecer todos os detalhes, visto como era possível que houvesse ainda restrições e clausulas frustrando todos os beneficios do Breve pontificio”. (Straatsarchiv de Viena).



## CAPITULO IX

# SEGUNDA VIAGEM AO ESTRANGEIRO

*Preparativos de viagem — Programa assentado com o ministro da Austria — Despedidas em Petropolis — Chegada a Nova York — Simplicidade do Imperador — Filadelfia e a invenção do telefone — Longfellow em Cambridge — Em Washington — Partida para a Inglaterra — Estada em Gastein — Dom Pedro II e Guilherme I — Em Bayreuth — Na Scandinavia — Gobineau, ministro em Stockholmo — Através a Russia — Visita á Grecia — Palestina — Impressões de Jerusalém — No Egito — Italia — Roma e a Vila d'Este — O cardial de Hohenlohe — Florença — No atelier de Pedro Américo — Viena e Berlim — Paris — Os muscus e as academias — Os sábios — Na Academia Franceza e na Academia das Ciencias — Visitas a Vitor Hugo — As cartas dos pedintes — His Excellency Dom Pedro, Emperor — Londres — Gladstone — Baile em Buckingham — Oxford — Holanda e Suissa — Portugal — Camilo Castelo Branco — Volta para o Brasil.*

## I

Em meados de 1873, quando ia mais acêsa a questão dos Bispos, a saúde do Imperador, em geral tão robusta, começou a causar uma certa inquietação. Em verdade não era nada de grave, apenas a inchação de uma das pernas, proveniente do fundo linfático de seu organismo. O representante diplomatico da Austria escrevia para Viena:

“A saúde do Imperador não tem sido muito satisfatoria nestes ultimos tempos. Sua Majestade, que não gosta sinão de carnes leves, e que não bebe vinho sinão raramente, sofreu, sem contudo ficar prezo ao leito, de um mal linfático, que produziu a inchação de uma perna; mas asseguram que em consequencia de um regime mais forte, sua cura é quasi completa” (339).

De fáto, êle logo se restabeleceu. Bastaram-lhe alguns dias de repouso, sacrificio não pequeno para um homem como Dom Pedro II. Mas nem por isso a fantasia popular deixou de trabalhar. Começou a circular a noticia de que o Imperador voltaria breve á Europa, para melhor curar sua perna; e como se estava em plena discordia com os Bispos, não faltou quem empresstasse intuitos politicos a essa viagem. C. W. Gross transmitia esse boato para Viena, não sem ter o cuidado de o desmentir imediatamente:

---

(339) Oficio de C. W. Gross, de 7 de maio de 1873, no arquivo cit.

“O rumor que aqui correu que Sua Majestade, por causa de seus sofrimentos, pediria á Assembléa legislativa permissão para realisar uma viagem á Europa, deixando, como conselho de Regencia, um Triunvirato, composto do presidente do Conselho de Ministros, visconde do Rio-Branco, do marechal do Exercito duque de Caxias, e do conselheiro de Estado senador visconde de São Vicente, não tem o menor fundamento; e a alegação de que essa viagem teria por fim permitir ao Triunvirato agir vigorosamente contra as medidas que alguns Bispos do Brasil tomaram ultimamente contra os Maçons, deixa perceber de onde partiram tais boatos” (340).

A unica verdade que havia, em tudo isso, era o desejo que tinha o Imperador, de voltar pela segunda vez á Europa. Ele alegava que a saúde da Imperatriz reclamava essa viagem. De fato, Dona Tereza-Cristina não estava passando bem, e pouco lucrara com a estada que fizera ultimamente em Nova-Friburgo. Mas o que influa realmente no animo do Imperador, era o desejo de completar sua visita ao continente europeu, feita um pouco precipitada e incompletamente da primeira vez, e tambem de aproveitar a oportunidade para ir afinal aos Estados Unidos, que a escassez de tempo não lhe permitira visitar em 1871. Na primavera de 1876 devia inaugurar-se em Filadelfia a exposição universal comemorativa do centenario da independencia americana. Que melhor oportunidade do que essa para uma visita á grande Republica do norte?

---

(340) Officio de 22 de maio de 1873, no arquivo cit.

## II

Em maio de 1875 o Imperador tinha a viagem como decidida. Recebendo, nesse mez, o novo ministro da Austria, barão de Schreiner, seu conhecido desde 1871, quando da excursão ao Egito, e que seria em Petropolis seu professor de arabe, êle lhe confiava o desejo de visitar novamente a terra dos Faraós.

“Sua Majestade, escrevia Schreiner ao seu Governo, me disse que contava fazer a viagem ao Alto-Egito no mez de dezembro de 1876, subindo até ás segundas cataratas. — *Não quero morrer, disse-me êle, sem ter visto Tébas.* O Imperador me disse que contava deixar o Brasil no fim de maio do proximo ano, e dirigir-se primeiro á exposição de Filadelfia” (341).

No fim do ano êle escrevia a Gobineau: “Estou pensando na minha viagem aos Estados Unidos e á Europa; mas isso não depende só de mim”. Dependia sobretudo do bom successo da Princeza Imperial, cujo primeiro filho era esperado para essa época. No mez seguinte — outubro de 1875 — êle dava a bôa nova ao seu amigo: “Eis-me feliz. Minha filha deu-me um belo neto (342). O Sr. já deve saber disso. Os dois vão excelentemente bem”. E com uma precipitação quasi infantil, acrescentava: “Uma outra noticia que

---

(341) Officio de 28 de maio de 1875, idem .

(342) Que seria o principe do Grão-Pará, atualmente o principe Dom Pedro de Orléans Bragança.

lhe dará certamente prazer: vou aos Estados Unidos, e de lá á Europa, onde conto revê-lo. Visitarei Stokholmo (343) em agosto do proximo ano. A segunda quinzena de abril e o mez de maio de 1877 eu os passarei em Paris”.

Meticuloso como era, o Imperador já desde essa época assentava o roteiro da projetada viagem. Schreiner, homem erudito e grande viajante, colaborava com êle nesse traçado. “Sua Majestade, dizia o diplomata austriaco, dá-me a honra de vir ver-me frequentemente á casa em que móro com a minha familia em Petropolis, e se digna consultar-me durante horas inteiras sobre a sua viagem á Europa e ao Oriente” (344).

A dificuldade de Schreiner estava em combinar o desejo do Imperador de vêr tudo, com o relativo pouco tempo de que este dispunha para a viagem. “E’ muito difficil projetar uma viagem tão extensa num espaço de tempo tão limitado, e persuadir o Imperador de que certas partes dessa viagem, como por exemplo a Troada, o Efeso e o Alto-Egito são incompativeis com o desejo seu de demorar-se mais tempo nas principais capitais da Europa” (345).

Pelo projéto de lei submetido ás Camaras, concedendo permissão ao Imperador para ausentar-se do paiz, a viagem devia durar um ano e meio. Ora, se-

---

(343) Gobineau era então ministro de França na Suécia.

(344) Officio de 1.º de outubro de 1875, no arq. cit.

(345) Idem.

gundo o desejo do Imperador, nesse curto espaço de dezoito mezes êle tinha que visitar um mundo e meio de paizes. Afinal, depois de muito estudar o mapa e medir distancias, êle e Schreiner conseguiram sempre assentar um roteiro: grande parte dos Estados Unidos; parte do Canadá; quasi toda a Europa (Inglaterra, Belgica, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Noruega, Russia, Turquia, Grecia, Italia, Austria, Suissa, França e Portugal); a Asia Menor; a Palestina e parte do Egito. Schreiner escrevia para Viena:

“O Imperador quer vêr tudo e tudo estudar; não receia a fadiga, e suas viagens se assemelham sempre mais ou menos a *courses à clocher*. Durante os debates desta questão no Senado, o Sr. Zacarias disse que o fim alegado, de obter melhora no estado de saúde da Imperatriz, é sempre frustrado pela agitação febril com que se fazem as viagens do Imperador” (346).

---

(346) Idem. — Os politicos, em geral, não acolhiam bem os projetos da viagem do Imperador. Zacarias, que era então um dos chefes da opposição liberal, negava que ela lhe pudesse servir de lição: “Que instrução vai o chefe de Estado ganhar, êle que tanto estuda, nessas rápidas viagens? Em que matéria vai ficar versado? Em matéria de forma de Governo?” Não o acreditava, concluia Zacarias com uma ponta de ironia, porque o Imperador ia atingir meio século e tinha já “a sua teoria de governo feita, a sua regra de governo assentada” (Discurso de 27 de setembro de 1875).

## III

Dom Pedro II partiu a 26 de março de 1876, a bordo do vapor "Hevelius". Acompanhavam-no, como da outra vez, a Imperatriz com a sua dama de honra e velha amiga, Dona Josefina da Fonseca Costa, e o fiel Bom-Retiro (347).

"O Imperador e a Imperatriz despediram-se do corpo diplomatico em Petropolis — escrevia para Viena o ministro da Austria. A febre amarela faz tais estragos no Rio de Janeiro que o Imperador, asustado com a morte do consul italiano, não quiz expôr os membros do corpo diplomatico a um perigo evidente recebendo-os na propria Capital. Depois da recepção do corpo diplomatico, Sua Majestade deu-me ainda a honra de vir á minha casa, onde passou uma hora comigo e com minha familia. O ministro de Portugal, Matias Carvalho — acrescentava Schreiner com indisfarçavel vaidade — foi o unico dentre os meus colegas que dividiu essa honra comigo. No dia seguinte, pela manhã, fui ainda a Palacio com minha familia, para assistir á partida da familia imperial de Petropolis. Eramos os unicos ali. A despedida da familia imperial foi das mais cordiais. A Imperatriz, cuja bondade de coração é proverbial, chorou copiosamente (*à chaudes larmes*) ao dar-nos pela ultima vez a mão,

---

(347) Completavam a comitiva o almirante de Lamer, o conselheiro Sousa Fontes, o Dr. Carlos Henning e Artur Teixeira de Macedo, secretario de Legação. E as senhoras: Dona Leonidia Loreto Esposel e Dona Joana de Alcantara. Havia ainda o correspondente especial do *New York Herald*, um Irlandez que o Imperador apreciava muito, James J. O'Kelly.

que beijámos com efusão. A lembrança de nossas relações com toda a familia imperial durante os onze mezes de nossa residencia no Brasil, a bondade de que ela nos encheu, ficarão eternamente gravadas em nossos corações. O Imperador, antes de partir, escreveu-me ainda um bilhete dos mais amaveis, cujo original tenho a honra de submeter a V. Ex., e com o qual me enviou uma pequena brochura sobre linguas indigenas do Brasil. Acabo de receber a noticia official de que a Princeza Isabel, condessa d'Eu, assumiu a regencia do Imperio durante a ausencia do Imperador" (348).

A viagem do Rio a Nova York durou cerca de 20 dias, com escalas na Baía e no Pará; esta ultima cidade o Imperador ainda não conhecia. Grande parte do tempo, a bordo, foi por êle empregada no estudo do sanscrito, com o Dr. Carlos Henning. "As lições começavam ás sete horas da manhã, e o aluno, muito aplicado, era pontual como um relógio". Á noite êle procurava conversar com os passageiros norte-americanos, para praticar e desenvolver o inglez. Lia *Julio Cesar*, de Shakespeare, e traduzia para o portuguez o hino nacional americano. O Imperador falava correntemente o inglez, embora com sutaque, mas tinha certa dificuldade em entender a pronuncia americana (349).

---

(348) Oficio de 28 de março de 1876, no Staatsarchiv de Viena.

(349) Mary W. Williams, *Dom Pedro The Magnanimous*.



## IV

A 15 de abril chegavam todos a Nova York.

Apenas o "Hevelius" entrou no porto, subiu a bordo o secretario de Estado Hamilton Fish, para cumprimentar o Imperador em nome do governo dos Estados Unidos. Comunicou-lhe que se punha á sua disposição, para desembarcar, o vapor "Alert", onde o aguardavam as personalidades americanas que o tinham vindo saudar. O Imperador agradeceu a atenção e dispensou o navio e as personalidades, preferindo proseguir no "Havelius" até o cais de desembarque. Disse: "O Imperador ficou no Brasil; aqui sou um simples cidadão brasileiro". E a sua primeira pergunta foi para indagar como ia o poeta Longfellow (350).

Era a primeira vez que um Soberano reinante apparecia nos Estados Unidos. Principes e outros membros de casas reais já lá se haviam visto, inclusive uns poucos que mais tarde teriam que cingir a corôa, como o principe de Galles, depois Eduardo VII, como o principe Luis-Napoleão, depois Napoleão III; ou então monarcas destronados, como o principe Jeronimo Bonaparte, ex-rei da Westfália. Mas Dom Pedro II era a primeira *têsta coroada* que pisava o solo norte-americano.

Sua visita provocou, por isso, a maior curiosidade. Para muitos Americanos, a figura viva de um *Imperador*

---

(350) Idem.

era coisa inconcebível, da qual só tinham idéia pelos livros de Historia ou noticiario dos jornais. Dom Pedro II os trouxe á realidade. E logo conquistou a todos. Fez-se conhecido em toda a parte. Sua popularidade impoz-se rapidamente. Os Americanos ficaram encantados com esse Imperador despido de preconceitos, sem etiquetas, quasi sem séquito, de maneiras discrétas, chão e cordial para com todos, que lhes extendia confiadamente a mão, e não se perfilava diante de cortezias e de curvaturas. Longe de aparecer ali apertado num vistoso fardão, pesado de condecorações, com uma espada ameaçadora ao lado, solene e teatral, como se afigurava a muitos dever ser um Imperador, foi visto percorrendo a pé as ruas das cidades, com a roupa burgueza de toda a gente, um modesto chapéu de feltro na mão, simples e atencioso, e o indefectivel guarda-chuva debaixo do braço.

“Quando êle desembarcou nesta cidade ← conta uma testemunha de Nova York — vindo do Braisl, appareceu á porta do seu Hotel vestindo uma roupa de linho e carregando uma maleta. Um unico outro grande homem desembarcou cercado de tanta modestia — foi Herbert Spencer. Todos nos lembramos de como Dom Pedro II empregou aqui o seu tempo: saía á rua ás seis horas da manhã, quando a comitiva estava ainda na cama, e dirigia-se a toda a parte, observava tudo e a todos inquiria. Se êle não fôsse um Rei, daria um *reporter* de primeira ordem” (351).

---

(351) Frank Vincent, *In and out the Central America*.

A observação era bem americana. Mas, em verdade, um dos maiores prazeres do Imperador, nessas viagens, era poder circular em toda a liberdade, vêr e saber de tudo, sem os entraves dos aúlicos ou dos secrétas da Policia. Embora gozasse em seu paiz da mais larga liberdade de locomoção, saindo quando bem lhe aprouvesse e andando onde bem entendêsse, êle não tinha no Brasil a mesma liberdade que no estrangeiro em cujas cidades procurava passar geralmente desaperecebido.

Recusava invariavelmente honras e apanagios, mesmo quando o oferecimento partia de um de seus parentes mais proximos, como o rei de Portugal ou o imperador da Austria. Tinha por principio não incomodar ninguem, nem de ninguem depender. Desnorteava a todos com essa simplicidade, esse absoluto desapêgo ás franquias majestaticas. Queria ser, nessas viagens, rigorosamente um particular e nada mais.

“Deleitava-se em ignorar quanto possivel as regras consagradas da realeza (*the accepted code for royalty*); e era, até certo ponto, o seu proprio criado. Carregava êle mesmo a maleta e o guarda-chuva, e nos hotéis tinha o hábito de descobrir-se quando se dirigia aos empregados. Ao visitar a exposição de Viena, preferiu comprar seu bilhete de entrada e penetrar pela porta destinada ao grande publico, a entrar pela porta reservada á familia real. Tinha sincero interesse em ficar desconhecido, em evitar as cerimoniaes e as multidões,

embora fôsse ás vezes traído pelo seu porte pouco comum e a apparencia distinta de sua pessoa" (352).

Em Lisbôa recusou interromper, a seu favor, a quarentena imposta aos demais passageiros do vapor em que viajava; recusou depois os aposentos no Palacio Real, preferindo ir para um quarto do Hotel Bragança. Na Inglaterra recusou as carruagens do palacio e a guarda real, como recusou a hospedagem da Rainha, indo, como qualquer outro viajante de distincção, para o Hotel Claridges. Em França recusou as homenagens do Governo, e na Suecia e na Dinamarca a hospedagem real. E assim em toda a parte.

O principe de Bulow, referindo-se a esse aspecto simplorio de alguns Soberanos, mesmo dos mais auto-cratas, lembra o dôce consôlo que tinha o tzar Nicoláo II, quando podia fugir ao rigorismo das côrtes européias para ir gosar plena liberdade na pacata cidade de Darmstadt, no ducado de Hesse, em companhia do cunhado o Grão-Duque, e juntos irem em segunda classe de um trem de suburbios, comprar gravatas no Zeil de Francforte.

## V

O Imperador demorou-se nos Estados Unidos cerca de três mezes. Nesse curto espaço de tempo percorreu quasi todo o territorio da União e uma parte do Canadá.

---

(352) Mary W. Williams, *op. cit.*

Não deixou, naturalmente, de visitar a Exposição Universal de Filadelfia, fim principal da viagem. No dia da inauguração foi visto á frente do cortejo official conduzindo pelo braço a mulher do presidente Grant, o qual o acompanhava, ao lado, dando, por sua vez, o braço á Imperatriz.

Para melhor conhecer a Exposição, voltou ali mais tarde, já desembaraçado dos programas officiaes. Nessa ocasião assistiu ás primeiras experiencias do telefone, feitas por Alexandre Graham Bell, e foi, até certo ponto, graças á sua incançavel curiosidade scientifica, o revelador do invento que iria revolucionar, dentro em pouco, o sistema da transmissão da palavra. Chamou para êle, calorosamente, a atenção dos jurados da Exposição, arvorando-se no maior propagandista do novo aparelho. Conseguiu, assim, tirar da obscuridade o jovem Bell, que êle conhecera pouco antes modesto e desconhecido professor numa escola de surdos-mudos de Boston, e torná-lo, quasi uma celebridade nos Estados Unidos. “O telefone ficou sendo uma das sensações da Exposição, e quando êle se tornou um objéto de commercio, o Imperador foi dos primeiros a utilisá-lo na prática” (353).

Em São Francisco foi visto na Sinagoga de Sutter Street, discutindo com dois Rabinos os segredos da lingua semitica. E quando lhe mostraram, a titulo de curio-

---

(353) Mary W. Williams, *op. cit.* — A primeira linha telefônica foi instalada no Brasil em 1880, quatro anos, apenas, depois de ter o Imperador descoberto Bell ao lado do seu aparelho, modesto e ignorado, numa das salas da Exposição de Filadelfia.

sidade, os velhos textos hebreus, cuidadosamente enrolados, o Imperador logo os abriu para traduzi-los á primeira vista.

Boston foi a cidade que mais o encantou — *and Boston liked the Emperor*. Uma manhã — ás seis horas da manhã — saiu para visitar o Bunker Hill Monument. Tirou, para isso, da cama o pobre do guarda, que logo lhe cobrou os 50 centavos de entrada. O Imperador, como de costume, tinha os bolsos vazios, e foi preciso pedir a quantia emprestada ao cocheiro do carro. Pouco depois aparecia o historiador Frothingham, indagando do guarda onde estava o Imperador. — *Imperador?* exclamou êle meio irritado, colocando os olhos para examinar a assinatura imperial; *esse camarada não passa de um vagabundo, sem um centavo no bolso!* (354).

Foi a Cambridge, perto de Boston, especialmente para vêr Longfellow. Em Cambridge morara, durante muitas anos, Luiz Agassiz, que Dom Pedro II conhecera no Rio em 1865. O sabio suíço era morto havia três anos. Depois de visitar-lhe o tumulo, o Imperador foi acolhido pela viuva e o filho de Agassiz. Nessa ocasião conheceu pessoalmente John Whittier, a quem ofereceu a tradução portugueza, que fizera, de sua poesia *The Cry of a Lost Soul*. Whittier era certamente um grande poéta, e o Imperador devotava-lhe um sincero entusiasmo. Mas nada comparavel ao sentimento

de quasi devoção que nutria por Longfellow, que era, na verdade, *his favorite American poet* (355).

Do diário de viagem do Imperador:

“Cambridge. Chega-se por uma rua de *cottages* á casa de Agassiz. Almocei em Longfellow, que logo conheci pela fotografia. De Longfellow não é preciso falar. Jantei com Longfellow. Deu-me dois livros de sua livraria, e depois do jantar passeiamos bastante na varanda ao lado da casa, fazendo-me êle bastantes perguntas sobre o Brasil” (356).

Longfellow, por sua vez, escreveria em seu diário as palavras mais amáveis sobre o Imperador, “um Harum-al-Raschid moderno, errando pelo mundo como simples viajante, e nunca como um Rei. Ele é franco, é bom, é uma nobre pessoa, muito liberal em seus sentimentos” (357).

Em casa do poeta o Imperador conheceu Emerson, o filosofo, Holmes, o médico e homem de letras, Appleton, o jornalista. Longfellow guardaria de Dom Pedro II, de sua estada em Cambridge, a mais duradoura lembrança. *Com que prazer recorro sua visita aqui*, diria êle mais tarde em carta ao Imperador, *nessa conversa nesta sala, nosso passeio na varanda!* (358).

---

(355) *Op. cit.*

(356) Arquivo da familia imperial.

(357) Mary W. Williams, *op. cit.*

(358) De Cambridge, 13 de junho de 1878 (?) no arquivo *cit.*

Washington. Do diário da ministra da Dinamarca:

“O Imperador e a imperatriz do Brasil estão aqui visitando Washington. Visitam-no de tal maneira, que já não resta quasi nada para vêr. O Ministro brasileiro (359) está que já não pode mais. Cada dia é um jantar ou uma recepção. O Imperador quer vêr tudo e a todos conhecer. Não deixa de lado nenhuma instituição, e todos os estabelecimentos são detalhadamente examinados. Vai quasi sempre ao Senado, onde se deixa ficar durante toda a sessão, com o desejo de tudo compreender. Apega-se a todos quantos possam dar-lhe boas informações sobre cada assunto. Dom Pedro II é muito popular; é visto em toda a parte. No baile que o Ministro inglez ofereceu a Suas Majestades, um cavalheiro, ao ser apresentado à Imperatriz, declarou-lhe: *Je suis le Sénateur qui parle français*. A Imperatriz disse ao João: (360) “Peço-lhe que fique perto de mim e que fale sempre comigo; só assim o *Sénateur qui parle français* desistirá de perseguir-me” (361).

Após três mezes de excursões através dos Estados Unidos o Imperador voltava, com a sua comitiva, á cidade de Nova York. Podia dizer que ficava conhecendo e de fato conhecia como poucos o paiz. Jamais viagem em paiz estrangeiro foi mais proveitosa do que essa do Imperador aos Estados Unidos. “Quando êle voltar para o Brasil, observava um jornalista americano, ficará conhecendo mais os Estados Unidos do que

---

(359) Barão de Carvalho Borges.

(360) Marido da autora.

(361) Hegermann Lindencrone, *The sunny side of diplomatic life*, cit. por. Argeu Guimarães, *A sereia scandinava*.



dois terços dos membros do Congresso” (362). Raros estrangeiros terão deixado ali um traço tão grande de popularidade. Ficou sendo um homem conhecido em todo o territorio da União. Conhecido não somente das autoridades, das pessoas de situação social, dos homens de ciencia e de letras, como tambem de toda a população, de todo o mundo. “Estou certo de que nenhum dos estrangeiros distintos que têm estado entre nós ficou, ao cabo de três mezes, tão amigo nosso quanto Dom Pedro II do Brasil” — disse Bayard Taylor, na Sociedade de Geografia de Nova York. E um eleitor declarou: “Por minha parte, voto em Dom Pedro e Charles Francis Adam para nosso Presidente e Vice-Presidente da Republica” (363).

A 12 de junho de 76 o Imperador e comitiva partiam em direção á Europa.

## VI

Na Inglaterra, dessa vez, Dom Pedro II não fez sinão passar. Sua intenção era voltar mais tarde, depois da excursão ao Oriente. Agora preferia dirigir-se dirétamente á Alemanha.

Em Bonn começou a subir o Rheno. Francfort, Heidelberg, Karlsruhe, Munich e Salzburg. Passou o mez de fevereiro em Gastein, cujas aguas os medicos

---

(362) Mary W. Williams, *op. cit.*

(363) *Idem.*

havam aconselhado á Imperatriz. Ali se encontrou com o imperador Guilherme I da Alemanha, já velho e no fim de uma vida longa e agitada, mas ainda forte, com aquele bom humor e a alegria jovial que o caracterisavam. Desfrutava, na paz do seu povo, a gloria que lhe déram a vitoria sobre os Francezes e a unificação da nação alemã.

Dom Pedro II a Gobineau:

“Não o esqueci, não; mas o Sr. sabe que o tempo é demasiado curto para se vêr tudo. Tenho gostado de Gastein. Amo este pitoresco um pouco selvagem, e pertinho de meu Hotel ha uma magnifica cascata. O ar é muito puro, e acredito que minha mulher ganhará muito com a estada aqui. Vou a Bayreuth, para a abertura do teatro do musico do futuro, mas a 17 ou 18 estarei em Copenhague. O Sr. sabe como executo os meus programas. Conto chegar a Stockholmo a 20, e o rever, pelo menos, mas para ficar pouco tempo na Suecia, onde espero que me pouparão tudo o que tem character official. Encontrar-nos-emos de novo em França, e lá por algum tempo. A visita ás duas Universidades de Bonn e de Heidelberg foi muito interessante para mim. Falaremos disso, assim como do resto da minha viagem” (364).

O *musico do futuro*, a que se referia o Imperador, era Wagner, que êle devera ter conhecido seis anos antes em Berlim, em casa da condessa de Schleinitz. Agora êle teria oportunidade de vê-lo á frente de suas operas, na inauguração do teatro de Bayreuth, quando

---

(364) Carta de 7 de agosto de 1876, no arquivo da Bibliotéca de Strasburgo.

ouviria também, pela primeira vez, Liszt tocar ao piano. Recordando essa visita de 1876, o Imperador escreveria, cinco anos mais tarde, a Gobineau: "Se fôr a Bayreuth ouvir o *Parcifal*, sente-se na primeira fila bem perto do palco, de onde ouvi o *Rheingold*, e pense no meu pezar por não estar também aí".

Enquanto Dom Pedro II se deliciava em Bayreuth com as audições wagnerianas, um navio de guerra dinamarquez o esperava em Rostock, para transportá-lo a Copenhague. Mas êle só appareceu ali a 17 de agosto, quando o jornal mais importante da cidade noticiava a sua chegada sob o mais *rigoroso incognito*. Esse rigor, aliás, se limitava a uma ligeira dissimulação nos verdadeiros nomes do Imperador e de seus companheiros de viagem, Bom Retiro e Arthur Teixeira de Macedo, que appareciam na imprensa local e na lista do hotel, com os nomes de Dom Pedro d'Alcantara, visconde de Retiro e secretario de Macedo (365).

*Apezar de Sua Majestade ter manifestado o desejo de conservar-se em Copenhague no mais absoluto incognito, era natural que um hospede assim illustre não passasse desapercibido e a sua presença despertasse a mais viva curiosidade popular. Sua Alteza o Principe Regente (366) convidou*

---

(365) As demais pessoas da comitiva imperial tinham ficado em Gastein, com a Imperatriz, para acompanhá-la depois a Viena, onde todos se iriam encontrar de novo com o Imperador, Bom Retiro e Macedo.

(366) Depois Rei, sob o nome de Frederico VIII. Cristiano IX, que era então o rei da Dinamarca, estava em visita á Russia.

*logo Sua Majestade Imperial para um banquete no castelo de Charlottenlund. Acompanhado pelo representante diplomatico do Brasil junto ao nosso Governo, o Imperador conheceu os nossos museus e as mais famosas coleções de arte”.*

O Sr. Argeu Guimarães, ao referir esta noticia da imprensa de Copenhague sobre a visita ali do Imperador, “embaixador da nossa civilização e da nossa cultura”, como justamente o chama, põe em destaque o interesse com que o Monarca percorreu os museus da cidade, acabando por descobrir uma coleção de quadros do Brasil holandez, assinados por Aeckhout, em 1641, presente do principe Mauricio de Nassau a Frederico III da Dinamarca. “Na impossibilidade de adquirir as telas, tratou imediatamente um pintor para copiá-las e enviá-las ao Brasil, um famoso miniaturista e pintor de genero, Niels Aargaard Lytzen, e os quadros lá se encontram no Rio, nas salas no Instituto Historico” (367).

Três dias de permanencia em Copenhague, e o Imperador seguia seu caminho, em direção á Suecia

## VII

Gobineau fez-lhe as honras de Stockholmo. Felizmente que o rei Oscar comprehendera a necessidade de deixar o Imperador entregue a si mesmo, e não o sacrificou com essas fatigantes e sempre repetidas ce-

---

(367) *Op. cit.*

rimonias, que caracterizam todas as visitas soberanas. Aliás, Dom Pedro II, muito avisadamente, já puzêra em guarda, desde antes, o caro Gobineau, para que este conseguisse do Rei um *habeas corpus* salvador. E Gobineau tranquilisara-o:

“O rei mostrou-se interessado em fazer tudo que puder agradar a Vossa Majestade, e para começar perguntou-me como devia interpretar a palavra *incognito*, sublinhada por Vossa Mejestade. Respondi que tanto quanto a experiencia do passado respondia pelo futuro, Vossa Majestade tomava essa expressão no sentido mais rigorosamente estricto; quer dizer, desejava em geral que as homenagens fôssem simplificadas, não gostava das grandes revistas de tropas e estimava sobretudo a liberdade de vêr e ouvir o que o interessasse dirétamente. O Rei perguntou-me se Vossa Majestade aceitaria ficar em Palacio. Respondi que não sabia, sobretudo tendo em vista que havia aqui o Grande Hotel, que é muito bom, e onde Vossa Majestade seria mais senhor do seu tempo” (368).

Apezar do programa absorvente que o Imperador estabelecera para cada dia de Stockholmo, Gobineau estava encantado com a companhia ali do seu amigo. As horas se passavam numa eterna correria, através coleções, academias, palacios, torres, castelos, minas, observatorios, sabios.

“Nos intervalos, geralmente de um ou dois minutos, escrever ainda cartas para Sua Majestade. A’ noite, no teatro, até meia noite. Eis o que é a vida desses vagabundos de cortezãos! E’ verdade que o chefe tem mais de Teodo-

---

(368) Carta sem data, no arquivo da familia Imperial.

rico, rei dos Gôdos, do que de um príncipe empomado... Tudo isso se-me-ia insuportavel se fosse forçado a fazê-lo; mas, assim, diverte-me muito. Dom Pedro II ouve tudo, discute tudo, admite as contradições e vos deixa com a vossa opinião. E' um Soberano feito para mim. Ele acha que sou capaz de tudo, e que teria podido roubar os chinélos de Ivan o Terrivel!" (369).

Visita á Universidade de Upsala, nos arredores de Stockholmo:

"Foi um dia memoravel. Recebido pelo Reitor, percorreu infatigavelmente todos os edificios, a cathedral, a sala de anatomia, carolina rediviva, o chemicum, o observatorio, as escolas, detendo-se e fazendo repetidas perguntas em tórno das coleções regionais de Ostgota, Varmland e outras. Examinou com cuidado especial as coleções e reliquias de Lineu. Saudado pelo prof. Glas, respondeu em francez, em palavras que surpreenderam pela cultura e crudição do Monarca americano" (370).

Gobineau era um companheiro por demais precioso para que o Imperador o deixasse entre os livros de seu apartamento de Stockholmo, e não se sentisse tentado de o levar tambem, com Bom Retiro e Macedo, através as planicies moscovitas. Convidado, Gobineau não soube resistir á tentação.

"Era difficil declinar um convite imperial como esse, sobretudo sabendo-se que o coração colaborara nêle"

---

(369) Faure-Binet, *Gobineau*.

(370) Argeu Guimarães, *op. cit.*

(371). Sua partida de Stockholmo ficou, então, dependendo da necessaria autorisação do Governo francês.

Mas enquanto não vinha a licença, o Imperador ia tocando para diante. O tempo fôra sempre o maior inimigo do Monarca, fôra mesmo, a bem dizer, o seu unico verdadeiro inimigo. Era preciso, portanto, vencê-lo. Gobineau o alcançaria mais tarde, em São Petersburgo.

Dos mares da Finlandia, escrevia-lhe o Imperador:

“Aproxímo-me de Hango, onde conto pôr o pé em terra firme ás três horas, depois de ter sido bastante sacudido até despejar tudo que tinha no estômago. Não foi em nada uma continuação de Stockholmo, sinão apenas em lembrança. Espero que essa recepção por parte da Russia seja em breve compensada (não em imaginação) por agradaveis contrastes, e que o Sr. me chegue breve. Tenho a bordo um orientalista inglez, que se prepara para o congresso de São Petersburgo. Ele parece-me bem profundo, ao menos pelo calhamaço de jornais em lingua da India, que está sempre a folhear em uma attitude impressionante. — A bordo do *Express*, 22 de agosto de 1876”.

Quando, em São Petersburgo, appareceu afinal Gobineau, partiram os quatro, decididamente, através das vastas planicies do imperio doz Tzares. As velhas cidades de cúpolas douradas, os campos cobertos de trigo, a variedade de raças e de costumes, o interior faustoso das igrejas, com a sua liturgia imponente, tudo foi

---

(371) Faure-Binet, *op. cit.*

pretexto para exclamações, para frases de admiração, para fortes e imorredoras emoções.

São Peterburgo, Moscou, Kourah, Kiev... Depois a marcha para o sul: Odessa, Sebastopol, Livadia. Em Odessa, que era, por assim dizer, um grande armazem de trigo, os viajantes foram vêr as montanhas de grãos acumulados. “Sua Majestade, conta Gobineau, quiz subir até o cimo em passos contados, e enterrava a perna até o joelho sem conseguir avançar. Tive então a honra de inventar subir correndo; caí por duas vezes, mas consegui afinal chegar ao alto!” (372) Dois collegiais, em dia de saída, não se divertiriam com uma alegria mais sã e mais espontanea.

Em Livadia, naquelas margens floridas do mar Negro, Dom Pedro II iria avistar-se com o imperador da Russia, Alexandre II, esse Monarca de espirito justo e de larga intelligencia, que desde 1855 tivera a coragem de abolir a escravatura em seus Estados, destruindo, assim, um dôs mais enraizados privilegios das classes nobres do Imperio. Não escaparia, apezar disso, do destino cruel, e teria que cair assassinado pelos Niilistas.

## VIII

A visita á Grecia foi para o Imperador como que a realisação de um sonho. Tudo ali o encantou, desde a pedra mais singela de uma ruina abandonada, até as

---

(372) Idem.



nobres colunas do Parthenon. E deixando Gobineau em Athenas, na companhia da filha ali residente, proseguiu viagem com os seus dois companheiros, através das montanhas da Asia Menor.

De Beyrouth escrevia ao amigo que ficara atraz:

“Tudo vai bem. O passeio a Smyrna interessou-me muito. O museu desta cidade foi muito bem iniciado. Ha nêle alguns marmores notaveis, sobretudo uma estatua de Baccho e uma cabeça de Aureliano. Lastimo que não esteja aqui. A acrópole da velha Smyrna tem muralhas ciclópicas e muito curiosas, a 1.300 pés acima do nivel do mar. A montanha está cheia de tumulos. Creio que o que chamam de Tântalo tem uma falsa attribuição, e que êle deve estar do lado de Magnesia. Vi o baixo relêvo de Nioba, do qual lhe mostrei, um debuxo feito por mim. As ruinas de Sardes não são muito interessantes.

Em Epheso, o que mais me impressionou foram as ruinas do Stadio, e sobretudo as do Teatro. No lugar do Templo de Diana não ha sinão uma grande depressão cheia de destroços. Vê-se muito bem o imenso recinto, essa especie de cidade santa, assim como a profanada. O Odeon, onde pregou São Paulo, distingue-se muito bem, mas não se reconhece em nenhum lugar o cuidado com que fizeram surgir, por assim dizer da terra, o teatro de Baccho em Atenas.

Que recordações inestinguiveis me deixou essa cidade e toda a minha excursão helenica! A partir de hoje começa um mundo novo. O Libano ergue-se diante de mim com seus cimos nevados, seu aspecto severo, como convem a essa sentinela da Terra-Santa” (373).

---

(373) Carta de 11 de novembro de 1876, no arquivo de Strasburgo.

Os lugares biblicos, na Palestina, emocionaram o seu espirito cristão. Não pela beleza dos sitios ou pitoresco das paisagens, em geral modestas, mas pela relação com o character dos fatos ali desenrolados ha quasi dois mil anos, e que tão sensivelmente influíram nos destinos da humanidade.

A 30 de novembro o Imperador entrava pela primeira vez em Jerusalem. No dia seguinte assistia á missa no Calvario, e á tarde incorporava-se á procissão dos santuarios. Frei Mameto Ezquiú, o franciscano de Córdova, anotava em seu diario: “Ouvi dizer esta tarde que o imperador do Brasil deve comungar no Santissimo Sepulcro, que hontem pela manhã assistiu missa no Calvario e á tarde acompanhou a procissão da visita aos Santuarios. Os que o viram, dizem que êle se comportou com grande devoção e recolhimento” (374).

Em 2 de dezembro, dia de seu aniversario — fazia 51 anos, e na apparencia era um ancião — comungava no Santo Sepulcro e á tarde ia em peregrinação a Belem.

Ao deixar Jerusalem escrevia para Gobineau:

“Jerusalem, pela sua posição muito elevada, domina quasi toda a Terra-Santa, e produz o efeito mais surpreendente, qualquer que seja o lado pelo qual se lhe aproxime. Ali cheguei três vezes. Da primeira vez pelo lado onde Alexandre o Grande ficou justamente impressionado pelo aspecto veneravel do Jaddo, correndo ao seu encontro sobre o alto da colina, diante da qual a cidade (*aparece*) quasi subitamente. Voltava do convento de Santa Sabéa, desse

---

(374) Citado por Pedro Calmon, *O Rei filósofo*.

ninho de aguia debruçado sobre os rochedos, onde corre impetuoso o Cedrão, quando seu leito não é mais do que um amontoado de pedras enegrecidas, depois de ter atravessado desfiladeiros aridos, Jerusalem, cercada de oliveiras que cresciam entre as pedras, pareceu-me um oasis celeste. Segui quasi o caminho dos Israelistas, ao chegar á terra de Canaan, e vi tudo o que havia de mais importante. Estudei a Biblia tanto quanto pude” (375).

A excursão pelo Egito foi das mais proveitosas de sua viagem. Logo ligou-se aos sabios egiptólogos, a Guillardot, a Rougé, a Mariette, a Brugsh, que êle conhecera na viagem anterior. “Ia á modesta morada de Brugsh, no quarteirão Koladi, tomar chá e discutir ciencias — contou-nos Nicolao Debbané, numa conferencia realisada no Instituto Egipcio; essas reuniões eram para o Soberano banhos de vida natural, que lhe penetravam por todos os póros, embebendo-o de humanidade e dando-lhe novas formas para o duro labor do trono, a que novamente se devia entregar”.

“Discutiu gramatica de lingua copta com Brugsh Bey. Remexeu, em companhia de Mariette, o Vale dos Reis. Achou o Kediva muito futil, e as antiguidades tão atraentes, que prometia estudar melhor as mumias do Museu Nacional do Rio. Procurou, á luz dos archotes, em Luqsor, a decoração de Amenophis. Notou no canhenho: *Senti não ter encontrado a inscrição citada por Mariette*” (376).

---

(375) Carta s/d, possivelmente dezembro de 1876, no arquivo citado.

(376) Pedro Calmon, *op. cit.* — O Imperador deixou escrito, redigido em francez, um diário da viagem ao Alto-Nilo, do qual se conhece apenas a 1.<sup>a</sup> parte, publicada na

Mas tanto o Egito propriamente dito, que êle revia depois de cinco anos, como o Alto-Nilo, que só agora conhecia, com os seus monumentos milenarios deram-lhe emoções bem diferentes das que sentira diante das ruínas gregas. As Pirâmides, a esfinge de Gizeh, e necrópole de Beni-Hassan, todos esses vestígios da civilização faraônica não deixaram, é certo, de impressionar-lhe o espirito saturado de cultura. Mas nenhum dêles podia fazer-lhe mudar de opinião sobre a *Grecia sem rival*, terra realmente de eleição, onde as artes floresceram outróra em suas formas mais elevadas e puras. “É em vão, escrevia êle do Egito a Gobineau, que procuro varrer de meu espirito a lembrança da Acropole, para melhor julgar a beleza especial destes monumentos!” Debalde! A grandeza ciclópica das ruínas egípcias difficilmente pod'iam fazê-lo esquecer aqueles marmores de formas jamais igualadas em seus contornos, na suavidade de seus tons e na graça de seus relevos, que do outro lado do Mediterraneo estavam expostos á luz dourada do sol da Ática.

## IX

Em janeiro de 77 o Imperador estava já de volta á Italia. As cidades greco-latinas da Sicilia, depois Nápoles, Roma, Florença, Sienna, Veneza davam-lhe emo-

---

Revista do Instituto Historico Brasileiro. O Sr. Afonso d'E. Taunay dedicou-lhe dois longos artigos no “Jornal do Comercio”, do Rio.

ções sobre emoções, surpresas sobre surpresas, com essa variedade de luzes e de cenários que encontramos sempre na Itália, onde um canto de rua, uma ruína ao lado, uma árvore manchando a linha do horizonte, por muito vistos que sejam, nos dão sempre as mais-diferentes sensações. “Minhas impressões sucedem-se em tão grande numero — escrevia êle a Gobineau, de Veneza — que me é realmente impossível resumí-las numa só palavra”.

Roma. Foi ao Vaticano render homenagem ao Santo Padre, que era o mesmo Pio IX da viagem de 1871. Estava apenas seis anos mais velho, e desfrutava os ultimos de sua vida; no ano seguinte entraria para o rol dos Papas desaparecidos. Pio IX o recebeu *com vivos sinais de prazer e com todas as atenções*, como atestava Araguaia, nosso ministro na Santa-Sé. Mas difficilmente podia ter esquecido os dissabôres que tinha sofrido, havia apenas dois anos, em consequencia do regalismo do Imperador e da intransigencia de seus Ministros, na fase difficil da questão com os Bispos do norte.

As melhores horas romanas do Imperador passaram-se, porém, na Vila d'Este, em Tivoli, naquele mag-nifico cenario de verduras e aguas cantantes, cercado pelas suaves montanhas da Sabina. Ali privou com aquelle grão senhor que foi o cardial de Hohenlohe, fiel e dedicado amigo de Pio IX, sobretudo nos dias dificeis em que o Pontificado lutou contra a agitação crescente do nacionalismo italiano; foi um dos poucos que acompanharam então o Sumo Pontifice a Gaeta

Agora Hohenlohe desfrutava uma paz reparadora nas alamedas sombrias da Vila d'Este.

Amigo de Wagner e de Liszt, de Gregorovius, de Gastão Boissier, de Mommsen, êle vivia cercado de todos quantos a Cidade Eterna acolhia, entre os artistas, os historiadores, os poetas, os homens de ciencia do tempo. Prelado erudito, fazia lembrar a figura desse outro cardial, Alexandre Farnese, depois Papa, sob o nome de Paulo III, que gostava tambem de rodear-se, nas grandes salas de seu *Palazzo* romano, do que havia de mais brilhante e sedutor entre os homens de espirito da época, de sua época, esse seculo de estudiosos que foi o seculo XVI.

Gobineau, que fôra o introdutor do Imperador no cenaculo da Vila d'Este e desfrutava a estima do Cardial, não deixava de fazer-se lembrado sempre que se encontrava nos dominios do excelente prelado. "Isto aqui, escrevia êle ao Imperador em abril de 77, é seguramente um dos lugares mais admiraveis do mundo, pela beleza da natureza que nos cêrca e a magnificencia dum horizonte que engrandece a cúpola de São Pedro e por todas as lembranças historicas, desde o tempo do imperador Adriano. As pinturas do quarto onde me encontro são do mais puro século XVI, e foram executadas por ordem do cardial de Ferrara, filho de madama Lucrecia" (377).

Respondia-lhe o Imperador em dezembro do mesmo ano: "Minha lembrança da Vila d'Este está bem viva,

---

(377) Arquivo da familia imperial.

e peço dizer ao cardial de Hohenlohe que eu o queria vêr Papa, para a felicidade do mundo catolico". E noutra carta, de agosto de 78: "Lembre-me ao excelente Cardial e á sua sociedade tão bem escolhida" (378).

Pouco tempo depois era Gobineau que mandava dizer: "Acabo de chegar de Tivoli, onde passei algumas horas com o cardial de Hohenlohe e Liszt. Este ultimo é sempre admiravel. Está fazendo neste momento musica de camera e arranja, ao mesmo tempo, para piano, os quartetos de Beethoven. O Cardial é sempre bom e amavel como Vossa Majestade sabe" (379).

A visita do Imperador á Vila d'Este deixaria um traço profundo no espirito do eminente prelado. Oito anos depois êle escreveria ao Monarca: "O oceano nos separa, mas estou sempre em espirito perto do grande Imperador, que admiro como um farol de ciencia e de bom senso (*sagesse*) no novo mundo" (380).

Passando por Florença, o Imperador foi visitar Pedro Americo, que aperfeiçoava a sua arte na Italia graças á magnificencia imperial. Ali apreciou, já quasi terminada, a grande têla da *batalha de Avaí*. Esse quadro iria pouco depois para o Rio, onde ficaria em exposição. Conta-se que o Imperador foi revê-lo, em companhia do duque de Caxias, então presidente do Conselho, e que é, como se sabe, a figura dominante na

---

(378) Arquivo da Bibliotéca de Strasburgo.

(379) Carta de 1.º de dezembro de 1878, no arq. da familia imperial.

(380) Arquivo citado.

téla, sobresaindo no primeiro plano, á frente do Exército imperial.

— Então, Sr. Caxias, que diz? perguntou-lhe o Imperador, depois de alguns momentos de exame.

— Desejava saber, respondeu-lhe o Duque, á meia voz, para não melindrar Pedro Americo, tambem presente, — desejava saber onde o pintor me viu de farda desabotoada; nem no meu quarto.

No quadro, com efeito, Caxias tem a túnica presa apenas pelo primeiro botão.

Em Milão o Imperador avistou-se com Carlos Gomes, outro artista que desfrutava a generosidade imperial (381).

Da Italia seguiu para Viena. Ali se reuniu á Imperatriz e demais pessoas da comitiva, e todos partiram juntos para a Alemanha. De Berlim escrevia ao fiel Gobineau, que ò aguardava ancioso em Paris:

“Obrigado por sua bôa carta. Cheguei ontem, e sómente hoje começarei realmente os meus passeios. A Princeza Imperial (382) já me falou de você da maneira que esperava, e prometi-lhe as suas *Novelas Orientais*. Envie-me um exemplar. Chegarei a Paris a 19, o mais tardar. Adeus. Até breve”. (383)

---

(381) Vide capitulo *Os sabios*, neste volume.

(382) Mulher do principe herdeiro da Alemanha, depois Imperador Frederico III, o qual só devia reinar tres mezes; sucedendo-lhe seu filho, o imperador Guilherme II. A Princeza Imperial era filha da rainha Vitória da Inglaterra.

(383) Carta de 4 de abril de 1877, no arquiyo de Strasburgo.



Dois longos e proveitosos mezes em Paris. Paris, para o Imperador, eram as Academias, os Museus, as Bibliotéas, as salas de conferencias, os teatros, os homens de letras e de ciencia. “Em Paris — dirá mais tarde Arsène Houssaye — o Imperador visitava três ou quatro monumentos por dia, e recebia três ou quatro homens de elite. Despia-se com a maior simplicidade do manto imperial, e esse homem que governa o Imperio mais vasto do globo, depois da Russia e da China, tornava-se um simples viajante, espirituoso e erudito. O que surpreendia um pouco os que tinham a fortuna de conversar com êle, é que conhecia todos os Francezes de destaque, como se tivesse vivido entre nós. Tinha a gentileza de lembrar-lhes obras, livros, discursos que êles proprios haviam mais ou menos esquecido. E falava a lingua franceza do melhor tempo, como um verdadeiro diletante”. (384)

Gobineau, naturalmente, não o deixava. Nada se fazia mesmo sem esse excelente Gobineau. Quasi diariamente eram bilhetes como este:

“Gobineau — Estive ontem em sua casa, mas você só devia voltar de Trie á noite. Quer encontrar-se daqui a pouco comigo, no espetaculo do Vaudeville, que começa a uma e meia? Ocupo os camarotes de *avant-scène*, primeira classe, numeros 20 e 22”.

Ou como este outro :

“Gobineau — Você dirá que eu escrevo algumas vezes por assim dizer num minuto. Depois de sua partida, verifiquei que podia ir á sua casa amanhã, a uma e meia, e de lá á casa dos Majolin. Peço preveni-los da minha visita. Adeus”. (385)

Gobineau não se limitava a pilotá-lo pelos museus e galerias oficiais; tambem o acompanhava ás coleções particulares. Conhecendo, afinal, todo o mundo, êle era, assim, o melhor dos introdutores. Levava-o, assim, um dia, a visitar a galeria de quadros do filho de Horace Vernet, seu colega na diplomacia, tida por uma das mais apreciadas de Paris, não só pelas telas dos três Vernet, que ali se encontravam (as chamadas pinturas da familia — Vernet, Moreau le Jeune e Paul Delaroche), como pelos trabalhos de Reynolds, de Boucher, de muitos outros. O neto do grande pintor, criança, então, de seus dez anos, não esquecerá essa visita do Imperador, que se tornará, assim, historica, no solar daquela familia de artistas. “Lembro-me ainda — dirá êle mais de meio seculo depois — de ter visto em nosso salão da rua du Bac, 110, a silhueta elevada e majestosa de um homem com uma longa barba e de cerca de cinquenta anos de idade, a quem meus pais chamavam *Sire*, enquanto que o meu irmão mais moço lhe dizia, sem preocupações de protocolo: *Bonjour Monsieur!*” (386).

---

(385) Arquivo da familia imperial.

(386) Carta do Sr. Horace Delaroche-Vernet ao autor desta *Historia*, de Paris, 10 de agosto de 1931.

Num outro dia era para a casa de Gaston Planté que o Imperador se dirigia. O grande fisico, primeiro construtor do acumulador, residia então na velha praça des Vosges, a antiga *Place Royale*, do tempo de Luiz XIII. “Se tivesses chegado cinco minutos antes, terias encontrado o imperador Dom Pedro do Brasil” — dizia Planté ao seu jovem sobrinho Léon-Dufour, que ainda recorda a emoção que lhe dera então esse quasi encontro com um verdadeiro Imperador (387).

De outra vez ia procurar Camilo Flammarion, e surpreedia a todos pela familiaridade com que se servia dos instrumentos do observatório astronomico do sabio, sobretudo da grande equatorial, o que até certo ponto se podia explicar pelo manejo, que aprendera, desses instrumentos, no modesto observatorio que entretinha no Paço de São Cristóvão.

Procurou avistar-se com Afonso Karr. Uma simples gripe não consentira que o romancista atendesse o convite do Imperador para encontrá-lo na estação de Cannes, em fevereiro de 72. Dom Pedro II não foi melhor succedido desta vez. Afonso Karr explicou-lhe o motivo:

---

(387) Carta do Sr. Léon-Dufour ao autor desta *Historia*, de Saint Séver, 19 de agosto de 1931.

*Je suis de nouveau très désolé et Votre Majesté seule peut me consoler. Il est vrai qu'il lui suffira, pour faire évanouir mon chagrin, de le toucher du bout du doigt, comme faisaient nos vieux rois de France qui touchaient — et, dit-on, guérissaient certaines maladies de leurs sujets — ce qui devait être plus repugnant.*

*Voici le fait :*

*Il se trouve, fatalement pour moi, que ce dimanche est le seul jour de la semaine, le seul jour du mois, le seul de l'année, le seul peut-être de ma vie entière où je ne sois pas libre d'en profiter.*

*Notre Roi Henry IV fut un jour surpris par un Ambassadeur d'Espagne faisant le tour de sa chambre à quatre pattes, et portant son fils à cheval sur son dos.*

*— Monsieur l'Ambassadeur, dit-il sans se relever, avez-vous des enfants?*

*— Sire, j'en ai bien.*

*— Alors je peux continuer et terminer le tour de la chambre.*

*J'ai un petit fils de treize ans; nous avons dû tout récemment lui faire quitter la maison et la vie libre et presque sauvage des grèves et de la mer, pour la vie renfermée et studieuse du collège. Or, précisément dimanche prochain il a congé et viendra passer douze heures à la maison, au milieu de la famille, et il aurait du chagrin de n'y pas trouver son grand père.*

*C'est pourquoi je viens, moi, prier instamment Votre Majesté de m'accorder un autre jour pour que je puisse "terminer le tour de la chambre", sans avoir fait un trop grand sacrifice. (388).*

## XI

Durante essa estada em Paris o Imperador foi visto frequentemente na Academia Franceza e na Academia das Ciencias. Apareceu na Academia Franceza acompanhado por Gobineau. Alexandre Dumas Filho, que era então o Presidente, desceu para recebê-lo á entrada. O Imperador apertou a mão a cada um dos confrades presentes, tomando depois assento entre êles, *como um simples mortal*, diz espirituosamente Dumas Filho, que acrescenta:

“O conde de Houssonville lia precisamente nesse dia uma parte da interessante noticia sobre o pai, que o Imperador aplaudiu varias vezes, como todos nós. Terminada a sessão êle partiu a pé, fazendo-se seguir por seu carro, muito simples, conversando com alguns de nós. Voltou daí a dois dias, pedindo dessa vez que não se preocupassem com êle, que o recebessem como se fôsse realmente um dos quarenta. Tomou parte nos trabalhos correntes do dicionario historico, e ao deixar-nos disse-nos até logo” (389).

O Imperador fazia parte da Academia das Ciencias desde 1875, quando fôra admitido como membro correspondente — “escolha (disse êle então em carta de agradecimento á Academia) que não pode, em verdade, se explicar sinão pelo desejo, tão caro a todo coração brasileiro, de testemunhar em minha pessoa a esti-

---

(389) Carta referida por B. Mossé, *op. cit.*

ma da Academia pelos sabios do meu paiz que ela não está em situação de conhecer” (390).

O titulo de membro da Academia das Ciencias foi uma distincção que sempre o envaideceu. Era uma vaidade um pouco ingenua, pois essa honraria visara mais o Soberano do que propriamente o homem erudito. Certa vez êle dizia ufanar-se mais do titulo de membro do Instituto de França do que do de Imperador; a que sua filha, a princeza Isabel, observou, não sem malicia, que êle era membro do Instituto de França devido, sobretudo, ao fáto de ser Imperador. (391)

Sem dúvida ela tinha razão. Mas sua admissão entre os maiores homens de ciencia da França não deixava de ser, apesar disso, para êle como para qualquer outro chefe de Estado, uma honra das mais elevadas. Honra, aliás, raramente concedida a Soberanos. Que outros, alem dêle, a mereceram? Pedro o Grande, da Russia, e Napoleão I. Este, aliás, tinha entrado para a Academia ao tempo em que era ainda o general Bonaparte, sucedendo a Carnot. Foi ao tempo de sua volta da guerra da Italia. Seu sobrinho, Napoleão III, bem que aspirou igual honra. Para facilitar-lhe ou justifi-

---

(390) Arquivo da Academia das Ciencias de França.

(391) Defendendo-se, mais tarde, de certas criticas, êle confessaria: “Tenho bastante bom senso para considerar essa escolha como mero sinal de apreço pela ciencia do Brasil. Quando conversava com os sabios da Europa, dizia-lhes muitas vezes que deviam conceder essas honras scientificas a Brasileiros que podiam ocupar-se verdadeiramente de estudos scientificos” (Notas a Sinimbu, no arquivo da familia imperial).

ear-lhe a admissão na Academia, pensou-se até na criação ali de uma seção de arte militar. O segundo Imperador dos Francezes tinha, como se sabe, estudos sobre artilharia. A Academia, porém, num gesto de independência que muito a honrava, recusou o alvitre. E Napoleão III nunca lhe transpoz as portas.

Acusaram Dom Pedro II de ter solicitado ou insinuado a honra de ser membro da Academia, o que era tanto menos verdade quanto semelhante gesto iria de encontro a todos os seus preconceitos, a todos os seus sentimentos a este respeito. Ele, de resto, contestou formalmente a intriga:

“Nunca supuz que me escolhessem membro da Academia das Ciências de Paris. Nunca me falaram antes em tal, e quando recebi a noticia, não acreditei nela. Isto foi um ano depois de minha primeira visita á Europa.” (392)

Dessa vez Berthelot fazia-lhe saber a intenção da Academia, de elegê-lo associado estrangeiro, o que valia por uma promoção. “Respondi que já me tinha admirado da eleição de correspondente; que não tinha

---

(392) Notas no arquivo da familia imperial. — Por essa nota do Imperador, sua eleição para a Academia das Ciências teria sido em 1873. E' engano. O Imperador foi eleito primeiramente membro correspondente, na sessão de 24 de fevereiro de 1875, por indicação de Rupaz e do almirante Paris, na vaga do almirante Wrangel. Na sessão de 25 de junho de 1877, fizeram-no associado estrangeiro, em substituição a Ehrenberg, escolha aprovada pelo decreto de 30 do mesmo mez, do ministro da Instrução Publica de França (Docs. no arquivo da Academia das Ciências).

sido consultado daquela vez, nem queria ter a menor parte nessa segunda demonstração de estima, que aliás só poderia considerar como dada ao Brasil, onde aliás achariam realmente sabios” (393).

A Academia contou-o sempre como um dos membros mais ativos. Toda vez que se lhe oferecia uma oportunidade, êle não deixava de desobrigar-se do dever de socio, mandando-lhe suas comunicações científicas (394).

Sua figura ali, nos ultimos anos, acabou por tornar-se mesmo quasi popular — aquele respeitavel ancião, alto, burguezmente trajado, de longas barbas brancas, que entrava e ía sentar-se discretamente, procurando passar desaperecebido, numa das poltronas de socio. Vexava-lhe aceitar o lugar de honra, que a diretoria da Academia se empenhava em dar-lhe. Preferia sentar-se ao lado de um dos confrades, geralmente daqueles mais chegados á sua simpatia, como Lesseps, Frank, Berthelot, Daubrée, Pasteur ou Henri Martin “Essa honra, confessará um destes, não era uma sinecura, porque eu devia dizer-lhe os nomes de todos os meus confrades, e citar-lhe os titulos de suas obras. A

---

(393) Notas citadas.

(394) Sobre observações e descobertas de cometas, sobre um terremoto verificado no Brasil, em maio de 86, sobre os estudos de Faye relativos a globos elétricos, sobre trabalhos do Instituto Pasteur do Rio, sobre um projeto de dicionario climatologico universal, sobre a quéda de um bolido no Brasil (Docs. no arquivo citado).



sessão já de ha muito estava levantada e a minha tarefa não havia terminado” (395).

## XII

O Imperador ansiava pelo desejo de encontrar-se com Vitor Hugo, o velho glorioso, que depois da queda do Segundo Imperio representava em França a propria incarnação da patria e da liberdade. Vitor Hugo era então Senador, um dos quatro representantes de Paris na Assembléa de Versalhes. Depois das desilusões do exilio, colhia agora as desilusões da politica, muita vez mais penosas e de mais difficil absorção. Sua natureza altiva e indisciplinada, de eterno revoltado, difficilmente podia adaptar-se ao partidarismo politico a que o queriam submeter. Deixavam-no no segundo plano, quando êle aspirava representar o primeiro papel no cenario politico da nova França, o papel de verdadeiro guia de seus destinos. E quanto mais altas eram as suas aspirações, mais fundas as desilusões. Como Veuillot, Vitor Hugo via agora de perto “a baixa cozinha politica, a fatuidade e a vaidade dos que estavam de cima, o egoismo e a hipocrisia dos que formavam o paiz legal”. Sómente Veuillot tivera consciencia disso aos 24 anos, a tempo, portanto, de poder

---

(395) Carta de Adolfo Frank a B. Mossé, *op. cit.* — Daubrée, o celebre geologo, diretor da Escola de Minas, era, dentre os confrades da Academia das Ciencias, um dos que o Imperador mais estimava.

recomeçar uma outra carreira, sadia e sem baixas competições, enquanto Vitor Hugo só se dava conta da sordidez dos politicos aos 75 anos, no ocaso da vida. No fundo somos todos assim.

Ele morava então á rua de Clichy, com os seus dois netinhos, Georges e Jeanne, que o poeta acabara de immortalisar na *Art d'être grand-père*. Discretamente, silenciosamente, com o mesmo amôr e a mesma dedicação de sempre, fazia-lhe companhia na velhice aquella que lhe encantara os dias da mocidade, a bôa madame Drouet. Com a face enrugada e a cabeleira toda branca, as mãos tremulas e o olhar apagado, ninguem diria que era a mesma bela Julieta dos tempos aureos do Romantismo, dos dias gloriosos da *Lucrecia Borgia* e *Maria Tudor*, quando ella arrebatava as platéas do teatro da Porte Saint-Martin.

O Imperador mandou indagar se podia contar com a visita do poeta. Este respondeu que não ía á casa de ninguem. *Não visito impérradores!* foi a frase que lhe attribuiram, o que seria, além de uma grosseria, uma pura inverdade. "Não visito ninguem" (*Je ne vais chez personne*), foi de fato a sua frase. Combinou-se então um encontro em casa do poeta. Gustavo Rivet, um dos jovens literatos que tinham entrada franca em casa de Vitor Hugo, deixou-nos a narração da entrevista entre o Imperador e o poeta.

"Na terça feira, 29 de maio, ás 9 horas da manhã, o Imperador do Brasil chegava á casa de Vitor Hugo. Ao cumprimentar o poeta, êle disse esta frase, que a Historia deveria guardar:

-- *Monsieur Victor Hugo, rassurez-moi, je suis un peu timide* (396).

Vitor Hugo fê-lo entrar para a sala, sentando-o a seu lado.

— *Un fauteuil partagé avec Victor Hugo*, disse então o Imperador, *c'est la première fois que ça me fait l'effet d'un trône.*

Depois, esses dois homens, a força e a grandeza, o poder e o genio, puzeram-se a conversar. Dom Pedro II mostrou-se tal qual era, um amigo da França, da luz e do progresso; referindo-se aos outros Soberanos, disse a Vitor Hugo:

— *Il ne faut pas trop en vouloir à mes collègues; ils sont tellement entourés, circonvenus, trompés, qu'ils ne peuvent pas avoir nos idées.*

E Vitor Hugo respondeu-lhe:

— *Vous êtes unique...*

Vitor Hugo acabava de publicar *L'art d'être grand-père*. Depois de exprimir sua admiração ao poeta, e de repetir-lhe os versos dessa obra deliciosa, Dom Pedro II pediu-lhe o favor de ser apresentado à Mademoiselle Jeanne. Vitor Hugo mandou chamar os netos.

— *Jeanne*, disse o poeta, *je te présente l'empereur du Brésil.*

— *Voulez-vous m'embrasser, Mademoiselle*, disse Dom Pedro II.

---

(396) Para não tirar o colorido do dialogo, êle é transcrito na lingua original.

E como Jeanne lhe apresentasse o rosto:

— *Embrassez-moi donc*, acrescentou.

Mlle. Jeanne deu-lhe então um abraço com tanta força, que Vitor Hugor observou, rindo-se:

— *Est-ce que tu voudrais te donner le luxe d'étrangler un empereur?*

— *Sire*, disse o poeta em seguida, *j'ai l'honneur de présenter mon petit-fils Georges à Votre Majesté.*

E o Imperador então, voltando-se para Georges, e alisando-lhe os belos cabelos negros:

— *Mon enfant, il n'y a ici qu'une majesté*, (mostrando Vitor Hugo) — *la voici.*

Vitor Hugo ofereceu ao Imperador *L'art d'être grand-père.*

— *Qu'allez-vous écrire sur la première page?* perguntou Dom Pedro II.

— *Votre nom et le mien.*

— *J'allais vous le demander...*

E Vitor Hugo escreveu: "*A Dom Pedro de Alcantara, Victor Hugo*".

A conversa continuou.

— *Vous me préoccupez beaucoup*, disse o Imperador ao poeta. *A chaque instant je me demande: que fait Victor Hugo à cette heure-ci? Je voudrais bien avoir une idée de l'emploi de votre journée.*

O poeta contou-lhe então sua vida, seu despertar cedo e seu trabalho de todos os dias.

— *Après le déjeuner, vers une heure de l'après-midi, je sors*, acrescentou sorrindo o poeta, *et je fais*

*une chose que vous ne pourriez pas faire: je monte sur les omnibus!*

— *Pourquoi pas, replicou o Imperador, cela me conviendrait parfaitement — l'impériale!* (397)

Vê-se por estes pequenos trechos da conversa, que Dom Pedro II não é sómente um homem inteligente, mas um homem de espirito. Êle não representa certamente a idéia que estamos acostumados a fazer de um Soberano, vaidoso de seu nascimento, convencido de seu poder e desdenhoso dos humildes mortais.

O poeta perguntou ao Imperador se êle não ficava inquieto deixando o seu Imperio por tanto tempo.

— *Non, respondeu o Imperador, les affaires se font très bien en mon absence; il y a là-bas tant de gens qui valent autant et plus que moi.*

E ajuntou:

— *Je ne perds pas mon temps ici. Je règne sur un peuple jeune, et c'est à l'éclairer, à l'améliorer, à le faire marcher en avant, que je fais servir mes droits...*

Rétificando, depois:

— *Pardon, je n'ai pas de droits; je veux dire le pouvoir que je tiens des hasards de la fortune et de la naissance.*

A estas palavras disse Vitor Hugo:

— *Sire, vous êtes un grand citoyen; vous êtes le petit-fils de Marc-Aurèle.*

---

(397) Chamava-se *impériale*, em Paris, a parte superior do onibus, tambem frequentada pelo publico.

Era meio dia quando o Imperador e o poeta se separaram; e alguns dias depois o neto de Marco-Aurelio vinha de novo, como um simples cidadão, sentar-se á mesa do poeta” (98).

(398) Gustave Rivet, *Victor Hugo chez lui*. — Esta fiel narração de Rivet pode ser completada com as proprias notas de Vitor Hugo, lançadas em seu diário, e reveladas por Louis Barthou (*Les carnets de Victor Hugo*, “Revue des Deux Mondes”). Eis o que dizem textualmente essas notas:

“22 mai — 9 heures du matin. — Visite de l'empereur du Brésil, longue conversation. Très noble esprit. Il a vu sur une table l'Art d'être grand-père. Je lui ai offert, et j'ai pris une plume. Il m'a dit: — *Qu'allez-vous écrire?* J'ai répondu: — deux noms, le vôtre et le mien. Il m'a dit: — *rien de plus, j'allais vous le demander.* J'ai écrit: *A dom Pedro de Alcantara, Victor Hugo.* Il m'a dit: — *Et la date?* J'ai ajouté: *22 mai 1871.* Il m'a dit: — *Je voudrais un de vos dessins.* J'avais là un que j'ai fait du château de Vianden. Je le lui ai donné. Il m'a dit: — *A quelle heure dînez-vous?* J'ai répondu: — *A huit heures.* Il m'a dit: — *Je viendrai un de ces jours vous demander à dîner.* J'ai répondu: — *Le jour que vous voudrez, vous serez le bienvenu.* Il a comblé de caresses Georges et Jeanne. Il m'a dit en entrant: — *Rassurez-moi, je suis un peu timide.* En parlant des rois et des empereurs, il dit: — *Mes collègues.* Un moment, il a dit: — *Mes droits...* Il s'est repris: — *Je n'ai pas de droits, je n'ai qu'un pouvoir dû au hasard. Je dois l'exemple pour le bien. Progrès et liberté.* Quand Jeanne est entrée, il m'a dit: — *J'ai une ambition. Veuillez me présenter à Mlle. Jeanne.* J'ai dit à Jeanne: — *Jeanne, je te présente l'empereur du Brésil.* Jeanne s'est bornée à dire à demi-voix: — *Il n'a pas de costume.* L'Empereur lui a dit: — *Embrassez-moi mademoiselle.* Elle a avancé sa joue. Il a repris: — *Mais, Jeanne, jette tes bras autour de mon cou.* Elle l'a serré dans ses petits bras. Il m'a demandé leur photographie et la mienne et m'a promise la sienne. Il m'a quitté à onze heures. Il m'a parlé d'une façon si grave et si intelligente qu'en nous séparant, je lui

## XIII

Como acontece geralmente, os pedidos, as súplicas, vindas de toda a parte, em exposições, em memoriais, mais ou menos longos, em toda a sorte de documentos, não o deixavam um momento socegado. O Imperador, é evidente, não tinha tempo para lêr toda essa papela-da; também não a queria desprezar sem tomar-lhe antes conhecimento, ao menos dos papéis mais importan-

---

ai dit: — Sire, vous êtes un grand citoyen. Encore un détail. En le présentant Georges, je lui ai dit: — Sire, je présente mon petit-fils à Votre Majesté. Il a dit à Georges: — *Mon enfant, il n'y a qu'une majesté, c'est Victor Hugo.*

“23 mai. — J'ai mis ma photographie (où il y a Georges et Jeanne) sous une enveloppe avec inscription: *A celui qui a pour ancêtre Marc-Aurèle, (\*)*, et je l'ai portée au Grand Hotel, où demeure dom Pedro, et j'ai dit: — Remettez cela à l'empereur du Brésil.

“29 mai. — En rentrant, j'ai trouvé l'empereur du Brésil qui venait dîner avec moi. Il était accompagné du vicomte de Bom-Retiro, qu'il m'a présenté en disant: — *Je vous amène mon ami.* M. de Bom-Retiro est un homme fort distingué. L'Empereur m'a remis sa photographie signée *Pedro de Alcantara* et datée *22 mai 1871*. Nous avions Vacquerie et nos convives du mardi. Au dessert, j'ai porté un toast à mon *hôte illustre*. Il m'a répondu par un toast à moi même. Causerie jusqu'à minuit. A minuit, luncheon. Il s'est retiré vers une heure”.

---

(\*) Essa fotografia foi depois colada, pelo Imperador, no verso da capa de volume *L'Art d'être grand-père*, que lhe dera o poeta na mesma ocasião. Assim a viu o autor deste livro, ha alguns anos, na Bibliothéca Teresa-Cristina (antiga bibliothéca particular do Imperador), existente na Bibliothéca Nacional do Rio de Janeiro. Parece que o livro foi depois retirado dali, não se sabe porque nem por quem.

tes. Fez-se, então, de cada documento um pequeno resumo, com a sugestão da resposta a dar, se fôsse o caso, para que êle decidisse afinal.

Eram cartas, requerimentos, memorias sobre os mais variados e surpreendentes assuntos: pedidos de dinheiro, antes de tudo, pedidos de empregos, ofertas de livros, de muitos livros e de toda a sorte de objéto, até de animais. Um tal participava ao Imperador uma descoberta científica, e pedia-lhe, naturalmente, o *apoio*; um outro solicitava-lhe cartas de recomendação para as autoridades dos países que êle atravessava; aventureiros pediam-lhe passagens para irem ao Brasil; hoteleiros ofereciam-lhe comodos em suas casas; uma moça, de familia pobre, noiva, queria casar-se, e recorria para isso ao Imperador, solicitando-lhe um dote; uma outra confessando-se seduzida e abandonada pelo amante, pedia-lhe recursos para “compensar o mal”; poétas ofereciam-lhe poesias, louvando o Monarca em versos que não primavam nem pela forma nem pelo fundo...

Nem todos esses correspondentes tinham noção exata sobre quem fôsse esse Imperador, ao qual, no entanto, recorriam, mesmo sobre o que fôsse um Imperador. Alguns mal lhe conheciam, ou lhe desconheciam inteiramente o nome. Havia endereços realmente pittorescos. Um Francez, escrevendo a Dom Pedro II chamava-o *Sua Magestade o Senhor conde d’Eu, imperador do Brasil*. Um americano do norte encabeçava sua carta com estas palavras: *Dr. Alcantara Pedro II*.



Mas o mais pitoresco era sem duvida esse outro Americano, que escrevia: *His Excellency Dom Pedro — Emperor* (399).

#### XIV

Em junho de 1877 o Imperador se encontrava em Londres. Inaugurava-se ali a exposição de Caxton, em honra de William Caxton, o introdutor da imprensa na Inglaterra. Gladstone, Primeiro Ministro, presidia a abertura da Exposição. Ao seu lado se encontrava o Imperador. Mas este pouco se demorou, e se retirou antes mesmo de iniciados os discursos. Fazendo o brinde costumeiro á Família Real Inglesa, Gladstone pediu permissão para extendê-lo ao imperador do Brasil.

“E’ um homem, disse, (e tendo elle se ausentado, posso falar com mais liberdade) que é um exemplo para todos os soberanos do mundo, pelo zêlo que põe no fiel e cuidadoso cumprimento dos seus pesados encargos. E’ um homem de uma notavel distincção, que possui as mais raras qualidades, entre as quais uma perseverança e uma força de trabalho hercúleas; começa a jornada ás vezes ás 4 horas da manhã, para só termina-la muito tarde da noite. E’ o que se pode chamar um grande e bom soberano, um homem que, por sua conduta, pode tornar o alto pôsto que occupa um modêlo e uma felicidade para os seus” (400).

---

(399) Papeis da Mordomia imperial, no arquivo do Itamarati.

(400) Porque se tenha publicado incompleto e deturpado, dá-se aqui o texto original e completo desse discurso de Gladstone, tal qual foi publicado na época pelo *Times*,

Convidado pela rainha Vitoria para um baile e concêrto no palaco Buckingham, o Imperador lá appareceu de casaca e gravata preta, numa filosofia toda desconcertante. Sabe-se com que rigor a côrte inglêsa estabelece, para essas cerimoniaes, o uso do uniforme e calções curtos. Um jornal londrino — *The Truth* — não deixou passar esse detalhe da visita de Dom Pedro II: “Parece extranho, hoje em dia, que um Imperador possa viajar sem trazer o uniforme para as festas de gala, e é absolutamente inaceitavel que S. M. Imperial não tenha podido munir-se, em toda Londres, de uma gravata branca”.

Em Oxford conquistou a simpatia dos alunos pela simplicidade de suas maneiras. Surpreendeu-os durante as férias do verão, em meio de seus exercicios, de suas

---

de Londres: *He is a man — being absent I can say it more freely than if I spoke it in his presence — who is a model to all the Sovereigns of the world in this anxiety for the faithful and affective discharge of his high duties — he is a man distinguished, if I am to descend to lower, but still remarkable peculiarities, for Herculean p̄severance and strenght in the perfomance of labour, beginning, I believe, at about 4 ó clock in the morning, and ending very hard upon midnight. But that would be a small matter of praise to give if we did not consider the manner in which he consumes the 18 or 20 hours which form his ordinary day, and they are consumed in a succession of efforts to glean and gather through-out the world, from time to time, knowledge of very kind which he may make useful on his return to is own country in promoting the health and happiness on his people. That is what I call, ladies and gentlemen, a great and good Sovereign, and a man who, by his conduct, in enable to make the station which he holds a pattern and blessing to his race.*

reuniões politicas e literarias, cantando, fumando, bebendo. O Imperador fez questão de conhecer todo o Collegio, de tudo vêr. Levou a curiosidade a ponto de penetrar nos quartos dos alunos, interrompê-los em sua vida intima, com surpresa e, depois, com embaraço das *vitimas* (401).

Da Inglaterra passou-se para a Holanda, depois para a Suissa, de onde se dirigiu para Portugal. Ali quiz revêr Camilo Castello Branco, de cujo curto convivio, em 1872, guardava tão boas recordações. Mas o romancista o dissuadio disso, para não dar ao Monarca seu amigo o espetaculo cruel de seus sofrimentos:

“A visita de Vossa Majestade, na dolorosa situação em que me encontro, seria para os meus crueis padecimentos uma exacerbação. Alem das nevralgias que me forçam a gritar, estou febril, cego e surdo. Não queira Vossa Majestade presenciar este horrendo espetaculo. Rogo, pois, meu Senhor, que neste acerbo lance não repita a honra que me fez no Porto, em condições relativamente felizes e tão saudosas para mim”. (402).

Procurou avistar-se com Herculano. Mas o solitario de Vale-de-Lobos não consentiu dessa vez que o Imperador se deslocasse para ir procurá-lo, como em 72. Foi encontrá-lo em Lisboa. Ali avistaram-se os dois. Conversaram com a animação e a confiança de velhos

---

(401) The Pall Mall Gazette, de Londres.

(402) Carta de Camillo Castello Branco ao Imperador, s/d, no arquivo da familia imperial. — Vêr no capitulo *Primeira viagem ao estrangeiro*, deste volume, a visita do Imperador a Camillo.

amigos. Depois Herculano despediu-se. Despediu-se para sempre: morreria daí a dez dias.

Uma semana antes de embarcar apareceu-lhe no Hotel um jovem de 26 anos, modesto, desconhecido, de perfil judaico, que insistia em falar ao Imperador para entregar-lhe um poema de sua autoria. O Imperador recebeu-o, como a tantos outros. Chamava-se Guerra Junqueiro. (403).

## XV

Essa viagem proporcionava-lhe horas de deliciosas evocações. Mas a realidade estava no tempo que corria, nos dias que passavam depréssa, aproximando-o cada vez mais do momento de voltar á patria distante, onde o esperavam os encargos de sua dura profissão. A vida, infelizmente, não era só os passeios, nem as correrias apressadas pelos paizes da velha Europa, nem o convívio estimulante dos homens de cultura: era também, para êle, a labuta diaria em São Cristovão, as visitas aos estabelecimentos publicos da Côrte, os despachos com os Ministros, as audiencias na varanda do Palacio. Trabalho, trabalho, sempre trabalho! Não era esta, afinal, a sua vida, a que lhe traçara o destino e êle procurava cumprir com a obediencia de um servo? O trabalho é o melhor meio de escamotear a vida, dizia Flaubert. Ele também amava o trabalho! Era

---

(403) Pedro Calmon, *O Rei filósofo*.

mesmo, para êle, a razão de sua propria vida. Como Tolstoi, podia dizer que era uma das condições de sua felicidade. “Estou contente por sabê-lo tão ocupado, escrevia o Imperador, certa vez, a Gobineau; o trabalho tambem é o meu grande consôlo!” (404).

De Lisboa, nas vespéras de atravessar o Atlantico, êle se despedia do amigo que ficava, do companheiro de tantas horas agradaveis, que a roda da fortuna não o deixaria mais abraçar:

“No dia 8 parto para o Brasil, onde me lembrarei sempre dos dias excelentes que passámos juntos. Nossa correspondencia atenuará um pouco o meu pezar; entretanto, desejo vivamente que nos encontremos de novo” (405).

E quatro dias depois de chegar ao Rio:

“Eis-me restituído ás minhas occupações habituais. Como esperava, e lh’o dissera durante um dos nossos passeios em Odessa, minha atividade adapta-se bem a elas. A viagem foi muito feliz, e encontrei todos os meus em perfeita saúde. No mar acabei a leitura do ultimo livro de Renan, que me interessou muito, e onde êle cita bem a proposito o seu ultimo livro sobre o *babismo*” (406).

---

(404) Carta de 24 de dezembro de 1877, no arquivo de Strasburgo.

(405) Carta de 4 de setembro do mesmo ano, idem.

(406) Carta de 1.º de outubro seguinte, idem.

## CAPITULO X

### REFORMA ELEITORAL

*Gênese da eleição diréta — Apoio de liberais e conservadores — Cepticismo do Imperador — A oportunidade da Reforma — Exoneração de Caxias — Volta dos liberais ao poder — Chamada de Sinimbú e afastamento de Nabuco de Araujo — A explicação disso — Espirito de moralidade do Imperador — No campo dos politicos — Na diplomacia — Na magistratura — Na escolha dos Senadores — O caso de José de Alencar — Prevenção do Imperador contra Nabuco — Uma opinião desairosa de Caxias — Quem era o visconde de Sinimbú — Seu pensamento sobre a Reforma — A questão da revisão constitucional — Razões do Imperador — Oposição dos Senadores — Exoneração do Ministerio — O conselheiro Saraiva — Condições de sua entrada para o governo — Aprovação da lei de reforma eleitoral — O Imperador dá-se por vencido — Seu liberalismo.*

## I

Ao voltar da Europa, no fim do ano de 77, o Imperador encontrou a opinião publica do paiz agitada pela questão da reforma eleitoral. Essa agitação resultava da propaganda que os liberais vinham fazendo, havia bem dez anos, em prol da reforma do sistema eleitoral vigente. Queriam êles substituir a eleição chamada de dois grãos, tradicional no regime eleitoral brasileiro, desde as eleições para as Côrtes de Lisbôa, por um novo processo, de eleição diréta.

A idéia da eleição diréta não era nova. Se não figurara no plano radical de reformas, elaborado pelos liberais em 1831, os progressistas, de onde se originara o atual partido liberal, já a haviam adotado desde 1862, como um dos numeros principais do seu programa politico.

O inicio, porém, da atual campanha datava sómente de 1868. Fôra, a bem dizer, uma reação ao ato do Imperador substituindo o gabinete liberal de Zacarias de Góes pelo gabinete conservador do visconde de Itaboraí, apesar do primeiro dêles gosar, naquela época, da inteira confiança do Parlamento. Já vimos (407) que a celeuma levantada por esse ato do Soberano foi enorme, e que raramente este sofreu no Parlamento tão rudes e numerosos ataques. Os liberais difficilmente se

---

(407) Vêr Capitulo *Caxias contra Zacarias*, no volume I desta *Historia*.

conformaram com o processo sumario pelo qual Dom Pedro II os puzera, da noite para o dia, no campo da opposição.

Foi dessa revolta que nasceu, pode-se dizer, a consciencia de uma reforma do sistema eleitoral vigente, pelo qual se pudesse revestir as futuras Camaras de uma autoridade bastante independente para tornar impossivel, ou pelo menos mui difficil, a repetição de uma prepotencia igual da Corôa contra o partido em maioria no Parlamento. O remedio que todos agora preconisavam para isso era a eleição chamada diréta, ou de um gráo.

Sua propaganda vinha sendo feita com um entusiasmo e uma decisão de vencer bem raros entre nós, sobretudo no campo politico. Os liberaes eram realmente incançaveis nessa luta, tudo fazendo por levá-la até a victoria final. Por toda a parte a ação dêles foi sempre ininterrupta, abrangendo todos os campos, desde a tribuna do Parlamento ou as colunas da imprensa, onde dispunham de um jornal, *A Reforma*, fundado para a propaganda da idéia, até os clubs politicos, especialmente o *Club da Reforma*, em cuja presidencia estava o conselheiro Nabuco de Araujo, autor do manifesto reformista, pelo qual se punha a corôa diante deste dilema: reforma ou revolução!

Durante todo o tempo em que os liberaes se conservaram na opposição, isto é, desde a quêda de 1868 até agora, a agitação pela Reforma se desenvolveu com uma tal eficiencia que acabou por infiltrar-se na consciencia politica da nação. Assim, quando o Imperador chegou



da Europa, em setembro de 1877, encontrou a idéia já inteiramente amadurecida. Mesmo alguns dos mais autorizados chefes conservadores, como Cotegipe ou Rio-Branco, e dos soldados graduados do partido, como João Alfredo ou Sales Torres-Homem, visconde de Inhomerim, estavam francamente conquistados aos novos ideais. Em tése, pode-se mesmo dizer, estes não tinham rigorosamente oposicionistas; eram aceitos por gregos e troianos. As divergencias versavam apenas quanto a detalhes, sobretudo quanto ao processo pelo qual se achava dever ser feita a Reforma. Alguns politicos entendiam que não se podia modificar a lei eleitoral sem uma prévia revisão constitucional; outros — e estes formavam a grande maioria — achavam que bastava para isso uma lei ordinaria, votada pela legislatura em curso. Estes dois pontos de vista dividiam tanto conservadores como liberais.

## II

O Imperador não era partidario da Reforma. Não tinha nela a fé de seus apóstolos liberais, nem mesmo a simpatia que lhe tributavam os conservadores convertidos.

Para êle, a causa do falseamento das eleições e, portanto, de Camaras sem autoridade, que permitiam golpes como o de 1868, não estava na lei que se pretendia agora reformar. Era bem mais profunda. Estava na massa ignorante da nação. Estava tambem nos pés-

simos costumes politicos dos nossos homens de Governo. "Confesso-lhe, escrevia êle a Rio-Branco em janeiro de 1875, que cada vez me entristeço e me envergonho mais do que tem sido, e serão ainda por muito tempo, adotem-se as medidas que se adotarem, se não se corrigirem os costumes politicos, as eleições entre nós" (408). Para se corrigirem tais defeitos só uma reforma mais profunda e mais radical, que atingisse a essencia mesma do mal. De nada ou, pelo menos, de muito pouco valeria uma nova lei eleitoral, no fundo um simples rótulo. "Não é o vestido, observava o Imperador, que tornará vestal a Messalina, porém sim a educação do povo e, portanto, a do Governo" (409).

A sua falta de fé na Reforma era, porém, uma coisa; e outra coisa era a esperança que depositava nela toda a opinião politica do paiz. Era um fato que os homens e os partidos a reclamavam com insistencia. Neste caso não cabia a êle estorvá-la. "A reforma eleitoral, escrevia o Imperador a Gobineau em janeiro de 79. agita um pouco os espiritos; mas como os dois partidos a julgam necessaria, é preciso que ela se faça. Em todo o caso, eu não tenho confiança sinão na educação do povo" (410).

---

(408) Carta de 24 de abril de 1875, no arquivo do Itamarati.

(409) Nota ao opusculo de Joaquim Nabuco, *O erro do Imperador*.

(410) De Petropolis, 10 de janeiro de 1879, no arquivo da Bibliotéca de Strasburgo.

Tendo consultado a respeito os dois presidentes do Parlamento, Jaguarí, presidente do Senado, e Paulino de Sousa, presidente da Camara, ambos declararam que a Reforma era oportuna, acrescentando mesmo que se fôsse presidente do Conselho não duvidariam em promovê-la na proxima sessão das Camaras. Assim, mais do que oportuna, era urgente. Indagando depois de Paulino de Sousa qual era a opinião politica do seu partido, respondeu o chefe fluminense que os conservadores, em geral, queriam a Reforma. “Portanto, concluia o Imperador, ambos os partidos a desejam, e eu não tenho sinão que achá-la oportuna, entendendo que deve ser o partido liberal, que primeiro e constantemente tem pugnado por ela, que a faça” (411).

### III

O desejo do Imperador, de que fôsse os liberais os autores da Reforma, não provinha apenas do fato de terem êles sido os propugnadores da idéia, sinão tambem da intenção que tinha o Monarca, de aproveitar a oportunidade para mudar a situação politica, ha quasi dez anos nas mãos dos conservadores. No seu papel civilizador de balança do regime, de árbitro entre os dois partidos officiais, velando por que nenhum dêles se perpetuasse no poder, como era a tendencia de

---

(411) Carta a Caxias, de dezembro de 77; minuta no arquivo da familia imperial.

ambos, o Imperador sentia-se á vontade para fazer agora a troca dos partidos. Não importava que a Camara actual fôsse na sua quasi totalidade composta de conservadores. Com a vinda dos liberais para o Governo, e fazendo-se novas eleições, a Camara futura seria necessariamente — e unicamente, talvez, — liberal. O processo era o mesmo já conhecido.

A retirada do actual Gabinete parecia-lhe tanto mais facil quanto era patente o seu desprestigio, quer nos meios politicos quer no seio da opinião pública. Ninguem mais queria defendê-lo. Consideravam já uma carga ao mar. Era um Ministerio, dizia-se, cuja unica politica fôra não ter politica alguma. E quanto ao presidente do Conselho, o velho marechal duque de Caxias, os proprios amigos do Governo o deixavam inteiramente desamparado, quando não concorriam para o seu maior descrédito, repetindo, nas rodas dos intimos, que era “um analfabéto e quasi imbecil” (412).

Caxias, aliás, já não era mais, a bem dizer, o verdadeiro chefe do Governo. Velho, doente, alquebrado por uma vida longa e cheia de tropeços, afastara-se temporariamente da presidência do Conselho e se recolhera ao socêgo de sua fazenda em Santa Mônica. Cotegipe, ministro da Fazenda, que desempenhava ao lado do Duque o papel de *brilhante segundo*, substituiu-o interinamente na chefia do Gabinete.

Havia quasi dois anos que Caxias vinha insistindo por sua demissão. Nas vésperas do Imperador seguir

---

(412) J. J. Silveira Martins, *Silveira Martins*.

para os Estados Unidos, êle lhe havia escrito: “Meu estado de saúde é tal, que me não dá esperanças de poder voltar ao Ministerio, e por isso rogo a Vossa Magestade a minha demissão” (carta de 22 de fevereiro de 76). E a 1.º de março seguinte insistia: “Peço a Vossa Magestade encarecidamente que me conceda a demissão do alto cargo que exerço, esperando que Vossa Magestade Imperial me faça a justiça de supôr que só por não ter mais forças para o servir insisto nesse pedido” (413). O Imperador, porém, entendeu que não era conveniente dispensá-lo na ocasião em que ia afastar-se do Imperio, quando a presença, ainda que nominal, do velho Duque na chefia do Ministerio, valia por uma garantia de tranquilidade para a regencia da Princeza Isabel.

Voltando da Europa em fins de 77, resolveu ir visitar Caxias em Santa Monica, afim de inteirar-se pessoalmente de suas condições de saúde. De fato, o Marechal estava bem mal, e não parecia poder resistir ainda muito tempo. Morreria, aliás, daí a dois anos.

O Imperador voltou convencido de que era mister tomar uma das duas soluções: ou substituir Caxias á frente do Ministerio, ou organizar um Gabinete novo, dentro ou fóra da situação conservadora. Cotegipe logo insinuou que fôsse concedida a demissão de Caxias, sendo o Ministerio em seguida remodelado sob a chefia dêle, Cotegipe, o qual propria ás Camaras a vota-

---

(413) Arquivo citado.

ção da eleição diréta. Parece que semelhante manobra agastou o Imperador, que logo percebeu o verdadeiro intuito de Cotegipe: escamotear aos liberais a reforma da legislação eleitoral e firmar-se êle no poder (414).

Cotegipe se julgava tanto mais indicado para propôr a eleição diréta quanto êle fôra e se dizia ainda, um antigo partidario dela. De fato, era sabido que declinando o convite de Rio-Branco, para fazer parte do Gabinete de 7 de março de 71, êle lhe fizera um apêlo no sentido de ser instituída a eleição diréta, sem a qual, dissera, corriam riscos até mesmo as instituições monarchicas. Contudo (e era a prova da insinceridade de Cotegipe), entrando, quatro anos depois, para o Gabinete Caxias, com um prestigio politico quasi igual sinão superior ao presidente do Conselho, não mais insistiu em suas anteriores idéias.

---

(414) Diz Pereira da Silva que data de então a decisão do Monarca, de entregar o Governo ao partido liberal. Aplaudindo essa attitude, Silveira Martins comparou-a á de Leopoldo I da Belgica, que despedira certa vez um Gabinete conservador, apesar da maioria que o apoiava no Parlamento, por ter êle apresentado, como programa seu, uma reforma sabidamente de côr liberal. "O Sr. Dom Pedro II, disse Silveira Martins, procedeu de um modo rigorosamente constitucional. Não criou novidade: imitou o rei Leopoldo. Despediu o partido conservador, que queria realizar a idéia de seus adversarios e chamou os liberais, a quem competia a responsabilidade dessa medida do seu programa politico". A Cotegipe êle lançava o exemplo de Robert Peel, "mais leal, mais patriota, mais homem de Estado, que resignou voluntariamente o poder e lembrou á Rainha a chamada dos seus adversarios" (Silveira Martins, *op. cit.*).

Não somente não insistiu nelas, como iria pouco depois renegá-las, quando saiu a defender na Camara, em 1875, a lei do terço em vez da eleição diréta — “só para evitar que o poder passasse ás mãos dos liberaes, uma vez que Dom Pedro II, naquela época, ainda não queria a eleição diréta” (415). “Traiu os principios que tinha esposado!”, diria Silveira Martins (416). “Flagrante e tristissima incoerencia”! exclamaria Martinho Campos na Camara, acusando-o de ter capitulado com a Corôa (417). A verdade é que Cotegipe só voltou a advogar a eleição diréta quando se viu ameaçado de deixar o poder, e compreendeu que o Imperador a tinha definitivamente esposado.

Não seria impossivel que o Imperador acabasse por se deixar vencer pelas labias do ministro da Fazenda, e o incumbisse de reorganisar o Ministerio, consentindo em que êle propuzesse depois a eleição diréta. Mas, por infelicidade de Cotegipe, surgiu justamente nessa ocasião o celebre escândalo das *popellines*, provocado por uma interpelação do deputado Cesario Alvim. Foi o caso do contrabando de uma partida de fazendas de *popelline*, envoltas fraudulentamente em panos de algodão, passado por uma importante firma comercial da Côrte, da qual fazia parte, como socio comanditario, o proprio ministro da Fazenda. Ninguem, de bôa fé, poz em duvida a honorabilidade de Cotegipe nesse caso.

---

(415) Agenor de Roure, *A eleição diréta*.

(416) *Op. cit.*

(417) Discurso de outubro de 77.

Mas sua situação não deixou de ser a mais difícil, e é certo que esse escândalo concorreu para precipitar a retirada do Ministerio e da situação conservadora.

#### IV

Chegava, assim, o dia tão ardentemente desejado pela opposição, de voltar aos conselhos da Corôa, e agora com tanto maior prestigio quanto iria realizar a reforma do sistema eleitoral, inaugurando um novo periodo politico no Brasil, do qual todos auguravam os maiores e mais benéficos resultados. Ha bem dez anos que os liberaes se esterelisavam no ostracismo, e tão longo tempo contava muito na historia do partido.

O conselheiro Nabuco de Araujo era o nome por todos apontado para presidir o novo Gabinete. Um dos chefes mais autorisados do partido liberal, presidente do Club da Reforma, redator do Manifesto com que os liberaes iniciaram, em 1868, a propaganda da eleição diréta, Senador, conselheiro de Estado, Ministro varias vezes, tudo estava a indicá-lo para tomar, nesse momento, a grande responsabilidade de fazer passar a lei. "O salão e o vasto gabinete do sobrado da rua Bela da Princeza (418), esquina da praia do Flamengo, donde raramente êle saía, estavam cheios, dia e noite. As noticias que chegavam de idas e vindas de São Cristovão, não alteravam a confiante perspectiva. Nabuco expli-

---

(418) Atual rua Correia Dutra.



cava que o Imperador queria *vider la question*. Era a sua expressão textual. Essa especie de certeza do advento proximo aumentava o prestigio da sua figura. Todos lhe fitavam o belo porte, a cabeça bem formada, o rosto escanhado, procurando adivinhar nas palavras pontificais o segredo da futura organização. Muitos já se viam aproximar-se da pasta tantas vezes sonhada” (419).

Ora, Nabuco não foi chamado. O Imperador encarregou o visconde de Sinimbú de organizar o novo Ministerio. Foi uma surpresa geral! O proprio Sinimbú não contava com isso. Pouco antes, Silveira Martins aludira á possibilidade de êle receber a herança de Caxias, inaugurando a proxima situação liberal. Sinimbú respondera:

— Qual, o Sr. não pense nisso, pois bem deve saber que será o Nabuco!

Sinimbú era certamente um dos mais autorizados chefes do partido liberal. Seu grande prestigio, dentro e fóra do partido, era incontestavel. Mas Nabuco tinha prestado á propaganda da Reforma serviços que nenhum outro chefe podia alegar. Se havia de fato um *pai* da Reforma, este era indubitavelmente o conselheiro Nabuco. Além disso, e embora pouco mais moço do que Sinimbú, êle tinha, ao lado deste, uma folha de serviços públicos pelo menos igual. Fôra mesmo ministro

---

(419) Tobias Monteiro, *Pesquisas e depoimentos*.

de Estado mais vezes do que Sinimbú (420), e servira com Paraná, Abaeté e Olinda, chefes cujo fulgor, na constelação politica do Imperio, era imenso, e até certo ponto refletia nos seus antigos auxiliares de Governo. Nabuco fôra o ministro da Justiça do gabinete Paraná, em 1853, o Ministerio chamado da Conciliação, o qual, com o gabinete de 1871, presidido pelo visconde do Rio-Branco, serão considerados os dois mais brilhantes e fecundos Governos da Monarquia.

Por tudo isso, a chamada de Nabuco, naquele momento, era um desses atos que se impunham por si mesmos. Ora, o Imperador voltou-se para Sinimbú. Para Nabuco, esse gesto do Monarca foi mais do que uma surpresa: foi uma dura decepção. Ele não deu mostra disso; guardou, pelo contrario, uma attitude rigorosamente sportiva, no sentido inglez da palavra, e logo se apressou em declarar que o nome de Sinimbú era realmente o indicado. Mas o gesto do Imperador devera tê-lo tanto mais magoado quanto o Monarca não se lembrara nem mesmo de ouvi-lo sobre a futura organização ministerial.

---

(420) O Sr. Tobias Monteiro (*op. cit.*) diz que Sinimbú fôra Ministro com Paraná e Olinda. E' evidentemente um engano. Sinimbú foi bem Ministro com Olinda, em 1862, mas não com Paraná. Quem foi Ministro com Paraná, no gabinete da Conciliação, foi justamente Nabuco. Nabuco foi Ministro três vezes, com Paraná em 53, com Abaeté em 58, e com Olinda em 65. Sinimbú, sem contar o Gabinete que iria agora presidir, fôra Ministro apenas com Ferraz, em 1859, e com Olinda, em 1862.

Chamou logo Sinimbú, e este, se procurou avistar-se com Nabuco antes de se apresentar no Paço de São Cristóvão com a lista dos novos Ministros, fê-lo mais por um gesto de simples cortezia do que com o proposito de ouvir-lhe os conselhos e assentar com êle a organização do Gabinete. Não ha exagero em dizer-se que Nabuco foi pôsto inteiramente á margem (421).

## V

Como se explica essa attitude do Imperador, tratando Nabuco, num momento desses, como *quantité negligible*, quando, pelo seu passado de homem publico, pelo seu presente, sobretudo por sua ação na propaganda da eleição direta, merecia bem um outro tratamento? Se êle não reunia a soma de qualidades de um

---

(421) Joaquim Nabuco (*Um estadista do imperio*) assevera, para acentuar o abandono em que deixaram o pai, que Sinimbú só o foi procurar depois de ter estado com o Imperador e assentado com este a organização do Ministerio. Sinimbú, porém, contesta isso, e ha, para apoiá-lo, além do testemunho de Leão Veloso, em discurso na Camara, o do seu proprio filho, Sr. João de Sinimbú, que diz ter descido com o pai de Friburgo para acompanhá-lo á casa de Nabuco. Precisa mesmo o dia: 2 de janeiro de 1878, isto é, na véspera de sua audiência com o Imperador. O filho de Sinimbú deve estar com a razão. Tem, em todo o caso, mais autoridade para depôr neste assunto do que Joaquim Nabuco, que estava então no estrangeiro, e só depois da morte do pai, occorrida em março daquele ano, é que, de volta ao Brasil, pôde se inteirar dos acontecimentos que cercaram a chamada de Sinimbú ao poder. Vêr sobre isto: Craveiro Costa, *O Visconde de Sinimbú*.

Rio-Branco ou de um Paraná, nem tinha a tenacidade de um Zacarias, a flexibilidade de um Saraiva ou a comunicabilidade de um Cotegipe, não se impunha menos por sua ilustração, por suas boas maneiras, pela franquezas de suas atitudes politicas, pelo equilibrio, enfim, de todas as suas qualidades. No Parlamento era dos oradores mais escutados; e na imprensa ou no Forum sua pena inspirava o respeito dos adversarios. Podiam-se-lhe aplicar aquelas palavras de Patru: *il avait vieilli dans l'école de bien parler et de bien écrire.*

Oliveira Lima explica o ato do Imperador, pondo Nabuco de lado, dizendo que este “não era então alheio ao mundo dos negocios, como advogado de companhias e de interesses financeiros, dos quais Sinimbú se conservava á grande distancia”; e que o Imperador “queria absolutamente que a politica fôsse feita tão imaculada quanto possivel” (422).

Sobre isso convem abrir aqui um parêntesis. De fato o Imperador era de uma intransigencia irreductivel sempre que se tratava de isolar a politica ou a administração publica de todo interesse que não fôsse propriamente o do paiz. Nisto o seu espirito de moralidade era insuperavel. Pode nem sempre ter evitado que politicos menos escrupulosos, mesmo dos mais acatados, ou funcionarios prevaricadores, fugissem a uma justa punição. Mas, em regra, sempre que um fato menos justificavel lhe vinha ao conhecimento, êle não deixava de punir o responsavel com os recursos que

---

(422) *O Imperio brasileiro.*

lhe dava a lei. É conhecido o fato de um diplomata nosso, que depois de uma carreira sem mancha, fôra nomeado ministro em São Petersburgo. Naquele momento estava na Italia. Foi quando se descobriu haver cometido irregularidades no jogo, num club fechado de Roma, frequentado pela aristocracia do paiz. Sabedor disso, o Imperador foi inexoravel: mandou iliminá-lo imediatamente da carreira, cassando-lhe ao mesmo tempo o titulo de Conselho.

O Imperador exigia, dos nossos representantes no estrangeiro, a mais irrepreensivel conduta, tanto na vida publica como na particular. O menor deslize, uma pequena falta era motivo, sinão de uma demissão, se de fato não fôsse o caso para tanto, ao menos de um longo ostracismo. A fiscalisação na nomeação e promoção dos diplomatas era uma das suas maiores preocupações no Governo. Conhecia, pode-se dizer, a vida particular de cada um.

O resultado desse policiamento era um corpo diplomatico ao mesmo tempo brilhante e capaz, moldado na melhor escola, onde cada qual se impunha pelo prestigio proprio, por suas altas qualidades morais. Não se viam diplomatas sem moralidade, ostentando publicamente suas amantes; outros embriagados, praticando toda a sorte de desatinos; ou fazendo faleatrúas, emitindo chéques sem fundo, fazendo dividas de jogo e de toda a especie, á sombra das imunidades diplomaticas; e muito menos via-se o Governo, não somente tolerar, mas ainda solidarisar-se ou mesmo encampar

tais atos, protegendo em seguida o diplomata criminoso com o *mot d'ordre* do silencio. Penedo, Teixeira de Macedo, Araguaia, Ponte Ribeiro, Arinos, Japurá, os dois Itajubá, Porto-Seguro (Varnaghen), Aguiar de Andrada, para só falar nos de carreira, eram diplomatas que representavam de fato no estrangeiro as tradições de cultura e de moralidade da diplomacia imperial.

O mesmo rigor que o Imperador applicava na seleção do pessoal diplomatico, verificava-se na administração judiciaria. O bom juiz era para êle a condição principal de uma bôa justiça. “A magistratura vai provocando bastantes queixas, recomendava á filha ao partir para os Estados Unidos, em 1876. Muito escrupulo na primeira escolha; e depois a antiguidade para os acessos é o que me parece melhor. Não se apresse em anuir a despachos para a magistratura: exija informações seguras aos Ministros sobre os individuos propostos” (423).

Conhece-se o caso ocorrido em 1863, quando o Imperador exigiu de Olinda, presidente do Conselho e de Sinimbú, ministro da Justiça, a aposentadoria forçada de alguns magistrados prevaricadores, ministros do Supremo Tribunal e desembargadores da Relação da Baía. Nada o pôde deter nessa medida violenta, mas da mais alta moralidade: nem a opposição tremenda que se levantou contra ela no Parlamento e na imprensa,

---

(423) Notas do Imperador, no arquivo da familia imperial.

nem a intervenção aberta e decidida do presidente do Supremo Tribunal, sob a razão de ser aquella medida flagrantemente inconstitucional.

Quando, em janeiro de 64, Olinda teve que retirar-se, coube a Zacarias de Góes, que o substituíra á frente do Governo, dar execução aos decretos de aposentadoria. Zacarias fôra no Parlamento um dos defensores dos privilegios da Magistratura, mas não opposou contrariar a vontade do Monarca, porque o sabia irreductivel nessas questões de moralidade. Os magistrados prevaricadores foram, assim aposentados, e o presidente do Supremo Tribunal obrigado moralmente a demittir-se.

## VI

No terreno politico, o *policciamento* do Imperador não era menos eficaz. Veja-se o que se passou com José de Alencar. O romancista era ministro da Justiça do gabinete Itaboraí, em 1869. Decidindo candidatar-se a uma cadeira no Senado, deu parte disso ao Imperador. Este o desaconselhou prontamente. Estimaria mais, disse, que Alencar não se apresentasse candidato: *No seu caso, eu não me apresentaria.*

Era sabido que o Imperador se opuzera sempre a que ministros de Estado concorressem a vagas no Senado. Entendia, com acerto, que isso não era decente, dado o prestigio que representava o cargo de Ministro, e que só servia para desacreditar ainda mais um re-

gime cuja moralidade era todo o programa do Governo. Seu desejo era que os presidentes do Conselho exigissem dos Ministros “ o compromisso de não se apresentarem candidatos a Senatorias” (424). Mas isso nunca fôra possível obter. Os Ministros jamais o consentiram.

No caso particular de Alencar, a situação se agravava com o fato de êle ser ministro da Justiça, isto é, o Ministro que devia presidir sua propria eleição. Era patente, portanto, a “ incompatibilidade moral entre essa candidatura e a posição de ministro de Estado”, conforme observou-lhe fanceamente o Imperador, e confirmou o proprio Alencar, em carta a Itaboraí. (425).

Apezar de tudo, Alencar teimou em ser candidato. A unica concessão que ofereceu, foi dar vagamente a demissão de Ministro, que logo retirou, quando o Imperador fez-lhe vêr que não era esta, precisamente, a melhor solução para o caso. Vaidoso em excesso, de uma grande susceptibilidade, não quiz dar o braço a torcer. A ambição, por outro lado, pesava-lhe tanto quanto os melindres politicos. Em rigor, e desde que não efetivara a retirada sua do Ministerio, não lhe cabia mais autoridade para manter a candidatura, sobretudo

---

(424) Reflexões do Imperador sobre a reforma eleitoral, cit. pelo Sr. Max Fleiuss, *Paginas brasileiras*.

(425) Citada pelo Sr. Oswaldo Orico, *A vida de José de Alencar*. Vêr ainda sobre este caso o folhete do Sr. Thomaz Rodrigues, *José de Alencar*.



porque a submetera antes á apreciação do Monarca e este formalmente a desaconselhará (426).

Essa teimosia de Alencar dar-lhe-ia em breve duas decepções. A primeira foi a circumstancia em que teve afinal, de abandonar a pasta. Tendo apresentado ao Imperador, por três vezes, nomes diferente para a presidencia do Ceará, Provincia onde justamente contava eleger-se Senador, três vezes o Monarca os recusou, pelo motivo de não lhe inspirarem confiança. “A persistencia de Sua Majestadè nesse ponto — disse Alencar na citada carta a Itaboraí — revela um sentimento de desconfiança gerado por minha presença no Ministerio. Entende a Corôa que a minha candidatura pode influir sobre a pureza da eleição no Ceará; e ex'ge garantia na pessôa de certo e determinado Presidente. É pois do meu dever e da minha dignidade retirar-me do Gabinete em que sou obstaculo, deixando assim o animo imperial perfeitamente tranquilo” (427).

---

(426) Alencar, em carta a Itaboraí, disse que não solicitara permissão ao Imperador para candidatar-se a uma vaga do Senado: “Não pedi venia a S. M. o Imperador, pois não a julgo necessaria para exercer meu direito de cidadão”. E' exato. Mas *participou* ao Monarca a sua candidatura, o que valia quasi por um pedido de aquiescencia, pelo menos por uma consulta, dado que cabia á Corôa resolver, em ultima instancia, sobre o successo final dessa candidatura.

(427) Pereira da Silva diz que Alencar demittira o chefe de Policia do Pará, que denunciara ligações entre criminosos daquela Provincia e agentes de eleição no Ceará. “Suspeitando de todos os politicos que se envolviam em manejos eleitorais”, o Imperador logo retirara sua confiança

## VII

Realizadas as eleições, Alencar foi, como era de prevêr, um dos eleitos, vindo o seu nome na lista sextupla, par a decisão constitucional do Imperador. Este, como era de esperar, não o escolheu — e foi a segunda decepção do romancista. Desde então, em seu despeito, êle nunca mais perdoou o Monarca. Renegando todo um passado de fidelidade á Corôa e entusiasmo por Dom Pedro II, desdizendo-se, contraditando-se, amargurando horas de profundo rancôr, passou a mover-lhe a mais triste das oposições. “O ex-ministro da Justiça, dizia-lhe Zacarias no Senado, escolheu para entrar em luta com a Corôa uma base mesquinha, porque é um interesse seu individual”. Foi, em verdade, um atestado bem doloroso, dado por um homem de tanto talento, com tão grandes serviços ás letras nacionais.

O que houvera sido, para o Imperador, uma questão puramente de principio, um incidente de moral politica, de defeza do regime, Alencar transformou, com a sua opposição sistematica á Corôa, numa questão pessoal, num caso de perseguição contra êle, dando margem a que se arquetetasse sobre o assunto toda a sorte de fantasias, não sendo das mais absurdas, para

---

no ministro da Justiça (*Memorias do meu tempo*). — Esta contribuição de Pereira da Silva, que não é sempre exacto em suas memorias, só vale como o testemunho de um contemporaneo. Não obstante, ella pode bem associar-se aos fatos acima narrados.

não dizer ridiculas, uma suposta inveja do Imperador pelos talentos literarios de Alencar.

A justificação do Imperador estava, aliás, em sua propria attitude. Ele defendia, afinal, o crédito do regime. Fazia-se guarda das instituições. Como em tantos outros casos de desinteligencias suas com os Ministros, aliás nem sempre levadas de vencida, êle era aí, antes de tudo, um instrumento altamente civilizador, um ditador de moral politica. Coerente com o passado, como, de futuro, será coerente com o presente, êle se punha bravamente de guarda á Constituição, não somente á sua letra, mas sobretudo ao seu espirito, e era isto que irritava tanto os Ministros politiqueros ou desabusados como Alencar.

A franqueza com que manifestara a este a sua opinião “sobre a inconveniencia de Ministros se apresentarem candidatos” — expressões textuais — e não somente a Alencar, mas tambem ao presidente do Conselho, visconde de Itaboraí, responsavel, politicamente, pelas atividades partidarias do Gabinete, no todo ou em parte, era a melhor defeza do Monarca. E a sinceridade dela estará na posição de franca coerencia que assumirá no ano seguinte, ainda sob o mesmo ministerio Itaboraí, quando se repetirá, com outro personagem, um caso identico ao de Alencar.

O fato se passou com o conselheiro Joaquim Antão, ministro da Agricultura. Verificando-se duas vagas de Senador por Minas Gerais, Antão se apresentou candidato a uma delas, muito embora o tivesse desa-

conselhado disso o Imperador, como fizera antes com Alencar. Eleito, veio classificado, com outros candidatos para a escolha definitiva da Corôa. Coerente com a atitude anterior, o Imperador vetou-lhe imediatamente o nome, dando preferencia aos de Ribeiro da Luz e Baetas. E explicou a Itaboraí: “Não é o conceito que faço em geral dos apresentados na lista que me aconselha a preferencia dos Srs. Ribeiro da Luz e Baetas, embora reprove que houvesse uma chapa, que venceu quasi toda, expedida pela Secretaria da presidencia de Minas. A minha opinião contra o preferencia de Antão funda-se no que êle e, sobretudo, Alencar e o Sr. me ouviram antes de Antão, sobre a inconveniencia de Ministros se apresentarem candidatos, principio que, aliás, admite para mim excepções, em casos especiais” (428)

Um desses casos especiais seria quando o Ministerio, mesmo contra o parecer do Monarca, levasse a materia para o terreno da confiança governamental, transformando-a assim numa “questão de Gabinete”, só então, e uma vez constatada a inoportunidade de uma mudança de Governo, é que o Imperador se julgaria no dever de ceder, porque o candidato senatorial deixaria de ser meramente individual, para tornar-se do proprio Gabinete. (429)

Foi, de resto, o que sucedeu no caso do conselheiro Antão. Seu nome veio a ser, afinal, imposto ao Im-

---

(428) Carta de 22 de maio de 1870, no arquivo da familia imperial.

(429) Idem.

perador pelo presidente do Conselho, o visconde de Itaboraí e, com este solidario, por todo o Ministerio Mas nem por isso deixou de ficar de pé o principio moralisador do Monarca.

### VIII

Joaquim Nabuco explicando, até certo ponto, a exclusão do pai em 1878, alegou que este relutara sempre ser governo: retraía-se, isolava-se em sua casa do Flamengo, receioso de que nem o vigor fisico nem os meios de fortuna lhe permitissem cumprir satisfatoriamente com os pesados encargos de um ministerio de Estado.

É sabido, de fato, que o cargo de Ministro, ao tempo do Imperio, longe de ser uma sinecura, ou um meio de angariar fortuna era, ao contrario, um sorvedouro dela, e que quasi todos os politicos que passaram pelo poder, deixaram as pastas mais empobrecidas do que quando as receberam. Por isso alguns recusavam ser Ministros, não se julgando bastantes ricos para arcarem com as responsabilidades financeiras do cargo. Foi, entre outros, o caso de Joaquim Manoel de Macedo, o romancista da *Moreninha*, que recusou ser ministro de Estrangeiros no gabinete Furtado, em 1864. O visconde do Rio-Branco foi, como se sabe, um dos homens que mais desfrutaram o poder no Imperio. No entanto, morreu pobre. Foi preciso entregar sua

livraria ao martelo do leiloeiro para a familia fazer face ás primeiras despesas do luto. Buarque de Macedo, ministro do primeiro gabinete Saraiva, morreu deixando 2\$400 na carteira. O terceiro Martim Francisco, que cita o fato, refere-se a um outro Ministro, que para retirar-se da Côrte, teve que aceitar de alguns amigos o pagamento da passagem a bordo de um paquete. (430)

Contudo, a razão financeira não basta, por si só, para explicar o systematico afastamento de Nabuco. Tão pouco o motivo de saúde: não é de crer, com efeito, que uma pasta ministerial, mesmo uma presidencia do Conselho, por mais sobrecarregada fôsse ela, pezasse mais a Nabuco do que a grande banca de advogado que mantinha.

A explicação de sua exclusão em 1878, como talvez em outras ocasiões deve ter origem. Muito possivelmente pezou, como se disse, o escrupulo do Imperador em associar o grande advogado de partido que era Nabuco ao Ministerio que estava destinado a executar a maior reforma politica do Reinado, depois do Ato Adicional. De toda a maneira, havia ou devia haver uma prevenção qualquer do Imperador contra Nabuco. Aliás, é o proprio filho quem o diz: "Criara-se nas rodas politicas a crença de que elle não era *persona grata*, a mesma crença que existiu a respeito de Paraná, de Ottoni, dos dois Paulinos, de Euzebio, de Cotegipe, de outros. Nabuco, nas duas vezes que servira, nunca terá motivo de queixa do Imperador, nem a terá da terceira. As

---

(430) Martim Francisco, *Patria Morta?*

razões pelas quais o Imperador se dirigia a tantos outros de preferencia a êle lhe pareciam plausiveis, do ponto de vista estritamente parlamentar, desde que êle se collocara em unidade, mesmo dirigindo a situação, e pregoava o seu isolamento. Ele conhecia entretanto bastante os processos do Imperador para saber que, se este o tivesse alguma vez desejado para seu Ministro, teria ido buscá-lo ao seu retraimento, como fez tantas vezes com outros, até com estadistas que se haviam esquecido a si mesmos". (431)

## IX

Essa provavel prevenção do Imperador contra Nabuco vinha, aliás, de longe. E não era somente do Monarca. Se alguns estadistas, como, por exemplo, Sinimbú, sempre o defenderam, outros, e dos mais respeitaveis, como Caxias, o tinham numa conta que não era certamente a melhor.

A pouca vontade de Caxias contra Nabuco ficou patente em maio de 1862. Nessa ocasião Caxias, que se encontrava á testa do Governo desde cerca de um ano, se viu na contingencia de retirar-se. A desintelligencia que se abrira entre os seus Ministros provocara, na Camara, a formação da chamada *liga*, composta de antigos liberais opositoristas ao Gabinete e de um grupo de conservadores dissidentes. A opposição que a *liga* passara a mover a Caxias criara-lhe as maiores difficuldades, e graças a uma emenda de Zacarias,

---

(431) *Um estadista do Imperio.*

cuja votação, aliás, não ficou jamais claramente definida, Caxias se viu pôsto, afinal, em minoria na Camara. Questão apenas de um voto, mas o bastante para obrigá-lo a retirar-se.

Foi nessas circunstancias que o Imperador mandou chamá-lo. Pediu-lhe que dissésse o que se devia fazer — *proponha o que entender melhor*, foram suas expressões. Caxias sugeriu-lhe a dissolução da Camara. A tanto, porém, não quiz arriscar-se o Imperador, que alvitrou, então, a formação de um novo Gabinete sob a chefia de Zacarias (432). Zacarias, como se disse, fôra o autor da emenda que determinara a crise ministerial. Era, portanto, politicamente, o responsavel pela retirada do Gabinete. Além disso, como um dos principais conservadores dissidentes e maiorais da *liga*, tinha, na opposição, um lugar do maior destaque. A indicação de seu nome estava, portanto, estritamente dentro das mais puras formas de regime parlamentar.

Mas porque não o de Nabuco? Nabuco era, naquele momento, mais do que Zacarias, um dos *leaders* do movimento parlamentar contra o Gabinete Caxias. Decixara de ser, como êle proprio dissera, *ministerial*. E' verdade que pertencia ao Senado, e sua opposição ali, só porisso, não lhe dava direito a aspirar á presidencia do novo Ministerio: *o Senado não faz politica*, era um dos dogmas do regime, enunciado justamente por Nabuco. Mas, independentemente disso, não era êle um dos chefes mais acatados, talvez o verdadeiro chefe da

---

(432) Diario do Imperador, no arquivo cit.



*liga*, o novo partido que fôra, a bem dizer, o responsável pela crise ministerial? Ainda na véspera, num memoravel discurso, o discurso do *uti possidetis*, êle de-ra, da tribuna do Senado, o grito de união ás oposições coligadas, preparando, assim, a atmosphéra irrespiravel em que logo se viu envolvido Caxias. Sua chamada ao poder, nessas circunstancias, estaria, portanto, dentro do espirito politico do regime.

Entretanto, como declara Joaquim Nabuco, “foi essa uma das seis ou sete vezes em que o Imperador podia ter recorrido a Nabuco sem se expôr a nenhuma censura parlamentar, e em que o deixou de fazer” (433). Deixou-o deliberadamente, aliás, é o que não diz Joaquim Nabuco, mas se pode saber hoje. O nome do pai bem que fôra lembrado naquela ocasião; não pelo Imperador, mas pelo proprio presidente do Conselho de-missionario, o duque de Caxias, o qual, porém, lhe fez logo uma tal restrição, que praticamente o inutilisou. O Imperador consigna o fâto em seu diario, á data de 21 de maio de 1862, no trecho em que se refere á entrevista que tivera, naquele dia, com Caxias, sobre a crise ministerial. Sugerido, como se disse, pelo Imperador, o nome de Zacarias, Caxias lembrou-lhe imediatamente — *lembrou-me* (são palavras textuais do Monarca) *que chamasse tambem a Nabuco, mas logo depois refletiu que não gosa do conceito de moralidade* (434).

A apreciação era dura, e precisaria que um homem da honestidade e da inteireza moral de Caxias a perfi-

---

(433) *Op. cit.*

(434) Arquivo da familia imperial.

lhasse com toda a convicção, para externá-la assim ao Imperador, tendo sobretudo em conta que êle era, como diz Joaquim Nabuco, um *velho amigo* de Nabuco (435). O Imperador não faz, em seu diário, nenhum comentario sobre isso. Limita-se a referir a apreciação de Caxias. Também não diz se objetou qualquer coisa á restrição deste sobre o carater de Nabuco, silencio que faz supor haverem os dois deixado cair, de comum acôrdo, o nome de Nabuco, sob o peso daquela dura acusação.

É oportuno associar esse fato a certas denuncias que o Imperador recebia contra Nabuco. Entres outras, acusaram-no, ao tempo em que fôra ministro da Justiça do gabinete Abaeté, de ter removido determinado magistrado para favorecer a decisão de uma causa em que êle proprio funcionava como advogado. (436) Acusações como esta, costumam ser feitas injustamente a muito homem publico, e Nabuco era, possivelmente, alvo aí da má vontade de um seu talvez inimigo politico. Mas não calavam menos no espirito suspeito do Monarca, preocupado, sempre, em manter a maior moralidade politica no regime.

## X

Chamando ao poder o visconde Sinimbú, o Imperador não entregava o Governo a um desconhecido. Podia não ser êle o homem mais indicado para levar avante, num momento difficil como aquele, a lei da refor-

---

(435) *Op. cit.*

(436) No arquivo da familia imperial.

ma eleitoral. Mas não se lhe podia esconder a consideravel bagagem politica que trazia, e que o fazia um dos mais respeitadoss estadistas do seu tempo.

A iniciação politica de Sinimbú datava do gabinete de 11 de maio de 52, formado por Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, na ultima fase da situação conservadora que antecederá a Conciliação. Fôra então despachado presidente do Rio Grande do Sul. Sua administração ali, sobretudo a politica que desenvolveu contra um dos maiorais da Provincia, o barão de Quaram, provocou os mais acesos debates no parlamento do Imperio. Aliás, as suas administrações provinciais estavam destinadas a ser motivo de violentos ataques. Quando presidente da Baía, em 1855, sob o consulado de Paraná, êle se tornou novamente alvo de apaixonados debates, e o mesmo se daria mais tarde, em Alagôas.

Sinimbú revelou-se sempre como um homem de grande bom senso. Tinha um caracter direito, dosado, embora, de uma grande porção de ingenuidade, e timbrava em manter alta a dignidade de sua pessôa, mesmo nas conjuncturas as mais dificeis. Dará prova disso quando deixar a presidencia do atual Gabinete. O Imperador, tão exigente nessas coisas, o teve sempre no melhor conceito, o seu caracter, a sua energia, a sua bôa fé, seu juizo equilibrado e, sobretudo, o alto senso moral de seus atos. Já em 1862, quando acabou, afinal, por recorrer a Olinda, êle se lembrara de Sinimbú para organizar um Ministerio á altura de presidir as eleições que se espe-

ravam, com *parcialidade e energia* — são as suas próprias expressões (437).

Além das presidencias do Rio Grande do Sul, da Baía e de Alagôas, Sinimbú ocupou ainda a chefia da Policia da Côrte. Serviu depois com Angelo Ferraz, o futuro Uruguaiana, na pasta de Estrangeiros. De 62 a 64 foi ministro do 3.º Gabinete Olinda, ao lado de Maranguape, de Abrantes, de Albuquerque, veteranos da politica; ocupou primeiro a pasta da Agricultura, e se passou depois para a da Justiça. Nessa pasta foi o promotor da aposentadoria compulsoria dos magistrados tidos como prevaricadores, ato das mais alta coragem civica, que bem caracterisava o feito independente e o grande patriotismo de Sinimbú.

Como tantos outros estadistas do Imperio, pertencia á *escola ingleza*, quer dizer, fôra buscar no parlamentarismo da Inglaterra os ensinamentos que lhe servirão depois de norma, na tribuna da Camara e do Senado. Em Sinimbú essa predileção pela Inglaterra era tanto mais acentuada quanto êle ali residira por algum tempo, em sua mocidade, e se casara depois com uma senhora originaria desse paiz. “Perfeito *gentleman* da Camara alta da Inglaterra”, é como o chama Eunapio Deiró, quando nos fala de sua estampa, do seu nobre aspecto na tribuna do Parlamento, da medida de suas frases, seus raros gestos, seus movimentos comedidos.

Havia nele, possivelmente, ou melhor, nessas suas atitudes, medidas, bem pesadas, um pouco de artificial, como havia igualmente em outros politicos do tem-

---

(437) Diario, no arquivo cit.

po, em Rio-Branco, em Saraiva, em Nabuco de Araujo, em Abrantes. Quanto êles eram diferentes dos Silveira Martins, dos Martinho Campos, dos Ouro-Preto, e de tantas outras naturezas irrequiêtas, sempre em fôgo, que tão bem caracterisavam o nosso feitio de meridionais!

Mas não importa. A escola dêles, quer dizer, a escola da justa medida, da composturá na tribuna, da moderação, será talvez no fundo artificial. Mas não caracteriza menos a maioria dos estadistas do Segundo Reinado, a feição parlamentarista da época. Havia, então, em regra geral, mesmo no trato privado, na troca de cartas ou no commercio da palavra, uma alta comprehensão da dignidade alheia, do respeito mutuo. Raramente esses homens baixavam ao terreno da descompostura, do fraseado de estalagem, como tanto se verá mais tarde. Guardavam geralmente um tom de elevação que os dignificava a todos, mesmo quando não comungavam no mesmo crêdo politico. A este proposito veja-se Silveira Martins, justamente um dos mais violentos parlamentares do tempo. No mesmo dia em que atacava, da tribuna da Camara, a politica do visconde do Rio-Branco, presidente do Conselho, ia á noite jantar em sua casa, onde não se vexava de tributar-lhe a estima e o respeito que lhe inspiravam suas grandes qualidades pessoais. E essa attitude aggressiva no Parlamento em nada afetava a grande amizade que o unia ao filho do presidente do Conselho, o futuro barão do Rio-Branco. E' que uma coisa eram os debates no Parlamento, as incompatibilidades politicas, a liberdade de

apreciação dos atos do Governo, e outra coisa eram as amizades possóais, o respeito mutuo e a dignidade de cada um.

## XI

Chamando Sinimbú para organizar o novo Ministerio, o Imperador rendia-se aos partidarios da eleição diréta. Em compensação, exigia dêles que ela se fizesse por meio de uma prévia revisão da Constituição. A oportunidade da reforma eleitoral era para o Monarca uma questão de opinião: desde que os politicos responsaveis, tanto conservadores como liberais, entendiam que ela se fazia necessaria, a bem da moralidade do regime, não seria êle, o mais esforçado campeão dessa moralidade, quem iria de qualquer modo dificultar-lhe a realisação. O *processo*, porém, de alcançar-se a Reforma era, sobretudo, uma questão de principio; e, neste caso, como chefe de Estado e defensor da Constituição que jurara, cabia-lhe bater-se pelo respeito rigoroso ao espirito e á letra da Carta Magna.

No seio do partido liberal as opiniões se dividiam a este respeito. Havia ali uma corrente que se opunha abertamente á revisão constitucional. Entendia que uma lei ordinaria, votada pelas duas casas do Parlamento, bastava para a reforma de legislação eleitoral. A revisão constitucional aparecia-lhe como um processo longo e cheio de surpresas, sujeito a interminaveis discussões, que só serviriam para dificultar ou inutilisar todos os esforços dos partidarios da Reforma. Acrescia que iria encontrar os maiores tropeços no Senado *vitalicio*, dado o receio,

sempre latente entre os Senadores, de que fôsse aproveitada a oportunidade para reviver-se tambem a velha ambição liberal da *temporariêdade* da Camara alta, recurso já tentado em 1831, e que só podia ser agora alcançado por meio de uma reforma constitucional.

Outro inconveniente estava em ir mexêr com o amôr proprio dos Senadores, que desde o Ato Adicional entendiam que o Senado devia sempre colaborar com a Camara, não somente na lei que estabelecesse os pontos da Constituição susceptiveis de revisão, como era, aliás, a opinião geral, mas tambem no proprio ato da revisão. Ora, esta ultima presunção não a admitiãem os liberaes.

Sinimbú, pessoalmente, não tinha simpatia pelo processo da revisão constitucional. Não tinha, como êle dizia, os *escrupulos constitucionais* do Imperador. Mas tambem não lhe tinha motivos sérios a opôr. No fundo, era-lhe indifferente o meio por que se tentasse obter a reforma da legislação eleitoral. “Não fazia questão de forma”, dirá êle na Camara. (438) Sinimbú obedecia,

---

(438) O Sr. Craveiro Costa (*O visconde de Sinimbú*), contestando a versão de Pereira da Silva (*Memorias do meu tempo*), diz que Sinimbú era favoravel á revisão constitucional, e que fôra êle quem a aconselhara ao Imperador, conforme tivera ocasião de declarar na Camara. E' preciso não confundir as coisas. O que Sinimbú de fato aconselhou ao Imperador, foi que a revisão constitucional se fizesse sem o concurso e a responsabilidade do Senado, como preferia o Monarca. Sinimbú não tinha, aliás, por que advogar junto a Dom Pedro II a revisão constitucional: primeiro porque ela já estava implicitamente aceita pelo Imperador desde quando este dera seu apoio á Reforma e chamara Sinimbú para promovê-la no Parlamento; não a admitia mesmo por outro processo. Segundo porque, conforme atesta

nesse particular, á decisão tomada anteriormente pelo club da Reforma, segundo a qual o partido não devia fazer "questão de meios" para obter a eleição diréta. O fim visado é que era tudo. Aliás, na reunião havida em casa de Nabuco de Araujo, na vespera do dia em que o Imperador devia receber Sinimbú, e ao quesito feito por este — se me fôr dada a incumbencia de organizar o Ministerio, de que modo proporei a Reforma?" — foi-lhe

---

o proprio Sr. Craveiro Costa, ficara assentado, em casa do Nabuco de Araujo, na véspera da entrevista do Imperador com Sinimbú, que este não devia *fazer questão de forma* na obtenção da reforma eleitoral. — Antes do Sr. Craveiro Costa, já o Sr. Tavares de Lyra incidira no mesmo engano (*A presidencia e os presidentes do Conselho de Ministros*), afirmando que Sinimbú "era inclinado" á revisão constitucional, e que, "para acalmar os temores do Imperador, *que receiava a reunião de uma assembléa constituinte*, pleiteou a convocação desta com poderes limitados". A este respeito, é preciso acentuar que o Imperador não queria, em principio, saber de revisões constitucionais: a sua natureza conservara a isto se opunha. Mas, no caso em questão, que era a reforma eleitoral, já que lhe fôra forçado aceitá-la, entendia que a revisão era indispensavel. Pugnou, por isso, pela convocação do Constituinte, que êle queria com poderes limitados não somente por extinto conservador, isto é, para impedir que se fôsse além do objetivo visado, como sobretudo porque a matéria a revêr se limitava exclusivamente ao direito de voto. Pelas suas *Reflexões* sobre a reforma eleitoral, citadas no correr deste Capitulo, vêr-se-á que êle entendia ser a materia constitucional, portanto devia ser resolvida por meio de uma prévia revisão da Carta fundamental do Imperio. Aliás, é sabido que ninguem, quer dizer, nem os liberaes nem os conservadores, ou pelo menos a sua grande maioria, desejava essa Constituinte: os primeiros por uma questão de principio politico, embora as questões de principio nem sempre prevalecessem para os nossos homens publicos; os segundos por temerem que ela ultrapassasse os limites da materia em debate, e fôsse mexêr com a vita-



respondido que “seria inépcia, se o partido liberal, chamado ao poder, fizesse questão de forma a este respeito” (439).

Encontrando, porém, o Imperador apegado á idéia da revisão constitucional, Sinimbú não lhe quiz opôr obstáculos. Rendeu-se aos *escrupulos constitucionais* do Monarca. Este não se mostrava, em principio, sympathico a revisões constitucionais, que para uma natureza conservadora e timida como a dêle era sempre motivo de apreensões, um rochedo prenhe de perigos, de imprevistos, que convinha a todo custo evitar. Mas desde que lhe fôra forçado aceitar a idéia de uma reforma da legislação eleitoral, entendia do seu dever pugnar pela revisão, que era, para o Imperador, o unico meio legal de obtê-la.

## XII

“Entendo que a reforma da eleição diréta é constitucional. Os liberais a fariam como o entendessem, reservando ou, porém, minha opinião sobre o modo de realisá-la — por meio de reforma constitucional”, já dissera o Imperador á filha, em março de 76, ao partir

---

liciedade do Senado, dogma conservador. Restava, portanto, o Imperador, cuja opinião iria prevalecer até se render a Saraiva. O que se pode dizer de certo, é que o Imperador não era partidario nem de eleição diréta nem de Constituinte, que no seu ponto de vista era uma consequencia dêla; não acreditava nos bons resultados de uma e de outra. Questão de preconceito. Mas desde quando se rendeu á eleição diréta, chamando Sinimbú, fincou pé na Constituinte, e daí não arredou sinão quando não teve outro remedio.

(439) Craveiro Costa, *op. cit.*

para os Estados Unidos, como que a instruindo previamente sobre o problema, para o caso de êle vir a ser agitado no Parlamento durante a Regencia de Dona Isabel (440).

A argumentação do Imperador era esta: a Constituição do Imperio declarava inviolaveis os direitos civis e politicos. Ora, nenhum direito era mais politico do que o de votar e ser votado. Portanto, êle não podia ser modificado, como pretendiam agora os partidarios da Reforma, sem que fôsse revista tambem a parte da Constituição que o tornava inatacavel. A vantagem dessa inviolabilidade, estabelecida pela Constituição, estava, no parecer do Imperador, justamente em “dificultar reformas eleitorais, que só poderiam ser perfeitamente bem sucedidas quando a educação politica fôr outra, que não a do nosso povo; evitar, portanto, suas alterações, sobretudo quando a tendencia seria para o sufragio universal” (441).

Rendendo-se Sinimbú facilmente ás razões do Imperador, pelo desejo de realizar a Reforma, ficou, então, assentado que êle accitaria o poder com a condição de ela ser feita por meio de uma revisão constitucional. Para isso, convocar-se-ia uma Constituinte “com poderes limitados para tratar da Reforma nos termos em que ficavam previamente tratados” (442). Esta ressalva foi ainda

---

(440) Notas á Dona Isabel, no arquivo da familia imperial.

(441) Reflexões do Imperador, em Max Fleuiss, *op. cit.*

(442) Tobias Monteiro, *op. cit.*

uma concessão de Sinimbú ao Imperador, o qual, insistindo na Constituinte, não a queria, contudo, para maior precaução, sem os poderes antecipadamente limitados. Assim se lhe traçariam, de ante-mão, os limites; se lhe conteriam os possíveis excessos, evitando-se que ela fôsse além dos objetivos visados. *Constituinte constituída* — foi a frase feliz com que a batisou, sarcasticamente, José Bonifacio, o moço.

O Imperador bem que pesou as dificuldades que uma revisão constitucional provocaria no Senado, e não escondeu a Sinimbú o receio de que a opinião sabidamente pouco simpática dos Senadores, pudesse vir a causar o fracasso da Reforma. Para evitá-lo, entendia êle que não bastava limitar-se previamente os poderes da Constituinte; devia-se ainda fazer ao Senado a concessão de deixá-lo colaborar também na revisão. Seria este o unico meio de tranquilisá-lo contra o receio de um possível golpe politico dos liberais na vitaliciedade de seus membros. Sinimbú, porém, não acedeu neste ponto ao desejo do Imperador, nem mesmo á idéia de Paranaguá, que Dom Pedro II logo accitou, de “se fazer passar ao mesmo tempo ou mesmo antes da passagem do projéto da Reforma no Senado, um outro de interpretação da Constituição, no sentido da intervenção do Senado” (443).

Vencido nesse ponto da atuação do Senado, o Imperador deixou que Sinimbú se apresentasse ás Camaras condicionando a Reforma apenas a uma revisão constitucional. Foi essa a *transação com a Corôa*, consentida

---

(443) Reflexões do Imperador cit.

pelo Gabinete, e referida depois na Camara por Silveira Martins. Outros diriam que a Corôa contratara com o Ministerio “uma empreitada a tempo fixo” (444), querendo com isso se referir ao compromisso da *Constituinte constituída*.

### XIII

Organisado definitivamente o Ministerio, em janeiro de 1878, não quiz Sinimbú esperar nem mesmo pela abertura da Camara, no proximo mez de abril. Alegando que ela era formada em sua quasi totalidade de conservadores — o que era exato — tratou logo de obter do Imperador o decreto de dissolução.

Em rigor, na tecnica do regime representativo, Sinimbú devia antes apresentar-se á Camara, sofrer aí o voto contrario da maioria conservadora e solicitar, então, mas só então, do chefe de Estado, o recurso constitucional da dissolução.

Esse era, aliás, o seu parecer. Julgando, embora, a dissolução um ato *indispensavel*, como dizia, reuniu antes os seus colegas de Gabinete, para indagar sobre se “não seria mais conveniente, antes de pedir ao Imperador a dissolução, apresentar-se o Ministerio perante a Camara, expôr a situação dos negocios e pedir os meios de satisfazer as exigencias do Estado”. Os Ministros foram, porém, de aviso contrario. Entenderam que “a ter de entrar em luta com a Camara, era melhor que o Gabinete solicitasse da Corôa o recurso constitucional da dissolu-

---

(444) Agenor de Roure, *A eleição diréta*.

ção”. “Ou isso — acrescentava Sinimbú em carta ao Imperador, dando conta da deliberação do Gabinete — ou a organização de um novo Ministerio, que mereça a confiança da Camara actual, para governar sem o emprego dos meios que o actual indica, ou possa obter dela aquelles que certamente nos serão negados”. (445)

Para não ir contra a opinião da maioria do Ministerio, e abrir logo uma crise, que se reflectiria, necessariamente, sobre a marcha da questão da Reforma, o Imperador preferiu transigir em sua opinião, idêntica neste ponto á de Sinimbú, e conceder immediatamente a dissolução da Camara (446). Essa *dissolução prévia* podia ser e era certamente um contrasenso, sob o ponto de vista do regime representativo puro; mas não era uma novidade na historia parlamentar do Imperio. O que os liberaes faziam agora com essa Camara de conservadores, haviam feito estes, anteriormente, com a Camara liberal de 1842, dissolvida antes mesmo de reunir-se. *Arcades ambo.*

---

(445) Carta de 8 de abril de 1878, no arquivo da familia imperial.

(446) Ou dissolução da Camara ou demissão do Ministerio. Demissão do Ministerio, dizia o Imperador, *não era preciso*, “visto como o Poder Moderador não lhe dera a menor prova de desconfiança, e se o Ministerio não puder executar bem a lei da Reforma, a culpa não será do Poder Moderador. Mesmo porque, segundo a doutrina seguida por grande numero de politicos de ambos os partidos, o Imperador não tem inteira liberdade no exercicio das attribuições do Poder Moderador, que se fôsem assim exercidas, razões teriam os que seguem aquella doutrina de queixar-se de invasões do Poder Moderador” (Notas, no arquivo citado).

Realizadas as eleições, a nova Camara veio, na sua quasi totalidade, formada de liberaes. Era fatal: da unanimidade conservadora passava-se para a unanimidade liberal. Não era por outra coisa que se estava agora querendo reformar a legislação eleitoral.

Apresentado o projecto de Reforma á nova Camara, subordinado sempre á revisão constitucional, encontrou logo Sinimbú o embaraço dos liberaes dissidentes, que pleiteavam, em vez de revisão, uma simples lei ordinaria. Mas era um grupo pouco numeroso, de cerca de uns quinze deputados. Se bem que fizessem muito barulho, não conseguiram embargar os passos da Reforma. Sinimbú venceu-os com a ajuda de sua grande maioria. E dois mezes depois podia já submeter a *Constituinte constituida* á alta deliberação dos Srs. Senadores.

#### XIV

No Senado é que estava o campo inimigo! O presidente do Conselho sabia bem que lá é que se ia jogar a sorte da Reforma e do Gabinete. Prevendo o caso de uma rejeição pura e simples, elle quiz *trancher* desde logo a questão, ameaçando ou deixando que ameaçassem o Senado com tantas dissoluções da Camara quantas se fizessem necessarias para chamá-lo á politica do Ministerio. “A Camara devia ser dissolvida, uma, duas vezes, até o Senado submeter-se á vontade manifesta da nação, se esta se pronunciasse pela Reforma. A recusa do Senado, além desse limite, seria um pronunciamento

faceioso, seria a revolução, pois que o Senado *não podia fazer politica*" (447).

Tudo isso era muito bonito. Mas não impressionou em nada o espirito dos Senadores, que regeitaram pura e simplesmente o projéto do Gabinete. A Camara Alta mostrava assim a quanto estava disposta, para impedir toda tentativa de revisão constitucional sem a sua prévia e efetiva colaboração. Prevalecia ali o principio já anteriormente expôsto por Rio-Branco a Sinimbú: "O Senado só em duas hipóteses lhe daria aquiescencia (ao projéto) ou sendo a Reforma por lei ordinaria, ou com a reforma constitucional com intervenção do Senado" (448).

Bem que tinha razão o Imperador! Se o Gabinete tivesse adotado sua opinião a respeito da intervenção do Senado, talvez que este não tivesse assumido agora a posição radical que assumiu. Em todo o caso, a intransigencia dos Senadores não deixou de surpreendê-lo. Ele dirá: "Pensei até que houvesse mais prudencia da parte daqueles, pela maneira por que ficava acautelado qualquer excesso da Camara que devia dar á lei o caracter constitucional" (449).

## XV

Derrotado na Camara Alta, com a retaguarda fechada, que irá fazer Sinimbú? Reclamar do Imperador

---

(447). Tobias Monteiro, *Pesquizas e depoimentos*.

(448) Carta de Sinimbú ao Imperador, de 18 de setembro de 1879, no arquivo da familia imperial.

(449) Refléxões do Imperador, *cit.*

um decreto convocando pura e simplesmente a Constituinte, independentemente da aquiescência do Senado, como queriam alguns de seus partidários? O Imperador não lh'o daria jamais! Seria desconhecer por completo Dom Pedro II, pensar que êle pudesse prestar-se a cúmplice de semelhante áto, verdadeiro golpe de Estado parlamentar. Efetivar, então, a sua ameaça aos Senadores, dissolvendo pela segunda vez a Camara?

O Imperador temia que fôsse este, afinal, o recurso a que se apegasse o visconde de Sinimbú. Ele estava muito pouco disposto a conceder-lhe uma nova dissolução; mas também não tinha por que retirar a confiança no Gabinete. No fundo, seu desejo era que Sinimbú pudesse ainda acomodar as coisas sem se indispôr com os Senadores, encontrando um caminho honroso para todos, pelo qual pudessem sair do *impasse* em que se haviam metido. Em todo o caso, quando Sinimbú appareceu-lhe em São Cristóvão, após a derrota que lhe infligira o Senado, seu primeiro pensamento, cheio de apreensões, foi para um novo pedido de dissolução.

— Trouxe o decreto de dissolução? perguntou êle prontamente ao presidente do Conselho.

E com grande prazer ouviu de Sinimbú esta resposta:

— Não, senhor, trago o decreto de adiamento (450).

Fôra este, de fato, o recurso que Sinimbú encontrara, fóra da medida extrema de uma nova dissolução, para dar um pouco de ar ao Gabinete, sufocado, quasi asfi-

---

(450) Tobias Monteiro, *op. cit.*



xiado, com o recente voto do Senado. Adiando a reunião das Camaras, êle teria diante de si alguns mezes de calma, para melhor reconhecer o terreno difficil em que as circumstancias o haviam pôsto, e tomar depois um rumo mais seguro.

Aconteceu, porém, que daí a pouco um imprevisto iria deslocar toda a base do Ministerio, concorrendo para enfraquecer-lhe ainda mais o prestigio. Foi o conflito provocado pelo imposto chamado do *vintem*, a ser cobrado em cada passagem de bonde. O Ministerio, querendo dominá-lo mais prontamente, passou a reagir contra o povo, resultando daí varias mortes.

Esse fato aborreceu muito o Imperador. Escandalisou sua natureza pacifica e conciliadora. Ele não perdoava nunca qualquer violencia, fôsse a pretexto do que fôsse. “Essas coisas me afligem profundamente — escrevia a Gobineau; é a primeira vez que acontece no Rio desde 1840. Ha quasi quarenta anos que aqui presido o Governo sem que tivesse sido necessario atirar sobre o povo” (451).

Não retirando, por isso, sua confiança no Gabinete, é certo que desde então êle deixou de olhar Sinimbú com a mesma simpatia de antes. Pode-se mesmo dizer que a partir de então os dias do Ministerio ficaram contados.

Sinimbú sentiria isso logo depois. Convencido, afinal, de que não lhe restava outro recurso para fazer chegar o Senado ás boas razões do Governo, resolveu so-

---

(451) Carta do Rio, 3 de janeiro de 1880, no arquivo da Bibliotéca de Strasburgo.

licitar do Imperador uma nova dissolução da Camara, que justamente naquele momento entrava em férias parlamentarès. Consultado, como de praxe, o Conselho de Estado, foi este francamente contrario: oito votos contra três, apenas, a favor da dissolução. Diante disso, o Imperador não hesitou: negou-a a Sinimbú. Ele sentia que o presidente do Conselho se tinha comprometido demais, e não queria complicar ainda mais a situação com uma nova dissolução. “Não lhe concedi a dissolução, dirá êle, não por falta de confiança, mas porque desejo que a Reforma não encontre embaraços e complicações, que não posso prevêr, por minha causa” (452).

## XVI

A recusa do Imperador implicava a retirada imediata do Gabinete. Sem embargo, Sinimbú ainda tentou salvá-lo com uma possível reorganização. Ofereceu passar a presidencia do Conselho a um de seus colegas de Ministerio, menos comprometido do que êle com a opinião parlamentar. Mas esse recurso também falhou.

Não lhe restou, então, outra coisa sinão a retirada. Aliás, qualquer que fôsse o expediente de que usasse, para manter-se no Governo, nada conseguiria com um Ministerio como o seu, visivelmente enfraquecido, desprestigiado na opinião publica e solapado pelas repetidas desinteligencia entre os seus proprios membros. Com menos

de dois anos de existencia, o Gabinete estava agora reduzido a dois titulares apenas, dos sete que lhe haviam formada a primitiva organização. Os demais já o tinham abandonado, ou por morte, como foi o caso de Osorio, ou por incompatibilidades politicas ou administrativas, como Leoncio de Carvalho, Vila-Bela, Silveira Martins e Andrade Pinto.

Assentada a exoneração do Gabinete, foi sugerido, para presidir a nova organização ministerial, o nome do visconde de Abaeté. Mas este se escusou. Pretextou a idade avançada; disse que estava muito velho para guiar homens novos que não conhecia. De fato era já um ancião de mais de oitenta anos. Valia apenas pelo seu longo passado politico. E indicou, para o caso, o conselheiro José Antonio Saraiva, que por ter estado ausente, na provincia da Baía, durante o periodo agudo da campanha parlamentar, não era ainda um homem gasto, parlamentarmente falando, e podia, assim, salvar o projecto de revisão constitucional.

## XVII

A indicação do nome de Saraiva não podia surpreender a ninguem. Saraiva era já então um dos mais prestigiados chefes liberais, e ninguem, estava mais indicado do que êle para tentar salvar uma situação que a todos se afigurava das mais dificeis. Dentre tantos chefes e chefetes do partido liberal no fim do Im-

perio, Saraiva era o que desfrutava de maior soma de autoridade. Nem Sinimbú, apesar de sua antiguidade politica, nem Paranaguá, que se valia, para inapôr-se, das relações pessoais que o uniam á familia imperial, nem Martinho Campos, nem Lafayette, nem Ouro-Preto, nem Dantas, nenhum, em suma, desses generais do partido, podia disputar-lhe a primazia. Se não o reconheciam de direito como chefe, êle de fato o era, e todos o acatavam pelo valor de seus conselhos, pela oportunidade de suas decisões, pelo seu alto bom senso. *O Messias da Pojuca*, era como o chamavam. Pojuca era o nome do seu engenho na Baía.

Dizia-se que o prestigio de Saraiva, no partido liberal, provinha mais da fraqueza do proprio partido, da anarquia que lhe minava as bases e do desentendido surdo que reinava entre os chefes, do que propriamente do valor ou das qualidades pessoais de Saraiva. A este respeito, não faltava, aliás, quem o acusasse de haver procurado, com o proposito justamente de destacar-se e melhor se impôr a seus pares, desarticular e, portanto, debilitar o partido, dividindo os chefes, lançando entre êles a confusão e a rivalidade. Essa acusação talvez não deixasse de ter o seu fundo de verdade, e descobria um dos lados do egoismo de Saraiva. Era um egoismo que tinha o seu aspêto exterior na frieza do homem, no seu feitio reservado e retraído. No primeiro contacto, Saraiva era simplesmente glacial. E precisava-se de rompêr-lhe os primeiros gêlos do temperamento, para encontrar-se o homem chão e acolhedor que era no fundo.

Nada tinha de um letrado: cultura parca, mal adquirida e quasi superficial. Inteligencia comum. *Ave de vôo curto*, chamava-o Tavares Bastos. Mas tinha um grande bom senso, que era, no fundo, o seu principal valor. Uma grande serenidade. Um completo controle de si mesmo. E, ao lado disso, uma absoluta retidão de carater. Podia ser tido, sem nenhum favor, por um dos mais honestos estadistas do Imperio, tomando-se essa expressão no sentido rigorosamente politico. Talvez nenhum outro, além de Zacarias e de Caxias, ou de Paula Sousa, nos primeiros anos do Reinado, se lhe pudesse mesmo equiparar. Não apresentando uma vida politica menos réta, menos nobre, menos sincera nem menos dirigida para os mais altos ideais, Saraiva tinha sobre os dois primeiros, seus contemporaneos, a vantagem de possuir uma natureza mais equilibrada e mais serena, mais senhora de si, sem a impetuosidade ou, melhor dizendo, a agressividade de Zacarias e a grande susceptibilidade de Caxias; tão pouco tinha a ingenuidade de Paula Sousa.

Seu prestigio, dentro e fóra do partido, provinha de tudo isso. Mas provinha tambem, e não podia deixar de ser assim, da simpatia marcada que lhe devotava o Imperador. Não é que os dois se estimassem muito. Eram duas naturezas frias e reservadas, que insensivelmente se excluiam. E talvez por isso se compreendiam melhor. O Imperador sabia fazer justiça ás qualidades de Saraiva. Homem sereno, sem paixões nem prevenções, estimava o equilibrio do chefe liberal, a retidão de suas atitudes, o seu bom senso, a calma que sabia guardar diante das paixões e dos excessos dos nossos

homens. Depositava-lhe por isso, uma larga confiança, que ficou inalterada até o ultimo dia, a ultima hora, o utimo minuto do Reinado.

### XVIII

A carta que Sinimbú escreveu a Saraiva, *reservada e confidencial*, convidando-o, em nome do Imperador, a formar o novo Gabinete, refléte exatamente o pensamento de Dom Pedro II sobre a marcha da questão da Reforma e bem diz da ilusão que este ainda alimentava, de salvar a todo o custo a *Constituinte constituída*.

#### SINIMBÚ a SARAIVA :

“... Quando, em despacho anterior, expuz á Sua Magestade o Imperador a conveniencia e oportunaidade de resolver-se esta materia, ponderei que no ponto em que, com a votação do Senado, ficou a questão eleitoral, me parecia que a unica solução natural era fazer um apelo á nação por meio de dissolução, visto como, pela organização do Senado, não ha contra este correctivo diréto; solução de alguma sorte prevista pela solene declaração que eu havia feito em ambas as Camaras. Que, sem embargo disto, eu não podia deixar de reconhecer os inconvenientes do meu projecto, em vista do nosso actual sistema eleitoral; e, portanto, parecia-me que algum alvitre poderia ser adotado por quem poderia executar.

“Esse alvitre seria chamar Sua Magestade á presidencia do Conselho outro que, como eu, não estivesse comprometido com aquella declaração. Até por outro motivo me parecia

aceitavel este conselho, e é a persuasão em que estou de que grande parte da opposição que soffreu o projéto, foi devida a causa meramente pessoal, o que é facil de reconhecer-se pelo modo aggressivo e violento com que tenho sido tratado por conservadores e, até, por *liberais*. Por esta razão, a mudança suggerida me parecia aceitavel, desde que essa pessoa se julgasse com força de apresentar-se perante o Senado, oferecendo de novo á sua aceitação o mesmo projéto da Camara, reproduzido na seguinte sessão.

“Sobre esta minha suggestão, declarou Sua Majestade que desejava ouvir a opinião do Ministerio. Entendi-me a este respeito com os meus colegas, procurando convencê-los dos fundamentos daquela minha opinião, e da conveniencia da minha retirada, assumindo algum deles a presidencia do Conselho. Recusaram todos aceitar o alvitre, alegando a nossa responsabilidade na gestão dos negocios. Malograda esta tentativa, só restava um recurso, era procurar fóra do Ministerio pessoa que pudesse desempenhar essa árdua tarefa.

“Em tais circumstancias, como era natural, todas as vistas convergiram para a pessoa de V. Ex., que além de reunir todos os predicados tem demais em seu favor o facto de haver estado, por motivo forçado, ausente da luta, e nela não estar tão directamente comprometido. O Imperador, que V. Ex. sabe propende sempre para o lado mais moderado, e que sem perder de vista a causa da Reforma, prefere alcançá-la pelos meios mais suaves, não deixou de prestar atenção ao alvitre suggerido. Assim é que depois de ter ouvido o Conselho de Estado, ordenou-me que dirigisse a V. Ex., a seguinte consulta:

“Pode V. Ex. nas actuais circumstancias prestar esse grande serviço, assumir a direcção dos negocios, com intuito de fazer de novo passar na Camara o projéto que ella votou no anno passado, e levá-lo ao Senado? V. Ex. terá talvez lido o ultimo discurso que sobre a Reforma proferi no Se-

nado; aí fiz novas concessões, a maioria civil e admissão dos acatolicos no gozo dos direitos politicos. Essas concessões, acrescentadas ao projéto, serão razões novas para fazê-lo admissivel ao Senado. Removida a questão pessoal e alargado o projéto, é provavel que o Senado o adóte, pois difficilmente poderá justificar uma nova recusa.

“Sua Majestade, que o honra com a mais plena confiança, muito estimará que V. Ex. possa prestar esse grande serviço, e quanto a mim, não tenho expressões para dizer-lhe quanto lhe ficarei obrigado”. (453).

## XIX

Era, em verdade, uma ilusão, pensar que Saraiva pudesse fazer o Senado voltar atraz á sua resolução anterior, sómente com a substituição do Ministerio (que ficaria, de toda a maneira, nas mãos dos liberaes) e as concessões feitas anteriormetne por Sinimbú sobre a maioria civil e admissão dos acatolicos. Como se o desentendido entre o Senado e o Governo não fósse a questão da revisão constitucional!

Essa ilusão era tanto menos explicavel no Imperador quanto Saraiva houvera escrito antes a Paranaguá, dizendo não poder tomar “a responsabilidade de organizar um Ministerio que afrontasse todas as dificuldades que deviam provir da persistencia em uma reforma constitucional”, e o Imperador, pelas relações pessoais que

---

(453) Carta de 28 de fevereiro de 1880; copia no arquivo da família imperial.



mantinha com Paranaguá, não podia certamente ignorar os termos dessa carta (454).

Mas, seja como fôr, a resposta negativa de Saraiva tirou-lhe as ultimas esperanças de revisão constitucional.

#### SARAIVA a SINIMBÚ:

“Sei que V. Ex. procede logicamente e com dignidade, quando julga a dissolução da Camara indispensavel á sua continuação no Ministerio, pois isso resulta de sua declaração em ambas as casas do Parlamento, e é o unico (*recurso*) de que pode dispôr o Governo para impôr ao Senado a reconsideração do projéto por êle regeitado.

“Mas posso eu proceder do mesmo modo? Posso eu aconselhar á Corôa o mesmo caminho a seguir-se na reforma eleitoral? V. Ex. sabe que gastei quasi uma sessão do Senado, a demonstrar que se podia fazer a reforma eleitoral sem o concurso de uma Constituinte. Como, portanto, posso eu comparecer perante esse mesmo Senado, para dizer-lhe que é constitucional o que eu declarei que não o é? Semelhante procedimento tirar-me-ia a força moral indispensavel ao homem publico para estar no Governo.

---

(454) E de fato não ignorava, como se deduz da declaração feita por Sinimbú, muito mais tarde, ao Sr. Tobias Monteiro (*op. cit.*), segundo a qual o Imperador, ao *sugerir-lhe* o nome de Saraiva para substituí-lo no Governo, lhe dissera que o mesmo escrevera a Paranaguá “dizendo que faria a Reforma por lei ordinaria”. — Nesta, como noutras partes de suas confidencias ao Sr. T. Monteiro, ha um pequeno engano de Sinimbú, explicavel pela idade avançada, 93 anos, quasi no fim da vida, com que as fez áquele nosso historiador. Assim, não é certo que o nome de Saraiva tenha sido sugerido a Sinimbú pelo Imperador para organizar o novo Ministerio; o Imperador não fez sinão transmitir a Sinimbú a sugestão que lhe fizera antes Abaeté.

“E’ certo que apoiei a V. Ex. e que continuarei a apoiá-lo na realização de seu programa de reforma; mas esse apoio não significara, nem pode significar sinão que eu não quero embaraçar por forma alguma os Governos que tomarem a peito dotar o paiz de uma bôa lei eleitoral. Deixo a cada um a escolha do caminho que lhe parecer mais seguro e melhor.

“As considerações feitas me parecem suficientes para que Sua Majestade o Imperador se convença de que não me é possível aceitar a honra de organizar Gabinete que leve ao Senado o projéto de reforma constitucional, nem mesmo com as modificações que as circunstancias exigirem” (455).

Noutra carta, que se cruzara com esta (456), Sinimbú reiterava o convite do Imperador a Saraiva, para organizar o Ministerio e obter “do Senado o projeto de Reforma com as bases com que foi adotado pela Camara dos Deputados” (isto é, por meio de revisão constitucional). Mas diante daquela recusa peremptoria de Saraiva, e da impossibilidade de recorrer-se a outro chefe liberal, pois Nabuco, o mais indicado, era morto ha quasi dois anos, Abaeté, muito idoso, se recusara, Dantas e Ouro-Preto não tinham situação parlamentar assegurada, e Paranaguá e Lafayette, membros do Gabinete de Sinimbú, estavam tão comprometidos, politicamente, quanto este, foi forçoso ao Imperador persuadir-se, afinal, de que o unico meio, de fato, viavel de alcançar-se a eleição diréta era, realmente, a lei ordinaria, votada pela

---

(455) Carta de 5 de março de 1880, no arquivo da familia imperial.

(456) Referida pelo Sr. Max Fleuiss, *op. cit.*

legislatura em curso. “Empreguei todos os meus esforços de opinião para que a Reforma se fizesse pelo modo que não só a mim como ao Ministerio que se retira pareceu mais conveniente”, dirá êle vencido (457).

## XX

Saraiva teve então inteira liberdade de ação. O Imperador desembarçou-lhe de qualquer compromisso antecipado; autorisou-o a promover a Reforma *pelo modo que lhe parecesse preferivel*. “Tenho ordem de Sua Majestade para declarar a V. Ex., escrevia-lhe Sinimbú, que á vista da carta que aludiz em seu telegrama de hontem (458), o engarrega de organizar o novo Ministerio para realisar a Reforma pelo modo que lhe parecer preferivel” (459).

Chegou-se a dizer que Saraiva exigira, e o Imperador accedera, a que a Reforma eleitoral se fizesse mesmo, caso necessario, por uma simples lei do poder executivo. Não houve tal. O Imperador o desmente categoricamente: “Saraiva não me propoz nem cogitou de reforma do sistema eleitoral por decreto executivo do poder executivo

---

(457) Reflexões citadas.

(458) Sinimbú telegrafara ainda a Saraiva, reiterando-lhe o convite do Imperador para organizar Gabinete, a que Saraiva respondera, tambem por telegrama, reportando-se aos termos de sua carta a Paranaguá. Esses telegramas constam igualmente da *op. cit.* de Max Fleuiss.

(459) Carta de 6 de março de 1880, no arquivo da familia imperial.

(sic), e tal ato seria o maior dos atentados á Constituição" (460).

De fato. Na liberdade dada a Saraiva, para realisar a Reforma "pelo modo que lhe parecesse preferivel", não se incluía, evidentemente, o recurso de um simples decreto executivo, que seria, sob todos os sentidos, um enorme contrasenso.

Mas nem por isso a vira-volta sofrida pela reforma do sistema eleitoral, com a vinda de Saraiva para o poder, deixava de ser radical. Alterava-se completamente o rumo da questão: da revisão constitucional passava-se para a lei ordinaria; em vez de uma Constituinte, a propria legislatura em curso. Isso valia por uma garantia antecipada da vitoria. O fato mesmo de Saraiva subir ao poder *somente* para fazer passar a Reforma por meio de uma lei ordinaria, como queriam os liberais, como queriam os conservadores, como queria tambem o Senado — sobretudo o Senado — como *acabou* querendo o Imperador, era a segurança de que a eleição diréta encontraria agora o seu caminho completamente desbravado. E assim foi.

Apresentado o projéto Saraiva á Camara (461), em dois mezes éle sofria ali as três discussões regimentais, sob o aplauso de todos, e era em seguida submetido á

---

(460) Notas do Imperador, no arquivo citado.

(461) *Projéto Saraiva*, porque o novo presidente do Conselho elaborara um projéto de Reforma *seu*, aproveitando a inteira liberdade de ação que lhe déra o Monarca. Nesse projéto, que foi depois a *lei Saraiva*, além da elei-

deliberação dos Senadores. A rapidez com que a Reforma passava agora na Camara dos Deputados, sem encontrar obstaculos, provocava a seguinte reflexão: aqueles mesmos representantes da nação que mezes antes entendiam indispensavel uma revisão constitucional para votar-se a eleição diréta, pensavam agora justamente o contrario, isto é, que bastava pura e simplesmente uma lei ordinaria. Lord Chetersfield escrevia certa vez ao filho, quando este iniciava a carreira politica: “Eis você membro do Parlamento. Não vá, como certos aventureiros, votar de acordo com à sua consciencia. Vote como um *gentleman*: com o seu partido”.

## XXI

Aprovado o projéto pelo Senado, foi êle immediatamente sancionado pelo Imperador, em janeiro de 1881. Realisava-se, assim, uma das maiores reformas politicas do Reinado!

“Saraiva recebeu as palmas da vitoria e bem mereceu todas as homenagens que lhe foram prestadas. Mas a justiça manda reconhecer que a sua ação segura e eficiente foi em grande parte devida á attitude decisiva de Dom Pedro II. Pouco importa que Sua Majestade tenha tido os escrupulos constitucionais que determinaram o fracasso de Sinimbú diante da teimosia partidaria

---

ção diréta, estabelecia-se o alargamento do voto, o direito de voto aos naturalizados, aos acatolicos e aos libertos, a garantia da qualificação, as penalidades para as fraudes eleitorais, e outras medidas visando o saneamento do voto.

do Senado e do receio que o *ramo vitalício* tinha de *bulir* na Constituição em vista da maturidade da idéia da temporariedade. O certo é que sem Dom Pedro II, a eleição diréta não teria sido votada: se, para que Saraiva a obtivesse do Senado sem a revisão constitucional, o Imperador não houvesse transigido com aqueles escrúpulos, a lei não passaria em 1881 e talvez não tivesse chegado a passar até 1889” (462).

De uma coisa, entretanto, se devia culpar o Imperador: de ter, com os seus escrúpulos constitucionais, exposto o paiz durante mais de dois anos a discussões politicas improdutivas, para chegar depois ao mesmo ponto de partida. Não tivesse êle tido aqueles escrúpulos, e Sinimbú teria obtido logo em 1879, o que Saraiva só veio a obter em 1881.

Porque é certo que a não ser, realmente, o Imperador, e um ou outro parlamentar, ninguem mais fazia questão de Constituinte para votar-se a reforma da legislação eleitoral. A opinião da grande maioria era mesmo no sentido da completa inutilidade de uma revisão. No partido liberal o desejo geral era que a Reforma se fizesse por qualquer meio, como ficara assentado desde 1877, não escondendo, contudo, os seus *leaders*, as preferencias por uma simples lei ordinaria. O proprio Sinimbú, como já se disse, era desse pensamento; se concordou depois em pleteiar a revisão constitucional (463),

---

(462) Agenor de Roure, *op. cit.*

(463) Martinho Campos acusou-o na Camara dessa reviravolta, abandonando a lei ordinaria para tomar o *caminho tortuoso* da revisão constitucional, sobretudo da *Constituinte constituída*.

foi sómente para ser agradável ao Monarca, e não perder assim a gloria de fazer a eleição diréta, toda sua ambição politica no momento. *Transigiu com a Corôa*, como disse Silveira Martins. Essa sua transigencia valeu-lhe ser acusado de *telefonio official do Paço*, na frase de Felício dos Santos, que pedia ao partido liberal dêsse *habeas corpus* ao Gabinete, para "tirá-lo de qualquer constrangimento e manter intacta a bandeira, demitindo-se".

Se, portanto, nem os liberaes nem os conservadores tinham os escrupulos constitucionais do Imperador (dos conservadores, rarissimos, como por exemplo, o visconde do Rio-Branco, eram partidarios da Constituinte) (464), fica de pé a acusação: por culpa do Monarca, o paiz perdeu dois anos com debates politicos estereis para, findo

---

(464) Rio-Branco, aliás, se era, em tése, partidario da Constituinte, não fazia disso uma questão absoluta. Escrevendo de Paris ao Imperador, em dezembro de 1878, êle opinava, é certo, pela revisão constitucional, na forma do art. 177 da Constituição. Mas acrescentava: "A não seguir-se esta opinião, e nem tambem admitir-se que a autorização para a Reforma leve em si bem definidos, assim o sentido da Reforma como os limites do censo eleitoral, então estabeleça-se (o que talvez convenha em todo o caso), que as legislaturas ordinarias serão competentes para alterar o censo e a forma da eleição, segundo o aconselharem as circunstancias. Dest'arte, o mal que uma Camara onipotente e mal inspirada (falo em tése) possa fazer sobre matéria tão vital para as instituições nacionais, encontrará remédio facil a todo o tempo, sem que seja preciso tocar de novo em nossa lei fundamental, nem perturbar o curso regular da nossa vida parlamentar. E' o que se pratica em quasi todos os Estados de instituições parlamentares" (Carta de 9 de dezembro de 1878, no arquivo da familia imperial).

esse prazo, voltar ao ponto de partida da questão eleitoral (465).

O que atenuava, até certo ponto, e desculpava a perrice do Imperador, era o motivo que o guiava: o perigo do máo precedente. Ele se opunha á lei ordinaria por estar persuadido de que ella, uma vez utilizada para reformar-se agora a legislação eleitoral, facilitaria novas reformas, com risco até de acabar-se no sufragio universal. E o sufragio universal, na opinião perfeitamente exata do Imperador, era um verdadeiro contrasenso num paiz como o Brasil (466), onde a

---

(465) Agenor de Roure (*op. cit.*) diz que "a luta sustentada pelo gabinete Sinimbú desbravou o caminho e facilitou enormemente a tarefa de Saraiva em relação á eleição diréta". Não foi tanto assim, e a prova é que Saraiva teve que tomar, para vencer, um caminho inteiramente oposto, que foi, como se viu, o da lei ordinaria. Aliás, é o proprio A. de Roure quem diz logo adiante: "Saraiva encontrou os caminhos que iam ter á Constituinte tomados pelos destroços de uma luta prolongada e *inutil*". Se foi inutil, não serviu, é claro, para facilitar a tarefa de Saraiva. E' ainda A. de Roure quem diz em sua brilhante Memoria, largamente utilizada neste Capitulo: "A idéia da eleição diréta era inadiavel. Para chegar a ella, só havia dois caminhos: um estava *obstruido*, e Saraiva seguia pelo outro, que sempre fôra preferido pelos liberaes". Ora, se estava obstruido, como é certo, é que não fôra *desbravado* por Sinimbú.

(466) Talvez esteja na opposição do Imperador a toda e qualquer idéia de sufragio universal no Brasil um dos motivos pelos quaes não chamou Nabuco em 1878, para organizar o Gabinete que devia reformar a legislação eleitoral. Nabuco, segundo se sabia, era partidario entusiasta do sufragio universal. Bastava este fato para amedrontar o Imperador.



maioria analfabeta da população era simplesmente esmagadora, e onde a *élite*, isto é, a gente que sabia lêr e escrever, só em proporção reduzida, como ainda hoje, tinha discernimento politico. Fazendo a Reforma depender de uma revisão constitucional, êle pensava dificultar o perigo de novas leis eleitorais, “que só poderiam ser perfeitamente bem sucedidas — e vale a pena repetir suas palavras — quando a educação politica fôr outra que não a do nosso povo”.

## XXII

Relevada, porém, essa teimosia, toda a attitude do Imperador, no correr da campanha parlamentar pela eleição diréta, só merece louvores.

Antes de tudo, ella destruiu uma das muitas acusações lançadas pelos politicos contra o regime e a Corôa, esta: que o Senado não passava de um corpo de aúlicos, simples prolongamento do Paço, criatura do Trono, e cuja existencia no nosso sistema representativo, a serviço do Imperador, só servia para comprimir e asfixiar as liberdades publicas.

Isso ficava tanto menos provado quanto fôra justamente o Senado que fizera frente e acabara vencendo o Imperador em seus escrúpulos constituicionais. O Senado não confiou em Dom Pedro II, quer dizer, temeu que o Monarca não tivesse bastante prestigio para evitar, no caso de se fazer a revisão constitucional, um possivel golpe dos liberaes contra a vitaliciedade da Ca-

mara Alta. Por isso êle fechou o caminho á politica do visconde de Sinimbú. Mas, na realidade, quem teve os passos embargados pelos Senadores foi o proprio Monarca, inspirador da politica constitucional do Gabinete. Foi a êle que o Senado fez retroceder, obrigando-o a voltar, desta vez com Saraiva, pelo caminho da lei ordinaria. E' certo que o Senado agiu sobretudo — e mesmo exclusivamente — *pro domo suo*, por puro extinto de conservação. Defendeu o privilegio de vitaliciedade, entricheirando-se contra um possivel golpe de flanco dos liberaes. Mas não importa: o Imperador não foi menos o derrotado.

Aliás, durante toda essa campanha parlamentar, quem mais cedeu foi justamente o Imperador. Cedeu, antes de tudo, á opinião politica do paiz, aceitando a eleição diréta, pela qual nunca nutriu entusiasmo, convencido como estava, e com razão, como se verá depois, de que nada nos adiantaria aperfeiçoar processos eleitorais, uma vez que o mal não estava na lei mas sim na educação dos votantes e dos votados; cedeu depois aos liberaes, abrindo mão de sua opinião no sentido de que cabia tambem ao Senado colaborar com a Camara na revisão constitucional (467); cedeu, porfim, aos conser-

---

(467) Sobre a intervenção constitucional do Senado na discussão do projéto de Reforma, êle fez a seguinte reflexão: "Lendo com atenção os artigos da Constituição, nenhum encontro que exclúa o Senado de tomar parte com a Camara que vota a Reforma na ultima deliberação. A Constituição declara expressamente os atos de cada uma

vadores do Senado, desistindo de insistir por que a Reforma se fizesse por meio de revisão da Constituição, e conformando-se com o recurso da legislatura ordinaria.

Em todos esses recúos é que estava justamente o seu grande mérito, porque cedia sempre inspirado pelos interesses mais elevados, em favor daquilo que lhe parecia ser, mal compreendida embora, uma aspiração da maioria da nação. Teimou dois anos por uma revisão constitucional; mas acabou cedendo. Abdicação que tinha tanto maior valor quanto fôra longa a sua teimosia.

Ele não era nem nunca chegou a ser partidario da eleição diréta. Com o seu cepticismo, e o exato conhecimento que tinha de nossas deficiencias culturais, não acreditava que ela pudesse melhorar os péssimos vicios eleitorais do paiz. Não seria nunca, como êle dizia, o vestido que faria vestal a Messalina.

Mas desde quando se capacitou de que a nação reclamava realmente essa Reforma, e tinha nela, com razão ou não, a visão de um futuro melhor para a liberdade e a moralidade das instituições politicas do Brasil, um dos seus ideais de Monarca, êle se pôz completamente a serviço do paiz, com tôda a sua bôa vontade, que era ilimitada, com toda a sua intelligencia, com tôdo o seu amôr ao trabalho. Cedeu, para isso, em toda a linha, abrindo mão generosamente de seus principios contrarios aos dos

---

das Camaras. Da comparação entre os artigos 176 e 177, poder-se-á quando muito sustentar quando elas deliberam independentemente uma de outra, que o que se vencer em *ambas* as Camaras não depende de sanção”.

políticos, quer no que dizia respeito ao processo legislativo da Reforma, quer com relação á essencia mesma dela. Cumpria, assim, nobremente, o que prometera a Sarai-va, quando o chamara para organizar Gabinete: *Nenhum estôrvo partirá de mim, diréta ou indirétamente, para que se perca a oportunidade da Reforma, que me parece provada.*

## CAPITULO XI

### O CLIMA POLITICO

*Entusiasmo pela reforma eleitoral — Seus resultados — Falta de educação politica do povo — As eleições — Compressão eleitoral — “Camara de servis” — O Imperador e a liberdade eleitoral — Sua luta com os Ministros — O Imperador e os partidos — Historia dos partidos constitucionais — O jogo dos partidos — Liberais e conservadores — Partido do Governo e partido da opposição — O poder pessoal — O poder moderador na Constituição de 1824 — “O Rei reina, governa e administra” — O sorriso de Nabuco de Araujo — Feitio absorvente do Imperador — O imperialismo — Insinceridade dos politicos — Os exemplos: José de Alencar, Saraiva, Paraná, Zacarias, Nabuco de Araujo*

#### I

Sancionada a reforma eleitoral, que passou a ser a lei Saraiva, a clientela politica que assistia o Imperador no governo na nação, não escondeu o entusiasmo deli-

rante pelos beneficios que se esperava ela trouxesse á mentalidade politica do paiz. Estava-se convencido de que a nova lei viria sanear definitivamente os nossos tão deploraveis processos eleitorais; e que, doravante, o Brasil poderia orgulhar-se de ser, realmente, aquela *democracia coroada*, de que nos falara Mitre.

Com os exageros proprios de nossa raça, os politicos cantaram ditirambos á Reforma. Nos seus entusiasmos liricos, chegaram até a ser cômicos. Como o segundo Martim Francisco, por exemplo, que confessava a sua admiração comovida pela nova lei, não só por ela mesma como tambem por seus menores detalhes, por seus artigos, por seus parágrafos, “até por suas virgulas”!

Rui Barbosa, jovem deputado liberal, do grupo de Dantas, proclamava que era “a maior lei deste paiz depois do Ato Adicional”, o que até certo ponto estava certo; mas logo caía no exagero, e exclamava: “E’ o mais assombroso triunfo obtido pela causa liberal, é a Carta do sistema representativo e da liberdade religiosa no Brasil” (a lei, como se sabe, concedida direito de voto aos acatolicos). E ia além: “E’ a mais alta culminação da liberdade e da democracia neste paiz, uma lei gigantesca, cuja importancia ha de crescer de dia para dia; uma lei que vale mais de meio seculo de reformas conservadoras, resgatando de um dia alguns anos de culpas liberaes e 40 anos de máos governos conservadores”. Rui Barbosa terminava assegurando que a nova lei criara, afinal, o parlamentarismo no Brasil.

Paulino de Sousa, chefe conservador, entendia que ela rejuvenescia a nação; e Ferreira Viana, outro con-

servador, comparava-a a uma verdadeira revolução, tão radicais seriam as suas consequencias. Paranaguá, liberal, achava que ela restituiria o prestigio essencial á verdade do sistema representativo. Martinho Campos, tambem liberal, dizia que graças a ela, a nação poderia governar-se como quizesse e como entendesse, e nenhum governo teria força no Brasil para introduzir no recinto do Parlamento a *péste* das Camaras unanimes.

Isso se dizia em 1881.

Ora, o que iria acontecer? Que cinco anos depois o barão de Cotegipe conseguiria eleger uma Camara esmagadoramente conservadora, com apenas uns 20 deputados liberais; e que em 1889, o visconde de Ouro-Preto, liberal, faria uma Camara quasi que absolutamente unanime!

## II

Não se pode dizer, entretanto, que a lei Saraiva não tivesse dado os seus frutos. Mas teve a sorte precaria de certas arvores, que nascem, um belo dia de sol, e crescem, e sobem, e vicejam, bonitas, galhardas, verdes, exuberantes de seiva, carregadas de frutos; depois, quando mais fartas são as esperanças nelas, começam a fenecer, os frutos caem, um a um, as folhas amarelecem, secam, deixam-se levar pelos ventos, os ramos se retraem, se retorcem, mirrados, enegrecidos. E a bela arvore, outróra frondosa e verde, não é mais do que meia duzia de galhos pôdres e nús.

De fato. A primeira eleição processada pela nova lei foi realmente o pleito mais liberal que já houve no Brasil. Não se chegara ainda nem se chegaria depois a resultados tão animadores, que dignificassem tanto os homens políticos e o sistema representativo do Imperio. A compostura, a irreprochavel linha de conduta que o conselheiro Saraiva guardou na presidencia dessa primeira eleição de 1881, deu-lhe um enorme e merecido prestigio nos meios politicos do paiz. O Imperador não lhe regateou os aplausos. Pode-se, talvez, dizer que desde então Saraiva ficou sendo o seu homem de Estado preferido. *A lei foi imparcial e fielmente cumprida*, disse o Gabinete, pela Fala do Trono de 1882. Era perfeitamente exato.

Uma prova disso estava na derrota de dois de seus Ministros (468), os quais tiveram, consequentemente, de abandonar as respectivas pastas. Mas a melhor prova ainda foi o resultado total da eleição, pela qual os conservadores conseguiram fazer cerca de 50 deputados. Um partido de opposição elegendo tão grande numero de correligionarios, era coisa jamais vista no Imperio.

Mas esses belos resultados tiveram a mais curta duração. Breve constatou-se que a nova lei só prestava pela honestidade com que a *quizessem* cumprir os seus manipuladores. Contra a ação desmoralizadora dos po-

---

(468) Pedro Luiz e Homem de Melo, respectivamente ministros de Estrangeiros e do Imperio. Agenor de Roure (*A eleição directa*) salienta que em seis anos da vigencia da lei Saraiva, cinco Ministros foram derrotados em eleições, enquanto que em quarenta e um da lei dos dois grãos, apenas um Ministro perdera eleição.



liticos, apesar de todos as perfeições, de todos os precalços, de todos os recursos de defeza, ela nada ou muito pouco podia valer. Os mais avisados, quer dizer, os mais realistas, que não se deixavam ganhar por illusões sonhadoras, depréssa compreenderam isso. E quando o senador Dantas, presidente do Conselho, assegurou á Camara, em 1884, que a opposição teria do Governo, nas eleições daquele ano, as maiores garantias de liberdade, correu pelos bancos dos conservadores uma gargalhada geral: era porque os profissionais da fraude já estavam senhores das fraquezas da lei, portanto do segredo de burlá-la, e sabiam o que podiam valer aquelas promessas de garantia.

Apesar de tudo, ainda nessa segunda experiencia de 1884, os resultados não foram de todo desanimadores. Se não deram os mesmos frutos de 1881, foram ainda a melhor resposta que Dantas podia dar á *gargalhada conservadora*: a opposição fez cerca de 40 deputados.

Dois anos depois realisava-se a terceira experiencia. Desta vez eram os conservadores que estavam no poder. Vivia-se em plena agitação abolicionista. A consciencia politica do paiz despertava ao clamor dos libertadores de escravos. Nunca, como então, o espirito liberal da nação ostentara tanto a sua vitalidade. O velho barão de Cotegipe fôra chamado ao governo para fazer passar no Senado a lei que libertava os escravos sexagenarios, que Saraiva não julgara possivel levar ao ultimo termo.

O que se viu então? Isto: a eleição de uma Camara quasi que totalmente conservadora! Os liberaes fazendo apenas umas dezenas de deputados. A sexta parte da

Camara! Que melhor gargalhada podiam, de fato, dar agora esses conservadores, ás illusões acaso ainda existentes nos autores da lei? E' verdade que nesse mesmo Gabinete, Cotegipe teve depois, em pleito singular, um de seus Ministros derrotado. Mas isso não significava grande coisa.

Tanto assim que o gabinete liberal do visconde de Ouro-Preto, cinco anos depois, conseguia fazer uma Camara quasi unanimemente governista, uma Camara, por assim dizer, *sua*: era a *revanche* completa dos liberaes. Mais do que nunca ficava provado que qualquer que fôsse a lei eleitoral ou sistema que esta representasse, sómente contava a decisão do Governo, a vontade do Governo, o querer do Governo. Essa Camara do visconde de Ouro-Preto seria a ultima Monarquia. Mas não se precisava de outra para prova de que a lei Saraiva, com todos os seus recursos e engenhos, de nada ou muito pouco valia contra os manejos da politicagem.

### III

Por culpa da lei? Não. Por culpa dos homens, votantes e votados, por culpa dos chefes, grandes, médios, pequenos; por culpa tambem dos partidos, mal construidos, desarticulados, inorganicos, inexpressiveis — numa palavra, por culpa da escassa cultura politica do paiz. “Sem educação generalisada nunca haverá boas eleições” — já ponderara o Imperador em 1876 (469).

---

(469) Notas á Dona Isabel, no arquivo da familia imperial.

Podia-se dizer então o que diz hoje o Sr. Gilberto Amado, isto é, que sem contar a população das cidades, que não se pode dizer seja culta, a população do Brasil, politicamente falando, não tinha existencia.

De fato. Sob o ponto de vista exclusivamente politico, no sentido elevado da palavra, o Brasileiro, então como ainda hoje, era lamentavelmente pouco desenvolvido, vegetava num atrazo de quasi dois seculos. Só o interessava, nesse particular, só contava para êle, só lhe despertava a consciencia cívica, a mais daninha e a mais bastarda das politicas — a politica official. Intellectualmente, êle se esterilisava no que Goethe chamava *das politische gerede*, isto é, na parolagem. “Uma nação composta de bachareis garulos e de povo ignorante”, já nos definira, em 1824, com perfeita exatidão, aquele delicioso e sempre avisado visconde da Pedra-Branca.

Os vicios, portanto, as deficiencias do sistema eleitoral vigente, não resultavam de leis nem de processos de eleição incompletos ou inadequados; eram, como muito bem dizia Joaquim Nabuco, uma questão de moral social, politica e privada. E’ que, infelizmente, faltava aos nossos homens publicos essa probidade civica, tão necessaria na vida das nações quanto a probidade moral na vida do homem livre. “Haja eleições como elas devem ser — dizia o Imperador em 1861 — e portanto todas as suas consequencias, e o Brasil terá certo o seu futuro e o Monarca dias serenos” (470).

---

(470) Diário, *idem*.

Que a culpa era do relaxamento na educação política dos homens, e não de processos eleitorais, está a prova em que assim quizeram os chefes liberais em 1881, e a verdade das urnas tão sonhada, ou apenas sonhada, foi, de fato, uma bela realidade. No Brasil houve eleições! Em 1884, quando da segunda experiencia da lei, sob o gabinete Dantas, se as coisas não se passaram com os mesmos excelentes resultados da primeira vez, em todo o caso, o beneficio que se colheu foi ainda animador. Mas, infelizmente, já se podia notar que o barco da eleição diréta tinha falhas, como de resto todas as leis, por mais perfeita sejam elas, e que só dependia, para que as aguas da fraude não penetrassem por ali, da probidade e do escrúpulo de seus tripulantes. Foi essa probidade que faltou ao barão de Cotegipe e seus comandados, quando da terceira viagem, em 1886; então o barco começou francamente a fazer agua. E' com o visconde de Ouro-Preto, em 1889, foi o naufragio, o desastre final. Da bela obra de Saraiva não ficou sinão a *épave*. Foi impossivel, salvá-la da malandrice dos politicos, que depréssa haviam descoberto os meios de burlá-la, de torcê-la e de reduzi-la a um instrumento de fraude e de compressão eleitoral tão eficiente para êles e tão danôso para a coletividade quanto fôra, durante quasi sessenta anos de regime monárquico, a lei chamada dos dois grãos.

## IV

Que valiam, portanto, as eleições (esse *tifo eleitoral*, como dizia o marquez de Abrantes), que podiam elas exprimir, se toda a sua evolução, do alistamento eleitoral á posse dos chamados eleitos da nação não representava, em ultima análise, sinão um conjunto de atos arbitrarios, de violencias e de compressões? “As eleições, confessava o conselheiro Pereira da Silva, realisavam-se pela corrupção das classes miseraveis, pelas violencias de que eram alvo por parte das autoridades policiaes e administrativas, pela ignorancia do pôvo miudo, que não conhecia siquer seus direitos e muito menos sabia defendê-los; pela facilidade, enfim, de falsificar os alistamentos e as atas paroquiaes da eleição primaria (471). Tudo isso o Imperador resumia em poucas palavras, lançadas em seu diario: *A nossa principal necessidade politica é a liberdade de eleições* (472).

Politicamente falando, o paiz vivia no regime da compressão eleitoral: compressão dos grandes chefes de partido contra os outros chefes menores; destes contra os chefes provinciaes, que por sua vez comprimiam os chefetes municipaes, estes a outros, e assim por diante, até a compressão do cabo eleitoral contra o votante, o *homem da rua*, na maioria das vezes, sinão mesmo com raras exceções, um ignorante, apesar de saber rabiscar

---

(471) *Memorias do meu tempo.*

(472) Arquivo citado.

o nome, um indiferente, de uma passividade quasi budista, sem a menor consciencia do valor moral e politico, e muito menos do alcance social que devia representar o voto.

Esse estado de coisas, por todos os lados deprimemente, só podia produzir as cenas edificantes que se viam no mundo politico do Imperio, das quais as mais escandalosas eram as celebres *derrubadas*. Quando o partido chamado pelo Imperador para o governo não contava com uma maioria parlamentar que o apoiasse, e conseguia da Corôa o recurso constitucional da dissolução da Camara, seu primeiro cuidado, antes do pleito, era fazer uma ceifa em regra no pessoal da administração geral, provincial e municipal do Imperio, enxotando dela todos quantos pudessem influir em seu prejuizo nas eleições que se preparavam para a nova Camara. Construia-se, assim, um vasto e solido alicerce, sobre o qual iria repousar e funcionar a maquina eleitoral do partido governista. Semelhante sistema fazia lembrar o que se passava na Grecia parlamentar do rei Jorge, onde o partidarismo politico regulava a tal ponto a situação dos empregados publicos, que quando um novo Gabinete subia ao poder, até mesmo os miseros engraxates das ruas de Atenas perdiam o emprego que ocupavam por uma concessão da policia.

Para se ter uma idéia das proporções que assumiam por vezes, entre nós, essas demissões em massa, basta citar este fato, contado por Joaquim Nabuco: durante o curto governo de Manoel de Sousa, em Pernambuco,

que não durou sequer dois mezes, houve ali para mais de 200 demissões; substituiu-o Chichorro da Gama, que para não ficar atrás, “consumou a obra de devastação e deu cerca de 300 demissões” (473). E Pernambuco passava por ser então a Província mais adiantada do Imperio!

Era com semelhantes processos que se obtinha as Camaras unanimes ou quasi unanimes, a *peste*, como dizia Martinho Campos, inteiramente conservadoras ou inteiramente liberais, conforme o partido que presidia as eleições; ou então ás Camaras subservientes, inconscientes de sua missão politica, *Camara de servis*, como as chamara duramente Silveira Martins, que votavam hoje uma matéria de determinada maneira, para votarem amanhã essa mesma matéria de uma maneira diametralmente oposta. Teofilo Ottoni cita aquella Camara, que “apoiou sem tergiversar o Ministerio parlamentar de 1837, o Ministerio oligarquico de 1840, e que em seguida, depois de haver alternadamente condemnado e aplaudido a Maioridade, acompanhou servilmente o Ministerio maiorista, e terminou sua carreira obnoxia como rabadilha do Ministerio palaciano de 25 de março de 1841” (474). No Capitulo anterior vimos com que desenvoltura, para não dizer com que irresponsabilidade, a Camara que apoiou a *Constituinte constituida* reclamada por Sinimbú, deu uma radical voltaface, e passou a apoiar o processo diametralmente oposto da legis-

---

(473) *Um estadista do Imperio.*

(474) *Circular aos eleitores de Minas Gerais.*

latura ordinaria, pleiteado por Saraiva. Aliás, já Macaulay dizia que era inutil procurar logica nos politicos (475).

## V

O Imperador bem que empregava os melhores esforços para remediar esses deploraveis costumes, e sua obra mais meritória, como chefe de Estado, estava sem duvida nos entraves de toda a especie que punha para impedir o nosso abastardamento politico. Atendendo, com sua costumada benevolencia e interesse pela causa publica, todos quantos o procuravam para queixar-se, ou intervindo junto dos politicos para punição dos cul-

---

(475) O desprestigio dessas Camaras provinha, em parte, da attitude de seus proprios membros, como se deu em 1879, quando um Deputado, para divertir-se a si e aos outros, entendeu de forgicar um diploma de deputado para um tal Fagundes, que se intitulava barão de Caiapó, um pobre desequilibrado, que sonhava com umas minas no Xingú, para exploração das quais, aliás, a propria Camara lhe dera, pouco antes, uma concessão. Com o falso diploma de deputado, Fagundes tomou ingenuamente assento na Camara; e, quando descoberta a pilhéria, não foi sem custo que o desalojaram de lá. *Camara dos Fagundes*, foi como ficou conhecida essa Camara de 1879. — Não é sem proposito focalisar uma attitude de Lafayette. Pronunciava um longo discurso no Senado e fôra interrompido por um aparte intempestivo de Diogo Velho, senador novato pelo Rio Grande do Norte. Interrompeu Lafayette o seu discurso, encarou fixamente o seu jovem interruptor, e lançou-lhe a celebre frase de Cicero, sob a risada geral do Senado: *Sacer locus, puer, extra migite* (o lugar é segredo, menino, vá mijar lá fóra).



pados, êle praticava uma obra verdadeiramente saneadora e nacional. Na sua volumosa correspondencia com os Ministros, uma grande parte, uma parte enorme, é relativa exclusivamente a eleições, seus processos, suas falhas, fraudes, compressões, falsificações, etc.

“Sempre falo no sentido da liberdade nas eleições, escreveu êle á margem de Tito Franco, e alguma coisa tenho conseguido. A bôa nomeação de presidentes (*de Provincia*) é o meu maior empenho, e os que eu souber que intervieram em eleições nunca mais serão presidentes, se minha opinião prevalecer”.

Sua luta com os Ministros, por uma escolha escrupulosa de presidentes de Provincia, os quais eram, por assim dizer, como agentes dirétos e da immediata confiança dos Gabinetes, os principais *fazedores* de eleições, foi de uma constancia e de uma tenacidade realmente admiraveis. Todo o seu objetivo era que esses *proconsules* do Imperio estivessem sempre, por seus méritos, por sua moralidade publica e privada, por seu passado politico, acima de qualquer suspeita. “Meu grande empenho é a liberdade das eleições — dizia êle á filha, quando esta assumia pela segunda vez a regencia do Imperio, na véspera de sua partida para os Estados Unidos, em 1876; para isso tenho sempre lembrado a bôa escolha de presidentes. Foram até consultados conselheiros de Estado, que não quizeram aceitar esse encargo. Creio que o Ministerio quer a leal execução da nova lei da eleição, mas é indispensavel que as autoridades não contradigam esse desejo, por seu procedimento mais ou me-

nos desleal. Toda a vigilancia do Governo é pouca" (476).

Escrevendo ao visconde de Itaboraá, então presidente do Conselho, em outubro de 68, sobre as eleições que se deviam realizar daí a tres mezes, dizia o Imperador:

"Ecolham-se autoridades honestas *em todo o sentido*, punam-se as que abusarem ou consentirem em abusos como os de andarem os seus inferiores cabalando por conta de qualquer dos partidos, que devem dar força ao Governo, e não tirá-la dêle, que as eleições, já começam a inspirar alguma crença... No meio da nossa desmoralização, soría difficil desde já reerguer a fé, que todos devem ter, na marcha regular das nossas instituições; porém ainda ha felizmente muitas pessoas dotadas das melhores intenções, e eu espero tudo do empenho que o Snr. tem de que não se pratiquem certos atos e se reparem os que a experiencia tem mostrado que foram errados" (477).

Esse empenho pela realidade das eleições, que era um aspecto, apenas, da moralidade politica do regime, foi um dos traços principais do Imperador, visto como chefe de Estado, e que o separara distintamente dos politicos do seu tempo. Preocupou-o, pode-se dizer, desde quando começou a ter a noção exata do seu papel civilizador, no centro de escassa cultura que era então o Brasil. Quando Caxias assumiu o poder por morte de Paraná, em 1856, foi o jovem Monarca quem lhe tra-

---

(476) Arquivo da familia imperial.

(477) Minuta no arquivo da familia imperial. O grifo está na minuta.

çou uma especie de norma de governo, na qual se lia este paragrafo, sem duvida um pouco ingenuo, mas de um louvavel bom senso para um rapaz de apenas trinta anos de idade:

“As eleições devem ter lugar com toda a liberdade de voto cingindo-se a ação do Governo aos seguintes principios. Nenhuma intervenção dirêta de qualquer membro do Ministério, e ainda menos deste; podendo contudo os Ministros pedir em favor de candidatos cujas relações pessoais com êles tirem todo e qualquer carater official ao pedido. Pode haver intervenção indirêta por meio dos Presidentes, entendendo-se estes com as influencias locais, que não forem autoridades, e só nestes casos, e sob as seguintes condições: quando convenha opor a um candidato pouco digno de tomar assento entre os representantes da nação ou que defenda interesses contrarios ás bases do nosso sistema politico (478), outro que não esteja em tais circumstancias, contando que este seja aceito pelo distrito eleitoral, e não se torne preciso empenhar meios de ação de qualquer genero para evitar a eleição do adversario” (479).

O Sr. Oliveira Viana diz bem, que durante os cincoenta anos de reinado, a luta do Imperador contra o partidarismo, o nepotismo, o favoritismo, a politicagem dos Ministros não teve tréguas nem esmorecimentos, e que ha nela *traços quasi dramaticos*. Pode-se bem acrescentar que o Monarca era, nesse particular, a unica fonte de liberdade politica do Imperio.

---

(478) Mais tarde o Imperador iria evoluir no sentido de uma liberdade ainda mais ampla, como se verá com as eleições de candidatos declaradamente republicanos.

(479) No arquivo da familia imperial.

## VI

Os Ministros, é claro, não aceitavam sempre de bom grado essa vigilância incessante do Imperador, e até certo ponto impertinente para êles, em favor dos adversarios na opposição; e a acusação, sempre repetida, que lhe faziam, era de que o chefe de Estado se tornava com isso um Imperador faccioso, saindo da posição imparcial e equidistante que lhe traçara a Constituição. Vistas as coisas em seus detalhes, pode ser que essa acusação tivesse por vezes fundamento; mas observadas em conjunto, como deviam ser, era francamente pueril. A soma dos atos do Monarca, e não sómente de seus atos, de todas as suas intenções, repetidamente manifestadas, era a mais absoluta negação disso.

“Não sou de nenhum dos partidos, dizia êle, para que todos apoiem nossas instituições; apenas os modero, como permitem as circumstancias, julgando-os até indispensaveis para o regular andamento do sistema constitucional, quando, como verdadeiros partidos e não facções, respeitem o que é justo” (480). E sobre distribuição de empregos publicos, fator que foi sempre da maior importancia para a economia dos partidos, já êle *determinara* a Caxias, presidente do Conselho em 1856: “O provimento de empregos que não forem de confiança, se fará atendendo unicamente ás qualidades do escolhido, e em igualdade de circumstancias convirá sa-

---

(480) Diario do Imperador, no arquivo citado.

tisfazer ambos os partidos (481). Os de confiança também não serão vedados aos do partido oposto, desde que os nomeados mostrarem abraçar sinceramente a politica do Governo” (482).

A grande preocupação do Imperador era que cada partido tivesse uma vida autonoma, livre de toda compressão official, do alto ou de baixo, sem o que lhe seria impossivel preencher, no cenario politico do paiz, o papel saneador e, por isso mesmo, civilizador, que lhe estava naturalmente reservado. “Não me compete reorganisá-los — dizia — mas apenas atender ás suas manifestações legais” (483). Seu empenho, que era aliás também o seu interesse, foi sempre colocar-se acima deles, num completo *isolamento partidario*, de forma a evitar quanto possivel a camaradagem politica, tanto com os partidos propriamente ditos, como com os homens que os formavam ou lhes dirigiam os destinos.

A melhor prova dessa sua posição imparcial no jôgo dos partidos da Monarquia está em que desde 1862, isto é, desde quando êles começaram realmente a se revesar no poder, até o fim do Imperio, portanto durante cerca de 28 anos, liberais e conservadores governaram, cada qual, cerca de 14 anos — a metade exata do tempo para cada partido (484).

---

(481) Não esquecer, entretanto, que se estava sob a politica da *Conciliação*.

(482) Arquivo citado.

(483) Nota a Tito Franco, *O conselheiro F. J. Furtado*.

(484) Os liberais governaram de 1862 a 1868; os conservadores de 1868 a 1878; os liberais de 1878 a 1885; os conservadores de 1885 a 1889; os liberais em 1889.

## VI

A historia dos dois partidos constitucionais não era longa. E sem o conhecimento dela é impossivel compreender-lhes hoje o significado na cena politica e social da Monarquia brasileira.

Sua origem datava da Regencia. Anteriormente, isto é, sob o Primeiro Reinado, se havia individuos de tendencias avançadas ou moderadas — constitucionais, reacionarios (chamados depois restauradores ou caramurús), republicanos unitarios e republicanos federalistas, liberais moderados e liberais exaltados — êles nunca chegaram a se agrupar em redor de determinados programas politicos, com organizações partidarias estaveis. Deixaram-se levar, quasi exclusivamente, por ambições meramente pessoais ou pelas simpatias ou antipatias que lhes inspirava o primeiro Imperador. Visavam sobretudo a este. Sofriam a sua atração ou a sua repulção.

Com a partida de Dom Pedro I para a Europa e a instituição do governo regencial, em 1831, começaram as primeiras tentativas sérias de organização partidaria. As facções se atraíram umas ás outras, segundo as tendencias de cada uma. Assim, o grupo ou os grupos dos republicanos uniram-se aos liberais exaltados, e dessa união surgiu o partido liberal; o grupo dos constitucionais juntou-se aos liberais moderados, originando-se daí

o partido conservador (485). Os reacionarios ou caramurús arvoraram durante algum tempo a bandeira restauradora, conspirando pela volta do primeiro Imperador. Morto este, em 1834, êles se repartiram entre liberaes e conservadores, conforme a tendencia individual de cada um.

O programa politico dos liberaes da Regencia era quasi revolucionario. Entre outras coisas, pugnavam pela Monarquia federativa, a abolição do poder Moderador, a temporariedade do Senado, a supressão do Conselho de Estado e a instituição de Assembléias provinciais.

O Ato Adicional, em 1834, satisfez-lhes na criação de um legislativo provincial, mas composto de uma só Camara, e não com dois ramos, como queriam. Esse radicalismo liberal provocou, como era de esperar, a reação monarchica, que se batia pela conservação da ordem de coisas existentes e a intangibilidade da Constituição de 1824, reação que foi, em suma, o programa do partido conservador. Comprimidos, por este, em suas ambições, os liberaes tiraram a desforra precipitando, com um golpe de Estado parlamentar, a maioria do pequeno Imperador.

1840. Vitoriosos com o golpe da Maioridade, êles galgaram facilmente o poder, — toda a finalidade de suas manobras politicas. Mas o sucesso foi-lhes de curta

---

(485) A constatação da origem *liberal* dos dois grandes partidos é muito importante para a compreensão de suas atitudes politicas e de seus atos durante todo o Reinado.

duração. Aureliano (Sepetiba), com o seu pequeno grupo, chamado a *facção aulica*, teve a habilidade de insinuar-se no espirito do jovem Monarca, e de servir-se dessa circumstancia para afastá-lo de toda pressão partidaria, tanto dos liberais como dos conservadores. Não se pode dizer que o tenha isolado completamente dos partidos, nem seria possivel dentro da organização politica do Imperio: mas colocou-o a salvo das intrigas partidarias, e foi essa a grande obra patriótica de Aureliano. Defendendo o Soberano jovem e inexperiente que era ainda Dom Pedro II, do *contrôle* que os partidos porfiavam exercer sobre êle, Aureliano defendia por igual o Trono e a Constituição, ou melhor, o regime que era então a nossa melhor sinão a unica garantia de liberdade. No fundo, essa politica de Aureliano foi essencialmente conservadora.

Enxotados do Governo, os liberais não socegaram. Passaram para o terreno das violencias, provocando as revoluções de São Paulo, de Minas Gerais e, mais tarde, de Pernambuco. Mas nem assim lograram seus intentos, e na ultima delas foram completamente destroçados.

Desmoralizados com sucessivas derrotas, desunidos, sem apoio na opinião publica, cançada, que estava, de tanta desordem, êles tiveram que sofrer um longo e penoso ostracismo, do qual só por volta de 1860 conseguiram de todo se livrar.

Durante os primeiros oito anos após a Maioridade, os Ministerios que se substituíram no poder, na media de um por ano, não refletiram, a bem dizer, nenhuma côr partidaria. Se a tendencia dêles era sobretudo con-



servadora, pela necessidade de resguardarem o trono e o regime do vendaval da desordem, lá se achavam homens de todos os matizes. Não havia ainda os *Gabinetes*, de feição mais ou menos parlamentar, que só começaram a se fixar depois de 1847, com a criação do cargo de presidente do Conselho.

### VIII

Passado o período a bem dizer revolucionario da Regencia, que politicamente se prolongou ainda oito anos pelo governo pessoal de Dom Pedro II, o paiz, cansado das lutas intestinas, passou a reclamar um período de paz, de congraçamento geral, que fôsse tambem de reconstrução e de consolidação. Por suas tendencias individuais, o jovem Monarca, como a maioria dos politicos, não desejava, em verdade, outra coisa. Desse estado de espirito geral foi que nasceu a chamada *Conciliação* dos partidos, inaugurada em 1853 pelo marquez de Paraná. A politica de Conciliação foi uma politica essencialmente conservadora, uma vez que ela visava sobretudo a reconstrução da nacionalidade nos seus verdadeiros alicerces, abalados pelas dissensões partidarias. Para os liberais foi uma politica de *detente*, graças á qual elles puderam se refazer das derrotas sofridas anteriormente.

A Conciliação durou praticamente até a quêda de Abaeté, em agosto de 1859, quando Angelo Ferraz (barão de Uruguaiana), organisou o seu gabinete; mas seus

efeitos se fizeram ainda sentir até cerca de 1862. Nesse ano foi que se verificou a separação nitida entre os dois grandes partidos constitucionais. No seio dos conservadores deu-se a celebre cisão, originada de divergencias com Caxias, então chefe do Gabinete, e em virtude da qual Sinimbú, Nabuco, Zacarias, Saraiva, Paranaguá e outros chefes conservadores formaram, sob a égide de Olinda, a chamada *Liga*. A Liga não foi, em suma, senão a ponte que permitiu áqueles estadistas passarem, com armas e bagagens, para as fileiras liberais. Uma defecção tão séria, sobretudo pelo valor pessoal de cada um deles, não podia deixar de abalar profundamente a estrutura do partido conservador. De fato este se desarticulou, e teria por isso de sofrer um ostracismo de bem seis anos.

Durante esse tempo, o dominio dos liberais foi absoluto. A Liga perderia a sua razão de ser, porque os antigos conservadores que a haviam formado se aliaram definitivamente, sob o rotulo de *liberais progressistas*, aos liberais da velha guarda, intitulados os *historicos*. Historicos e progressistas pelejariam juntos, ainda algum tempo, sem comtudo se confundirem num só e unico partido.

Os conservadores só conseguiram voltar ao poder em 1868, quando Zacarias, incompatibilizado com Caxias, pretextou a escolha de Sales Torres-Homem (Inhomirim), feita pelo Imperador para uma cadeira do Senado, e retirou-se do Governo. Em rigor, não havia um motivo politico para apeiar os liberais do poder uma vez que a Camara lhes era francamente fiel, numa

proporção de 85 para 10. Mas o Imperador, cuja atenção estava voltada, nessa época, para a terminação da guerra com o Paraguai, entendeu dever poupar as susceptibilidades de Caxias, comandante em chefe, e filiado ao partido conservador. Chamou assim para o Governo o partido do Marechal, na pessoa do visconde de Itaboraá.

Os liberais, naturalmente, protestaram. Mas tiveram que ir mesmo para a opposição. Foi quando, num movimento de defeza — *l'union fait la force* — uniram-se as duas facções do partido, progressistas e historicos, em volta de uma só bandeira, para poderem melhor combater a situação conservadora que se iniciava. Desse congraçamento de forças foi que resultou a reorganisação do partido liberal ou, melhor dizendo, o novo partido liberal, que salvo as dissidencias passageiras de 1880, por ocasião da eleição diréta, e de 1884, por causa da libertação dos escravos sexagenarios, iria conservar-se mais ou menos unido até o fim do Imperio. Por ocasião da união dos progressistas com os historicos, destacou-se um pequeno grupo de liberais radicais, que com outros elementos de fóra, em sua maioria officiais jovens do Exercito, passou a formar o partido republicano — partido que durante o resto todo do Reinado sería antes uma facção, sem grande ou quasi nenhuma influencia, politicamente falando, na consciencia partidaria do paiz.

Subindo ao poder em 1868, os conservadores se mantiveram nêlo justos dez anos. Em 1871 abriu-se no

partido a cisão provocada pela lei do Ventre-livre. Essa fenda foi mais prejudicial para os conservadores do que seriam para os liberais as dissidências de 1880 e 1884. Pode-se mesmo dizer que desde então o partido conservador entrou em franca decadência.

Os liberais foram chamados novamente ao poder em 1878, com o encargo de realizarem a reforma do sistema eleitoral. Até 1885 o Governo seria dêles. E não o teriam certamente abandonado se não fôsse a dissidência provocada pela questão dos escravos, que obrigou a Corôa a recorrer ao partido conservador, na pessoa do barão de Cotegipe, primeiro, depois do conselheiro João Alfredo, para dar a ambos a glória das duas leis finais libertadoras do elemento servil.

Os liberais, entretanto, ainda voltariam ao poder. Viria Ouro-Preto, em 1889, com todo um plano de grandes reformas políticas e administrativas, de cunho radicalmente liberal, e que estavam destinadas a mudar a estrutura mesma do regime. Mas não houve tempo para tanto. Cinco mezes depois, alguns oficiais do Exército dariam por terra com o Gabinete, o que permitiria ao pequeno grupo dos republicanos aproveitar a confusão para derrubar a Monarquia e levantar sobre o terreno desimpedido o edificio da Republica.

Com a quêda do Imperio naufragariam para sempre os dois tradicionais partidos políticos. Chegaria a vez de subir o republicano, que desde 1870 ensaiava difficilmente os passos, sem comtudo ter chegado jamais a caminhar. Mas como a praia, que recebe, trazidos pelas ondas, os destroços dos barcos naufragados, a nova fac-

ção vitoriosa acolheria em seu seio os restos dos dois partidos submersos. Com esse material, já por assim dizer deteriorado, tudo que sobrava de um Imperio em decomposição, e uns poucos elementos novos, adherentes de ultima hora, é que foi construída a Republica.

## IX

O jogo dos partidos na Monarquia — a *gangorra politica*, como causticava, espirituosamente, Silveira Martins, — só foi possível porque o presidia e regulava o Imperador. Sua habilidade estava em fazer com que as duas agremiações politicas se revesassem no poder sem contudo se destruírem uma a outra, como era em geral a tendencia de ambas. Com isso êle desempenhava o que Oliveira Lima chamava a *função reguladora do Governo*. “Não sei qual seja o resultado das eleições — dizia o Imperador á filha, na vespera de partir para o estrangeiro, em 1876 — mas se êle permitir que o poder volte aos liberais, estimá-lo-ei. O que eu almejo, é que os Ministerios se sucedam pela opinião da maioria da Camara (486). Embora a que vai ser eleita não seja liberal” (não era difícil um prognostico, estava-se sob

---

(486) Era uma das suas muitas *ideologias*. A Rio-Branco êle escrevera poucos anos antes: “Espero que não terei que escolher Ministerios sinão na maioria das Camaras, representante geralmente incontestada da maioria da nação” (Carta de 21 de junho de 1872, no arquivo do Itamarati).

um Gabinete conservador...) “se a opposição fôr tal que embarace a marcha de um Ministerio conservador, eu chamarei os liberaes para o Governo, e sem condições” (487).

O Imperador não negava quanto havia de artificial nessa rotação mecânica dos partidos. Mas sabia tambem que não podia ser de outra forma. Se êle não estivesse ali para assumir essa função reguladora, era certo que o partido no poder dêle não sairia mais, ou sairia sómente quando o partido adverso recorresse para isso á violencia armada, como acontecia nas Republicas visinhas e veio se dar mais tarde entre nós, sob o regime republicano. Por isso é que êle não tinha constrangimento em *despedir*, como dizia o conselheiro Nabuco, um partido e chamar um outro, sempre que entendia haver chegado para isso o momento oportuno.

O partido apeado do poder bem que gritava contra o *poder pessoal* do Soberano, contra o *imperialismo*, como dizia Tito Franco, e protestava que não era licito ao Monarca atirá-lo para a opposição, quando a maioria

---

(487) Notas á Dona Isabel, no arquivo da familia imperial. — Foi esse um criterio que o Imperador procurou aplicar, sempre que poude, nas mudanças de situação politica. A chamada do partido liberal ao poder, nas vésperas da quêda do Imperio, obedeceu ainda ao mesmo criterio. Em luta com a minoria parlamentar e a facção dissidente de seu proprio partido, dirigida por Paulino de Sousa, João Alfredo tentou conservar-se no Governo com o recurso constitucional da dissolução da Camara. Mas o Imperador preferiu despedi-lo e chamar ao poder o partido liberal, na pessoa do visconde de Ouro-Preto. Havia, entretanto, na Camara uma maioria de 90 deputados conservadores.

da Camara o apoiava e dava força. Mas o Imperador, que conhecia melhor do que ninguem a origem bastarda dessas maiorias parlamentares, como era facil fabricá-las quando se estava no poder, portanto o que elas realmente exprimiam, não entendia menos que era chegado o momento de trazer para o Governo o partido que se esterilizava nos bancos da opposição. De outra maneira era certo que o paiz não se livraria jamais de uma mesma clientela politica.

Nos sistemas representativos, ou melhor, quando estes são de fato e escrupulosamente praticados, as eleições é que presidem sempre a rotação dos partidos. Fazendo e desfazendo as maiorias parlamentares, elas decidem alternativamente da sorte dos Governos. Mas no Brasil isto era impossivel. As nossas eleições pouco ou nada exprimiam. Não dariam nunca Camaras independentes, que pudessem de fato controlar os partidos. Os raros exemplos das eleições de 1860, sob o regime de lei dos dois grãos, ou das duas primeiras experiencias da eleição diréta, em 1881 e 1884, não serviam sinão para confirmar a regra.

Que valia, portanto, a chamada *consulta á nação*, “quando a fraude e a compressão fabricavam Camaras quasi unanimes, ao sabor da situação partidaria de cima, e a voz publica, expressão da consciencia nacional, não tinha quer a amplidão quer a força precisas para corrigir o peccado original do nosso sistema representativo? (488).

---

(488) Oliveira Lima, *O Imperio brasileiro*.

A culpa do falscamento das eleições não era portanto do regime. E muito menos do Monarca. Ao contrario. Este bem que porfiava em anular, ou pelo menos atenuar os abusos sem numero que se cometiam. Mas tais vicios tinham causas tão profundas, que afinal escapavam á sua ação moralisadora. “No fundo — dirá Joaquim Nabuco — o que se imputava ao Imperador era ainda o defeito da má educação dos partidos. Quando êle chamava ao poder o partido conservador ou o liberal em minoria na Camara, e lhe concedia a dissolução, não lhe dava carta branca para eleger a nova legislatura á sua feição; se ela saía invariavelmente assim, é que não havia nas eleições outro molde em que se fundisse a opinião do paiz, sinão o do partido no poder. A responsabilidade moral e politica da candidatura official, exclusiva e triunfante, não era do poder moderador, mas da escola dos partidos, dos estadistas que dirigiam a opinião, e que entre si, uns e outros, uns contra os outros, faziam a politica toda do paiz” (489).

De forma que não havia outro remedio sinão conformar-se com o estado de coisas existentes, até que a cultura do povo chegasse a um nivel tal, que lhe desse a exata consciencia de seus deveres e de seus direitos. (490). Até lá era bem forçoso pacientar, e não pro-

---

(489) *Um estadista do Imperio.*

(490) Escrivendo a Gobineau por ocasião da reforma eleitoral, o Imperador manifestara-lhe a esperança de que o desenvolvimento da instrução publica pudesse influir na melhoria dos nossos costumes politicos. Gobineau, que neste assunto tinha já idéias proprias, que formarão depois a base do *gobinismo*, respondera-lhe: “Não vejo em que a



curar vêr nas eleições, tais como se faziam entre nós, si não um meio, como dirá ainda Joaquim Nabuco, de pôr de acordo a representação parlamentar e o partido no poder, e transformar este num governo de maioria.

## X

Presidindo a rotação dos partidos, Dom Pedro II desempenhava, portanto, entre nós, um papel essencialmente civilizador. Era graças a esse freio que a paixão partidaria não chegava nunca, ou chegava raramente a cometer os excessos que num meio de escassa cultura como era o nosso, teriam necessariamente que explodir. Por outro lado, êle continha também os partidos nos seus limites objetivos, quer dizer, naqueles que honestamente lhes era licito aspirar, dentro de um exato regime representativo.

Apreciada, sob aspecto, sua atuação politica entre nós tinha o vicio de não passar de um méro recurso de expediente, ao sabor das oportunidades que se lhe de-

---

difusão dos conhecimentos pode servir ás populações que a praticam, ao menos na vida politica... Hei de morrer, como terei vivido, na mais perfeita convicção de que não ha maior absurdo neste mundo do que o sistema representativo, quer dizer, no fato de se consultar e de se associar aos negocios publicos as massas populares, povo e burguesia. Na pratica, não é esse sinão um meio para certos intrigantes de fazerem fortuna, quer se intitulem conservadores, quer liberais". E rematara, fazendo uma previsão que nos dá hoje que pensar: "Tudo isso acabará na Europa pelo mais desenfreiado despotismo do mundo" (Carta de Tivoli, 16 de fevereiro de 1879, no arquivo da familia imperial).

paravam. Apoiando as censuras da dissidência conservadora de 1853, que pela voz de Ferraz, futuro barão de Uruguaiana, censurava a politica de Conciliação inspirada pelo Imperador a Paraná, Oliveira Lima dirá que era uma politica exclusivamente oportunista. De fato, e o historiador de Dom João VI teria completado o seu conceito se o tivesse extendido á politica de todos os partidos e de todos os tempos do Imperio.

Não havia, de fato, mais oportunismo na politica da Conciliação, do que na politica conservadora de 71, de 85 e de 88, de onde resultaram as três leis libertadoras de escravos, ou na politica liberal de 64, que nos levou á intervenção armada no Uruguai e, consequentemente, á guerra do Paraguai, como ainda na politica liberal de 80, que pleiteou a eleição diréta por meio de reforma constitucional.

Tudo, portanto, oportunismo. E todos oportunistas. Aliás, não é o oportunismo, em suma, a grande mola da politica? Saber esperar, e agir, depois, sem tardança, no momento propicio, não é, realmente, a sua verdadeira ciencia? O principe de Bulow dizia que toda a dificuldade na vida estava em saber agir quando não fôsse nem muito cêdo nem muito tarde. E o marquez de Olinda gostava de repetir, com razão, que em politica não havia principio justo nem injusto, tudo dependendo da mobilidade das circunstancias; e que a transação era a unica lei em moral politica.

O Imperador, melhor do que ninguem, conhecia todas essas fraquezas dos nossos homens e dos nossos partidos politicos, e o mal que consciente ou inconscien-

temente faziam ao regime, com os péssimos vícios de educação e organização que os marcavam. Sua longa prática dos negocios publicos e o trato com os homens de todos os tempos davam-lhe essa grande experiencia. Ele podia bem dizer como aquele padre Hardouin, de que nos fala Renan, que não se tinha levantado durante cincoenta anos ás quatro horas da manhã, para pensar como todo o mundo.

Como o Imperador, os politicos estavam igualmente persuadidos — ao menos no seu intimo — de que dado o estado de cultura atrazado do corpo eleitoral do Brasil, não seria nunca possivel uma exata rotação de partidos sem a intervenção diréta e ostensiva do chefe de Estado. Apenas êles só proclamavam essa verdade quando se encontravam na opposição, expostos á perseguição e á intolerancia dos adversarios; apelavam então para a intervenção do Monarca, cuja legitimidade reconheciam, convidando-o a que usasse do recurso que lhe outorgava a Constituição, na sua qualidade de Poder Moderador, afim de atenuar ou fazer cessar as violencias do partido adverso. Quando, porém, eram êles que estavam no governo, e o Imperador procurava conter-lhes os excessos e as violencias, era um vasto clamor contra a onipotencia da Corôa, contra o imperialismo da Corôa, contra o malfadado poder pessoal da Corôa! (491) *Uma farça!* exclam-

---

(491) Referindo-se ás eleições de 1876, dizia o ministro da Austria no Rio para o seu Governo: "Apenas 10 ou 12 liberaes sairão das urnas eleitorais, e a Camara será quasi inteiramente governamental e conservadora. O par-

mava o conselheiro Nabuco de Araujo. *Acabou-se a farça!* era como se exprimia um ministro demissionario, vendo-se pôsto fóra do poder.

Era, possivelmente, uma farça. Mas não eram tambem uma farça as eleições, portanto o mandato do que êle, Nabuco, fôra investido? Não era, por isso mesmo, outra farça a propria Camara dos Deputados, como expressão da vontade nacional? E o que eram, afinal os Gabinetes, os quais, em ultima análise, só existiam pelo bel prazer de Sua Majestade Imperial?

Tudo, portanto, uma farça, a começar pelo proprio regime parlamentar, filho bastardo da Constituição, que os nosso homens publicos jamais compreenderam, e no qual o Monarca consentia — era bem uma concessão — representar um papel sob todos os pontos de vista artificial. *O Imperador levou cincoenta anos a fingir que governava um povo livre*, exclamou certa vez Ferreira Viana. Foi a maior verdade politica que já se disse do regime constitucional representativo do Imperio.

Os nossos dois partidos eram bem rotulados de liberal e de conseravador. Mas, no fundo, isso pouco ou

---

tido liberal revolta-se contra a maneira pela qual, no seu entender, a opinião publica é falseada pelos manejos do Governo. E' bem possivel que o partido liberal não esteja completamente sem razão. Esquecem, porém, que o partido procede da mesmissima maneira todas as vezes que está no poder. O Imperador mesmo me disse um dia que os partidos politicos no Brasil tem o habito de se atacar mutuamente pelos erros que cada um dêles não cessa de cometer" (Staatsarchiv de Viena).

nada significava. O que de fáto havia era uma grande confusão de idéias e de programas, liberais fazendo politica conservadora e conservadores fazendo politica liberal, quando ambos não faziam ou porfiavam fazer a mesma politica, em concurrencia aberta uns com os outros. (492)

Aliás, *liberais e conservadores* eram, a bem dizer, denominações que não tinham nem podiam ter, entre nós, grande significação diante dos largos principios de liberdade politica e social estabelecidos na Constituição do Imperio. Zacarias assinalava esse fato em 1870, dizendo que eram os principios liberais da nosso Constituição que obrigavam insensivelmente os homens politicos, mesmo os conservadores, a aceitá-los e desenvolvê-los em em seus programas ministeriais, sob pena de êles se divorciarem da nação.

Vicente Quesada, ministro argentino no Rio, que tão acertadamente focalizou o ambiente politico e social do fim do Imperio, confessava que lhe seria difficil precisar os ideais politicos dos dois partidos monarchicos, parecendo-lhe que a diferença fundamental estaria mais nos homens do que nas idéias, porque os proprios conservadores eram, no fundo, progressistas (493). A verdade é que ambos se norteavam por identicos principios e normas, ou, melhor dizendo, sem normas e sem principios.

---

(492) "Ha no Senado uma aposta de liberais e conservadores, para vêr quem tira a argolinha da Abolição" (Carta de Joaquim Nabuco ao barão de Penedo, 24 de setembro de 1887, no arquivo do Itamarati).

(493) *Mis momorias diplomaticas.*

Pos isso, talvez, Lafayette e Leão Veloso costumavam dizer que tanto fazia ser de um ou de outro partido, ou governar um com os principios ou chamados principios do outro.

“O partido liberal — escrevia Schreiner, ministro da Austria — não é um partido liberal, nem o partido conservador um partido conservador, na acepção européia da palavra. O Brasil é um paiz demasiado jovem para que tais contrastes possam aqui se formar. Todos os dois partidos são partidos monarchicos e constitucionais, e as *nuances* que os separam são muito imperceptiveis para um estrangeiro” (494).

E’ porque não os dividia um fôssô profundo, como, por exemplo, o problema das tarifas, entre *whigs* e *tories*, na Inglaterra, ou como a questão religiosa, entre liberaes e catholicos belgas. Entre nós êles mal se distinguiam. Afousô Celso Junior acentuava isso, em 1886, dizendo que liberaes e conservadores se revezavam no poder sem nada deixarem que os diversificasse. Por isso viviam ambos de méros expedientes.

“Os partidos — dirá Oliveira Lima — como os Ministerios, duravam e deviam durar o tempo que duravam as idéias que os legitimavam. Os partidos seriam portanto todos de occasião, liberaes ou conservadores, de acordo com as circunstancias e os interesses, não de acordo com os prin-

---

(494) Oficio de 6 de janeiro de 1876, no Staatsarchiv de Viena.

cipios de doutrina ou escola, ou com as tradições históricas. A ausencia de privilegios condenava os partidos a defenderem sómente principios de atalidade, idéias ondeantes, ás quais não podiam sobreviver” (495).

Em summa, mais do que um partido liberal e um partido conservador, o que havia de fato entre nós era um partido de *governo* e um partido de *oposição*, não no sentido classico do parlamentarismo inglez, mas no sentido puramente de politica partidaria. Ambos, no fundo, não existiam sinão para usufruirem as vantagens do governo. Movia-lhes, acima de quaisquer outros objetivos, o que se chamava entre nós a “fome do poder”. *Guerra das pastas* — era como qualificava Sousa Carvalho a luta entre liberaes e conservadores, ambos visando quasi exclusivamente as poltronas da sala do despacho de São Cristóvão. Schweinitz dizia que no fundo só havia duas especies de homens públicos, os que estavam *in office* e os que estavam *out of office*, quer dizer, os que estavam no poder e os que estavam fóra do poder: os primeiros a tudo louvando, achando que tudo estava no melhor dos mundos; os outros criticando tudo, achando que tudo que se fazia estava errado.

## XII

Discursando certa vez no Senado, dizia Nabuco de Araujo, com acerto, que não via possibilidade de se formarem verdadeiros partidos no Brasil, transmissiveis

---

(495) *Op. cit.*

de geração a geração, porque a sociedade brasileira era em geral homogênea, e não havia nela, portanto, nada que a pudesse dividir profundamente. “Essas denominações de conservadores e liberais — acrescentava — não consoem no presente, significam questões de outróra, que ou estão solvidas ou prejudicadas e abandonadas e, por conseguinte, pertencem á Historia”.

É certo que o partido liberal tinha um largo e substancioso programa politico, traçado justamente pela mão de Nabuco, em 1869, quando o partido fôra reorganizado com a inclusão nêle dos progressistas. Mas esse programa, salvo num ou noutro ponto, era mais ou menos o resumo do sentir da maioria dos nossos homens publicos, conservadores como liberais. Não era um privilegio destes ultimos. Estava na consciencia de toda a nação. Mesmo em seus pontos mais extremados, mais radicais, como a temporariedade do Senado, a extinção do Poder Moderador e a reforma do Conselho de Estado, muitos dos conservadores estavam dispostos a executa-lo; e tê-lo-iam, de fato, executado se tivessem obtido, para isso, a aquiescencia do Imperador.

A prova de que o programa liberal não era apañagio do respectivo partido estava em que, com exceção da lei da eleição diréta, todas as demais reformas por êle patrocinadas e levadas a efeito no Reinado, inclusive as quatro leis sobre os escravos, a de 50, que suprimiu o tráfico, a de 71, que libertou o ventre, a de 85, que aforiou os sexagenarios, e a de 88, que deu o golpe final na instituição africana, foram obra do partido conservador. E mesmo a eleição diréta, que Cotegipe, por



exemplo, se dispunha a patrocinar, se não foi obra dos conservadores foi porque o Imperador a tanto se opoz. Joaquim Nabuco se refere ao Gabinete Rio-Branco, que em quatro anos de governo esgotou, quasi, o programa liberal de 1869. E salienta: "Foi o Gabinete chamado conservador que deu o golpe de 28 de setembro na propriedade territorial; o golpe de prisão e processo dos Bispos no prestigio da Igreja; o golpe da reforma judiciaria na lei 3 de dezembro de 1841, ao mesmo tempo que multiplicava e aperfeiçoava a instrução publica, e estabelecia o sistema da garantia de juro para a viação ferrea do paiz". (496)

### XIII

O Imperador bem que conhecia a falta de consistencia dos partidos e de seus programas de governo. — *Mas, Sr. Honorio, onde estão os nossos partidos?* Já perguntava êle em 1853, quando Paraná lançava as bases de Conciliação. Sabia que debaixo dos rótulos de conservador e liberal só havia, ou havia sobretudo o escopo de alcançar o beneplácito da Corôa, e, por este meio, as vantagens do poder. Não ignorava que quando a opposição acaso o poupava em seus ataques, não a levava o desejo de praticar o verdadeiro regime representativo, segundo o qual a Corôa devia ficar acima dos partidos, irresponsavel e inviolavel que era, mas tão sómente o

receio de uma indisposição irreconciliavel com o Monarca. A este proposito escrevia o senador Dantas ao conselheiro Nabuco: "Estou de acordo inteiramente na opinião de que a opposição não deve atingir a Corôa por modo que possa criar, entre ela e nós, um antagonismo ou separação que nos impossibilite de aspirar ao poder no atual Reinado". (497)

Tirado o natural exagero do panfletista, que foi Teofilo Ottoni em sua celebre Circular aos eleitores mineiros, não resta duvida em que havia uma grande dóse de verdade em suas palavras, quando afirmava que os nossos homens de Estado nunca diziam toda a verdade ao Imperador, porque lhes proibiam a ambição do poder e o temor de que lhes faltassem os *graciosos sorrisos e boas graças de Sua Majestade*. No fundo, nenhum de seus Ministros tinha a certeza de lhe ser indispensavel, e êles temiam sempre ser pôstos definitivamente de lado pelo exclusivo desejo do Monarca. Joaquim Nabuco attribue ao Imperador o fato do pai nunca ter chegado á presidencia do Conselho de Ministros, que era como a coroação de toda carreira politica na Monarquia. Não entrando, embora, aqui, na apreciação dos verdadeiros motivos que levaram acaso o Imperador a assim proceder, (498) é fóra de duvida que a sua vontade de fato prevaleceu nisso. Saraiva acusava o Imperador de exercer no Brasil um poder absoluto, igual ao que em França praticava Napoleão III, e attribuia isso sobretudo á falta de liber-

---

(497) *Idem.*

(498) Vide o Capitulo anterior.

dade eleitoral entre nós. Por outro lado, dizia Joaquim Nabuco: “O governo era feito por todos desse modo: — o que é que o Imperador quer, o que é que êle não quer? Os que faziam politica fóra dessas condições estavam condenados a não ter nenhum êxito. É por isso que os propagandistas de qualquer idéia não tinham nada conseguido enquanto não despertavam o interesse do Imperador e não moviam a sua simpatia”. (499)

Ha nisso um certo exagero, sobretudo se considerarmos as ultimas décadas do Reinado, quando o Imperador foi progressivamente cedendo á vontade dos homens e dos partidos; e a questão da eleição diréta é disso, já vimos, o grande exemplo. Mas não resta duvida em que tudo, ou quasi tudo, politicamente falando, girava entre nós em torno do poder imperial: partidos, homens, idéias, programas, ambições. Quando a vontade do Trono coincidia com a ambição ou o interesse dos homens e dos partidos, tudo ía muito bem, e a ninguem ocorria malsinar essa preponderancia sinão de direito, ao menos de fato. Mas quando era o contrario que se dava, isto é, quando a vontade da Corôa tinha que ir de encontro aos interesses do partido, sobretudo os interesses pessoais ou politicos de seus homens, então era um Deus nos acuda! E o Poder Moderador, que antes fôra louvado e festejado como a mais sábia criação do regime, passava a ser agora a sua ave negra, o instrumento máo de perversão, de desmoralisação e de deturpação das instituições representativas no Brasil.

Até que ponto, afinal, eram exatas semelhantes acusações contra o Imperador, que encheram toda a literatura política de uma época, e que não pouco iriam servir mais tarde para o aniquilamento e, finalmente, a ruína do regime monárquico entre nós? Qual era a verdadeira significação política desse *poder pessoal* tão malsinado pelos homens da opposição, e sobre o qual Tito Franco de Almeida escreveu um dos mais famosos libelos contra a Corôa?

#### XIV

Foi, como se sabe, por influencia da philosophia politica da Revolução Franceza, que os autores da Constituição imperial instituíram, além da classica construção tripartida de poderes -- executivo, legislativo e judicial — esse quarto poder neutro, a que chamaram, com muita propriedade, de moderador. (500). Esse poder, conjuntamente com o poder executivo, foi confiado ao chefe de Estado, isto é, ao Imperador.

Pelos termos mesmos da Constituição, o poder moderador era a *chave de todà a organização politica do regime*. Ele era delegado privativamente ao Monarca para que este, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, velasse incessantemente sobre a manuten-

---

(500) A idéia da criação desse quarto poder teve origem no Conselho de Estado que elaborou a Constituição de 1824, e não no projéto anterior de Martim Francisco, como procuraram fazer crêr os Andradas. E' o que atesta Aureliano Leal, na *Historia constitucional do Brasil*.

ção da independencia, harmonia e equilíbrio dos outros três poderes. São as proprias expressões da Constituição.

Conjuntamente com o poder moderador, exercia tambem o Monarca o poder executivo, o qual lhe dava atribuições ainda mais largas, de finalidades claramente definidas, muito embora de natureza diversa. Competia-lhe, assim, nomear e demittir os Ministros, nomear e e suspender os Magistrados, nomear os conselheiros de Estado e os Senadores, estes ultimos tirados de uma lista de candidatos eleitos pelas Provincias, dissolver a Camara dos Deputados, prorogar e adiar a Assembléa Geral (Camara e Senado reunidos). Como se vê, por este simples enunciado, a extensão de poderes confiados ao Imperador era formidavel. Enfeixava êle em suas mãos uma soma tal de atribuições, como não usufruia nenhum outro chefe de Estado constitucional do seu tempo.

Só o direito de nomear Senadores e conselheiros de Estado, nomear e demittir Ministros, adiar a Assembléa Geral e dissolver a Camara temporaria valia, a bem dizer, por sujeitar ao arbitrio do Monarca toda a organização constitucional do paiz. Num regime de centralisação politica e administrativa rigorosa, como era então o nosso, isso queria dizer que nenhuma nomeação se fazia, por mais insignificante que fôsse, sem o beneplácito, sem a assinatura do Imperador. Ora, sabida a importancia que tinham tais atos para a politica partidaria, sobretudo nas Provincias, onde o provimento de cargos publicos significava quasi sempre expressão de influencia politica,

não é difícil calcular até onde alcançava a sombra absorvente do prestígio imperial.

Acrescia, ainda, que todos esses atos *pessoais* do Monarca podiam e deviam ser praticados independentemente de qualquer justificativa sua. Pois a Constituição não o declarava sagrado e responsável? Era o privilegio monarquico-constitucional, que os Inglezes resumiam na máxima *The King cannot be wrong* — o Rei não pode errar, e completavam: *because he does nothing*, — porque êle não faz nada. No sistema parlamentar inglez, esta conclusão era perfeitamente exata, por que lá, realmente, o Rei não passava de um simbolo, e como tal não podia errar, — porque na verdade não fazia nada.

Entre nós, porém, não se dava precisamente a mesma coisa. De fato o Imperador *não podia errar*, pela ficção constitucional que o fizera sagrado e inviolavel. Mas só por isso. Porque, ao contrario do Monarca inglez, êle *fazia*, e fazia muita coisa; não era apenas um simbolo, mas de fato o chefe supremo da nação, de fato e de direito, a primeira autoridade politica e administrativa do regime.

Sob este ponto de vista, o regime imperial era, portanto, um governo rigorosamente pessoal — era o governo do Imperador. Como chefe, simultaneamente, do poder executivo e do poder moderador, êle aparecia como o Deus *ex machina* do regime, o homem que faz e desfaz, que manda e desmanda. Era o relógio, o regulador, dirá Joaquim Nabuco, que “marca a hora e dá o ritmo”. Rigorosamente falando, as instituições politicas do regi-

me — Senado, Camara, Conselho de Estado, Presidencia de Provincia não formavam sinão o cenario que mascarava o poder pessoal, quasi absoluto do Monarca. E mesmo com relação á magistratura, que ficava, até certo ponto, a resguardo de uma possível intromissão indébita do Monarca, este não deixava de ter a sua ascendencia, com o direito, que lhe dava ainda a Constituição, de nomear e suspender os magistrados.

## XV

Era portanto, por puro espirito de imitação, sem nenhum fundamento solido entre nós, que se queria aplicar ao regime politico do Brasil a maxima de Thiers — *O Rei reina e não governa*. Semelhante maxima teria sua razão de ser na Inglaterra, depois que ali se implantara o regime parlamentar, ou então, na França, sob a Monarquia de Julho. Mas nunca no Brasil de Dom Pedro II, onde, pela Constituição de 24 o Soberano, embora irresponsavel, era indiscutivelmente o chefe do poder executivo, e tinha, sobre os demais poderes, uma ascendencia inquestionavel, uma liberdade de ação quasi absoluta, sinão mesmo absoluta. O equilibrio de poderes, entre nós, não passava de uma teoria. O que, portanto, em rigor, devia prevalecer no Brasil não era a maxima de Thiers, mas a maxima reacionaria de Itaboraí — *O Rei reina, governa e administra*.

E, de fato, Dom Pedro II reinava; de fato, governava e administrava. Aqueles que porfiavam, por simples espirito de imitação, implantar entre nós o principio politico de Thiers, culpavam-no de estar a desvirtuar o regime, impondo a sua vontade — o *poder pessoal* — além dos limites que lhe traçara a Constituição. A este proposito, o conselheiro Nabuco de Araujo expunha o seu famoso sorites: o governo no Brasil procede do poder pessoal, isto é, da vontade do Imperador, que escolhe os Ministros, os quais nomeiam os presidentes de Provincia, que, por sua vez, fazem as eleições, donde procedem as Camaras, que apoiam os Gabinetes, criaturas do poder pessoal.

Este raciocinio era sem duvida exato, quer dizer, todas as suas proposições de fato se verificavam. Mas o que convinha indagar era: por culpa do Imperador? Por culpa da Constituição? Ou por culpa da organização politica falseada ou deficiente do paiz? Por culpa da escassa cultura das massas eleitorais?

Se as proposições que formavam o sorites de Nabuco se verificavam, de fato, uma delas, pelo menos, *de direito*, era falsa, e tirava assim, aos sorites, todo o fundamento legal. Os presidente de Provincia, dizia Nabuco, faziam as eleições. De fato assim era: os presidentes de Provincia faziam bem as eleições, a mando e sob o controle dos Gabinetes, que fabricavam êles mesmos as Camaras, as quais, teoricamente, os deviam sustentar. Mas onde estava o fundamento legal da atribuição a que se arrogavam os presidentes de Provincia, de *fazerem as eleições*? Onde colhiam êles esse *direito*?



Se outro fôsse o estado social do paiz e outra a educação das massas, outra seria certamente a mentalidade das *clítes*, e as eleições não exprimiriam nunca a vontade exclusiva dos Gabinetes, veiculada pelos presidentes de Provincia, mas sim a vontade nacional, o sentimento real, livremente manifestado, dos eleitores. O resultado seria que a sorte dos Gabinetes, que constitucionalmente eram criaturas do Soberano, mas politicamente dependiam das Camaras, isto é, dos verdadeiros representantes da nação, não ficaria entregue exclusivamente ao criterio do Imperador, mas tambem da massa eleitoral, portanto da nação.

E então? Então não se verificaria o sorites de Nabuco, isto é, o chamado poder pessoal do Imperador não disporia, a seu bel prazer, da vida e da morte dos Gabinetes, pelos quais êle controlava as Provincias, as eleições, as Camaras — numa palavra, o poder pessoal se restringiria exclusivamente ao seu papel constitucional, já de si mesmo imenso, é certo, mas não de alcance quasi infinito, como de fato se apresentava, não devido ás tendencias absolutistas do Monarca, que nunca as teve, mas á deficiente organização politica da nação.

## XVI

“Esse poder era um fenomeno natural, espontaneo, e resultante de nosso estado social e politico. Se era um poder sem contraste, não era por culpa do Imperador, mas pela impossibilidade de implantar em uma população como a brasileira a verdade eleitoral. Só havia um meio de fazer ren-

der o poder pessoal: era fazer surgir, diante da Corôa onipotente, Camaras independentes. Aí estava, porém, a impossibilidade: essa foi a grande quimera dos propagandistas da eleição diréta... Nem mesmo o Imperador, propondo-se, no seu Reinado, exclusivamente, a fundar a liberdade de eleições, teria conseguido diminuir o seu poder, porque para reduzi-lo era preciso uma ditadura secular que resolvesse o problema nacional todo, o da raça, do territorio e do clima; que recolonisasse o Brasil com elementos capazes de *self government*, se tal problema não era, por sua natureza, insolúvel artificialmente, pela solução politica de imigrantes que a mudança de paiz e de clima não desvirtuasse" (501).

O chamado poder pessoal não era, portanto, produto da vontade ou da ambição de mando do Imperador, mas da propria organização constitucional do paiz, e da falta de cultura politica do povo. Se outras fôsem as condições do Brasil, Dom Pedro II não teria, certamente, necessidade de tecer, com suas proprias mãos, a teia artificial do regime representativo, metendo-se arbitrariamente na economia dos partidos, elevando-os e apeiando-os do poder ao seu inteiro talante, criando situações politicas e pactuando, até certo ponto, com os Gabinetes, na formação de maiorias parlamentares.

O Imperador, por indole e por educação, era avêso completamente a toda a idéia de absolutismo. É certo que êle tinha uma natureza absorvente. Mas essa absorpção se dava sobretudo no terreno puramente administrativo, e sua explicação estava na falta de confiança que tinha na correteza politica e pouca diligencia dos Ministros. Ele sabia que se deixasse a estes inteira

liberdade de ação, tanto no terreno politico como no terreno administrativo, depressa entrariam no regime das violencias partidarias, das perseguições pessoais, do filhotismo, e não cuidariam sinão, ou cuidariam sobretudo de seus interesses proprios, em prejuizo dos interesses da colectividade brasileira.

Os exemplos eram de todos os dias. Ele estava farto de conhecer o politico brasileiro, o seu feroz individualismo, e a repulsa, ou pelo menos a indiferença que sempre manifestara pelo interesse geral da nação. E era justamente para sanar tais defeitos, ou pelo menos para atenuar-lhes as tristes consequencias, uma vez que a nação se mostrava praticamente incapaz de reagir, que o Imperador tomava o lugar dos politicos e agia decididamente em beneficio do interesse de todos.

Esse seu proceder era sem duvida *absolutista*, e falseava, até certo ponto, o verdadeiro sistema representativo. A falsificação estava sobretudo em que o deputado, criatura do sufragio da nação e em teoria a figura central do regime representativo, como unico mandatario dirêto da soberania popular, não gosava da independencia a que tinha direito. Era forçado a ceder á vontade do Gabinete, que não passava, na realidade, dirêta ou indirêtamente, de um prolongamento do poder imperial (502). Teoricamente, o deputado devia ser a

---

(502) “Na degeneração do sistema representativo entre nós, o Gabinete não é comissão da Camara, esta é que é feitura do Gabinete; a Camara não indica á Corôa os chefes de partido, esta é que os designa” (Discurso de Silveira Martins na Camara dos deputados, em 31 de julho de 1873).

expressão mais legítima da soberania popular. Na prática, porém, tudo mudava, e o Imperador se via forçado — e neste sentido êle era certamente um espirito absolutista — a não reconhecer no povo, tal como este era no Brasil, uma fonte legítima de soberania, e muito menos em seus pseudos mandatarios.

Todo o vicio original do regime estava portanto aí, como nêle estava igualmente toda a explicação do chamado imperialismo. Não fôsse esta a triste realidade, e o Imperador não teria necessidade de sobrepôr-se á vontade da nação; teria se limitado ao seu papel, não diremos rigorosamente constitucional, mas tal como o desejavam os propugnadores do regime representativo, de nomear os Ministros, e conservá-los no poder até quando uma Camara verdadeiramente legítima, expressão indiscutível da vontade da nação, assim o consentisse. O trono, neste caso, não seria o *Deus ex machina* que de fato era, fazedor e desfazedor de situações politicas, improvisador de maiorias parlamentares, criador e mantenedor de Gabinetes artificiais; tambem não seria um trono vazio, como queriam os politicos profissionais, os rebelados contra o chamado poder pessoal. O verdadeiro governo constitucional não consistiria nem em fazer prevalecer a vontade da Corôa sobre as Camaras, nem a vontade das Camaras, sobre a Corôa — mas em reunir esses dois poderes sob um pensamento e sob uma conduta comum, realisando o ideal a que aspirara Guizot. Seria essa talvez a prática exata do regime que procuraram estabelecer no Brasil os constituintes de 1824. Não o regime rigorosamente parlamentar, que não era o da Constitui-

ção, e para o qual os politicos só apelavam quando sentiam aproximar-se o *fantasma*, como dizia o Imperador, do poder pessoal, mas um regime monarchico parlamentar, expressão de Joaquim Nabuco, em que o Soberano seria um diretor, um guia, e de parceria com o Parlamento governaria a maquina politica e administrativa do paiz sem atritos, sem chóques, sem malquerenças, e, sobretudo, sem o espantallo do poder pessoal, arma prediléta e nem sempre sincera dos politicos feridos em seus interesses pessoais ou partidarios.

## XVII

De fato, se nas acusações que eles faziam ao absolutismo do Monarca, ao *imperialismo*, como o chamava Tito Franco, havia uma parte em todo procedente, havia tambem uma grande dóse de insinceridade.

A insinceridade era daqueles politicos, ou melhor, daqueles Ministros, que só achavam de levantar seus protestos quando se viam obrigados a largar o que Martinho Campos chamava esperituosamente o *emprego*, quer dizer, a pasta. Só então é que êles clamavam contra o poder pessoal da Corôa, contra o imperialismo do Monarca, que desvirtuava e abastardava a pureza do regime constitucional representativo. (503)

---

(503) Pois não havia Ministros que lançavam ou deixavam que lançassem contra o Imperador a responsabilidade até mesmo dos atos de inspiração deles? — quando repudia-

Quando, porém, era o contrario que se dava, isto é, quando era chegado o momento de esses acusadores voltarem ao poder, trazidos pela mesma mão e pelos mesmíssimos processos por que haviam antes descido, quer dizer, o criterio e o querer do Monarca, e de lá desalojarem os seus adversarios politicos, então tudo corria no melhor dos mundos; e o poder da Corôa, que de novo os criara Ministros, não era agora sinão a expressão exata do poder moderador, sabiamente introduzido na Constituição para o melhor equilibrio dos demais poderes. Essa attitude bifronte e contraditoria era comum aos politicos de ambos os partidos, e raros foram os estadistas, no Imperio, que não a praticaram, com maior ou menor elegancia moral.

José de Alencar apelava, nas *cartas de Erasmo*, para a autoridade suprema da Corôa, “de que exaltava a excelencia e o poder, afim de corrigir a confusão dos par-

---

dos, já se vê, ou simplesmente censurados pela opinião pública. “Tem havido Ministros que lançam a responsabilidade até de atos seus contra o Monarca”, dirá o proprio Imperador, em nota a Tito Franco. Ha, sobre isso, o caso da imigração chinesa, dos *coolies*, preconizada pelo Gabinete Sinimbú. Quando a imprensa saiu a combate-la, logo se disse que o projéto nascera de uma inspiração do Imperador, quando a verdade é que este sempre a ele se opuzera — “os do meu Conselho, dirá o Monarca, bem sabiam quanto eu a combatia” (Ernesto Matoso, *Cousas do meu tempo*). — O conde d’Eu dizia certa vez, em conversa com André Rebouças, que seria conveniente — “conviria que o Imperador se ausentasse por algum tempo do Brasil, para demonstrar até a evidencia não ser êle o culpado da má direção dos negocios públicos, como propalavam os Ministros” (Rebouças, *Diario*).

tidos e a anarquia das idéias" (504); mas, contrariado, pouco depois, pelo Imperador, em sua ambição a uma cadeira no Senado, e forçado, em virtude de manobras eleitorais no Ceará, a deixar a pasta da Justiça — o *emprego* — voltava, agressivo e despeitado, contra aquêlê mesmo poder que exaltara, para acusá-lo de ser agora o maior dos males do regime.

Saraiva negava, em 1858, a existencia do poder pessoal: êle era então Ministro do 2.º Gabinete Olinda. Mas dez anos depois, quando na opposição, fazia consistir a aspiração de sua vida publica em pôr fim ao *poder ditatorial* da Corôa.

Paraná, em 1846, apelava para a "fusão dos Brasileiros", afim de acabar com o que chamava as "miserias do governo pessoal". Mas sete anos depois era o "pensamente augusto", conforme suas proprias expressões, que iria consentir-lhe realisar a obra da conciliação geral dos partidos.

Silveira Martins aplaudia o Imperador em 1878, por ter este despedido do Governo os conservadores seus adversarios e chamado os liberais para substitui-los, na pessôa do visconde de Sinimbú; dizia que o Monarca agira como verdadeiro rei constitucional. Mas sete anos depois, quando chegou a vez dos liberais cederem o poder aos conservadores, na pessoa de Cotegipe, foi Silveira Martins quem mais alto levantou a voz, veemente e agressivo, como sabia ser, para acusar violentamente Dom Pedro II por essa mudança de partido, declarando que

---

(504) Oliveira Lima, *op. cit.*

a mudança de que se fazia mister no paiz era do proprio Imperador.

Nabuco de Araujo, enfim, ao mesmo tempo que accusava o Imperador de absolutismo e prática de atos *ilegitimos*, como a substituição, no poder, dos liberaois pelos conservadores seus adversarios, na crise de 1869, entendia que não se devia ferir dirétamente a Corôa, e torná-la responsavel por culpas que cabiam no fundo aos proprios partidos — porque, acrescentava, por esse caminho ia-se para a revolução.

Outra insinceridade desses politicos estava em que, quando no Governo, êles eram os mais maleaveis á vontade ás vezes absorvente do Imperador, deixando-se vencer docilmente e prestando-se a instrumentos do mesmo governo pessoal que depois, na opposição, tanto profiligavam.

A este proposito, basta vêr-se Zacarias. Zacarias era tido como um dos mais duros estadistas do Imperio. Sua teimosia, sua aggressividade, suas aspereza eram notórias. Altivo, irritavel, era de um orgulho exagerado, consequencia talvez do sentimento de inabalavel confiança que tinha em seu alto valor. Como Gladstone, tinha uma eloquencia intransigente e feroz para com os erros ou as faltas de seus adversarios, uma eloquencia amarga, quasi azêda. Era um politico cheio de arestas, sêco como a sua figura, quasi intratavel, muito embora não deixasse de ser, com tais defeitos, um dos grandes, dos maiores e por isso dos mais respeitados estadistas brasileiros.



★ *Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", à rua Conde de Sarzedas, 38, S. Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em agosto de 1939.*

I



O visconde do Rio-Branco.

(De uma fotografia da época).

II



O visconde de Itaboraí.

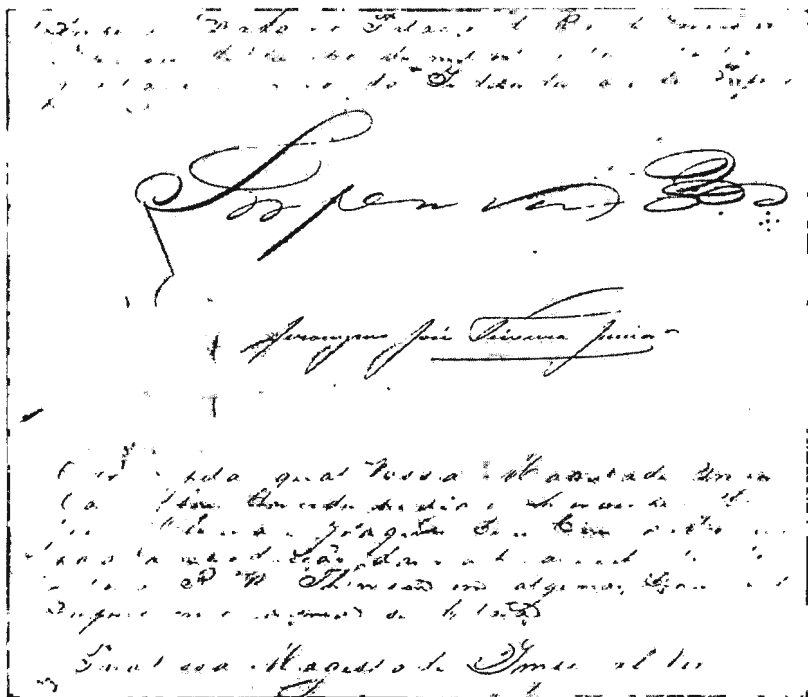
(De uma fotografia da época).



**O Imperador.**

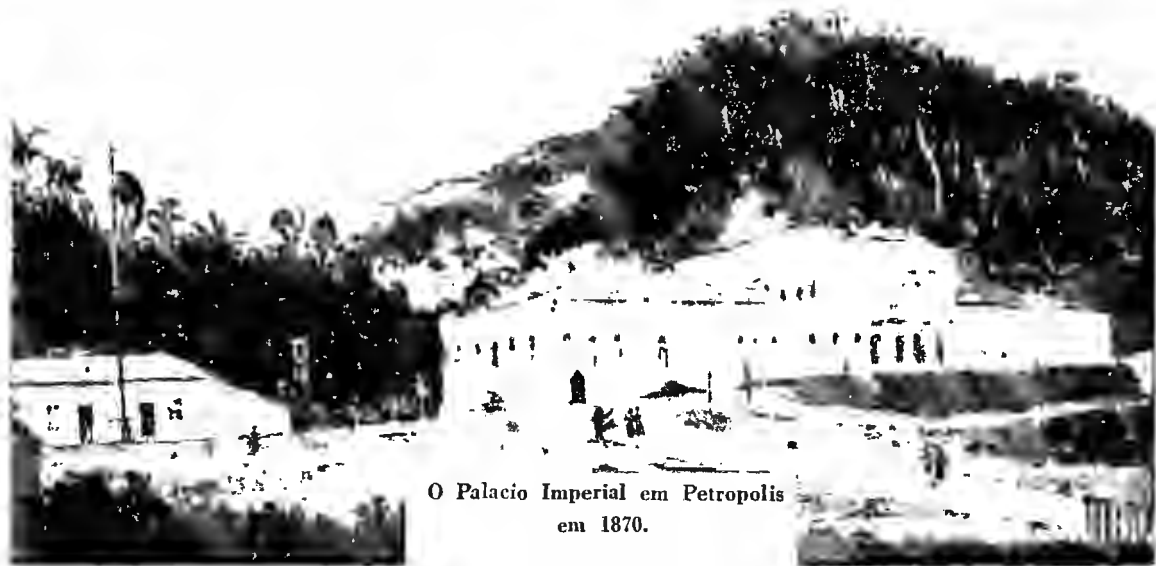
(Da coleção do embaixador Magalhães de Azeredo).

IV



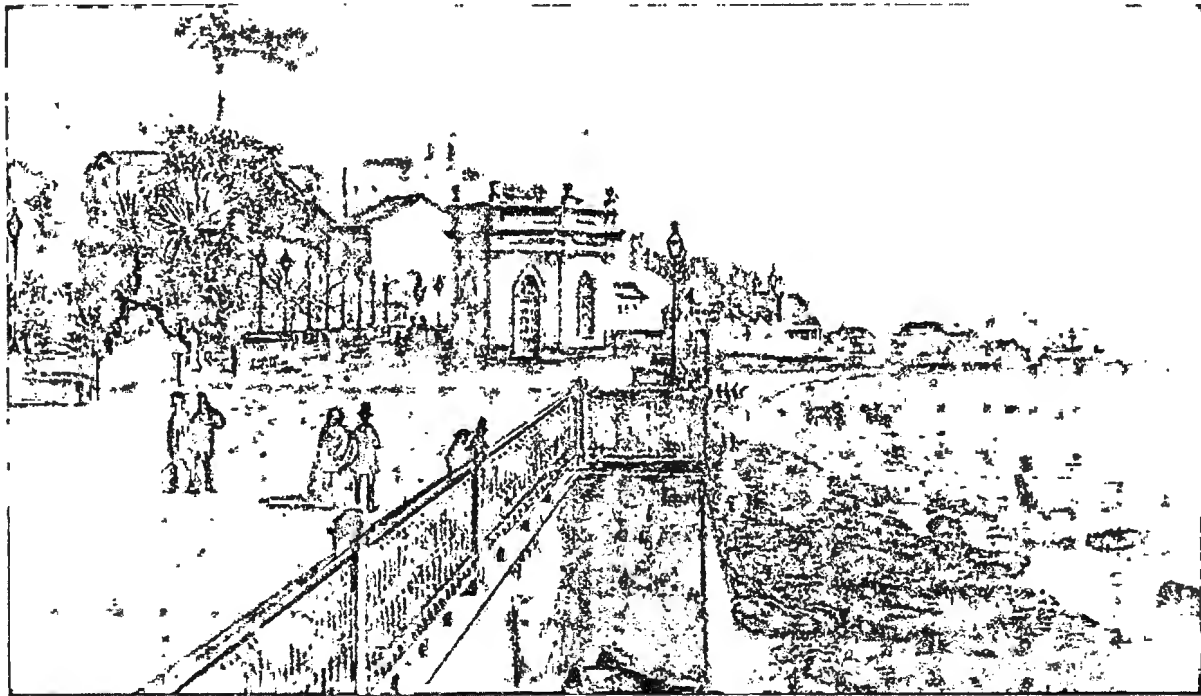
Reprodução da assinatura oficial (Imperador com Guarda) de Dom Pedro II, lançada num decreto concedendo privilegio para a introdução de máquinas ao engenheiro Paulo José de Oliveira, avô materno do autor desta *Historia*. Referenda o decreto Jeronimo Teixeira Junior, ministro da Agricultura, futuro visconde de Cruzeiro.

(Do arquivo do autor).



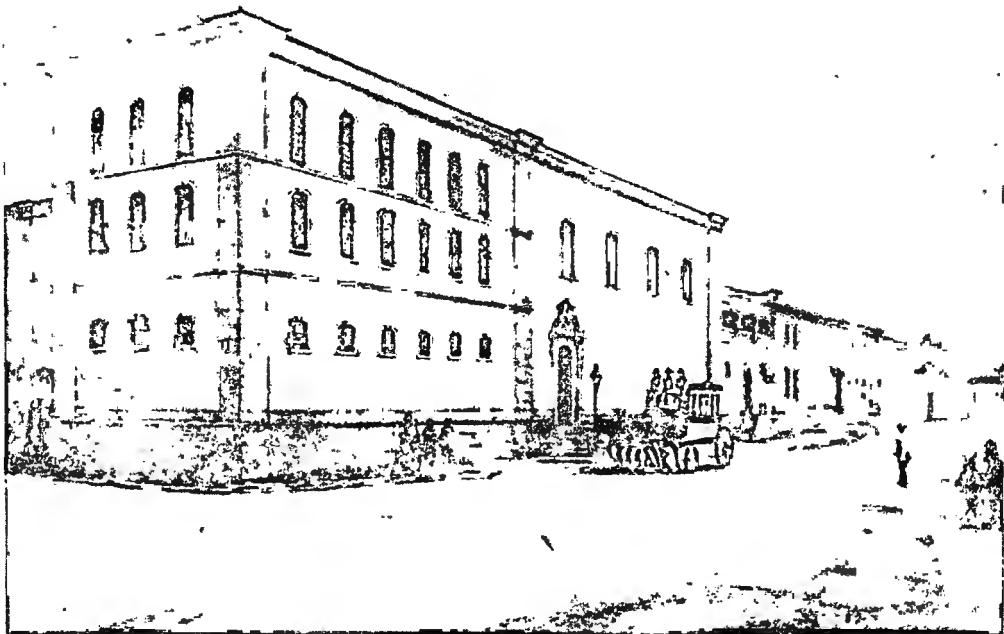
O Palacio Imperial em Petropolis  
em 1870.

(De um oleo da época).



O terraço do Passeio Publico.

(De um desenho da época).

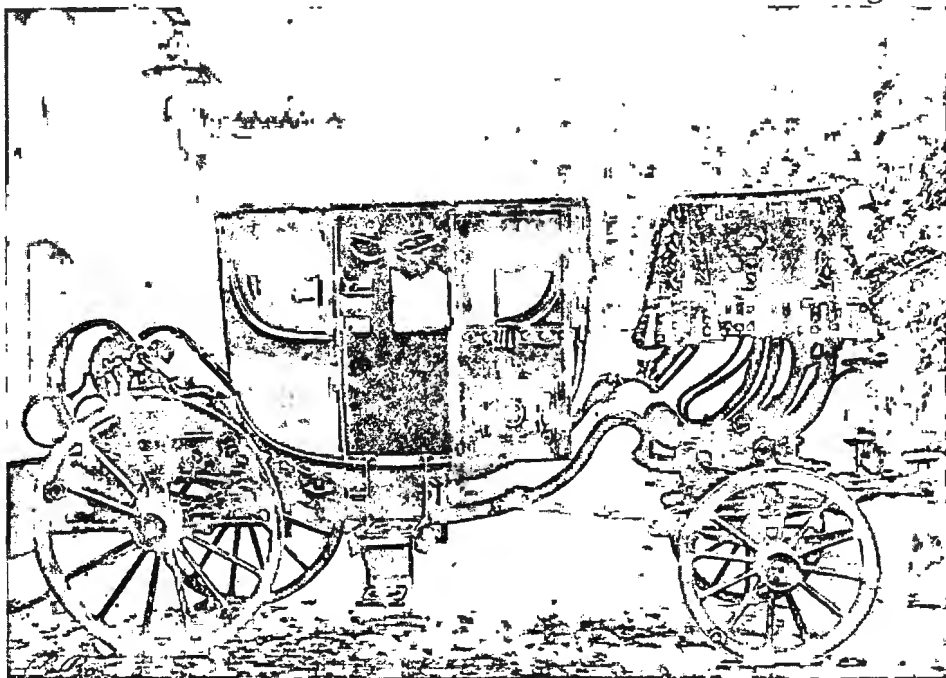


O convento da Ajuda, no Boqueirão do Passeio, em cujo local se acha edificada atualmente a chamada Cinelandia.

(De uma estampa da época).



VIII



O carro para o serviço ordinario do Imperador.

(Conservado no castelo d'Eu).



Dom Vital de Oliveira, bispo de Olinda.

(Da obra do Sr. Vilhena de Moraes, *O Gabinete Caxias e a anistia aos Bispos na questão religiosa*).



O amigo do Imperador, visconde de Bom-Retiro.

(De uma fotografia da época).



Grupo tirado ao pé de uma das pirâmides do Egito. Da direita para a esquerda: Dona Josefina da Fonseca Costa, o visconde de Bom-Retiro, a Imperatriz e o visconde de Itaúna.

(Do arquivo da família imperial).



Caricatura do Imperador por Bordalo Pinheiro.  
(Do *Album das Glorias*).

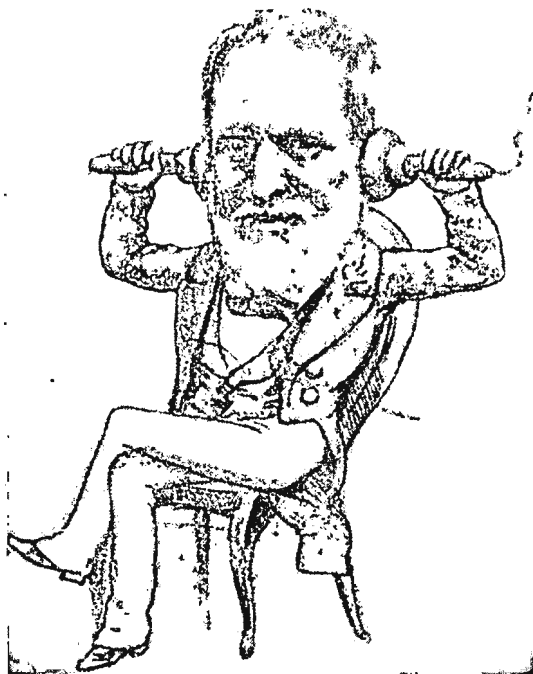
XIII



O visconde de Sinimbu.

(Do uma fotografia da época).

XIV



O Conselheiro Saraiva se inteirando, pelo telefone, dos primeiros resultados da eleição direta.

(De um desenho da época).